



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 12ª REGIÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2016

Santa Catarina, 2017

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 12ª REGIÃO.

Relatório de Gestão do exercício de 2015

Relatório de gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 - 156/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão – (CRP-12)

SUMÁRIO

1. ELEMENTOS PRÉ TEXTUAIS

- 1.1. Capa
- 1.2. Folha de rosto
- 1.3. Lista de Siglas e abreviações
- 1.4. Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras
- 1.5. Lista de anexos e apêndices
- 1.6. Sumário

2. APRESENTAÇÃO

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 3.1. Finalidades e Competências
- 3.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 3.3. Breve histórico da entidade
- 3.4. Organograma

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

- 4.1. Planejamento Organizacional
 - 4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício
 - 4.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e de outros planos
- 4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
- 4.3. Desempenho Orçamentário
 - 4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual das responsabilidades da unidade
 - 4.3.2. Execução descentralizada com transferências de recursos
 - 4.3.3. Informações sobre a realização das receitas
 - 4.3.4. Informações sobre a execução das despesas
- 4.4. Desempenho Operacional
- 4.5. Gestão de multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização
- 4.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

5. GOVERNANÇA

- 5.1. Descrição das estruturas de governança
- 5.2. Informações sobre dirigentes e colegiados
- 5.3. Atuação da unidade de auditoria interna
- 5.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 5.5. Gestão de riscos e controles internos
- 5.6. Política de remuneração dos administradores e membros colegiados

5.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de pessoas

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

6.1.4. Contratação de mão de obra temporária

6.2. Gestão da tecnologia da informação

6.2.1. Principais sistemas de informações

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1. Canais de acesso do cidadão

7.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

7.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

7.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Desempenho financeiro no exercício

8.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

8.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

8.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

9.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

11. ANEXOS E APÊNDICES

12. ROL DE RESPONSÁVEIS

13. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

14. PARECER DE COLEGIADO

15. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

16. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

2. APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE

Identificação da Entidade
Nome: Conselho Regional de Psicologia 12ª Região
CNPJ: 37.115.508/0001-45
Natureza Jurídica: Autarquia Federal de Direito Público
Endereço Postal: Rua Professor Bayer Filho, 110 Bairro Coqueiros CEP 88.080-300 Florianópolis S/C
Telefones: 48-3244-4826
Endereço da página da Internet: www.crpesc.org.br
Endereço do Correio Eletrônico Institucional: gerencia@crpesc.org.br
Normas Relacionadas à Criação das Unidades Agregadora e Agregadas
Lei Ordinária: Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 Finalidades e competências:

São atribuições do Conselho Regional de Psicologia – Santa Catarina (CRP-SC), na área de sua jurisdição, além das estabelecidas na legislação pertinente e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP):

I – Zelar pela dignidade e pela independência da profissão, bem como pelo livre exercício das prerrogativas e direitos profissionais;

II – Propor ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) os limites de competência do exercício profissional na área da Psicologia;

III – Baixar e fazer publicar atos julgados necessários para a fiel execução da Lei, quando autorizado e de acordo com Resolução do Conselho Federal;

IV – Auxiliar o Conselho Federal de Psicologia (CFP), com sugestões, na conceituação das especialidades profissionais e na fixação das condições mínimas de qualificações para fins de registro de especialistas;

V – Colaborar com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), com sugestões, na elaboração e modificação do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

VI – Servir de órgão consultivo ao governo do Estado de Santa Catarina e às suas instituições públicas particulares, em matéria de Psicologia;

VII- Funcionar como Tribunal de Ética Profissional em primeira instância;

VIII – Expedir Resoluções necessárias ao bom funcionamento do Conselho Regional, quando autorizado e de acordo com Resolução do CFP, remetendo ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) para apreciação;

IX – Tomar medidas, sob sua responsabilidade, referentes ao processo eleitoral, de acordo com o Regimento Eleitoral e Instruções do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

X – Eleger e empossar sua Diretoria no mês de setembro de cada ano;

XI – Instituir as comissões permanentes de Ética, de Orientação e Fiscalização, de Auditoria e Controle Interno e demais comissões que se fizerem necessárias;

XII – Criar Seções e nomear os respectivos grupos gestores ou representantes setoriais, de acordo com o disposto em Resolução do CFP sobre a matéria.

XIII – Eleger, dentre os conselheiros, 2 (dois) delegados para a Assembléia dos Delegados Regionais e representante para a Assembléia das Políticas Administrativas Financeiras e Contábeis - APAF, de acordo com o disposto em normas específicas.

XIV – Conceder, dependendo do caso, inscrição provisória ou definitiva aos Psicólogos que atenderem as exigências legais e as Resoluções do CFP para o exercício profissional;

XV – Organizar e manter atualizado o registro dos Psicólogos, remetendo relações nominais ao Conselho Federal de Psicologia (CFP);

XVI – Expedir os documentos de identidade profissional aos Psicólogos inscritos;

XVII – Decidir por aplicação de penalidade aos Psicólogos inscritos na Região, por falta disciplinar ordinária, funcional ou ética, de acordo com o grau de infração e com a legislação pertinente;

XVIII – Propor anualmente, ao Conselho Federal de Psicologia, a tabela de anuidades, taxas, multas e outras contribuições a serem pagas pelos Psicólogos, previamente aprovada pela Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim; de acordo com os parâmetros estabelecidos pela APAF.

XIX – Efetuar a arrecadação das anuidades, taxas, multas e outras contribuições;

XX – Decidir sobre a aplicação de sua renda líquida, por meio de proposta orçamentária, observando a legislação pertinente, remetendo ao Conselho Federal para aprovação;

XXI – Decidir sobre aquisição ou alienação de bens patrimoniais, ressalvado o disposto no Artigo 18 da Lei 5.766/71 e seu parágrafo único, assim como no Artigo 3º da Lei 6.994/82;

XXII – Elaborar os balancetes mensais e anuais e remete-las ao CFP.

XXIII – Elaborar e modificar seu regimento interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Federal de Psicologia.

XXIV – Conceder licença aos membros do Conselho Regional de Psicologia – Santa Catarina assim como apreciar renúncias de mandato de Conselheiros;

XXV – Publicar periodicamente o relatório de suas atividades bem como matérias de interesse da classe;

XXVI – Promover a realização de estudos, seminários, simpósios, conferências sobre o ensino, a pesquisa e a prática profissional da Psicologia, bem como incentivar e auxiliar entidades na promoção de encontros e eventos científicos com o mesmo objetivo;

XXVII – Deliberar sobre os casos omissos, aplicando subsidiariamente as demais normas da entidade e orientação do Conselho Federal.

XXVIII – Encaminhar, anualmente, a prestação de contas ao Conselho Federal de Psicologia, para os fins determinados em Lei.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

Resoluções:

Ano	Número	Ementa das Resoluções do CFP
1990	001	Determina a isenção da anuidade de pessoas com mais de 65 anos de idade.
1998	014	Institui e regulamenta a criação de seções nos Conselhos Regionais de Psicologia.
1998	015	Cria o fundo de manutenção de seções de base estadual.

2000	006	Institui a Comissão Nacional de Credenciamento e Fiscalização dos Serviços pela Internet.
2000	017	Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia - CFP.
2000	019*	Institui o Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF.
2001	020	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região
2006	001	Altera a Resolução CFP nº 019/2000, que institui o Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF.
2007	003	Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.
2007	010	Institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis.
2007	013	Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.
2007	022	Atualiza a taxa de administração e custeio do processo de Cadastramento de Cursos, com vistas ao Credenciamento junto ao CFP para aceitação de certificados e concessão de Título de Especialista e respectivo registro.
2012	015	Aprova o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia
2016	010	Aprova o Regimento Interno CRP-12 (CFP)

Ano	Número	Ementa da Resolução do CRP-12
2008	001	Dispõe sobre Registro, Cadastro, Cancelamento, Responsabilidade Técnica, Infrações e Penalidades referentes às Pessoas Jurídicas com jurisdição no CRP-12.

2008	002	Altera e revoga a Resolução CRP-12 nº 004 de 29 de maio de 2006, que dispõe sobre a solicitação de inscrição profissional por correspondência e dá novas providências.
2010	005	Altera a Resolução CFP nº 001/2009
2013	001	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de negociação previsto na Resolução CRP 12 SC nº 01/2012 de 24 de agosto 2012.
2015	001	Altera a Resolução CRP-12 n. 001/2014 e dispõe sobre os valores de diárias e ajudas de custos a serem pagas pelo Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região.
2015	002	Cria Função de Confiança – Coordenação Técnica
2016	001	Regimento das Subsedes
2016	002	Cria Subsede Norte
2016	003	Cria Subsede Sul
2016	004	Cria Subsede Oeste
2016	005	Alteração Pagamento de Diária
2016	006	Regimento para uso de espaços físicos na Sede e Subsedes

3.3. Breve histórico da entidade

O Conselho Regional de Psicologia 12ª Região Santa Catarina (CRP-12) é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei Federal nº 5766, de 20 de dezembro de 1971. Tem sede no foro da Cidade de Florianópolis e jurisdição em todo o Estado.

O CRP-12 faz parte de um sistema formado pelo Conselho Federal de Psicologia e outros 17 Conselhos Regionais distribuídos por Estados e/ou regiões. Tem como funções primordiais orientar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de psicólogo no nosso Estado, zelando pela fiel observância dos princípios éticos e disciplinares da classe.

A fim de cumprir esta função:

Esta autarquia permite, aos graduados em Psicologia, o exercício profissional. Para tanto, expede a Carteira de Identidade Profissional de psicólogo. Mantendo o cadastro dos inscritos;

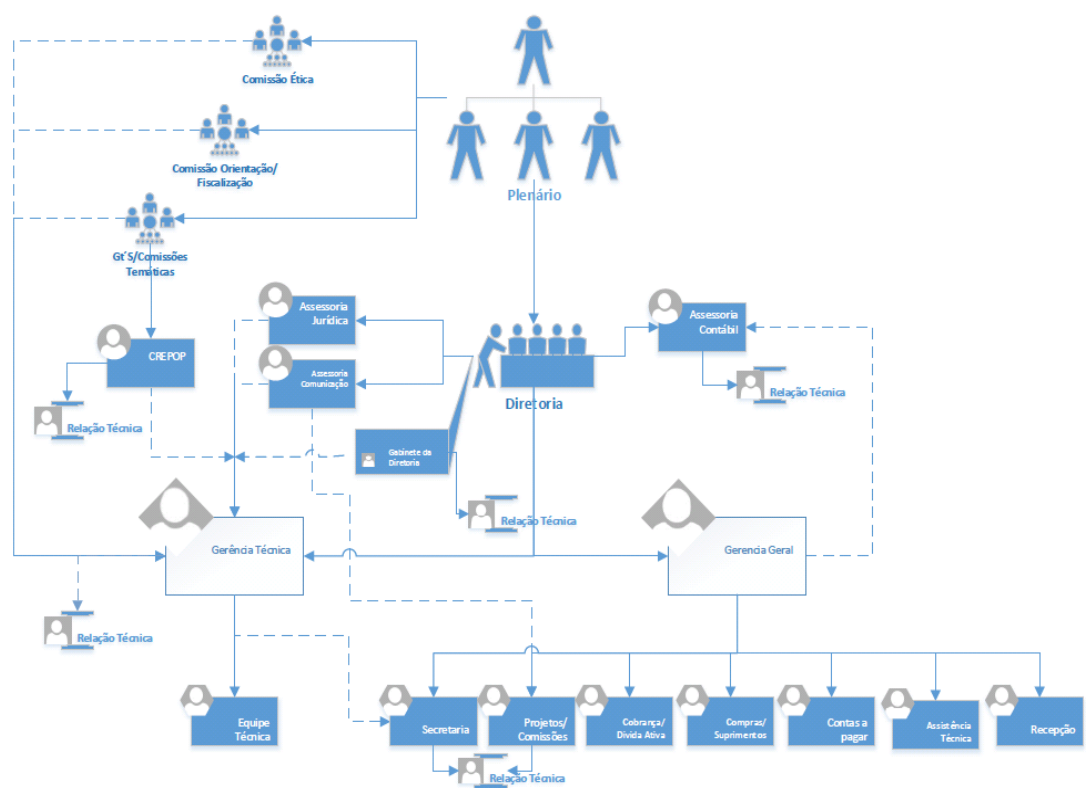
Realiza orientações a psicólogos e a comunidade sobre o exercício profissional de psicólogo, servindo de tribunal às possíveis infrações éticas relativas ao exercício profissional; e

Participa, juntamente com o sistema conselhos de psicologia, da elaboração do conjunto de legislações da profissão.

O CRP-12 não é órgão corporativo de defesa profissional tampouco promotor de formação profissional, papéis estes dos sindicatos e das instituições formadoras, respectivamente, mas um defensor da sociedade por meio da legislação profissional e da organização da categoria na direção da ética profissional. É somente por meio do oferecimento de um quadro profissional claro e destacado que uma profissão poderá ter retornos da comunidade a qual a profissão se destina.

Entretanto, uma vez que é função dessa autarquia o zelo pelo exercício profissional ético, a mesma realiza discussões com a categoria acerca de como podem ser aumentadas as suas atuações em direção à melhoria da vida das pessoas. Para tanto, desenvolve ações que promovam a integração de profissionais na construção de uma política que seja correspondente às necessidades da população.

3.4 Organograma



4. Planejamento Organizacional e desempenhos orçamentário e operacional
4.1. Planejamento Organizacional
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício
4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e de outros planos

PROCESSO PARA A REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1ª ETAPA - 22/11/2013	2ª ETAPA - 6/12/2013	3ª ETAPA – 20/12/2013
<u>1º Momento</u> - Boas vindas – “Nos vendo com outros olhos” - Expectativas d@s participantes <u>2º Momento – Análise situacional</u> Objetivo: nivelamento de informações e esclarecimentos - Contextualização do momento atual - Estratégia Nacional do CFP - Estratégia Regional - Programa de ação proposto pela atual diretoria	<u>3º Momento – Pra fazer acontecer</u> - Problemas -> Seleção -> Oportunidades -> Foco estratégico -> eixos estratégicos Socialização do Plano de Ação - Demandas - Recursos - Papéis/responsabilidades - Agenda * Encaminhamentos - Calendário - Monitoramento do Planejamento	<u>Socialização com a equipe de trabalhadores/as do CRP</u> - Nome, o que faz, expectativas e temores, o que mais gosta e menos gosta <u>Socialização com a equipe de trabalhadores/as do CRP</u> - Apresentação do eixos estratégicos - Definições políticas
14h – Definição dos objetivos estratégicos para o período planejado (gestão) <u>Análise de Cenários</u> - Quem somos (forças e fraquezas) - Recurso (Humanos, materiais, financeiros, físicos) - Quem são nossos aliados - A quem nos opomos: adversários, inimigos - Agendas e pautas de curto, médio e longo prazo	- Como fazer a interface? Como relacionar meios com os fins, o político com o administrativo? - Secretarias e dirigentes opinarem sobre as demais secretarias. Continuidade do Plano de Trabalho - Ações de curto prazo - Ações de médio prazo - Ações de longo prazo Instrumento de monitoramento	<u>Grupos</u> - Leitura do Relatório do Planejamento e sugestões - Dificuldades e oportunidades para implementar o Planejamento - Papel da equipe para contribuir na implementação <u>Encaminhamento para 2014:</u> - Construção dos Planos de Trabalho por setor à luz do Planejamento Estratégico aprovado

Tarefa: Organização de cada Comissão/Secretaria	• Pacto de gestão e gestores • Coordenação/ões	- Necessidades funcionais
--	---	---------------------------

INTRODUÇÃO

Questões de partida para os atores do planejamento estratégico

- Qual o papel do Conselho?
- Reforçar a gestão ou um projeto de profissão?
- Quais as possibilidades de construir o diálogo e que os psicólogos de fato se vejam no CRP?

Contexto atual e centralidade política

O programa de ação proposto pela atual diretoria está vinculado à estratégia do Conselho Federal de Psicologia e à diretriz política do movimento “para cuidar da profissão”, que vê a psicologia com compromisso social e comprometida com a democracia, a diversidade e a cultura de paz não alienada. O objetivo é interligar essas políticas no conjunto dos três eixos delineados até o momento, a partir de uma gestão que tenha uma unidade de ação e de discurso:

Eixo 1: Ações com psicólogos/as e profissão;

Eixo 2: Relação com a sociedade;

Eixo 3: Organização e gestão.

A gestão atual defende um projeto político de combate à hegemonia do modelo neoliberal na sociedade brasileira e seus impactos no modelo de Estado, nas relações sociais e mais diretamente no modelo de saúde e na profissão da psicologia. Esse modelo se estende aos profissionais, que são vítimas do individualismo que leva a uma postura de transferência de responsabilidade (para o CRP, para o outro, para o Estado, para o usuário etc.).

Nesse sentido a forma como se organiza o “mercado” profissional sofre os impactos do modelo, com práticas corporativas, academicismo e a hegemonia do modelo biomédico, o que faz com que na luta política os opositores políticos e ideológicos favoreçam as práticas que levam à alienação e ao sofrimento e são fortalecidos por entidades e grupos organizados que em parte se opõe aos direitos, com setores que são violadores de direitos. Em grande parte o modelo é sustentado pelo monopólio das comunicações, que é um campo de disputa histórica por parte do Sistema Conselhos e que será reafirmado na gestão 2013-2016.

Um dos grandes desafios do mandato é explicitar nos espaços de atuação do CRP o sentido da presença da psicologia– de que subjetividade se fala em cada espaço, buscando a articulação da psicologia com a política – o conteúdo que levará para os diferentes espaços de atuação, tantos na intervenção em políticas públicas, como na aliança com os movimentos sociais em defesa de direitos e na relação com a psicologia (diretamente com psicólogos e no modelo de profissão). O objetivo é de informar a sociedade sobre o papel da psicologia e os benefícios que a profissão traz.

Existe uma questão paradoxal sobre o fato da estrutura Conselho ser uma autarquia criada como um braço do Estado, sendo que a função do Estado é de conter as demandas da sociedade e impedir os avanços do movimento social. O papel do Conselho enquanto esse braço é o mesmo da Escola - de enquadrar. Ainda assim na sua trajetória a autarquia atingiu um lugar de representatividade, legitimidade, poder de dialogar com as instituições da psicologia, com o Estado e com a Sociedade.

O momento atual é de mudança de paradigma nas relações sociais que impacta subjetividades, com o surgimento de questões novas provocadas pela era da informação e a consolidação da sociedade em rede (favorecida pela internet). Esses instrumentos por um lado favorecem a liberdade de comunicação, mas por outro levam efervescência e multiplicidade de processos que exige prontidão (capacidade para entender esse novo e dar respostas) e uma presença útil para desembaraçar os nós que identificamos em diferentes campos prioritários.

Por outro lado, a rapidez, a produção e a ausência de reflexão podem gerar processos perecíveis, que levam a deseducar e a fortalecer uma sociedade desigual e produção de angústias. Essa angústia com o tipo de mundo que estamos vivendo leva ao adoecimento da sociedade, uma demanda explosiva de necessidades, como as crises de depressão.

São inúmeros desafios que necessitam da qualificação das Ferramentas de Gestão como o planejamento estratégico, o Crepop, a política de colaboradores e a relação com os funcionários como caminho para atingir a amplitude que a direção do Conselho deseja realizar no mandato. Os psicólogos colaboradores como referência no maior número de municípios possíveis, na construção de uma política de base que contribua na relação com o psicólogo e com a profissão.

ANÁLISE SITUACIONAL

Eixo 1: AÇÕES COM PSICÓLOGOS/AS E PROFISSÃO

DEBATE

- Ampliar a participação de psicólogos e comissões (troca de aprendizagem, militância, etc).
- Profissional está inserido em vários lugares e muitas vezes não conhecemos.
- Atropelamento pela falta de profissionais, desviando a função.
- De que forma os espaços que desejamos ocupar tenha também um cunho político: Intervenção política e social.
- Relação com as universidades.
- Inserção nos espaços de organização profissional.
- Verificar como se inserir no espaço, por exemplo, Associação dos Psicólogos do Alto Vale.
- Maioria das profissionais são mulheres.
- Incapacidade das políticas públicas darem conta de fortalecer a psicologia.
- Qualidade técnica e científica.
- Aproximar dos espaços formativos - universidades, faculdades, atualização profissional.
- Política neoliberal que atinge a profissão.
- Qual o papel do conselho para desconstruir esse sucateamento?
- A direção que queremos para a psicologia não é a mesma que @s psicólog@s querem.
- Qual será a estratégia para dar uns passos atrás e resgatar esse povo que ficou em outro lugar.
- Trabalho de convencimento para que compreendam que a psicologia precisa se desenvolver em outra direção para ser valorizada.
- O que aqueles que nos escolheram querem de nós? E quem não votou?
- Canal de escuta - link na página
- Garantir espaço de escuta
- Voz ativa nas deliberações

- Pessoas não vem função no CRP
- Como afetar a categoria politicamente?
- De que forma que esses sujeitos
- Talvez as pessoas queiram sair do amortecimento, mas como podemos trazer isso para a categoria.
- Política de ida - conselheiro ir até.
- Psicologia não esteve em todos os lugares.
- Estar em todos os lugares podem ser feitas de forma presencial e de outras formas.
- Entender esse cenário da categoria e da profissão, mas no contexto social atual.
- Entender esse profissional e trazer - sentir-se contemplado pela política e pela visão.
- Desafio de construir um pensamento na categoria onde eles possam se identificar.
- Relação com os recém-formados - aproximar do contexto coletivo, inserindo em atividades e na discussão política. Ter uma visão do que é o Conselho
- Profissionais reclamam que não tem nada e quando tem não participam e reclamam dos outros.
- Trazer as pessoas a partir dos seus desejos e necessidades
- Qualificar o trabalho
- Garantir o reconhecimento da categoria
- Discussão política mais ampliada.
- Compromisso social
- Dimensão da técnica, fazer o diálogo e ganhar a categoria para outro projeto, para não cercear as subjetividades
- Política de proximidade, valorizar as práticas e iniciativas da categoria.
- Políticas públicas de interesse do Estado neoliberal - modelo de Estado e modelo de sociedade.

Eixo 1

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES	SUGESTÕES
Características de trabalho: Isolamento e da categoria	Sistema Estrutura de Relação	Política de colaboradores
Desvios de função	Ações articuladas nacionalmente	Repensar a dimensão da técnica da profissão
Não veem a função do CRP	Rede: Nacional e Estadual	Problematizar as políticas propostas no passado
Adoecimento da categoria	Categoria tomando a frente de muitas iniciativas	Repensar a comunicação
Individualismo, competitividade e rivalidade	Canal de comunicação constituído	Criticar a política de proximidade
Neoliberalismo dos espaços de trabalho	CRP legitimidade – empoderamento	Espaços de Críticas e falas
Sucateamento da psicologia	Respeito e reconhecimento profissional e do CRP	Criar espaço de relação com as instituições
Fragilidade da atuação	Estrutura Institucional	Relação com a academia

profissional		
Espaços institucionais vazios	Temos meios – Mídia/Rede	Relação com recém-formados
Comunicação sem interação	Reconhecimento no controle social = atuante	Pensar a linha de qualificação profissional
Sucateamento das políticas públicas	Posicionamentos públicos de visibilidade	Relação com a ABEP
	Visibilidade da Psicologia: Escuta de vítimas de violência; Ato médico, cura gay; exame criminológico; internação compulsória; não a política álcool/drogas	

Eixo 2: RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

DEBATE

- Buscar o reconhecimento em relação à potência da psicologia. Criar iniciativas para buscar o reconhecimento social.
- Por uma política de assistência às pessoas com sofrimento psíquico # louco e drogado
- Divulgar as possibilidades da psicologia no cotidiano, a possibilidade do trabalho do psicólogo nas diferentes demandas das pessoas e da sociedade. O fazer miudinho da psicologia em diferentes situações.
- Estabelecer canais de escuta e retorno da e para a sociedade/usuários para avançar no fazer da profissão -> articulado com os demais espaços de escuta, que apontem fragilidades e novos horizontes.
- Ouvir as dúvidas e críticas da sociedade de forma permanente, aberta e transparente - criação de uma ouvidoria (escuta do profissional e da sociedade).
- Diálogo com a sociedade e com gestores -> utilização das mídias, criar folder físico (prevenção e promoção humana).
- Protagonismo na política de assistência social, com a atuação nos Conselhos de Políticas Públicas. Atuação em conselhos e ações pontuais com gestores, interlocuções sem continuidade.
- Criar publicidade - marca que queremos deixar - síntese da identidade da gestão. Marca da gestão passada - cuidar do psicólogo
- Diálogo com grupos organizados: olhar exemplo da OAB.
- Fortalecer outras instituições com suas demandas específicas, como o Sindicato e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) para que atenda a demanda de formação profissional.
- Atuação em políticas públicas: aquelas que têm interface com a Psicologia (onde o psicólogo está)
 - Dimensão subjetiva a ser pensada. Ex. Cultura, Políticas raciais.
 - Comunicação, Saúde mental, defesa civil, mobilidade urbana, saúde, habitação, direitos humanos, índio.

- Estabelecer relação com movimentos sociais de defesa de direitos e aliança com relação à atuação da psicologia.

Diferença entre o papel do Conselho e o papel do Sindicato

- O Sindicato foi um espaço de oposição política e hoje avançamos. CRP sentou com a direção do Sindicato e planejou uma pauta comum, para fazer conjuntamente.
- Dificuldade de a categoria diferenciar os papéis do Conselho e do Sindicato, que não são antagônicos, mas sim complementares.
- Sindicato não dá conta do seu papel, que é de regular a questão do trabalho.
- (ausência até pouco tempo do sindicato, outros conselhos q fazem o papel de sindicato).
- Cuidar tem clareza de fortalecer a psicologia, mas a demanda sindical não é nossa. Queremos fortalecer as entidades que cuidam desses campos.

Eixo 2

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES	SUGESTÕES
Baixa relação com a sociedade civil organizada	Respostas qualificadas	Buscar o reconhecimento da potência psicologia
Baixo acesso aos serviços de informação	Recursos financeiros	Divulgar as possibilidades da psicologia no cotidiano
Desconhecimento dos papéis e atribuições	Estrutura consolidada	Estabelecer canais de diálogo com a sociedade
Baixa atuação em PPS e controle social		Ampliar relação com executivo, legislação e judiciário
Descuido da relação com outros movimentos sociais		Dar respostas ágeis e objetivas
		CDH papel de articulador com o diálogo com a sociedade
		Diálogo com grupos organizados
		Debater o papel do CRP e o papel do Sindicato
		Atuação em Conferências de PPs
		Articulação com movimentos sociais

Eixo 3: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

ANÁLISE DOS RECURSOS

- Espaço físico precário, que precisa ser melhorado para a qualidade do trabalho.
- Funcionários - três a quatro administrativos, dois a três agentes fiscais (para atender as demandas dos escritórios setoriais).

- Política descentralizada com o recurso para a sede (locação de espaços)
- Fazer decolar o escritório de Chapecó - lançado ao final da outra gestão
- Fechado por que foi suspenso o concurso
- Utilização da sede - polo da biblioteca virtual
- Criar um GT para pensar os escritórios e o uso das sedes na região. Desenhar um projeto político para as regiões.
- Escritórios setoriais - gradativo ou simultâneo
- Implantar à medida que a política avança.
- Aquisição de equipamento para atividades online.

Relação com os funcionários

- Não colaboração
- Não valorização
- Não reconhecimento

Propostas

- Construir espaço de conversa - reunião mensal diretoria e funcionários
- Socialização do Planejamento Estratégico
- Nova versão do Plano de Cargos e Salário
- Necessidade de qualificação profissional (atendimento)
- Padronização de procedimentos
- Fluxo de comunicação interna, fluxo de trabalho - integração dos setores

Eixo 3

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES	SUGESTÕES
Frágil relação com os funcionários	Respostas qualificadas	Relação com assessorias
Morosidade no atendimento às demandas	Recursos financeiros	Qualificar o atendimento x categoria
Ausência de uma política de base		Fluxo de comunicação
		Fluxo do trabalho
		Padronização de procedimentos - Prazos e retornos
		Comunicação interna
		Política de colaboradores
		Rever lugar do CREPOP - centralidade para política
		Rever papéis das comissões
		Qualificação dos conselheiros = + informação
		Estrutura física sede
		Escritórios setoriais
		Rever a política de comunicação
		Rever papéis de comunicação
		Relação com a mídia (rádio e TV)

		Campanha publicitária marca da gestão
		Criação da Ouvidoria

RECURSOS

Humanos	Físicos	Materiais	Financeiros
18 conselheiras/os	Sede Floripa*	Material e estrutura adequada ao bom funcionamento	Assembleia Orçamentária aprovada
17 funcionárias/os 2 suspensos	Escritório Setorial Chapecó	Aquisição de equipamento para transmissão online	Receita anual de cerca de R\$ 3 milhões.
1 terceirizada	Reforma da Sede		R\$ 200 mil para ações políticas
4 estagiários	Aquisição de terreno		Caixa: R\$ 1.157.185 (sede)
Assessoria de Comunicação	Perspectiva de escritório setorial: Joinville e Criciúma		Necessidade de uma nova assembleia orçamentária para rever o orçamento
Concurso público previsto com impacto no orçamento			

QUEM SOMOS

FRAQUEZAS	FORÇAS
Fragmentação e rivalidade na pluralidade	Profissão legalmente reconhecida
Pouca participação da categoria	Movimento político organizado nacionalmente
Poucos conselheiros para tocar a política	Sistema conselhos/organização nacional
Comunicação com pouco diálogo	Gestão democrática e participativa
Fluxo inadequado da comunicação interna e externa	Psicologia diversa
Fragilidade nas relações interinstitucionais	Gestão SC – Estadualizada e desejosa
Excesso de demanda	Projeto Comum – Imagem e objetivo
Divisão da perspectiva teórica	Compartilhamento de perspectivas
Capturação pelo modelo médico	Legitimidade
Falta de conhecimento e reconhecimento da sociedade civil acerca da profissão	Utopia (projeto de sociedade explícito)

Aliados	Aliados pontuais	Adversários	Inimigos
Instituições de Ensino (a maioria)	Universidades	Setores da academia	RBS
Conselhos de controle social - Conselho Estadual de Saúde - Assistência Social	Crefito	Conselho de Administração	Grande mídia
Espaços de representação	ASCOP	Conselho de Medicina	Cooperativas médicas
FENAPSI	Fórum de entidades	SINPSI – SC	Governo do Estado SC
SINPSI SP		Comunidades terapêuticas	Acaert
Ministério Público Federal	Deputados Volnei Pe. Pedro Ana Paula Luciane Carminatti		Emissores religiosas
CDCSC	Ouvidoria de direitos humanos da presidência da República		Instituições totais: manicômios, presídios, asilos
FNDC	Fecam - Federação Catarinense dos Municípios		
Sociedade de Psicologia de Criciúma	CUT SC		
Sociedade de Psicologia de Caçador	Sindicatos de várias categorias		
CONEN	Psicólogos		
Comitê de combate à tortura	Deputados Federais: Marta Suplicy Carlito Mers Pedro Uczai		
Abraped	MDS		
Abep	Coordenação da Saúde Mental do Ministério da Saúde		
Fórum Estadual de Educação SC	Coordenação Estadual da Saúde Mental		
Comissão Abrapee SC	Movimento da Luta Antimanicomial		
Psicólogos colaboradores	Psicólogos colaboradores		
Psicólogos	Psicólogos		
Fórum Popular de Saúde			
Centro de Direitos Humanos Joinville	APAES		
ABRAÇO	OAB		
Parlamentares	Parlamentares	Parlamentares	Parlamentares:

			Silas Malafaia Marco Feliciano
Movimentos sociais	Governo Federal		
Padre Wilson			
Rede de Atenção Psicosocial	Vereadores: Tiago Silva - LGBTT Lino Peres - Mobilidade urbana, habitação e movimento negro Ricardo Vieira - Saúde		
Rede socioassistencial	Alguns a serem buscados		
DIASI -			
ULAPSI			

AGENDA DE ATIVIDADES

2014	2015	2016
INTERNAS		
Reuniões diretorias (102 reuniões semanais)	Reuniões diretorias (102 reuniões semanais)	Reuniões diretorias (102 reuniões semanais)
Reuniões Plenárias Ordinárias 12 ao ano	Reuniões Plenárias Ordinárias 12 ao ano	Reuniões Plenárias Ordinárias 12 ao ano
Plenária Julgamento Ético 12 ao ano	Plenária Julgamento Ético 12 ao ano	Plenária Julgamento Ético 12 ao ano
Reunião COF (51 reuniões semanais)	Reunião COF (51 reuniões semanais)	Reunião COF (51 reuniões semanais)
Reunião COE (51 reuniões semanais)	Reunião COE (51 reuniões semanais)	Reunião COE (51 reuniões semanais)
Reunião CPP (12 reuniões anuais)	Reunião CPP (12 reuniões anuais)	Reunião CPP (12 reuniões anuais)
Reunião CDH (12 reuniões anuais)	Reunião CDH (12 reuniões anuais)	Reunião CDH (12 reuniões anuais)
APAF (1 POR SEMESTRE)	APAF	Pré Congressos
Política de Colaboradores - Encontros mensais com articuladores - Encontros por áreas de atuação - Qualificação trimestral com articuladores	Política de Colaboradores	COREP
Reuniões de entrega CIP e relação com universidades (Calendário)	Reuniões de entrega CIP e relação com universidades (Calendário) - Rodada pelas regiões e instituições	CNP
Ciência e Profissão Nacional –		Eleições

FENBP		
Representação CES	Representação CES	Representação CES
Representação CEAS	Representação CEAS	Representação CEAS
Representação FETSUAS	Representação FETSUAS	Representação FETSUAS
Fórum Estadual de Assistência Social	Fórum Estadual de Assistência Social	Fórum Estadual de Assistência Social
Fórum Estadual de Educação	Fórum Estadual de Educação	Fórum Estadual de Educação
Comitê de Combate à Tortura	Comitê de Combate à Tortura	Comitê de Combate à Tortura
Comitê pela Democratização da Comunicação	Comitê pela Democratização da Comunicação	Comitê pela Democratização da Comunicação
Comissão da Verdade	Comissão da Verdade	Comissão da Verdade
Reuniões Plenárias	Reuniões Plenárias	Reuniões Plenárias
Reuniões de Ética	Reuniões de Ética	Reuniões de Ética
Reuniões Comissões	Reuniões Comissões	Reuniões Comissões
Projeto com Sindicato		
Projeto com ABEP SC	Encontro da ABEP SC	
Parceria com Abraped		
VERIFICAR	Encontro Regional da ABRAPSO	Encontro Nacional da ABRAPSO
Lançamento e uso das Referências do CREPOP	Lançamento e uso das Referências do CREPOP	Lançamento e uso das Referências do CREPOP
Ulapsi		
Lançamento do Livro do Comitê da Verdade - Reprodução		
Reunião mensal com funcionários do CRP		
Política de Colaboradores	Política de Colaboradores	
Reuniões de entrega CIP e relação com universidades (Calendário)	Reuniões de entrega CIP e relação com universidades (Calendário)	
Atividade p/ o dia do Psicólogo	Atividade p/ o dia do Psicólogo	Atividade p/ o dia do Psicólogo
APAF	APAF	APAF
Congresso – Ciência e Profissão Nacional	Congresso – Ciência e Profissão SC	
	Pré-congressos para CNP	Pré-congressos para CNP
		Corep - CNP
Entrega de Carteiras	Entrega de Carteiras	Entrega de Carteiras
Reuniões de presidentes e Tesoureiros (CFP)	Reuniões de presidentes e Tesoureiros	Reuniões de presidentes e Tesoureiros
Reunião Nacional da CNDH – CFP	Reunião Nacional da CNDH	Reunião Nacional da CNDH
EXTERNAS		
Semanas da Psicologia	Semanas da Psicologia	Semanas da Psicologia
Assembléia dos Psicólogos	Assembléia dos Psicólogos	Assembléia dos Psicólogos
Oficinas de Ética	Oficinas de Ética	Oficinas de Ética
Eleições		Eleições
18/5 - Luta Antimanicomial	18/5 - Luta Antimanicomial	18/5 - Luta Antimanicomial
Congresso da Ulapsi		
Conferências de PPs	Conferências de PPs	Conferências de PPs

11 de Novembro	11 de Novembro	11 de Novembro
Dia Nacional de Luta Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade	Dia Nacional de Luta Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade	Dia Nacional de Luta Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade
Dia Mundial da Saúde Mental	Dia Mundial da Saúde Mental	Dia Mundial da Saúde Mental
Eleições Governo Federal e Estadual		
Seminário Psicologia e Justiça		
Dia Nacional da Consciência Negra		
Dia Nacional dos Direitos Humanos		
Dia Nacional de Combate à exploração sexual e infanto-juvenil		
Higienização com a Copa do Mundo e Olimpíadas		

2º Encontro - Planejamento por comissões e tarefas da diretoria
CRP, 06/12/2013

EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Eixo 1: Ações com psicólogos/as e profissão

Objetivo estratégico: Criar uma rede de relacionamento com os psicólogos e a psicologia, de forma horizontal e descentralizada, com espaços de troca e proposições que desafiem o pensar e o fazer, com ações políticas e educativas que valorizem o potencial profissional e o reconhecimento da categoria para si mesma e para a sociedade.

Eixo 2: Relação com a sociedade

Objetivo estratégico: Atuar de forma protagonista junto à sociedade, de modo a ser uma referência nos debates sobre a potência da psicologia e psicólogos, buscando alianças com movimentos sociais, intervindo em políticas públicas e sociais, e criando espaços de troca e articulação.

Eixo 3: Organização e gestão

Objetivo estratégico: Realizar uma gestão transparente, descentralizada e articulada com aliados, aberta ao diálogo, de forma a otimizar os recursos e potencializar as ações e resultados, qualificando gestores e funcionários e aperfeiçoando os canais de troca.

PLANO DE TRABALHO POR EIXO ESTRATÉGICO

As marcações coloridas são as contribuições que o grupo de funcionários fez na 3ª etapa do Plano e precisavam ser resolvidas pelo Pleno e Diretoria na 4ª etapa do Planejamento.

Eixo 1: Ações com psicólogos/as e profissão

Objetivo estratégico: Criar uma rede de relacionamento com os psicólogos e a psicologia, de forma horizontal e descentralizada, com canais de escuta, espaços de troca e proposições que desafiem o pensar e o fazer, com ações políticas e educativas que valorizem o potencial profissional e o reconhecimento da categoria para si mesma e para a sociedade.

Ação	Interface	Recursos	Prazo	Responsável	Situação em 06/12/13	Objetivos e metas
Implantar a política de colaboradores construída pela gestão	Todo o plenário	1)Material Aparelho de Vídeo conferencia 3) Material de Comunicação (internet etc) 2)Material de divulgação, 3)Conselheiros, Psicólogos Colaboradores 4) Financeiro Ajuda de custo, diária, km rodado 5) equipamentos transmissão online	Ao longo da gestão	Diretoria	Projeto elaborado e aprovado no Plenário	Realizada a política de colaboradores e consolidada em todo o Estado conforme o projeto da gestão. Contribuição social, aprimoramento técnica, aproximação e diálogo entre profissionais efetivada.
Criar campanha informativa sobre as funções e atividades do CRP (cartilhas, site, imagem, revistas jornais)					Confusão sobre o papel do conselho e site muito institucional em detrimento da informação	Categoria, esclarecida sobre o papel do conselho e o site mais informativo e funcional
Criação de canal de escuta das demandas relacionadas à prática	CCS COF	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	COF	Sem sistematização Obs: Seria um “chat”? Qual o meio?	Ter um projeto de comunicação da COF implementado.

<i>profissional (como atendimento on-line dispensável por que são questões bem complicadas), perguntas mais frequentes</i>					Existe o fale conosco (30 demandas temáticas por semana) - tratar mais na diretoria para esta se apropriar e dar encaminhamentos	Qualificada a ferramenta para que as questões tratadas com mecanismos de controle e verificação das respostas dadas ao conjunto das demandas
Realizar uma pesquisa de opinião, para verificar o que o plenário representa enquanto função a vontade da categoria						
Enquete no site do CRP 12 de temas de interesse da categoria, exemplo: evento de natureza da prática clínica.						Realizado levantamento das temáticas que interessam mais à categoria
Otimização do trabalho da COF.				COF		Qualificada a escuta dos profissionais. Como se dará a forma de atendimento? Para onde encaminhar as demandas políticas e administrativas que sejam resolvidas com agilidade e retornos.
Orientação conjunta aos psicólogos	CPP, CDH, CPJ, CREPOP, COE	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	COF	Atendimento de demandas individuais. Com relação a COE, isso não ocorre atualmente	Trabalho otimizado e qualificado
Promoção de debates sobre atuação profissional Estabelecer procedimentos e rotinas	CPP, CDH, CPJ, CREPOP, COE	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	COF	Recebimento de solicitações dos profissionais com respostas individuais	Processos diminuídos e profissionais qualificados quanto atuação ética e técnica.
Estabelecer parcerias com as Universidades e relação	CCS e IES, GT		Permanente -	CCS Inea	Emissão correspondência	A relação com as IES estreitada.

com os estudantes (entrega de CIPs, participação nas Semanas Acadêmicas)	Psicologia e Ensino				propondo parceria, com alguns retornos	
Realização de debates junto as IES sobre ética e estágios profissionais	GT Psicologia e Ensino, COE e ABEP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	COF	Fragilidade desta relação com IES.	Qualificadas a relação com a categoria e com o campo.
Realizar discussão sobre a atuação dos profissionais no SUAS/SUS e a interface com a justiça	CPP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	COF	Número significativo de demandas individuais sobre o tema;	Atendimento qualificado às demandas e amplidas as discussões. Criado procedimento padrão.
Organização de oficinas de formação – avaliação psicológica e elaboração de documentos (por área de atuação) Eventos de capacitação junto à categoria – projetos COF/COE/CREPOP. Campanha informativa, a categoria primordialmente trabalha na psicologia clínica, pensando neste grupo, qual a inserção desta prática nas ações do CRP? Apenas no âmbito orientativo/punitivo? E a promoção/qualificação?	COE, COF e CPP - categoria parceria com outras entidades		permanente	COE, COF e CPP, Comissões por área	Não há	Realizado o exercício da reflexão coletiva sobre as implicações éticas da prática profissional.
Organização de grupos de debate por campo de atuação: - saúde - assistência social - educação - interface com a justiça	CRP e categoria	Conselheiros e colaboradores, equipamentos transmissão online		Comissão específica com coordenação do CREPO	Inexistente	Realizado o exercício da reflexão coletiva sobre as implicações éticas da prática profissional.

- organizações e trabalho - mobilidade urbana				P		
Fomentar a discussão junto à psicologia catarinense sobre a prática profissional junto aos desportos	CRP e categoria	Finanças e estrutura do CRP		Fabício	Não há	Apoio e organização do campo
Desenvolver Qualificação para Psicólogos Conselheiros de Direitos e outros interessados nos espaços de controle social relacionados diretamente e indiretamente à saúde;	CDH, CPP e CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP	Não há	Qualificação para o controle social
Promover debate com gestores e movimentos sociais, visando ampliação e inclusão de psicólogos nos diversos espaços do SUS (diversos pontos de atenção) e SUAS (níveis de proteção) e outras políticas públicas	CDH / Gestores/CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes	Não há	Psicologia no SUS
Desenvolver estratégias para fundamentar a discussão sobre a inserção do psicólogo na ESF, para além do NASF	CDH / Gestores/CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes	Não há	Maior presença da Psicologia nos SUS, de acordo com a legislação/integralidade.
Realizar Seminário Estadual sobre Saúde Indígena no cenário nacional e catarinense;	CDH / FUNAI/Gestores/CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes/Sabrina	Não há	Desenvolver uma Psicologia voltada aos povos Indígenas.
Discutir a profissão sob um viés de gênero, suas potencialidades e fragilidades e impactos na profissão.	CDH/Gestores/CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	2014	CPP Ana Lopes	Maior parte da categoria é formada por mulheres. CFP iniciou a discussão para verificar o	Política de gênero para a categoria constituída.

					impacto. Analisar a questão da feminização da profissão e a correlação com a precarização profissional.	
<i>Desenvolver polo da BVS-PSI no CRP 12 e escritórios setoriais. Qualifica e incentivar o uso da Biblioteca virtual</i>	CCS	Finanças e estrutura do CRP Buscar projeto junto ao Ministério da Saúde	2014	CCS Jaira	Não há	Informações técnica e científica transparentes. Criado espaço para operacionalizar o equipamento para o acesso à biblioteca virtual.
<i>Informar a categoria de profissionais de psicologia, sobre as formas de obtenção do título de especialista, bem como, as principais discussões sobre o assunto</i>	CCS, CATE	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	Juliana Remor	Iniciado	Meios de comunicação social do CRP 12 utilizados para divulgar a possibilidade.
<i>Divulgar as especialidades em psicologia, nos eventos de áreas afins no Sistema Conselhos principalmente nas entregas de Carteiras de Identidade Profissional. Material informativo (banner, folder) sobre suas modalidades, cursos de formação credenciados pelo CFP, novas especialidades reconhecidas e seu propósito quanto ao novas especialidades reconhecidas</i>	CCS, CATE	Finanças e estrutura do CRP	Permanente Em andamento	Juliana Remor	Iniciado	Divulgação das especialidades oferecidas pelo sistema conselho.

Otimizar questões operacionais para efeitos de concessão, registro de título de especialista.	CATE	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	Juliana Remor	Iniciado	Estabelecido um fluxo e uma rotina de andamento dos processos de registro do título de especialista,
Acompanhamento e impacto do registro de especialista em psicologia	CATE, CCS CREPOP			Juliana Remor		Deixar elucidado o reconhecimento do título de especialista no sistema conselho na carreira profissional.
Participação efetiva junto ao FEPSIC e incentivar a criação de entidades e de espaços interinstitucionais	Fórum de entidades e CRP 12	Finanças e estrutura do CRP e das entidades filiadas	Permanente	Ana e Jaira	Não ocorria uma participação sistêmica. Recentemente foi constituído o Fórum, que carece de cumprir o regimento interno.	Fórum fortalecido com o estabelecimento de pautas comuns de interesse da categoria, da psicologia e do Sistema Conselhos. Regimento interno eficaz e cumprido à risca.
Desenvolver um projeto que potencialize a ligação do profissional recém-formado com o CRP a partir da entrega das carteiras de identidade profissional e a aproximação com o sistema X anuidade <i>Promover rede de contatos entre profissionais. Poderia haver programa de incentivos de isenção de uma parte da anuidade em contrapartida à participação e qualificação profissionais. Possibilitar pagamento da anuidade em 12 parcelas ou proporcional à data de inscrição.</i>	COF Diretoria Secretaria	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	Claudia	Há somente a entrega de carteiras	Estabelecida uma relação de referência com os psicólogos recém-formados, focada em práticas psicológicas e inserção de mercado de trabalho, com dicas de como operacionalizar a vida profissional. Agenda anual da reunião de entrega de carteiras pré-definida e em maior frequência nas diversas regiões. Disponibilizar a inscrição e programação da reunião de entrega de carteiras no site e divulgação em Boletim Eletrônico (BE).

Construir vínculo com outras instituições da psicologia e auxiliar em seu fortalecimento	Diretoria			Jaira		Política de apoio às entidades implementada.
Instituir o GT – Psicologia e Ensino	CRP, ABEP e IES			GT Psicologia e Ensino Juliana Reis	Criado o GT	Espaço de diálogo permanente com as IES
Estabelecer parcerias com as Universidades e relação com os estudantes (entrega de CIPs, participação nas Semanas acadêmicas)	CCS e IES, GT Psicologia e Ensino		Permanente	CCS	Emissão correspondência propondo parceria, com alguns retornos já efetivados.	Estreitar a relação com as IES
2º Congresso Ciência e Profissão SC (2015)	Entidades da Psicologia Catarinenses e CRP 12	Inscrições: poupança de R\$9 mil	2015		Projeto global pensado	Práticas exitosas socializadas
Participação no Congresso da ULAPSI – Guatemala e socialização do conteúdo debatido através da produção de um material			2014		No dia-a-dia os psicólogos não tem conhecimento da existência da ULAPSI e do que é discutido.	Categoria compreendendo a relevância de pensar uma psicologia latino-americana.
Fortalecer a participação da psicologia nas Plenárias do FNDC			Permanente			Categoria qualificada no debate sobre a democratização da comunicação
Organização de uma pesquisa junto a ABRAPEDE em relação ao acidente em São Francisco do Sul				CPP Ana Lopes		Pesquisados os impactos do acidente e a contribuição da psicologia com objetivos de prevenção.
Debater referências do CREPOP em relação a Emergências e Desastres				CPP Ana Lopes		Temática compartilhada com a categoria

Debater referências do CREPOP em relação a Políticas contra a discriminação racial com ênfase na discriminação que ocorrem nos serviços				CPP Ana Lopes		
Criação de GT interinstitucional sobre saúde indígena				CPP Ana Lopes/Sabrina		Promovida a interlocução entre o campo de atuação SM no contexto indígena e categoria profissional
Realização de um seminário regional sobre Saúde indígena				CPP Ana Lopes/Sabrina		
Criação do GT Institucional de acompanhamento Concursos Públicos (análise de editais)	Verificar instituições SINPSI Asjur e Crepop			Fabrício		
1º Seminário Interface Psicologia e Justiça				Juliana Medeiros		
Organização do Fórum em SC pela não medicalização da vida e da sociedade				Simone		
Contribuir para a criação do núcleo da ABRAPEE em SC	Parceria com ABRAPEE			Simone	Não existe em Santa Catarina	
Desenvolver ações delineadas com o SINPSI em reunião de planejamento interinstitucional	Diretoria SINPSI	Finanças e estrutura do CRP	2014	Diretoria	Não há relação sistematizada. Será apresentado na Plenária do dia 07/12	Fortalecida a organização sindical dos psicólogo trabalhador
Criar material informativo diferenciando as ações do Conselho e do Sindicato	Material de divulgação	CCS, Sindicato	Médio Imediato	Diretoria	Confusão de papéis entre a função do CRP e do Sindicato.	Esclarecido aos profissionais a diferenciação de papéis do CRP e do Sindicato.
Comemoração do Dia do Psicólogo	Todo o plenário – Entidades	Financeiros – estrutura do CRP-12	Permanente	Diretoria	Apenas campanha publicitária, outdoor/jornais, sem	Além de comemorar a data em relação à profissão, transformar a

	da Psicologia – FEPSIC?				articulação com entidades/profissionais	data em um momento de articulação da categoria,
Luta Antimanicomial	Todo o plenário	Financeiros e Estrutura CRP-12	Permanente	CDH	Sem sistematização	Ratificar a data como marco importante da luta antimanicomial e criar um espaço nas articulações do CRP-12 em relação à questão.

Eixo 2: Relação com a sociedade

Objetivo estratégico: Atuar de forma protagonista junto à sociedade, de modo a ser uma referência nos debates sobre a potência da psicologia e psicólogos, buscando alianças com movimentos sociais, intervindo em políticas públicas e sociais, e criando espaços de troca e articulação.

Ação	Interface	Recursos	Prazo	Responsável	Situação Atual	Objetivos e metas
<i>Promover debates por meio de oficinas de orientação a profissionais que atuam em CAPS III no sentido do exercício profissional e direitos humanos.</i>	SINPSI, MP, ABEP, VISA, CDH	Finanças e estrutura das entidades		CPP Ana Lopes	Realizado pontualmente.	Ação de orientação sobre a temática
<i>Desenvolver sistemática de fiscalização junto aos CAPS AD III, no sentido do exercício profissional do psicólogo e preservação de direitos</i>	SINPSI, MP, ABEP, VISA, CDH	Finanças e estrutura das entidades		COF	Não há	Ações de fiscalização temática
<i>Desenvolver sistemática de fiscalização às comunidades terapêuticas</i>	SINPSI, MP, ABEP, VISA, CDH	Finanças e estrutura das entidades	Pontual	COF	Realizado pontualmente.	Ações de fiscalização sobre as violações de direitos (medidas sócio-educativas, por ex), financiamento público via saúde assistência social e

						qualidade geral dos serviços prestados.
<i>Promover debates por meio de oficinas de orientação a profissionais que atuam em comunidades terapêuticas, defendendo as posições da psicologia em face dessa instituição.</i>	SINPSI, MP, ABEP, VISA, CDH CONSELHOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	Finanças e estrutura do CRP Permanente	Permanente	CPP Ana Lopes	Não há	Acompanhamento do trabalho das comunidades terapêuticas
<i>Articular parceria com a ABEP e IES participação nos eventos do CRP 12 aos alunos dos Cursos de Psicologia nos debates sobre a prática profissional da psicologia.</i>	COF	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	GT Ensino Juliana Reis	Não há	
<i>Promover a “campanha por uma rede de atenção psicossocial voltada para a atenção integral e não apenas a pessoas com transtornos mentais, como por exemplo, a dependência química”;</i>	CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes	Não há	Promovida a saúde integral e não à populações específicas que leva à exclusão social.
<i>Promover esclarecimentos e problematizações junto à população e aos psicólogos sobre a presença de diferentes profissões da saúde no campo da saúde suplementar.</i>	CPP – Saúde	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes	Não há	Discutido o papel da saúde complementar, inclusive seu papel no ramo privado
<i>Desenvolver projeto de participação e potencialização da luta</i>	CREPOP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes	ALESC iniciou com apoio do CRP	Ampliada a visão na sociedade da “Saúde como direito”.

<i>pela não privatização da saúde (SUS) (Saúde + 10);</i>						
<i>Desenvolver uma sistemática de discussão entre os psicólogos sobre a relação entre políticas sociais, políticas públicas, modelo neoliberal em transversalidade com a ideia de subjetividade.</i>	CREPOP Utilizar os grupos por áreas de debate	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CPP Ana Lopes	Não há	Problematizado o papel do Estado junto aos psicólogos
<i>Diálogo com os poderes executivo, legislativo e judiciário (referente– projetos de lei e demandas da psicologia)</i>				Diretoria		
<i>Fazer gestão junto ao Executivo e Legislativo em Relação ao projeto de lei que versa sobre aprovação de um marco regulatório na política de comunicação</i>				Diretoria		
<i>Seminário com a sociedade civil e categoria sobre a pesquisa de Emergências e Desastres</i>				CPP Ygor		
<i>Lançamento Estadual do Livro “Verdade revolucionária:...” e demais participações do CRP 12 na Comissão da Verdade</i>				Diretoria		
<i>Compor a Comissão de Direitos Humanos com os Movimentos Sociais</i>				CPP Diretoria Yara		Minimizadas as situações de violação de direitos no Estado e assegurada a garantia de direitos no exercício profissional.
<i>Participação em Fóruns</i>				CPP Ana		

<i>ligados à política da gestão</i>				Lopes		
Construir uma sistemática de debates sobre psicologia, laicidade e Código de Ética. Pautando-se nas deliberações do VIII CNP	MEEL e OLE			Diretoria		
Realizar audiências públicas sobre liberdade religiosa	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Jaira		Ampliado o debate com a sociedade.

Eixo 3: Organização e gestão

Objetivo estratégico: Realizar uma gestão transparente, descentralizada e articulada com aliados e aberta ao diálogo, de forma a otimizar os recursos e potencializar as ações e resultados, qualificando gestores e funcionários e aperfeiçoando os canais de troca.

Ação	Interface	Recursos	Prazo	Respon sável	Situação em 06/12/2013	Objetivos e metas
Revisão de procedimentos e criação de ferramenta de gestão e fluxograma de comunicação interna do CRP Formalizar procedimentos, auditar e certificar. Implementar ferramenta de comunicação interna online (chat, GED, Intranet) Atualização cadastral no site interligado com o SISCAF (SISCAF web já existe - criar interface para o site do CRP12 .	Diretoria, Comissões e setores	Finanças e estrutura do CRP	2014 /	Diretoria	O controle é realizado manualmente. Necessidade de qualificação profissional da equipe para o atendimento. • Orientação externa? Intranet? Precisaremos de uma orientação externa (consultoria organizacional)?	Ferramenta implementada e resposta às solicitações, efetivadas com transparência nos processos. A Lucila tem um projeto para sugerir o controle de tramitação entre os setores, a ser aprimorado pela ass. informática. Verificação de retornos. Criar um sistema de Fluxo de processos . Alcançada a referência de qualidade no atendimento COF e Secretaria
Criar um Manual de Padronização de	Diretoria, Setores			Diretoria	Necessidade de detalhar e mapear as	Mapeamento das atividades e

procedimentos	... Gestão e funcionários				atividades: quem faz? Como faz? Orientação externa?	responsabilidades de cada setor, bem como, o fluxo dos serviços. Sugerimos construção conjunta aproveitando espaço disponibilizado para reunião entre diretoria e funcionários.
Adequação dos instrumentos utilizados nas orientações/fiscalizações da COF	COF	Finanças e estrutura do CRP	2014 / COF	Diretoria COF	Desatualizados	Qualificado o processo de fiscalização e atualização de acordo com a nova política proposta pelo MUORF.
Informatizar a coleta de dados do termo de visita e solicitações da COF	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014 / COF	COF	Dados coletados manualmente e não sistematizados	Dados coletados transformados em ferramenta de gestão para repensar o processo de orientação e fiscalização
Realizar reuniões semanais para encaminhamentos das pautas da COE	COE	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	Simone	Manter	Manter ação da COE
Desenvolver sistemática de mapeamento contínuo dos profissionais no campo das políticas públicas da saúde, educação, segurança e assistência social.	CREPOP Gestão Projetos	Finanças e estrutura do CRP (atualização SISCAF)	Permanente	CPP Ana Lopes	Sem sistematicidade	Disponibilizada informação rápida sobre a atuação profissional nesse setor. Criadas ferramentas para aproximação entre CRP e psicólogos que atuam nas políticas públicas. Atualizadas informações sobre atuação profissional nos eventos promovidos pelo CRP-12 no momento da inscrição.
Desenvolver projeto de criação de escritórios setoriais, a partir da	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Diretoria	Não há	Criados até mais dois escritórios setoriais 1) Norte

efetivação da política de colaboradores e participantes. <i>Autonomia do escritório setorial para realização dos procedimentos administrativos.</i>						2) Sul
Reinauguração e dinamização do Escritório Setorial de Chapecó <i>Autonomia do escritório setorial para realização dos procedimentos administrativos.</i>	GT irá pensar o funcionamento		Reabertura imediata	Diretoria		
Reorganização física e funcional dos espaços do CRP	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Diretoria	Há projeto sendo organizado.	Espaço físico e funcional readequado.
Estudos sobre necessidades do corpo funcional do CRP 12 e realização de concurso.	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Diretoria	Em implementação.	<i>Sugerimos coleta de informações com os funcionários (necessidades).</i>
Projeto Ergonomia funcional				Diretoria	Avaliação em andamento	Condições de trabalho melhoradas.
Aprovação do Plano de Cargos e Salários			Implementar até a partir de maio de 2014.	Diretoria <i>Representantes dos funcionários</i>	Em andamento	
Pensar uma política de formação e qualificação funcional permanente – via programa de qualidade (foco serviços de atendimento) Verificar o que a COP encaminhou a respeito e a lista de cursos	Comissões políticas do CRP	Finanças e estrutura do CRP	Permanente/	COF <i>Gerência</i>	Planejamento estratégico para dar sentido ao fazer Reuniões de terça - desenvolver algumas pautas políticas.	Qualificados os serviços e o atendimento às demandas dos psicólogos. <i>Qualificado os setores internos do CRP-12 para melhor atender às demandas de funcionamento.</i>

<i>necessários para cada área.</i>						
<i>Criar um projeto de qualificação de conselheiros</i>				Diretoria		Contar com a participação dos funcionários para criação do projeto de qualificação.
<i>Reunião de entrega de CIPs</i> Valorizar o momento, criando um evento de entrega no espaço do CRP				COF	Projeto sendo desenvolvido	Centralizar na sede e setorial, onde há estrutura física própria. Extinguir a obrigatoriedade de participação do psicólogo na cerimônia.
<i>Criação de um sistema de registro das representações e ações desenvolvidas junto ao setor de projetos</i>				CPP Ana Lopes		Documentado o desenvolvimento das ações com banco de dados e sistema de documentação compartilhada.
<i>Trocar a Central telefônica para digital, e aquisição de equipamento para transmissão online</i>	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Diretoria		
<i>Realizar audiências públicas sobre liberdade religiosa</i>	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Jaira		Ampliar o debate com a sociedade Exo. 2
<i>Desenvolver nota técnica sobre a relação da psicologia com as práticas religiosas</i>	COE COF Colaboradores	Finanças e estrutura do CRP	2014	COF		Orientação dos profissionais e sociedade Realizar enquête através do site para coleta de informações.
<i>Desenvolver uma política de arredação junto aos psicólogos inscritos</i> Facilitar o passo a passo do pagamento.	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	Diretoria Fabrício	Permanente	Estímulo de manutenção dos pagamentos em dia. Divulgação ampla da política de descontos (site, jornal, boletim eletrônico).

Pautar a discussão na APAF						Gerar o boleto via site para obter desconto. Cobrança de anuidades anteriores ao ano em curso em paralelo por meio de mensagem correio eletrônico.
-----------------------------------	--	--	--	--	--	--

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO (apontamentos retirados dos três eixos para pensar uma política global de comunicação)

Ação	Interface	Recursos	Prazo	Responsável	Situação em 06/12/13	Objetivos e metas
<i>Elaborar projeto de comunicação institucional</i>				CCS		
<i>Pesquisa da Imagem institucional do CRP12</i>				CCS		
<i>Desenvolvimento de campanha de Gestão</i>				CCS		
<i>Divulgar o fazer do psicólogo entre os diversos meios de comunicação</i>	Meios de comunicação Colaboradores	Material informativo. Folder, spot em rádios etc		CCS		Desmistificada a ideia que a sociedade tem do psicólogo em sua prática de atuação.
<i>Criar campanha publicitária da gestão</i>				CCS		
<i>Fortalecer os espaços de comunicação</i>	CRP, Categoria	Material de Divulgação, Recursos Humanos e Contratação de empresa de informática	Médio/Permanente	CCS	Enfraquecida	Alinhadas as ideias entre CRP e categoria de forma participativa.
<i>Criar um canal de comunicação entre a sociedade e CRP</i>				CCS		
<i>Elaboração e folders informativos à sociedade nos diferentes campos de atuação</i>				CCS		

<i>Criação de um espaço de ouvidoria</i>				CCS		
<i>Pesquisa da qualidade da comunicação desenvolvida entre CRP e psicólogos catarinenses</i>	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	CCS	Não há	Conhecida a eficiência eficácia efetividade e impacto dos canais de comunicação.
<i>Desenvolver ouvidoria aos psicólogos catarinenses.</i>	Diretoria	Finanças e estrutura do CRP	2014	CCS	Não há	Conhecida a eficiência eficácia efetividade e impacto dos canais de comunicação.
<i>Utilizar mídias externas (out door) para a divulgação e valorização a psicologia.</i>	CCS	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CCS	Foi feito <i>out door</i> nesse ano.	Comunicação com a sociedade Incluir esta tarefa na prestação de serviço da assessoria de imprensa. Pesquisar junto às empresas de mídia.
<i>Pautar a mídia sobre situações do cotidiano e as potencialidades e possibilidades da participação do trabalho do psicólogo.</i>	CCS	Finanças e estrutura do CRP	Permanente	CCS	Há a pauta da mídia, mas apenas para situações de grande embate nacional.	Ampliado o conhecimento da sociedade a respeito dos fenômenos sobre os quais atua o psicólogo.
<i>Construir a identidade da gestão a partir de um mote que a represente.</i>	Plenária	Finanças e estrutura do CRP	2014	CCS	Não há para essa gestão	Consolidada a Identidade de gestão
<i>Avaliação dos conteúdos das mídias</i>				CCS		

COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Coordenação Geral: Jaira Rodrigues

Coordenador/a por Eixo:

Eixo 1: Ana Lopes

Eixo 2: Ana Lopes

Eixo 3: Cláudia e Fabrício

Metodologia de trabalho utilizada na atividade com os funcionários em 20/12/2014.

Apresentação do Planejamento para o ano 2014 – Jaira Rodrigues

Trabalho em Grupos (verde, amarelo e rosa)

- Leitura do Relatório do Planejamento e sugestões
- Dificuldades e oportunidades para implementar o Planejamento
- Papel da equipe para contribuir na implementação
- **Os resultados do trabalhos dos grupos foram incorporados ao Planejamento por eixos, com marcações coloridas que são as contribuições dos funcionários durante a 3ª etapa do Plano e precisavam ser resolvidas pelo Pleno e Diretoria na 4ª etapa do Planejamento.**

Considerações gerais

- Até 2016 mudar a visão que o profissional tem do CRP 12, por intermédio de uma atuação que esteja em consonância com os desejos da categoria, colando a prática profissional ao pagamento da anuidade e ao entendimento do papel do Conselho a partir de um canal de comunicação efetivo e apresentando um conjunto de resultados.
- Ser referência no sistema conselho de psicologia, organizado, otimizado, eficiente, trabalhando com sinergia. Somos eficazes, mas talvez falta ser eficiente.
- Organizar o setor de cobranças para se tornar mais eficiente.

Papel da equipe de funcionários/as para contribuir na implementação do planejamento:

- Papel dos funcionários levar dados para os conselheiros e diretoria, conjunto de informações da categoria para a diretoria.
- Dever de trabalhar esses dados (além do bruto), experiência e capacidade de análise de dados para municiar de forma qualificada.
- Ratifica a intranet, comunicação essencial e de interesse do conjunto dos setores, para nortear o psicólogo que liga com suas dúvidas.
- Comunicação é a raiz de tudo e repercute para a imagem da instituição.
- Reunião com funcionários específica para tratar assuntos relacionados.
- Saber o que está acontecendo e para onde encaminhar. Saber se portar institucionalmente.

- Cada pessoa é o cartão de visita do CRP 12. Entender que independente da visão individual, o atendimento é do CRP, e isso é de responsabilidade de cada um/a.
 - Respeito à instituição.
 - "Não sei" não pode ser usado, mas sim "Vou verificar e retornar", demonstrando atenção e preocupação com a pessoa.
 - Analisar se a forma que trabalhamos pode ser melhorada
 - Sigilo das informações, zelo com o material.
 - Site ser utilizado pelo conjunto para subsidiar de informações e otimizar o trabalho. Todos conhecermos o que tem no site.
 - Reorganizar o site para facilitar o acesso e a compreensão.
 - Existem setores do CRP 12 que se ausentam da responsabilidade das suas atividades.
 - Sentir-se dono do seu fazer e de suas responsabilidades, não delegar o insucesso.
 - Vestir a camisa com profissionalismo.
 - Atividades interconectadas e interdependentes para o êxito dos processos.
 - Busca da solidariedade da equipe
 - Processos coletivos - sair da zona de conforto
 - Relação horizontal - política de diálogo
 - Profissionalismo para trabalhar em equipe e dar conta dos objetivos - somos partes de um todo.
 - Assumir seu papel e empoderamento.
 - Estar aberto ao novo - novos jeitos - não sabemos tudo.
 - Importância do respaldo da diretoria para retomar um trabalho mais coeso.
- Cada pessoa do seu jeito e peculiaridades.

Considerações da Diretoria junto aos funcionários - Cláudia:

- Planejamento fragmentados, que esse momento de pensar conjuntamente supera e temos a visão do todo. Precisamos um do outro.
 - Cada mudança de gestão é complicada, que vem de um mesmo movimento político, mas que imprime ritmos diferentes.
 - Equipe com muita experiência na prática do dia-a-dia de quem bebemos muitas dicas legais.
- Fabricio
- Agradecer a participação de todos/as.

Avaliação dos funcionários sobre a atividade:

- Que excelente - continuar - responsabilidade por que a gestão acredita no que a gente faz
- Interessante, as empresas não compartilham seus planejamentos.
- Que ótimo, muito bom esse canal aberto e nos sentimos valorizados.

ANEXOS

DIRETORIA PARTICIPANTES DO PLANEJAMENTO E EXPECTATIVAS - 1ª e 2ª etapa

Nome e outros detalhes	Expectativas
Ana Lopes – Conselheira	Condução - Conduzir-se - Efeitos externos e como conduzir de Dentro
Simone - mãe, professora, Conselheira	Qualificação, diálogo, coletividade
Maribel - coordenadora CRAS - Criciúma – Conselheira	Aprimoramento, desenvolvimento
Gigliola - Gigi - CRAS TURVO – acompanhante	Conhecer para crescer
Júnior - Orleans - Conselho Tutelar. Conselheiro	Aprendizado, troca de ideias, conhecimento coletivo
Juliana - Polícia Civil, conselheira. Família, interações	Construção – Guia
Tatiane - Joinville, educação	Estratégia para realizar os objetivos da gestão
Juliana Remor - Conselheira. Passagem, caminho, buscar, escolhas, família, psicologia e organizações, projeto do ser	Organização de objetivos e projetos: objeto, estratégia e avaliação
Joice - Saúde - Rio do Sul, prevenção, promoção da saúde, coletividade	Aprendizado, trocas, afinar os pensamentos, pensar coletivo e falar a mesma língua.
Geni, família, filhos, fotografia, poesia, teatro, cinema, projetos sociais	Direção, clareza e diálogo
Anderson - conselheiro, Chapecó - inquietação- Secretaria de Saúde. Cinema, música, aprender, movimento	Direcionamento Coletivo para as políticas de gestão do 8o Plenário: discernimento, técnica, profundidade, coesão
Yara - avó, mãe, conselheira, aposentada, retomar a atividade política, construir coisas novas	Capacidade para enfrentar as batalhas. Atualizar nos movimentos sociais e nas práticas.
Jaira Rodrigues. Psicóloga clínica e escolar, militante na política profissional, comprometimento	Qualificação política para atuar na gestão da política catarinense. Viés político para o planejamento Organização das ações políticas, administrativas e de gestão. Desenho do horizonte dos 3 anos de gestão alinhados e articulados coletivamente.
Fabício - psicólogo clínico, olhar social para o trabalho com a sociedade	Contribuir para o projeto da psicologia Definição de metas e olhar para o futuro
Inea - apaixonada pela vida, família, trabalho, música, viagens, conversar	Contribuir, colaborar e qualificar para enfrentar o desafio.
Cláudia – skype	Criar uma gestão capaz de dialogar com as necessidades da categoria e da profissão, além das políticas públicas.
Ygor	Contribuir para um mandato que atinja seus objetivos

FUNCIONÁRIOS/AS PARTICIPANTES DO PLANEJAMENTO E EXPECTATIVAS 3ª etapa

NOME	O QUE FAZ	EXPECTATIVAS	TEMORES	O QUE MAIS GOSTA	O QUE MENOS GOSTA
Gabriel	Projetos	Otimizar	Dar errado Não corresponder	Ler Filmes Amigos	Fome Sono
Lucila	Orientação Fiscalização	Compreender Participar	Ideias soltas Falta de coesão	Música Família	Imprevisibilidade Incoerência Falta de estratégia
Soraia	Impressão de CIP Inscrições e cancelamento de pessoas jurídicas	Realização profissional e familiar	Falta de clareza	Família Viajar Tranquilidade	Indecisão Falta de diálogo
Alessandra	Assessoria contábil Contabilidade Departamento pessoal	Que não fique na gaveta	O mesmo da expectativa	Viajar Estar com a família Estar entre amigos	Trânsito Fila Esperar
Leonardo Amorim	Gerência de atividades e pessoas	Construção		Sossego	Falsidade Hipocrisia Demagogia
Kênia	Setor financeiro - contas a pagar	Progresso	Perdas	Família	Egoísmo
Ana Carolina	Auxiliar administrativa - compras e manutenção	Continuar no CRP		Tranquilidade e família	Correria, calor e falar em público
Flávia	Atendo aos psicólogos, sociedade em geral, comissões e diretoria.	Reconhecimento do grupo	Esquecimento	Passear, família, artes	Desrespeito Injustiça
Leonardo Zanella	Atividades administrativas	Aproximação gestão e funcionários Objetivos	Não atingir expectativas	Estar com quem gosto	Injustiça
Gisele	Assistência Técnica da COE e CATE	Novidades e possibilidades do trabalho		Estudar e conhecer novos lugares e do mar	Falta de flexibilidade
Andressa	Financeiro/ cobranças	Que seja cumprido	Objetivos não sejam alcançados	Família/amores	Falta de diálogo
Andréia	Atendimento ao público Serviços internos	Clareza e objetividade	A não participação funcional	Festa+praia+amigos	Falta de objetividade Desavenças Falar em público
Ana Paula Travisani	Pareceres	Dar conta no trabalho	Perder prazos	Conquistar espaço	Intransigência

Juliana	Pesquisa	Seguir em diálogo e construção		Viajar Roda de violão	Fila Grosseira
Fabio Vieira	Gabinete da Diretoria	Comunicação fluente	Falta de comunicação	Família Encontro	Arrogância



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP 12ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

**AÇÕES REALIZADAS PELO CRP-12 RELACIONADAS AO
CONJUNTO DE DELIBERAÇÕES DO VIII CONGRESSO
NACIONAL DA PSICOLOGIA E PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO TRIÊNIO 2013-2016**

Florianópolis, dezembro de 2016.

VIII Plenário do Conselho Regional de

Conselheiro Presidente: Igor Schutz dos Santos
 Conselheira Vice-Presidenta: Yara Maria
 Moreira de Faria Hornke
 Conselheira Tesoureira: Giuliana de R. C. de
 Leandro Remor
 Conselheira Secretária: Inea Giovana da Silva
 Arioli

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Anderson Luis Schuck - CRP-12/10082
 Fabricio Antonio Raupp - CRP-12/08012
 Inea Giovana da Silva Arioli - CRP-12/01269
 Igor Schutz dos Santos - CRP-12/07736
 Jaira Terezinha da Silva Rodrigues - CRP-
 12/01706
 Simone Vieira de Souza - CRP-12/01489
 Tatiane Cristine da Silva - CRP-12/08607
 Yara Maria Moreira de Faria Hornke - CRP-
 12/08685
 Giuliana de R. C. de Leandro Remor - CRP-
 12/05268

Conselheiras(os) Suplentes

Aline Batista Bernardes - CRP-12/06683
 Ana Maria Pereira Lopes - CRP-12/01423
 Geny Beckert - CRP-12/02454
 Joice Danuso Justo - CRP-12/07017
 Juliana Lima Medeiros - CRP-12/08651
 Juliane Cristine Koerber Reis - CRP-12/00469
 Junior Cesar Goulart - CRP-12/11136
 Maribel Batista Sebastião - CRP-12/08030

Diretoria

Conselheira Presidente: Jaira Teresinha da
 Silva Rodrigues
 Conselheira Vice-Presidenta: Juliana Lima
 Medeiros
 Conselheiro Tesoureiro: Fabricio Antônio
 Raupp
 Conselheiro Secretário: Marcos Henrique
 Antunes

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Anderson Luis Schuck – CRP12/10082
 Elisa Rita Ferreira de Andrade - CRP12/08076
 Ematuir Teles de Sousa - CRP12/12502
 Fabricio Antonio Raupp - CRP12/08012
 Jaira Teresinha da Silva Rodrigues -
 CRP12/01706
 Juliana Lima Medeiros – CRP12/08651
 Junior Cesar Goulart - CRP2/11136
 Marcos Henrique Antunes - CRP12/11069
 Nasser Haidar Barbosa |CRP12/06609
 Paulo Roberto Wovst Leite - CRP12/13601
 Rodrigo Gomes Ferreira - CRP12/14178
 Simone Vieira de Souza - CRP12/01489
 Thais Wachholz - CRP12/04705

Conselheiras(os) Suplentes

Alessandra Guilherme Santos - CRP12/03054
 Alexandre Donisete Aleixo - CRP12/13582
 Gabriela Rabello - CRP12/120639
 Helena Berton Eidt - CRP12/04689
 Joice Danusa Justo - CRP12/07017
 Joseane de Oliveira Luz - CRP12/10914
 Lisandra Antunes de Oliveira - CRP12/06199
 Marivete Gesser - CRP12/05091
 Pâmela Silva dos Santos - CRP12/09493
 Roberta Forchesatto - CRP12/05724
 Rosa Nadir Teixeira Jerônimo - CRP12/0201
 Suzileia Cechin - CRP12/08459
 Tatiane Cristine da Silva - CRP12/08607

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	43
2. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA – COE	44
2.1. Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da Comissão:.....	44
2.2. Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF:	45
2.3. Oficinas de Orientação e Ética.	46
2.4. Fortalecer o diálogo com a COF;	46
3. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF	47
3.1. AÇÃO 1: ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	47
3.1.1. Objetivos da orientação e fiscalização por demanda espontânea	48
3.2. AÇÃO 2: REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS PARA ORIENTAÇÃO SOBRE CAMPOS ESPECÍFICOS:	54
3.2.1 Grupo de Estudos sobre a relação do Sistema de Justiça com as(os) psicólogas(os) e assistente sociais lotados no SUS e no SUAS.	55
3.2.2. Interlocução com Detran-SC sobre as condições necessárias à avaliação psicológica para CNH.....	58
3.2.3 Reflexão sobre a inserção da Psicologia no contexto de atendimento a usuários de álcool e outras drogas e os desafios e limites da atuação ética nas Comunidades Terapêuticas em Santa Catarina	59
3.2.4. Reflexão sobre participação da Psicologia no acompanhamento contexto das Práticas Integrativas Complementares:	61
3.2.5. Identificação das condições para a atuação da(o) psicóloga(o) no contexto da avaliação psicológica para o manuseio/porte de arma de fogo:	63
3.2.6. Identificação dos dilemas éticos na atuação da(o) psicóloga(o) policial catarinense	64
3.2.7. Articulações e ações quanto às contribuições da Psicologia na avaliação e concessão de benefícios eventuais no SUAS:	64
3.3. AÇÃO 3: ACOMPANHAMENTO E PROPOSIÇÃO DE DISCUSSÕES QUANTO ÀS LEGISLAÇÕES VOLTADAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 67	
3.3.1. Participação no Grupo de Trabalho instituído em APAF para reformulação da Resolução CFP nº 019/2000 – Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF	67
3.3.2. Participação no Grupo de Trabalho instituído em APAF sobre a inserção da mediação nos processos disciplinares éticos.	67
3.3.3. Reunião ampliada das Comissões de Direitos Humanos e de Orientação e Fiscalização do CRP-12 sobre a revisão da Resolução CFP Nº01/99.....	68
3.4. AÇÃO 4: CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIRAS(OS), COLABORADORES(AS) E EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO.....	68
3.4.1. Reuniões da Comissão com as psicólogas técnicas para discussão dos casos e de temas frequentes.	69
3.4.2. Participação dos membros e da equipe técnica em eventos promovidos pelos CRP-12	69
3.4.3. Participação dos membros e da equipe técnica em eventos promovidos por outras entidades	69

4. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH	72
4.1.1. Questões étnicas e raciais	73
4.1.2. CDH e grupos de apoio ao Imigrantes e Refugiados	74
4.1.3. Documentário: “Redução é a Chibata: Uma reflexão sobre a redução da maioridade penal no Brasil	75
4.1.4. Oficina de Direitos Humanos	76
4.1.5. Despatologização das transexualidades e travestilidades: contribuições da Psicologia	76
4.1.6. Reunião ampliada sobre Resolução 001/1999.....	77
4.1.7. GT Gênero e Sexualidades	77
4.1.8. Comissão Pró-Sistema de Prevenção e Combate a Tortura	78
4.1.9. Roda de conversa sobre Democracia, Políticas Sociais e Direitos Humanos: tecendo redes contra retrocessos	80
4.1.10. Conferências de Direitos Humanos	81
4.1.11. Conclusão	81
5. CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA – CNP.....	83
5.1. EVENTOS PREPARATÓRIOS	84
5.2. PRÉ-CONGRESSOS	86
5.3. COREP/SC	87
5.4. IX CNP	88
5.5. COMISSÃO ORGANIZADORA DO CNP - COMORG.....	89
5.6. REVISTA PSICOLOGIA EM MOVIMENTO: EDIÇÃO ESPECIAL CNP	90
6 GT CONCURSOS PÚBLICOS.....	90
7 GT PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	92
7.1.1. Seminário de Participação e Controle Social	93
8 COMISSÃO DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	94
8.1. EIXO SAÚDE	94
8.1.1. GT Psicoterapia	94
8.1.2. GT sobre Práticas Integrativas Complementares por psicólogos(as) – PICs	95
8.1.3. V Congresso Brasileiro de Psicologia da Saúde.....	97
8.1.4. Semana da Luta Antimanicomial	97
8.1.5. III Seminário de Atenção Psicossocial	98
8.1.6. Fórum dos Conselhos Profissionais da Saúde	100
8.1.7. Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde de Santa Catarina – COMESC.....	100
8.1.8. Grupo de Trabalho Interinstitucional Sobre Saúde Suplementar	101
8.1.9. Grupos focais: Saúde Suplementar.....	103
8.2. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS	106
8.2.1. Comitê pela Democratização da Comunicação - CDC/SC	108
8.2.2. XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização da Comunicação - FNDC	108
8.2.3. Site CRP-12	109
8.2.4. TV Floripa	110
8.3. EIXO EDUCAÇÃO	110
8.3.1. Fórum Estadual de Educação – FEE/SC	111
8.4. EIXO PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – POT	112
8.4.1. Pesquisa sobre atuação das(os) Psicólogas(os) no campo da Psicologia das Organizações e do Trabalho no Sul do Brasil	113
8.5. EIXO PSICOLOGIA E JUSTIÇA	114

8.5.1. Reunião ampliada do Eixo Psicologia e Justiça sobre – Escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	115
8.5.2. Projeto de Lei (PL) 114/2014, que institui a ouvida sem dano para crianças vítimas de abuso sexual ou violência.	116
8.6. EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	117
8.6.1. Reuniões do eixo Assistência Social	118
8.6.2. Representação em Fóruns, Conselhos e Comissões relacionadas à Assistência Social	119
8.6.3. Participação em eventos relacionados à Política de Assistência Social	121
8.6.4. Organização de eventos da Psicologia na Assistência Social.....	122
8.6.7. Articulação de ações sobre psicologia nas emergências e desastres, com possível criação de GT.	123
9. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP).....	125
9.1. PESQUISA NACIONAL: POLÍTICAS E AÇÕES EM DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS.....	126
9.2. PESQUISAS ESTADUAIS.....	127
9.2.1. Pesquisa Mídia e Psicologia: Tecendo Conexões.....	127
9.2.3. Participação no Grupo de Trabalho sobre Transborde da Justiça	130
9.2.4. Participação no GT Concursos Públicos	130
9.2.5. Participação do GT Interinstitucional sobre Saúde Suplementar	131
9.2.6. Mapeamento de psicólogas (os) segundo área de atuação	132
9.2.7. Vídeo em homenagem a Marcus Vinícius de Oliveira Silva.....	132
9.2.8. Participação no III Seminário De Atenção Psicossocial	133
9.2.9. Participação no grupo de trabalho – práticas integrativas e complementares (PICs).....	133
10. INAUGURAÇÃO DAS SUBSEDES SUL E NORTE	134
11. AÇÃO INTEGRAL EM HOMENAGEM AO DIA DA(O) PSICÓLOGA(O)...	135
11.1.1. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Araranguá	135
11.1.2. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Balneário Camboriú	136
11.1.3. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Blumenau	136
11.1.4. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Caçador	137
11.1.5. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Campos Novos.....	137
11.1.6. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Chapecó	138
11.1.7 Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Grande Florianópolis.....	139
11.1.8. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Iporã Do Oeste	139
11.1.9. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Itajaí...	140
11.1.10. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Joinville	141
11.1.11. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Lages	141
11.1.12. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Mondaí	142

11.1.13. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Pinhalzinho	142
11.1.14. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Pouso Redondo.....	143
11.1.15. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Orleans	143
11.1.16. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Rio Do Sul.....	143
11.1.17. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em São Miguel Do Oeste.....	144
11.1.18. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Tubarão	145
11.1.19. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Xanxerê	145
11.1.20. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Ipuacu	146
11.1.21. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Xaxim	146
12. ULAPSI	146
12.1.1. Representação Titular do Brasil no Conselho Deliberativo da União Latino-Americana de Psicologia - ULAPSI.....	147
12.1.2. Participação de conselheiros do CRP-12 no VI Congresso da Ulapsi	149
13. GT PSICOLOGIA DO ESPORTE	150
13.1.1. Simpósio Psicologia do Esporte: Perspectivas e Desafios	151
13.1.2. Pedalada pela Democratização das Vias Públicas.....	151
14. FÓRUM DE ENTIDADES DA PSICOLOGIA CATARINENSE – FEPSIC	152
15. COLAÇÃO DE GRAU	153
17. POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO - PPC	155
18. PSICOLOGIA, LAICIDADE E AS RELAÇÕES COM A RELIGIÃO E A ESPIRITUALIDADE	159
19. COMISSÃO DE ANÁLISE DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – CATE.....	160
20. REUNIÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.....	161
21. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO – CACI.....	162
22. GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO CRP-12.....	163
22.1.1. Avaliação de Desempenho	163
22.1.2. Reunião da Diretoria com os Funcionários	164
22.1.3. GT Avaliação Institucional.....	164
22.1.4. Avaliação Institucional 2016	165
22.1.5. Confraternização: Aniversariante do Mês	165
22.1.6. Capacitações	165
23. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	166
23.1.1. Dos Gastos.....	167
23.1.2. Custeio	167
23.1.3. Da Arrecadação – Anuidade.....	168

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP/12 apresenta o relatório anual de gestão de 2016. Nas páginas que seguem serão apresentadas as ações executadas no corrente ano, tendo como base o conjunto de propostas deliberadas no Congresso Regional de Psicologia de 2013, materializado e operacionalizado pelo planejamento estratégico do início de nossa gestão e as revisões anuais posteriores.

Nesse relatório, apresentamos ações que reafirmam o compromisso da autarquia com a gestão transparente e democrática, diretrizes que norteiam as ações deste conselho profissional há muitos anos e gestões. A gestão coletiva, que foi sempre um traço característico do Plenário. Assim se manteve a ciência de que coletivizar é uma grande estratégia em meio à exacerbação da individualidade e autopromoção que insistem em se reproduzir nos meios políticos e, também, na política da profissão. Ao falar da experiência, refiramo-nos à ação, ou melhor, dizendo, conjunto de ações vividas cotidianamente. Em nosso caso, alinhadas a um objetivo comum: a defesa dos direitos e das bases democráticas da sociedade por meio de nossa atuação profissional.

VIII Plenário do CRP-12

IX Plenário do CRP-12

2. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA – COE

De acordo com a Lei 5.766/1971 (cria-se o Conselho Federal - CFP e os Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs e se dá outras providências), os CRPs devem funcionar como tribunais regionais de ética profissional e o CFP como tribunal superior de ética profissional. A Comissão de Orientação e Ética – COE é responsável por dar andamento às denúncias acolhidas pelo Conselho balizadas em padrões técnicos, científicos e éticos, primando pela reflexão do profissional no exercício de sua prática com responsabilidade pessoal e social, garantindo o exercício da profissão com qualidade ética e técnica. Para cumprir com sua finalidade, destacam-se as seguintes ações em 2016:

2.1. Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da Comissão:

A COE realiza reuniões semanais para análise de processos e otimizar o fluxo dos encaminhamentos. Também é objetivo das reuniões produzir celeridade e eficácia na tramitação dos processos; e manter o diálogo estreito e necessário com a assessoria jurídica. As reuniões foram realizadas conforme tabela abaixo:

Tabela de reuniões da Comissão de Orientação e Ética

Reunião da Comissão de Ética	06/jan	Reunião da Comissão de Ética	19/abr
Reunião da Comissão de Ética	08/jan	Reunião da Comissão de Ética	26/abr
Reunião da Comissão de Ética	13/jan	Reunião da Comissão de Ética	03/mai
Reunião da Comissão de Ética	16/jan	Reunião da Comissão de Ética	10/mai
Reunião da Comissão de Ética	22/jan	Reunião da Comissão de Ética	16/mai
Reunião da Comissão de Ética	01/fev	Reunião da Comissão de Ética	17/mai
Reunião da Comissão de Ética	02/fev	Reunião da Comissão de Ética	23/mai
Reunião da Comissão de Ética	18/fev	Reunião da Comissão de Ética	24/mai
Reunião da Comissão de Ética	24/fev	Reunião da Comissão de Ética	30/mai
Reunião da Comissão de Ética	01/mar	Reunião da Comissão de Ética	30/mai
Reunião da Comissão de Ética	08/mar	Reunião da Comissão de Ética	07/jun
Reunião da Comissão de Ética	15/mar	Reunião da Comissão de Ética	13/jun
Reunião da Comissão de Ética	15/mar	Reunião da Comissão de Ética	22/jun
Reunião da Comissão de Ética	22/mar	Reunião da Comissão de Ética	27/jun
Reunião da Comissão de Ética	01/abr	Reunião da Comissão de Ética	28/jun
Reunião da Comissão de Ética	05/abr	Reunião da Comissão de Ética	04/jul
Reunião da Comissão de Ética	07/abr	Reunião da Comissão de Ética	05/jul
Reunião da Comissão de Ética	12/abr	Reunião da Comissão de Ética	11/jul

Reunião da Comissão de Ética	12/jul
Reunião da Comissão de Ética	18/jul
Reunião da Comissão de Ética	19/jul
Reunião da Comissão de Ética	25/jul
Reunião da Comissão de Ética	26/jul
Reunião da Comissão de Ética	01/ago
Reunião da Comissão de Ética	02/ago
Reunião da Comissão de Ética	08/ago
Reunião da Comissão de Ética	09/ago
Reunião da Comissão de Ética	15/ago
Reunião da Comissão de Ética	16/ago
Reunião da Comissão de Ética	22/ago
Reunião da Comissão de Ética	23/ago
Reunião da Comissão de Ética	29/ago
Reunião da Comissão de Ética	30/ago
Reunião da Comissão de Ética	05/set

Reunião da Comissão de Ética	06/set
Reunião da Comissão de Ética	12/set
Reunião da Comissão de Ética	13/set
Reunião da Comissão de Ética	20/set
Reunião da Comissão de Ética	27/set
Reunião da Comissão de Ética	05/out
Reunião da Comissão de Ética	11/out
Reunião da Comissão de Ética	18/out
Reunião da Comissão de Ética	25/out
Reunião da Comissão de Ética	01/nov
Reunião da Comissão de Ética	16/nov
Reunião da Comissão de Ética	22/nov
Reunião da Comissão de Ética	29/nov
Reunião da Comissão de Ética	06/dez
Reunião da Comissão de Ética	13/dez
Reunião da Comissão de Ética	20/dez

2.2. Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF:

Este tópico visa apresentar ações do CRP-12 para instrumentalizar a atuação da (o) psicóloga (o) através da produção de informação e documentos; ampliar e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria através de ações; organizar ações que fomentem o diálogo nas diversas instâncias de atuação da categoria; Prevenção de faltas éticas profissionais. Para atingir estes objetivos foram realizadas oficinas de orientação e ética (tópico seguinte); produção de documentos de referência à categoria; produção de textos para o boletim eletrônico e revista institucional.

14
Atuação Profissional

COE

Processamento Disciplinar Ético

○ CRP-12 é uma autarquia que tem como missão orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e garantir o compromisso ético-político e o protagonismo social da Psicologia em Santa Catarina. Nessa direção é, também, a instância que recebe denúncias em face de psicólogos que, supostamente, infringiram a ética profissional.

DOSIMETRIA DA PENA

A penalidade deve ser justa e proporcional à gravidade da conduta praticada e à culpabilidade da(o) psicóloga(o) processada(o).
A decisão acerca da penalidade deve considerar os seguintes fatores:

- I- a gravidade da falta;
- II- a especial gravidade das faltas relacionadas com o exercício profissional;
- III- a individualidade da pena;
- IV- o caráter primário ou não do infrator.

CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR

Matéria lançada na Revista Psicologia em Movimento, 7ª edição – CRP-12.

Disponível em: <http://www.crp.org.br/ckfinder/userfiles/files/REVISTA7-CRP7.pdf>

2.3. Oficinas de Orientação e Ética.

Comissão de Orientação e Ética (COE), em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), realizam desde 2014 as Oficinas de Orientação e Ética, com objetivo de capacitar psicólogas(os) sobre a dimensão ética relacionada ao seu exercício profissional. Também visa promover o debate qualificado à formação da/o psicóloga/o e fortalecer o diálogo com as IES (discentes e docentes), subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional. Para promover esta atividade, os conselheiros têm se reunido em busca de qualificação para o debate com os acadêmicos de Psicologia e psicólogas (os). Os dados da atuação profissional em Santa Catarina estudados são resultantes do levantamento das denúncias recebidas pela COE nas gestões do CRP-12 e dos atendimentos realizados pelas psicólogas assistentes técnicas tanto da COE, como da COF.

Tabela de oficinas de ética realizadas em 2016.

Local	Data
Oficina de Orientação e Ética - Criciúma, ESUCRI	31/mai
Oficina de Orientação e Ética- UFSC, auditório CFH	06/jun
Oficina de Orientação e Ética – Sede CRP-12	16/jun
Oficina de Orientação e Ética - Caçador, UNIARP	08/jul
Oficina de Orientação e Ética - Lages, FACVEST	02/ago
Oficina de Orientação e Ética - UNESC	09/ago

2.4. Fortalecer o diálogo com a COF;

Durante o ano de 2016 objetivou fortalecer o diálogo com a COF através de reuniões juntamente com a assistente técnica e fiscal para produzir referências/encaminhamentos que subsidiam a prática da(o) psicóloga(o) nas diversas áreas conforme a pauta de outras comissões. Esta aproximação possibilitou qualificar os procedimentos de interface das comissões; Aperfeiçoar o fluxo dos encaminhamentos; Produzir celeridade e eficácia na condução dos processos; Subsidiar a prática das comissões. Além disso, a aproximação entre COE e COF proporcionou a realização das oficinas de Orientação e Ética possibilitando atender a uma demanda oriunda das universidades no diálogo com estudantes e profissionais da Psicologia. Este trabalho em parceria deve permanecer a fim de qualificar as orientações à categoria.

3. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF

A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF pauta-se considerando as funções precípuas de orientar e fiscalizar o exercício profissional da(o) psicóloga(o), assegurando o cumprimento das leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão, resguardando junto à população bons serviços dentro de preceitos éticos e profissionais e, garantindo autonomia e dignidade profissional à(ao) psicóloga(o).

3.1. AÇÃO 1: ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O trabalho de Orientação e Fiscalização cumpre uma das atividades precípuas do Conselho Regional de Psicologia, regulamentado pelo Manual Unificado de Orientação e Fiscalização, Resolução CFP Nº 019/2000 e pela Consolidação das Resoluções, Resolução CFP Nº 003/2007 e encontra diretrizes atuais nas deliberações do VIII e IX Congresso Nacional de Psicologia, bem como Assembleia das Políticas Administrativas e Finanças, ocorridas entre 2013 e 2016.

Entre as ações da COF em 2016, iniciamos pela apresentação dos dados sobre atendimento de demanda espontânea e a ação de Fiscalização sobre as condições mínimas para o exercício da profissão no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Especificamente sobre a ação de Fiscalização em Órgãos Públicos, considera-se que esta é uma forma de contribuição com a qualidade dos serviços públicos de Psicologia em Santa Catarina. Tal ação prevê a incidência do CRP-12 junto aos gestores municipais, alertando e orientando sobre as condições mínimas para o exercício da profissão, principalmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Isto porque em levantamento prévio (2015) foi identificado:

a) manutenção de profissionais sem habilitação adequada (inscrito e ativo) e regimes de contratação contrários aos dispostos nas legislações das Políticas;

b) espaços de atendimento com interrupções, sem mobiliário adequado, isolamento acústico e visual que comprometem as particularidades do atendimento de psicologia (que não é médico/odontológico) e na garantia de sigilo e vínculo com o usuário;

c) desrespeito a autonomia para escolha dos métodos e técnicas adequadas ao campo de atuação e as demandas atendidas;

d) desconsideração com as condições para elaboração e armazenamento adequado do registro documental, com ênfase na distinção entre o papel de perito e avaliador e o papel da(o) psicóloga(o) na promoção de saúde e dos vínculos familiares e sociais.

3.1.1. Objetivos da orientação e fiscalização por demanda espontânea

Assegurar o cumprimento da lei, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão de psicóloga(o), garantindo, no resguardo do direito da população, que os serviços psicológicos prestados estejam dentro dos preceitos técnicos e éticos da profissão.

Com isso, espera-se:

- Assegurar melhoria permanente do exercício profissional da psicologia dispensado pela categoria à população.
- Enfatizar junto à categoria das(os) psicólogas(os), entidades formadoras, empregadoras e de administração do Estado, as responsabilidades sociais da profissão.
- Informar à sociedade a respeito dos recursos da Psicologia, dos serviços psicológicos disponíveis e sobre os direitos dessa comunidade enquanto usuária e/ou beneficiária desses serviços.
- Valorizar e potencializar o trabalho do(a) Psicólogo(a) em consonância com as diretrizes e perspectivas de atenção no SUS e SUAS, e, principalmente no que dizem respeito aos direitos dos munícipes de receber um serviço/atendimento psicológico ético e qualificado.

A categoria e a sociedade em geral foram contempladas da forma costumeira, demandando espontaneamente dúvidas e ações de fiscalização a respeito da ética profissional da Psicologia e estrategicamente por meio da “Ação de fiscalização e esclarecimento sobre as condições mínimas para o exercício da profissão, nesse momento, focando-se no contexto do Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Assistência Social”.

O atendimento das demandas recebidas ocorreu a contento, o corpo técnico foi constantemente qualificado participando das reuniões da Comissão, a comunicação interna foi aprimorada e houve sensível aproximação com a categoria, em especial nas reflexões coletivas contempladas pela Ação estratégica. Nos 10 eventos houve grande participação da categoria que manteve contato posterior possibilitando o acompanhamento de situações não apuradas pela metodologia de fiscalização amostral.

A Comissão se aprofundou em instrumentos de comunicação com gestores e autoridades competentes. A instauração de Processos Disciplinares Ordinários contra personalidades jurídicas aperfeiçoou os trâmites adotados pela Autarquia e possibilitou que os gestores se responsabilizassem perante o CRP-12. O diálogo com o Ministério Público foi aprimorado durante a Ação estratégica e na apuração de notícias envolvendo possíveis violações a direitos humanos fundamentais.

Os instrumentos de fiscalização construídos para a Ação estratégica permitiram que o documento lavrado no ato da fiscalização registrasse o posicionamento do órgão de fiscalização (CRP-12) e assim evitou a fragilização de psicólogos(os) entrevistados diante da gestão municipal.

Foi possível consolidar posicionamentos da Comissão à medida que os dilemas éticos debatidos na análise dos casos mostravam similaridade. Como exemplo, cita-se o posicionamento contrário ao exercício simultâneo de atividades em um mesmo município em serviços públicos que demandam articulação e co responsabilização. Em outros casos a Comissão decidiu por criar espaços de interlocução com outras Instituições ou com a categoria, tal como descrito na Ação 2.

A Comissão se organizou para realizar ao menos uma reunião semanal e organizar o calendário de ações exigindo grande esforço para o cumprimento do volume de trabalho. O planejamento da Comissão foi reanalisado constantemente para superar desafios abaixo apontados.

Durante o ano de 2016 houve a necessidade de suprir a ausência de duas psicólogas trabalhadoras da casa em função de atividade sindical e de licença maternidade o que exigiu grande esforço da equipe técnica e reorganização dos trabalhos planejados. Os membros da COF se empenharam na presença e qualidade dos debates que permitiram os encaminhamentos realizados. A equipe técnica demonstrou persistência e flexibilidade para se apropriar do conhecimento específico e para realizar as ações planejadas.

A estrutura da Sede e das Subsedes foi e está sendo equipada para permitir a realização de reuniões à distância (contemplando a equipe técnica das subsedes) e reestruturada para possibilitar espaços com preservação acústica para reuniões e atendimentos de cunho sigiloso.

Em fevereiro deste ano foi contratada a Psicóloga assistente técnica Priscila de Abreu lotada na Subsele Oeste, permitindo a realocação da Psicóloga Michele Gabardo Machado desta Subsele para a Norte, inaugurada em março.

Como indicativos de ações futuras e complementares sugere-se que o atendimento a demanda espontânea de orientação e fiscalização é atividade permanente da Comissão que pretende consolidar a “Ação de fiscalização e esclarecimento sobre as condições mínimas para o exercício da profissão” como método constante.

Além da organização rotineira das prioridades de ação de orientação e fiscalização que definem o cronograma da Comissão e das viagens de fiscalização, será feito planejamento específico para a Ação estratégica para possibilitar a conclusão de Dossiê com os resultados encontrados e a divulgação deste documento.

A Comissão avalia que os documentos solicitados para a inscrição de pessoas jurídicas precisam ser revistos como forma de facilitar e qualificar a análise do processo. A principal dificuldade está em perceber nos processos documentos que registrem o projeto da psicologia na Instituição, sua fundamentação e a vinculação com o objeto social e a cultura organizacional. Considerando que a Consolidação das Resoluções, Resolução CFP Nº 007/2003, tem regulamentação regional pela Resolução CRP-12/001/2008 é importante avaliar a necessidade de alterar a Resolução regional ou os formulários nela previstos.

Está concluído texto para publicação esclarecendo a categoria sobre as peculiaridades tributárias de personalidades jurídicas constituídas como empresários individuais.

Indicadores utilizados para monitorar a atividade/ação realizada

- Atendimento de demanda espontânea.

1.1: Atendimento ao público:

(a) presencial e telefônico na Sede, Subsele Norte e Subsele Oeste: Foram realizados 241 atendimentos.

(b) por e-mail (formulário eletrônico no site e e-mails): Realizados 428 contatos por e-mail pelas psicólogas da equipe e 13 em nome da Comissão.

(c) retorno por ofício: 12 ofícios foram enviados em nome da Comissão para prestar orientação à categoria para orientação a respeito da ética profissional.

1.2: Participação nos processos de pessoas jurídicas. Foram:

(a) Realizadas 59 visitas de inspeção e atualização;

(b) Analisados 40 processos quanto ao enquadramento (registro ou cadastro), análise das condições disponíveis ao exercício profissional;

(c) Enviados 15 ofícios para a orientação de pessoas jurídicas quanto aos trâmites administrativos e condições adequadas;

(d) Disparadas 2 Portarias demandando pela instauração de Processos Disciplinares Ordinários com o intuito de sanar irregularidades, ausência de atualização cadastral e não comprovação de alterações necessárias na condições contextuais para o exercício profissional da Psicologia.

1.3: Apuração de denúncias. Foram:

(a) analisadas 32 situações de averiguação sobre a conduta profissional;

(b) realizadas 5 visitas de fiscalização, além de apurações e contatos à distância;

(c) Disparada 1 Portaria demandando instauração de Processo Disciplinar Ético.

1.4: Credenciamento de sites para oferta de serviços psicológicos mediados por recursos tecnológicos à distância. Foram analisados 14 solicitações resultando em 7 deferimentos, 1 indeferimento, 2 considerados como “não se aplica” e 4 processos em tramite.

1.5: Diligências demandas pela COE e plenário: A COE demandou a entrega de correspondência a psicóloga representada, ato cumprido em 2 tentativas.

1.6: Orientações coletivas por demanda espontânea:

1.6.1) Elaboração de documentos e prontuários: em 22/05 na FUNSERVIR (operadora de saúde complementar para os funcionários da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú) e em 23/08 na FAMEG.

1.6.2) Palestra UFSC “Me formei e agora?” Semana Acadêmica de Psicologia: 01/09

- Ação de Fiscalização sobre as condições mínimas para o exercício da profissão no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

1.7: Fiscalização presencial:

(a) fiscalizações estipuladas na metodologia: No ano de 2016 foram realizadas as fiscalizações estipuladas para as regiões Norte catarinense, Vale do Itajaí, Sul catarinense e parte da Serrana. Do planejado de 20 inspeções foram realizadas 22 em razão de identificação de situações irregulares em outros equipamentos durante o planejamento destas ações.

(b) Fiscalizações emergidas no contexto da Ação: A Promotoria de Justiça de São José solicitou averiguação das condições para os serviços de psicologia públicos daquele município, exigindo a fiscalização presencial de 8 equipamentos. Diante de informações da fragilidade do Centro POP de Palhoça foi realizada fiscalização conjunta envolvendo a participação de agente fiscal, Conselheiro da COF e Conselheira da CDH, agente fiscal do CRESS 12ª Região e Promotora de Justiça da Comarca.

1.8: Notificações a gestores públicos: Foram emitidos 42 ofícios aos gestores municipais para notifica-los e reiterar posicionamentos sobre condições inadequadas apuradas pela Ação de Fiscalização e por procedimentos adotados diante de noticiais de irregularidades municípios não fiscalizados.

1.9: Eventos de esclarecimento a gestores e psicólogas(os) do SUS e SUAS: Foram realizados 10 eventos participação significativa da categoria, tal como representado na tabela de inscitos abaixo:

Cidade do evento	Data	Região	Inscritos	Credenciados			
				Total	Psi	Gestão	Outro
Florianópolis	22/02/2016	Gd Fpolis	38	38	30	3	5
Chapecó	25/02/2016	Oeste	61	46	40	3	3

Maravilha	25/02/2016		41	36	26	8	2
Concórdia	26/02/2016		50	44	37	4	3
Blumenau	11/03/2016	Vale	63	48	42	1	5
Itajaí	11/03/2016		35	28	25	1	2
Lages	18/03/2016	Serrana	41	41	31	6	4
Tubarão	29/04/2016	Sul	56	37	33	0	4
Mafra	02/06/2016	Norte	51	44	38	3	3
Joinville	03/06/2016		48	38	30	4	4

1.10: Diálogo com o Ministério Público: Houve diálogo com a 11ª Promotoria de Justiça de São José (ofícios e reunião), com a 6ª Promotoria de Justiça de Palhoça (visita conjunta e ofício) e 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araranguá para tratar de irregularidades graves nas condições ofertadas ao exercício da profissão nas políticas públicas nestes municípios.

1.11 Tabela de Reuniões da Comissão de Orientação e Fiscalização – COF

Reunião da COF	15/jan
Reunião da COF	22/jan
Reunião da COF	01/fev
Reunião da COF	08/fev
Reunião da COF	15/fev
Reunião da COF	04/mar
Reunião da COF	22/mar
Reunião da COF	25/mar
Reunião da COF	01/abr
Reunião da COF	08/abr
Reunião da COF	15/abr
Reunião da COF	22/abr
Reunião da COF	29/abr
Reunião da COF	06/mai
Reunião da COF	13/mai
Reunião da COF	20/mai
Reunião da COF	27/mai
Reunião da COF	03/jun
Reunião da COF	17/jun
Reunião da COF	24/jun

Reunião da COF	04/jul
Reunião da COF	08/jul
Reunião da COF	15/jul
Reunião da COF	22/jul
Reunião da COF	29/jul
Reunião da COF	05/ago
Reunião da COF	25/ago
Reunião da COF	09/set
Reunião da COF	23/set
Reunião da COF	30/set
Reunião da COF	07/out
Reunião da COF	28/out
Reunião da COF	04/nov
Reunião da COF	11/nov
Reunião da COF	16/nov
Reunião da COF	18/nov
Reunião da COF	25/nov
Reunião da COF	02/dez
Reunião da COF	16/dez
Reunião da COF	23/dez

Considerações Finais:

As atividades de orientação e fiscalização, compreendidas na Ação 1, se estabeleceram considerando processos intensos de organização da COF e de reflexão das demandas recebidas. Buscaram-se condições para participação horizontal e ativa de Conselheiras(os) e Psicólogas Assistentes Técnicas nos processos de deliberação, propiciando com isso, a qualificação dos encaminhamentos e de mudanças necessárias nos métodos e instrumentos de trabalho. Com isso, questionaram-se também as demandas espontâneas, de modo a promover ações integradas ao Plenário do Conselho e com demais entidades, contribuindo para a efetivação de serviços de psicologia de qualidade e na potencialização dos espaços de atuação profissional, com ênfase nas políticas públicas. Desafios ainda residem na ampliação de grupos de discussão e construção de parâmetros para atuação em determinados contextos e, da oferta de maiores espaços de diálogo e articulação referente às dúvidas e dilemas éticos dos profissionais.

3.2. AÇÃO 2: REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS PARA ORIENTAÇÃO SOBRE CAMPOS ESPECÍFICOS:

Estas ações da COF têm como objetivo compreender as peculiaridades dos dilemas éticos de contextos específicos de atuação com grande incidência de demandas espontâneas e promover ações no sentido de esclarecer as peculiaridades da ética profissional da Psicologia à categoria e autoridades/ gestores diretamente envolvidos. Mais especificamente:

- Promover esclarecimentos sobre as peculiaridades das atribuições dos psicólogos(as) lotados nas políticas públicas de saúde e assistência social e as contribuições possíveis a promoção da Justiça frente às diretrizes éticas da profissão. Também foi possível demarcar as principais dúvidas dos profissionais respondentes a respeito da temática.
- Estabelecer interlocução com Detran-SC sobre as condições necessárias à avaliação psicológica para CNH.
- Aprofundar e promover a reflexão sobre a inserção da Psicologia no contexto de atendimento a usuários de álcool e outras drogas e os

desafios e limites da atuação ética nas Comunidades Terapêuticas em Santa Catarina.

- Problematicar a reflexão sobre participação da Psicologia no contexto das Práticas Integrativas Complementares.
- Identificar as condições para a atuação da(o) psicóloga(o) no contexto da avaliação psicológica para o manuseio/porte de arma de fogo.
- Identificar dos dilemas éticos na atuação da(o) psicóloga(o) policial catarinense e promover espaços de reflexão com a categoria.
- Participar de articulações e ações quanto às contribuições da Psicologia na avaliação e concessão de benefícios eventuais no SUAS.

3.2.1 Grupo de Estudos sobre a relação do Sistema de Justiça com as(os) psicólogas(os) e assistente sociais lotados no SUS e no SUAS.

No ano de 2015 a COF, representando o CRP-12, desenvolveu levantamento em parceria do CRP-12, Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região, Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina - SES, Secretaria de Assistência Social Trabalho e Habitação de Santa Catarina - SST, Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina - CES, Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS, Ordem dos Advogados de Santa Catarina - OAB-SC, Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina - Sinpsi-SC e Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS de Santa Catarina - FETSUAS-SC. O objetivo foi de identificar as principais situações sobre a solicitação de ações do Sistema de Justiça (magistrados, promotores, delegados de polícia e conselheiros tutelares) junto a setores da saúde e assistência social. Cabe destacar que o CRP-12 compreende como “Transborde da Justiça” as solicitações que ultrapassem os limites de atuação dos serviços – extrapolando ou contrapondo-se às atribuições definidas nas Legislações – e que definem a criação e os objetivos dos mesmos, bem como as normativas regulamentadoras das profissões. São considerados igualmente como transborde as demandas que impedem a continuidade dos atendimentos. Também aquelas que se contrapõem, inclusive, aos direitos das pessoas e/ou famílias atendidas, impedindo efetividade das políticas públicas.

Este levantamento evidenciou a necessidade de articulação com o Sistema de Justiça para promover esclarecimentos sobre as peculiaridades das atribuições das(os) psicólogas(os) lotados nas políticas públicas de saúde e assistência social e as

contribuições possíveis a promoção da Justiça frente às diretrizes éticas da profissão. Também foi possível demarcar as principais dúvidas dos profissionais respondentes a respeito da temática.

No início do ano os dados do Levantamento foram consolidados com a contribuição de uma analista de dados, da técnica do CREPOP e da análise de Conselheiros convidados (24/03). Os plenários/membros das entidades parceiras, em 24/05/16, foram chamados para tomar conhecimento dos resultados alcançados e sensibilizados a manter o Grupo para realizar articulações com o Sistema de Justiça. Participaram Conselheiros(as), colaboradores(as) e a equipe técnica do CRP-12, representantes da SST-SC, do Sinpsi-SC, da SES, da Polícia Civil, da Comissão de Assistência Social da OAB-SC, da Comissão do Idoso da OAB-SC, da Comissão de Direito da Família da OAB-SC e do CRESS 12^a.

Os resultados do levantamento, no fim de maio, foram amplamente divulgados a categoria por meio das ferramentas de comunicação do CRP-12 (boletim eletrônico, *site* e *facebook*) e dos encontros regionalizados da Ação de Fiscalização sobre as condições mínimas para o exercício da profissão no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Grupo foi rearticulado, havendo um afastamento do CRESS 12^a que está sendo rearticulado e a entrada de novas parcerias como a Associação de Psicólogos do Tribunal de Justiça, Psicóloga Daphne de Castro Fayd lotada no Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina e a aproximação de representantes das Comissões de Direito da Família.

O Grupo realizou encontro com: o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina (03/08), a Coordenadoria da Infância e da Juventude – CEIJ do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (09/08) e a Delegada responsável pela Coordenação Estadual das Delegacias Especializadas em Santa Catarina (em 24/08). Estas reuniões possibilitaram o esclarecimento e o diálogo bastante consensual sobre as possibilidades de contribuição da Psicologia com promotores(as), magistradas(os) e delegados pactuando estratégias de orientação a estas autoridades.

A COF em reunião com a FECAM a respeito da Ação de Fiscalização articulou possibilidades de espaço em eventos para falar com gestores possibilitando contemplar reflexões a respeito do diálogo com o Sistema de Justiça.

A SST incluirá espaço para o Grupo em evento que está sendo organizado para realização em 2016 aos Conselheiros Tutelares.

Atendendo solicitação do CRP-03 (Bahia) o Conselheiro Presidente da COF participou de evento apresentando esta atividade em 20/08.

Em paralelo houve a participação do CRP-12 no Grupo de Trabalho da APAF sobre Demandas do Sistema de Justiça às (aos) Psicólogas (os) atuantes no SUAS e SUS, que está construindo um documento de orientação a profissionais e gestores no que tange o transborde e qualificação do diálogo entre Sistema de Justiça e as políticas públicas de saúde e assistência social.

Houve dificuldade com a finalização do levantamento em razão de atrasos do analista de dados contratado. A publicidade do levantamento demandou grande empenho no diálogo com a Assessoria de Comunicação devido a grande demanda de eventos na mesma época. A articulação com o CRESS 12ª ainda está sendo realizada e demanda grande disponibilidade da Comissão. Esta ação requer muita disponibilidade da atuação do Conselheiro Presidente da COF. Por isto, e em razão da interface com outros colegiados do CRP-12, existe a demanda de participação ativa de outros Conselheiros para os desdobramentos que serão contínuos.

A participação da técnica do CREPOP, a contratação de analista de dados, o encontro promovido para o corpo técnico e político do CRP-12 possibilitaram qualidade ao levantamento e integração. A divulgação de dados regionalizados do Levantamento durante os eventos da Ação dos órgãos públicos maximizou recursos e potencializou a aproximação com a categoria. A dedicação do Conselheiro Presidente da Comissão a todos os atos da ação possibilitou coerência e aproximação com as Entidades envolvidas e sensibilizadas.

O Grupo está em andamento e existe planejamento para articulação com as autoridades do Sistema de Justiça até 2017 quando será realizado Seminário envolvendo a temática.

Tabela de reuniões do GT sobre a relação do Sistema de Justiça com as(os) psicólogas(os) e assistente sociais lotados no SUS e no SUAS.

Atividade	Data
Reunião Saúde e Pesquisa Transborde	17/mar
Reunião Pesquisa Transborde da Justiça	24/mar
Reunião Grupo Transborde da Justiça	30/mar
Reunião Grupo Transborde da Justiça	29/jun

Reunião Grupo Transborde da Justiça	27/jul
Reunião de Representantes do Transborde com Ministério Público	03/ago
Reunião COF e FECAM: órgãos públicos e Transborde	15/ago
Evento CRP-03 com Palestra sobre Transborde da Justiça	20/ago
Reunião Grupo Transborde da Justiça	24/ago
Reunião do Grupo de Estudos Transborde da Justiça	26/out

3.2.2. Interlocução com Detran-SC sobre as condições necessárias à avaliação psicológica para CNH

Estudo das demandas espontâneas advindas a COF de dúvidas e questionamentos a conduta profissional de psicólogas(os) peritos do trânsito foram analisados no conjunto das queixas analisadas pela COE sobre a temática. Evidenciou-se o impacto negativo do modo como este serviço é autorizado e acompanhado pelo Detran-SC para a qualidade das avaliações psicológicas realizadas e a relação entre psicólogas(os) que atuam nesta área.

Com o objetivo de conhecer os tramites adotados pelo Detran-SC para o credenciamento e acompanhamento das(os) psicólogas(os) peritas(os) de trânsito solicitou-se agendamento de reunião à Direção e se realizou duas reuniões com a Corregedoria e consulta por ofício à Assessoria Jurídica da Entidade.

Destes contatos foi possível receber o posicionamento da Instituição a respeito: da não obrigatoriedade de constituir uma personalidade jurídica e da obrigatoriedade de comprovar o título de Especialista em Psicologia do Trânsito para o credenciamento, da exigência de exclusividade desta atividade para o Centro de Avaliação de Condutores (CAC), da regulamentação do horário de atendimento do CAC pela Circunscrição Regional de Trânsito. Não restou claro como é feito o controle do número de avaliações por município, requisito previsto pelo Decreto Estadual Nº 3.160/2010.

Foi possível acertar com a Corregedoria do Detran o planejamento de parceria interinstitucional com o intuito de aprimorar instrumentos de fiscalização da duas Entidades e promover estratégias de esclarecimento à população e sensibilização da categoria.

A interlocução com o Detran-SC é difícil no que tange a clareza dos papéis de cada setor e o acesso aos procedimentos adotados para o credenciamento e acompanhamento de psicólogas(os) peritas(os) de trânsito.

Houve grande interesse da Corregedoria que se prontificou a buscar junto ao Setor de Credenciamento quais as formas de controle do número de avaliações por município e quais documentos e procedimentos são adotados para credenciamentos e renovações. Para subsidiar esta ação, como indicativo para ação futura, está em andamento projeto para realizar troca de experiências entre os fiscais, mapear por levantamento online com a categoria as condições atuais e a metodologia empregada na avaliação psicológica de condutores de veículos em Santa Catarina e construir Nota Técnica a categoria e material informativo para a população.

Atividade de interlocução da COF com o DETRAN	Data
Reunião da Comissão de Orientação e Fiscalização com a Corregedoria do DETRAN/SC	31/mai
Reunião da COF com Corregedoria do Detran	10/ago

3.2.3 Reflexão sobre a inserção da Psicologia no contexto de atendimento a usuários de álcool e outras drogas e os desafios e limites da atuação ética nas Comunidades Terapêuticas em Santa Catarina

A Responsabilidade Técnica assumida por profissional indicado das pessoas jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Psicologia é estabelecida pela Resolução CFP nº 003/2007, que é regulamentada administrativamente na jurisdição de Santa Catarina pela Resolução CRP-12/001/2008.

Identifica-se que a Vigilância Sanitária Estadual tem adotado requer o Certificado de inscrição da pessoa jurídica para Comunidades Terapêutica e Associações de Pais e Amigos quando estas Entidades estabelecem parcerias ou financiamentos públicos.

No entanto, em face da inexistência de norma que exija esta inscrição de Entidades cujas finalidades não sejam essencialmente a Psicologia e confusão, por vezes percebida em contatos com a fiscalização da Vigilância Sanitária e com a sociedade em geral, com o conceito de anotação de responsabilidade técnica adotado por outros Conselhos de Classe, como o CREA e o CRF, percebe-se a necessidade de promover o esclarecimento geral a respeito desta temática.

No tocante a inscrição de pessoas jurídicas caracterizadas como Comunidades Terapêuticas e Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas exige-se, do trabalho de inspeção um aprimoramento específico considerando a relação,

estabelecida nas sociedades modernas, do uso destas substâncias com processos de exclusão e heteronomia implicando em demandas éticas peculiares as(os) psicólogas(os) inseridos neste contexto. Acrescenta-se ainda que no caso das Comunidades Terapêuticas, há uma maior dedicação desta Comissão, tendo em vista esses espaços serem constituídos sem o acompanhamento do controle social, tal como é possível os CAPS III AD.

Sobre essa ação, destaca-se o cumprimento dos seguintes pontos do Planejamento de Gestão (2013-2016): 1) Desenvolver sistemática de fiscalização junto aos CAPS AD III, no sentido do exercício profissional do psicólogo e preservação de direito; 2) Desenvolver sistemática de fiscalização às comunidades terapêuticas.

Na revista Psicologia e Movimento Nº 5, publicada pelo CRP-12 no fim de 2015 constou o texto “Política de Álcool e Droga - Dialogando com a Rede de Atenção Psicossocial e os profissionais da Psicologia que atuam nas Comunidades Terapêuticas”.

Em 29/01/2016 foi realizado o “Evento Preparatório para o CNP: Por uma ética das praticas psicológicas junto à dependência química em Santa Catarina” que objetivou alcançar a meta acima descrita. Neste sentido, foram enviadas convocações aos psicólogos responsáveis técnicos por pessoas jurídicas em processo de tramitação ou deferidas cujo foco de atuação é o atendimento em dependência química. Realizou-se contato telefônico com os CAPS AD e enviou-se e-mail aos CAPS I para convidá-los ao evento.

O evento inicialmente problematizou a ideia de subjetividade e uso e abuso de álcool e outras drogas e a lógica proibicionista (guerras às drogas), depois passando a discutir a dependência química em Santa Catarina, a contextualização do cenário mais amplo envolvendo o tema (legislação, políticas, segurança públicas, lógicas de cuidado), e a problematização por parte de quem atua nesses espaços. Devido a questionamentos, as comunidades terapêuticas foram alvo de questionamento, principalmente referente as questões relativas à ética de modo mais geral e a ética profissional, especificamente. Os serviços de saúde mental do SUS puderam falar da importância do trabalho em rede e da falta de esforços do Governo do Estado na direção de instalação de serviços, o que não ocorre com as CTs. O evento foi transmitido pela internet e resultou em vídeo disponível no canal do *Youtube* do CRP-12.

A COF entende que o evento foi produtivo, mobilizando o dialogo com a categoria e contribuindo para o entendimento da necessária discussão e constituição de

parâmetros para a atuação ética em contextos de álcool e outras drogas, e como estes se organizam de modo a consolidar o modelo antimanicomial.

Na APAF de abril esta temática foi pautada pelo e depois retirada devido ao grande volume já apresentado.

A dedicação da equipe de Conselheiras(o) da Comissão e de técnicas foi fundamental para que o evento fossem realizado demonstrando integração e coesão. A fala da Psicóloga Daniela Schneider possibilitou a sensibilização do público. A convocação das(os) psicólogas(os) de Comunidades Terapêuticas garantiu boa adesão desta parcela do público e o convite às(aos) psicólogas(os) de CAPS AD e II possibilitou a divulgação do evento. A Comissão de Direitos Humanos demonstrou interesse em contribuir nos processos de inspeção de Comunidades Terapêuticas.

Como indicativo de ações futuras, percebe-se que existe a necessidade de rever o processo de fiscalização para garantir a análise dos aspectos que possam garantir a preservação de Direitos Humanos fundamentais no contexto das instituições totais (Comunidades Terapêuticas e Unidades de Acolhimento Institucional), bem como no contexto do atendimento a usuários de álcool e outras drogas.

3.2.4. Reflexão sobre participação da Psicologia no acompanhamento contexto das Práticas Integrativas Complementares:

A COF recebeu de 2 psicólogas lotadas em NASF solicitações de orientação sobre o uso das Práticas Integrativas Complementares. São constantes os casos de orientação espontânea e de averiguações sobre o uso de práticas como acupuntura (e derivadas), tai chi chuan, yoga e meditação envolvendo psicólogas(os) da área clínica na iniciativa privada. Considerando que a Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares existe desde 2010 e os profissionais da Psicologia são elencados dentre os autorizados para a realização da acupuntura e de práticas relacionadas à Medicina Tradicional Chinesa a COF encaminhou ao plenário do CRP-12 a necessidade de aprofundar esta temática.

Com isso, foi formulado um GT sobre a temática das PIC's com o objetivo de desenvolver reflexões e materiais que sirvam como fundamentos para o posicionamento do CRP-12 em relação ao uso de PIC's por parte das(os) profissionais de psicologia, bem como orientar a prática da categoria em torno desta questão. A temática da ação de psicólogos no contexto das PIC's foi observada, inicialmente,

através de demandas que chegaram até a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12, cujas questões eram, de certa forma, pontuais, e indagavam sobre a possibilidade, ou não, da ação dos profissionais de psicologia nesse campo. A partir disso, a COF observando a complexidade da questão que leva em conta elementos diversos e de diferentes orientações epistemológicas da ciência, pautou este ponto em plenária (abril/2016), sendo que, em meio a discussão estabelecida neste momento, definiu-se pela criação de um GT para discutir o tema com a profundidade necessária. O GT está constituído por membros da COF, do eixo saúde e profissionais da psicologia, o que envolve, portanto, conselheiras/os, colaboradoras/es e demais profissionais. Ocorreram três reuniões deste GT: a primeira delas, em 13/05/2016 teve como foco a atualização sobre o tema e o levantamento de estratégias de trabalho deste GT; a segunda reunião, em 24/06/2016, contou com a presença de assessores da Comissão Municipal de PIC's de Florianópolis para tratar de aspectos normativos das PIC's; o terceiro encontro, ocorrido em 15/07/2016, possibilitou o delineamento dos principais marcadores que podem contribuir na prática do profissional de psicologia com tais práticas, além de que, nesse dia, foram levantadas algumas possíveis ações a serem desenvolvidas pelo GT, dentre as quais: momentos formativos (mesas redondas) que possibilitem o amplo diálogo com a categoria, redação de materiais escritos a serem publicados, o que inclui uma Nota técnica sobre o assunto.

A partir disso, definiu-se que, de forma processual, o GT estaria trabalhando online, por meio do Google Drive, na elaboração de materiais escritos que sustentem seu posicionamento para, com isso, podermos desenvolver as demais atividades em diálogo contínuo com a categoria. As atividades do GT estão em andamento. Os encaminhamentos resultantes das reuniões do grupo abrangem a criação de um grupo de e-mails e Google Drive para construir um espaço em que os membros do GT possam contribuir ativamente, alimentando com materiais, e principalmente na elaboração de textos e reflexões que subsidiem o debate. O GT também aponta como ações estratégicas chamar profissionais para colaborarem na construção de uma nota técnica, realizar um mapeamento via CREPOP dos profissionais que atuam no SUS e fazem uso das PICs, e levar o tema para APAF, sendo que este último aspecto tem como intuito fortalecer a discussão dentro do sistema conselhos.

Como ações futuras, o GT planeja realizar levantamento com a categoria e construir Nota Técnica indicando os parâmetros éticos mínimos para atuação em Psicologia com Práticas Integrativas Complementares.

3.2.5. Identificação das condições para a atuação da(o) psicóloga(o) no contexto da avaliação psicológica para o manuseio/porte de arma de fogo:

A Comissão recebeu notícias de fragilidade neste campo de atuação quanto a qualidade do trabalho realizado e a suspeita de mutirões para atender demandas da segurança privada e de Clubes de Tiro. Em acordo com a Lei Federal nº 10.826/2003 – (Estatuto do Desarmamento), atualizada pela Lei nº 11.706 de 19/07/2008, para realizar a avaliação psicológica nesta área é necessário que a(o) psicóloga(o) esteja credenciado junto a Polícia Federal ou tenha autorização das Forças Armadas ou corporações da segurança pública.

Neste sentido, foi necessário realizar estudo exploratório sobre as normas que regem este campo de atuação e a consulta aos profissionais para compreender os métodos empregados e dilemas éticos que experimentam. Em novembro de 2015 foi realizado levantamento junto aos psicólogos credenciados a Polícia Federal para realizar avaliações psicológicas em Santa Catarina para aferir condições psicológicas para o porte e manuseio de arma de fogo. Este levantamento demonstrou que esta atividade é realizada em simultaneidade com outras atividades e que há diversidade metodológica. Também foi possível identificar que a categoria sofre ameaças de candidatos avaliados e de pessoas vinculadas a Clubes de Tiro e a empresas de Vigilância Privada.

Das respostas colhidas foi possível observar que a maior parte dos respondentes desconhece (80%) o Projeto de Lei Nº 3.722/2012 de autoria do Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC) que propõe alteração no Decreto Lei 2.848 e revoga a Lei 10.826 de 2003. A proposição do referido PL “disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas”.

O PL é polêmico por revogar o Estatuto do Desarmamento, inclusive alterando competências dos órgãos responsáveis pelo registro e porte de arma, atualmente da Polícia Federal, dando poderes às Polícias Civis Estaduais e do Distrito Federal. Percebeu-se a necessidade de realizar um apanhado destes consolidados (normativos e do resultado do levantamento) e dar publicidade à categoria.

Em contatos realizados com o Departamento de Polícia Federal em Santa Catarina constatou-se que o credenciamento de psicólogos para esta atuação é pautado em análise documental e a visita técnica do setor de Psicologia da DPF. Como a equipe

do setor de Psicologia circula por todo o Brasil as visitas são realizadas apenas no ato de credenciamento. Está em andamento texto de orientação para a categoria.

A multiplicidade de áreas alcançadas pela Comissão os desafios da equipe técnica em superar as substituições apontadas na Ação 1 não potencializaram o retorno do levantamento realizado para a categoria. Entretanto, como ações futuras está em fase de construção Nota de Orientação contemplando o retorno do levantamento junto a categoria e o contexto normativo com o intuito de dar publicidade aos parâmetros éticos e normativos da avaliação psicológica no contexto das armas de fogo.

3.2.6. Identificação dos dilemas éticos na atuação da(o) psicóloga(o) policial catarinense

São frequentes os dilemas recebidos pela COF de psicólogas(os) concursadas(os) para o cargo de Psicóloga(o) Policial em Santa Catarina quanto ao exercício de atribuições policiais incompatíveis com a conduta ética da Psicologia, seja pelo caráter técnico seja pela finalidade específica. Atividades como o acompanhamento de crianças e adolescentes na tomada de depoimento se distanciam da finalidade da Psicologia enquanto profissão. No entanto, estas e outras atribuições são elencadas na descrição dos cargos destes profissionais. Como forma de consolidar o posicionamento da Comissão a respeito dos parâmetros e limites éticos neste campo de atuação entendeu-se como importante o diálogo com representantes da categoria.

A Comissão acolheu demandas individuais que transpareceram fragilidades das condições (relacionais e estruturais) para o exercício profissional de qualidade técnica e ética neste campo de atuação. Houve o encaminhamento de realizar reunião com representantes das(dos) psicólogas(os) policiais para elaborar instrumento de levantamento junto aos psicólogos policiais civis de SC. O levantamento por sua vez possibilitará a adoção de estratégias de diálogo com a corporação no sentido de proporcionar condições adequadas.

Será muito importante dar continuidade a esta atividade acolhendo e apoiando a organização deste grupo de psicólogos para a construção coletiva de parâmetros éticos e estratégias de esclarecimento.

3.2.7. Articulações e ações quanto às contribuições da Psicologia na avaliação e concessão de benefícios eventuais no SUAS:

Em abril de 2015 o CRP-12, por meio da COF e Eixo Assistência Social, procurou o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC para dialogar sobre a questão da avaliação e concessão de Benefícios eventuais no SUAS. A proposição referia-se à construção de Nota conjunta acerca da necessidade de regulamentação dos municípios e a viabilidade de abordar aspectos da metodologia de avaliação para concessão. Naquele momento, o retorno obtido foi da não continuidade da conversa, a partir do reforço da Orientação Técnica CRESS/SC nº 01/2013, sobre a competência do Assistente Social na avaliação socioeconômica para a concessão de benefícios. Em setembro do mesmo ano, o CRP-12 foi convidado para integrar a Comissão de Benefícios Eventuais do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e, acompanhado do Sindicato dos Psicólogos SINPSI/SC, vem promovendo debates sobre as contribuições da psicologia nesta temática.

Foram realizadas 3 reuniões do GT do CEAS e no dia 05/07 o Grupo participou do Seminário Estadual de Benefícios Eventuais realizado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Na data de 06/05/2015 foi promovida Reunião Ampliada para aprofundar reflexões com a realidade apresentada pela categoria, resultando na elaboração e aprovação em Plenária do CRP-12 do documento: Nota acerca das contribuições da Psicologia ao processo de avaliação e concessão de benefícios eventuais na Política de Assistência Social. Este documento estabelece as seguintes conclusões: A) O suporte dado pela legislação nacional que constitui a Política de Assistência Social trata essencialmente da garantia de direitos aos usuários, princípio que não deve ser jamais ferido; B) Cientes de nosso compromisso como psicólogas (os) inseridas (os) em todos os níveis de execução da Política, além da gestão, cabe-nos compatibilizar o fazer comprometido, dentro de parâmetros éticos, com a interdisciplinaridade que caracteriza a Assistência Social; C) Não é condizente com a atual forma de trabalho em equipe condicionar a avaliação e concessão de benefícios como uma prerrogativa de uma única profissão;) Para superar o caráter assistencialista da concessão de benefícios, luta ainda travada diariamente, entendemos que é necessário um processo de avaliação qualificada, a partir de preceitos técnicos e éticos que considerem toda a legislação vigente. Contudo, não há sustentação que tal avaliação seja atrelada a apenas uma forma de avaliar, ou apenas a um instrumento dito privativo, confirmando que a regulamentação de profissão é um processo distinto da construção maior da política, sendo realidades que se complementam; E) Leis estaduais e municipais que dispõem sobre a oferta de benefícios eventuais, amparadas em

normativas já consolidadas em âmbito nacional, são necessárias e deverão expressar os princípios aqui defendidos.

Identifica-se que embora se tenha avançado na discussão e articulação com as entidades, ressaltando o trabalho interdisciplinar no SUAS, ainda permanece um impasse das entidades da psicologia com o posicionamento do CRESS 12^a, que mantém o entendimento de que a avaliação e a concessão de benefícios eventuais exigem o estudo sócio econômico, que é privativo desta profissão. Outro aspecto a considerar trata da necessidade de criação de espaços de discussão e qualificação dos profissionais da psicologia, pautando-se pelo olhar teórico e metodológico expressos na Nota do CRP-12 e abarcando o diálogo com as realidades regionais e o trabalho social com as famílias.

Devido o encerramento do GT do CEAS, aguardamos a definição da mudança da Resolução. Mantém-se no entendo o diálogo com as demais entidades, em específico com o envio da Nota a FECAM e SST. Além disso, acordou-se a realização de reuniões ampliadas nas Subsedes do Conselho, possibilitando o diálogo com os profissionais nas diversas regiões do Estado.

Atividade de interlocução da COF	Data
Reuniões com CEAS e Sinpsi-SC	28/mar
Reuniões com CEAS e Sinpsi-SC	03/mai
Reunião Ampliada Sinpsi/SC e CRP-12	06/mai
Reuniões com CEAS e Sinpsi-SC	27/jun
Seminário Estadual de Benefícios Eventuais realizado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	05/jul

Considerações Finais:

O conjunto de atividades abarcadas na Ação 2 consideram as iniciativas dos membros da COF e a profundidade das reflexões provenientes das propostas do COREP e das demandas da categoria. Estas se organizaram com o intuito de viabilizar articulações de temas que perpassam o cotidiano dos profissionais, contribuindo não somente para a aplicação do conjunto de normativas vigentes, mas da qualificação do diálogo e de enfrentamento de realidades aviltantes à Psicologia e ao Estado de garantia de direitos. Entende-se que tal metodologia de trabalho requer da COF uma maior amplitude de compreensão das demandas e ações, a assunção de uma postura articuladora com o Plenário do CRP-12 e de entidades afins e, do estabelecimento de

planejamentos de médio e longo prazo a serem pactuados com as/os psicólogas/os catarinenses.

3.3. AÇÃO 3: ACOMPANHAMENTO E PROPOSIÇÃO DE DISCUSSÕES QUANTO ÀS LEGISLAÇÕES VOLTADAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

3.3.1. Participação no Grupo de Trabalho instituído em APAF para reformulação da Resolução CFP nº 019/2000 – Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF

A Comissão participou de toda a construção da proposta do Grupo de Trabalho que ao refletir uma diretriz respeitosa e responsável com o tema foi aprovada pela APAF de abril de 2016. O Conselho Federal de Psicologia não publicou a Resolução com o texto aprovado e no dia 06/09 encaminhou para os representantes dos CRs que participavam do GT parecer jurídico questionando dois aspectos do texto aprovado. O primeiro sobre um comentário inserido por equívoco de digitação e o segundo sobre a atribuição como agente de orientação e fiscalização reiterada nesta revisão do MUORF para conselheiras(os). O parecer foi analisado pela Comissão e pela Diretoria do CRP-12 que levará a questão para debater em plenária.

Atividade de interlocução da COF	Data
Reunião do GT Nacional para reformulação da Resolução CFP nº 019/2000 – Manual Unificado de Orientação e Fiscalização	26/fev
Reunião do GT Nacional para reformulação da Resolução CFP nº 019/2000 – Manual Unificado de Orientação e Fiscalização	15/abr

3.3.2. Participação no Grupo de Trabalho instituído em APAF sobre a inserção da mediação nos processos disciplinares éticos.

A Comissão participou de toda a construção da proposta do Grupo de Trabalho que foi aprovada pela APAF de abril de 2016. O Conselho Federal de Psicologia emitiu em 21/06 a Resolução CFP Nº 07/16. Também participou da reunião do Grupo de Trabalho instituído em APAF sobre a inserção da mediação nos processos disciplinares éticos, realizada dia 01 de abril de 2016.

Para a implementação da mediação aos processos éticos o plenário e a equipe técnica do CRP-12 precisam se qualificar para compreender este procedimento e

os impactos para o encaminhamento de questionamentos a conduta ética profissional da(o) Psicóloga(o). Esta qualificação se fará necessária nos atos de orientação e fiscalização.

3.3.3. Reunião ampliada das Comissões de Direitos Humanos e de Orientação e Fiscalização do CRP-12 sobre a revisão da Resolução CFP Nº01/99.

No dia 27/07 foi realizada reunião ampliada das Comissões de Direitos Humanos e de Orientação e Fiscalização do CRP-12 sobre a revisão da Resolução CFP Nº01/99. A reunião contou com a participação de representantes de movimentos relacionados a direitos da população LGBT, acadêmicas(os) e psicólogas(os) interessados na Sede com transmissão nas três Subsedes do CRP-12.

As propostas colhidas foram sistematizadas para a contribuição do CRP-12 no Grupo de Trabalho que construirá a proposta de texto de revisão da Resolução.

Considerações finais

A participação nos grupos de trabalho da APAF, relacionados na Ação 3, representam o interesse e capacidade contributiva do CRP-12 na formulação e atualização das legislações da profissão. Resultante desse processo se aprovou em APAF a nova política de orientação e fiscalização e a resolução que instituiu os métodos alternativos de resolução dos conflitos éticos-disciplinares. Permanece, contudo, a tarefa de implementação destas legislações e a revisão da Resolução 001/1999, sinalizando com isso, a abertura do Sistema Conselhos a novas compreensões da realidade do social, de processos de intervenção profissional mais condizentes aos preceitos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e, da reafirmação dos métodos democráticos e participativos de organização da Psicologia.

3.4. AÇÃO 4: CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIRAS(OS), COLABORADORES(AS) E EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO.

O trabalho junto a Comissão exige constante aprimoramento técnico para o acolhimento de demandas diversas que espelham a complexidade da profissão de Psicóloga(o). A equipe técnica passou por grande reestruturação entre 2014 e 2016, havendo neste ano a contratação de uma psicóloga assistente técnica e a liberação

integral de uma agente fiscal. Esta mudança exigiu a qualificação da equipe com o objetivo de preparar a nova integrante e possibilitar a continuidade da capacitação para as demais.

Cada possibilidade de qualificação da Comissão foi analisada pelo plenário do CRP-12 e a integração da equipe nos eventos foi avaliada pela Comissão e pela Diretoria. Como atividades de capacitação em 2016, pode-se destacar: Reuniões da Comissão com as psicólogas técnicas para discussão dos casos e de temas frequentes; Participação dos membros e da equipe técnica em eventos promovidos pelo CRP-12; Participação dos membros e da equipe técnica em eventos promovidos por outras entidades; Treinamento da equipe técnica para uso de ferramentas de trabalho.

3.4.1. Reuniões da Comissão com as psicólogas técnicas para discussão dos casos e de temas frequentes.

Entre 15/02/2016 a 14/04/2016 o treinamento presencial da Psicóloga Assistente Técnica Priscila de Abreu foi realizado pela Psicóloga Assistente Técnica Michele Gabardo Machado. A supervisão a distância é realizada pela Coordenadora Técnica Lucila de Castro Neves e durante os contatos e reuniões com a COF.

Todas as reuniões da comissão foram acompanhadas ativamente pela equipe técnica que pode destacar pontos importantes da pauta, expor a análise técnica sobre as demandas recebidas, participar das reflexões sobre os casos e compreender os encaminhamentos realizados.

3.4.2. Participação dos membros e da equipe técnica em eventos promovidos pelos CRP-12

- Nos dias 12 e 13/02 houve qualificação com o Psicólogo Aluizio Brito para o corpo técnico.
- Durante os eventos promovidos pelo CRP-12 (III Seminário de Atenção Psicossocial – 11,12 e 13/08 e dia do Psicólogo-27/08) os conselheiros participaram em coordenações de mesas e a equipe técnica na relatoria e no acolhimento de profissionais em espaços específicos.

3.4.3. Participação dos membros e da equipe técnica em eventos promovidos por outras entidades

- No dia 09/05 toda a equipe técnica do CRP-12 e a Conselheira Julianna Remor participaram de encontro promovido pelo CRP-07 em sua Sede com as equipes técnicas dos CRPs 07, 12 e 08. O evento proporcionou o conhecimento da dinâmica de trabalho destes setores e a troca de experiência sobre os trabalhos cotidianos de orientação e fiscalização.
- No dia 01/09 os Conselheiros da COF, da COE e três psicólogas assistentes técnicas participaram Curso e palestra da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – CCA em Florianópolis.
- Entre os dias 15 e 16/09 uma conselheira da COF participou do 13º Encontro Estadual de Grupos de Adoção de SC.
- Treinamento da equipe técnica para uso de ferramentas de trabalho. Houve treinamento promovido pela empresa “Implanta” por demanda do CRP-12 em 23/08. O treinamento foi inicial e demandará continuidade.

Considera-se que a participação da Comissão e da equipe técnica em reuniões que se avaliem o papel das psicólogas concursadas nos eventos promovidos pelo CRP-12 é importante para que as possibilidades e limites sejam contempladas e a ação se desenvolva de forma íntegra e coerente. Como citado na Ação 1 houve desafios para a organização da equipe para a substituição de duas psicólogas e a contratação de uma psicóloga.

Houve muita disponibilidade do CRP-12 em qualificar a equipe técnica para o trabalho de orientação e fiscalização. A integração e cooperação da equipe possibilitou que os desafios fossem suavizados e a qualificação fosse promovida em união. A equipe (de membros e técnica) demonstrou muita disponibilidade e flexibilidade para assumir e se qualificar para atribuições complexas como a fiscalização dos órgãos públicos, que exigiu o aprofundamento das ferramentas de fiscalização e a realização de eventos de orientação ou atividades junto a Entidades em articulação exigindo dos membros da COF grande habilidade de enfrentamento de conflitos.

Foi realizado levantamento junto às técnicas que trabalham para a Comissão para que no planejamento de 2016 se estruture um plano de qualificação específico. As demandas regionalizadas e temáticas foram sistematizadas para contribuir com futuras ações da Comissão e com o entrelaçamento com os outros colegiados do CRP-12. Há a aprovação do pedido da Psicóloga Assistente Técnica Priscila Gabardo para que

participe do 1º Simpósio no Oeste Catarinense sobre Suicídio, considerando a demanda espontânea dos profissionais da região pela reflexão ética a respeito deste tema. O evento aconteceu entre 30/09 e 1º/10. Há a aprovação da participação da Psicóloga Assistente Técnica Michele Gabardo Macho para participar do curso Psicologia e Informática promovido a distância pela PUC-SP. O treinamento do Siscafz foi inicial e demandará continuidade que já está sendo articulada pela Coordenação Técnica e pela Gerência Geral.

Considerações Finais:

A ação 4 compreende a qualificação das psicólogas assistentes técnicas e a adoção de mecanismos de capacitação e educação permanente. Cabe ressaltar o envolvimento e dedicação da equipe e o seu interesse em aprimorar os processos e condições de trabalho desenvolvido pela autarquia. Permanece o desafio de intensificar tais ações, apostando no reconhecimento das demandas regionais, na proximidade do diálogo com os Conselheiros e na construção conjunta de reflexões sobre a atuação profissional.

4. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH

A Comissão de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia foi instituída em âmbito Federal desde a década de 1990, possui como grande atribuição atentar-se para as situações de violação aos direitos básicos que produzem sofrimentos, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidades sociais. Entre os princípios que consta no Código de Ética da Psicologia, o artigo 1º versa sobre a necessidade do respeito aos Direitos Humanos, sendo este princípio transversal a qualquer prática a ser realizada pelas/os psicólogas/os. Cabe a Comissão desenvolver reflexões e ações sobre as questões que envolvem a prática profissional e a garantia dos direitos da população em geral. Neste sentido, temos dedicado atenção às causas que envolvem situações de violação de Direitos de diversos grupos historicamente marcados por situações de vulnerabilidades, preconceituosas e por práticas excludentes.

Tabela de reuniões da Comissão de Direitos Humanos – CDH em 2016

Reunião CDH	15/jan	Reunião CDH: questões indígenas e Aldeia Chapecó	23/ago
Reunião CDH	29/jan	Reunião CDH	30/ago
Reunião CDH	18/fev	Reunião CDH	06/set
Reunião CDH	16/mar	Reunião CDH	13/set
Reunião CDH	08/abr	Reunião CDH em articulação com GT Gênero e Sexualidades	20/set
Reunião CDH	26/abr	Reunião CDH	27/set
Reunião CDH	03/mai	Reunião CDH: Planejamento	30/set
Reunião CDH	06/mai	Reunião CDH	07/out
Reunião CDH	09/mai	Reunião CDH	09/out
Reunião CDH	10/mai	Reunião CDH	11/out
Reunião CDH	17/mai	Reunião CDH	21/out
Reunião CDH	24/mai	Reunião CDH	28/out
Reunião CDH	31/mai	Reunião CDH	08/nov
Reunião CDH	14/jun	Reunião CDH	16/nov
Reunião CDH	21/jun	Reunião CDH	25/nov
Reunião CDH	28/jun	Reunião CDH e Eixo Psicologia e Justiça	28/nov
Reunião CDH	05/jul	Reunião CDH	09/dez
Reunião CDH	12/jul	Reunião CDH	16/dez
Reunião CDH	19/jul	Reunião CDH	16/dez
Reunião CDH	26/jul		
Reunião CDH	02/ago		
Reunião CDH	09/ago		
Reunião CDH	16/ago		

No estado de Santa Catarina a CDH desenvolveu atividades em algumas frentes específicas como luta pela criação do Comitê e do Mecanismo de Combate a Tortura; Luta pela criação de uma política pública específica para os refugiados e emigrantes (questão que gera debates e conflitos por todo país); Luta pela memória política e do desvelamento dos crimes da ditadura civil militar de 1964 e suas heranças presentes nas práticas autoritárias do sistema de repressão policial; Reflexões e ações voltadas às pessoas em privação de liberdade; Luta pelas questões de gênero e sexualidade com ações voltadas ao combate da LGBTfobia, sexismo, feminicídio, direitos reprodutivos e violências de gênero; Debates acerca das relações étnico-raciais promovendo a luta contra o racismo, discriminação e preconceito, historicamente determinado pelo nosso passado escravista e pela herança colonizadora responsável pelo extermínio da população indígena, entre outras.

4.1.1. Questões étnicas e raciais

Os movimentos migratórios fazem parte da história do Brasil. Com exceção dos negros que vieram sequestrados e na condição de escravos vários povos recorreram à América em geral e ao Brasil como esperança e alternativa de uma vida melhor. Nos últimos tempos assistimos um novo ciclo com o aumento do fluxo de haitianos, senegaleses, congoleses e sírios que chegam ao País. Estes vêm se somar aos bolivianos, argentinos e outros povos vindos da América Latina em razão do último ciclo de crescimento econômico vivido pelo País, trânsito facilitado pelos tratados do Mercosul. Diferentes cidades do Estado têm recebido novos moradores, a procura de trabalho e uma vida melhor.

A ocorrência de episódios de xenofobia e discriminação, no entanto, denunciam uma situação inusitada e paradoxal para a região construída basicamente por imigrantes europeus que aqui acorreram por volta da segunda guerra mundial. O estranhamento, entre os antigos, cuja cultura e costumes admirados pela população, e os novos imigrantes, grande parte negros (vindos do Haiti, Senegal e Congo) ou Sírios, com costumes, religiões, hábitos diversos, são a nosso ver o contexto onde se constrói a agressividade.

Referente às ações voltadas às questões étnicas e raciais, a CDH realizou ações diversas para a criação do Núcleo Estadual da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (res) – ANPSINEP. Este núcleo foi instituído com o

apoio da CDH do CRP-12 com o objetivo de implementar ações de enfrentamento ao racismo a partir da organização e articulação de psicólogas (os) comprometidas (os) com o tema da psicologia e relações raciais. Para atingir esse propósito, o Núcleo vai mapear e mobilizar as (os) psicólogas (os) negras (os) e pesquisadoras (os) das questões étnico-raciais, para junto com o ANPSINEP/SC, executar diferentes propostas e ações condizentes com a realidade de cada região do Estado.

A ANPSINEP teve início em 2010 a partir do I Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) sobre Relações Raciais e Subjetividades, realizado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. A Organização nasceu da necessidade e dos anseios compartilhados pelas (os) profissionais em fazer a temática das relações étnico-raciais ser trabalhada e priorizada dentro da Psicologia.

Há também envolvimento da CDH sobre o contexto de Povos Indígenas, problematizando as violações de direitos que esta população está submetida. No município de Chapecó (região oeste de Santa Catarina), há a maior concentração de aldeias indígenas. O objetivo da CDH é articular debate com as aldeias a fim de promover reflexão sobre a subjetividade dos povos indígenas, suas demandas, cultura, organização e compreensão das especificidades do público, bem como desenvolver de maneira mais abrangente um evento Estadual a fim de possibilitar este debate no cenário catarinense articulada com as instâncias nacionais e do Estado, tal como o CEPIN e a FUNAI.

4.1.2. CDH e grupos de apoio ao Imigrantes e Refugiados

Contamos com participação no GT da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e no Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados (GAIRF), promovendo eventos e ações voltadas a situação de exclusão social. Como resultados das várias atividades neste âmbito têm enfim uma vitória com a instalação do CRAI em Florianópolis. Trata-se um organismo que deve atender a população e imigrantes e refugiados locais e servir como apoio e referência para trabalhos afins em todo o Estado. Foram realizadas 08 reuniões do GT dos imigrantes e refugiados e 04 do Grupo de Apoio.

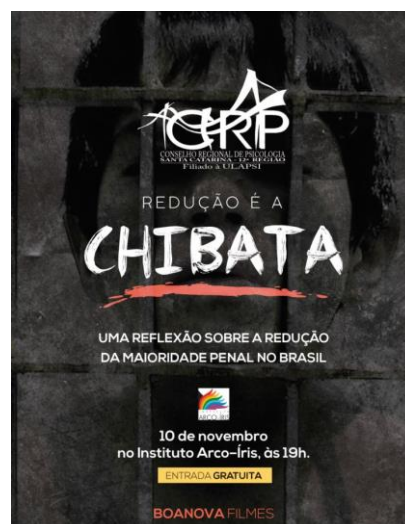
4.1.3. Documentário: “Redução é a Chibata: Uma reflexão sobre a redução da maioridade penal no Brasil

Apoiamos o Movimento Amanhecer Conta a Redução no Estado de Santa Catarina. No dia 17/10/2015 ocorreu o Festival Contra a Redução, com atrações artísticas, culturais, musical, e rodas de conversa. Também estabelecemos diálogos com entidades diretamente relacionadas ao sistema socioeducativo, a fim de obter conhecimento sobre a atuação das (os) psicólogas (os) nas medidas cumpridas por adolescentes. Foi a partir deste evento que o CRP-12 iniciou a produção de um documentário sobre a redução da maioridade penal, tema ainda muito presente nas discussões sobre os direitos das Crianças e Adolescentes. O intuito do documentário é fazer a crítica à redução da maioridade penal. No sentido de problematizar o que está velado, o que está nas entrelinhas desse projeto de criminalização da juventude, das diferenças e da desigualdade social.

E o que a Psicologia tem a ver com isso?

A Psicologia é uma ciência que por meio de um conjunto de conhecimentos fornece elementos para compreender como se produz subjetividade. Partindo dessa premissa, a forma que nos organizamos socialmente, produz seres humanos que se retroalimentam de forma dialógica. Isso significa dizer que as condições de possibilidade com que a pessoa usufrui dos bens sociais, dos direitos de morar, estudar, crescer, trabalhar, etc. tem relação com o modo de produção de sua subjetividade.

Quando as condições de possibilidade para a garantia de direitos não são asseguradas, a desigualdade aumenta. Com o aumento da desigualdade os seres humanos podem ficar suscetíveis a processos de vulnerabilização e a práticas excludentes. Nesse sentido, a Psicologia além de proporcionar uma compreensão dos processos de subjetivação, que considera os elementos históricos e culturais de uma sociedade capitalista produtora de desigualdades sociais, possui o compromisso de propor e produzir por meio de suas práticas e ações transformações sociais significativas.



4.1.4. Oficina de Direitos Humanos

A CDH promoveu oficinas de Direitos Humanos para conselheiras (os) e colaboradoras (es) a fim de que estes pudessem replicá-la nas diferentes regiões do Estado na semana da Psicologia. O Objetivo foi promover reflexões sobre as condições de exclusão e violação de direitos básicos de diferentes grupos.

4.1.5. Despatologização das transexualidades e travestilidades: contribuições da Psicologia

Percebemos nossa falha em propor atividades voltadas para o público LGBT, visto que a urgência é grande. Fomos até a Associação de Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEH e conversamos com a presidente da associação Lirous K'yo Fonseca Ávila. Fomos muito bem acolhidos e recebemos diversas informações sobre a realidade da população atendida pela associação. A primeira delas é a violência constante que o público enfrenta no seu cotidiano. Lirous nos contextualizou que a expectativa de vida da população Trans é de 30 anos de idade, ressaltando a dificuldade do acesso a Saúde, Trabalho e Educação. A impossibilidade de permanecerem na escola e/ou exercerem outras atividades de trabalho, a maioria é expulsa de casa por volta de seus 12 anos idade e vivem em situação de rua e/ou em casas de prostituição.

Outro destaque que nos chamou atenção, foi o fato de haver psicólogas/os vendendo laudos e relatórios psicológicos para a cirurgia de mudança de sexo e/ou mudança de nome, sem que a/o profissional realize o acompanhamento processual do sujeito, situação ética séria, que envolve além da dimensão social do preconceito, as práticas excludentes. O viés patologizante que apenas reforça a centralização na lógica biomédica;

A partir desta conversa efetivamos um evento sobre “Psicologia e a Despatologização das travestilidades e transexualidades”. No dia, 24 de Junho de 2016, a CDH promoveu o Seminário – Despatologização das travestilidades e transexualidades: contribuições da Psicologia. O objetivo foi problematizar sobre as práticas profissionais de psicólogas/os junto à população trans, por meio do debate da despatologização e dos Direitos Humanos. Participaram neste dia, diversos representantes de movimentos sociais e diferentes categorias profissionais e estudantes.

Avaliamos que o evento da Despatologização foi um evento importante e com efeitos efetivos para a categoria, principalmente por ter tido o diálogo com movimentos sociais, sendo este um dos eixos previstos pela atual gestão. Outras formas de avaliações são possíveis: a repercussão nacional que obteve participação de pessoas de diferentes lugares do Brasil, o auditório lotado e a presença de diferentes setores da sociedade (movimentos sociais, profissionais assistentes sociais, psicólogos/os, médicos, advogados, docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, dentre outras.). Além disso, verificou-se outros eventos promovidos por diferentes IES sobre a temática da despatologização e/ou das violações de direitos da população Trans, muitos deles com o mesmo título do evento e palestrantes convidados pela CDH, possivelmente isso demonstra os efeitos de uma ação bem sucedida e a importância de o Conselho Regional de Psicologia tratar da referida temática.

4.1.6. Reunião ampliada sobre Resolução 001/1999

No dia 27/07, a CDH conjuntamente com a COF, articulou um debate junto a movimentos sociais e estudiosas/os das temáticas de gênero e sexualidades sobre a Resolução 001/1999 – que "estabelece normas de atuação para os psicólogos/os em relação à questão da Orientação Sexual". Considerando que esta resolução já foi alvo de tentativas de alteração por grupos fundamentalistas, o grande objetivo desta ação foi debater sobre a ampliação da normativa para as questões que envolvam as expressões de gênero, dentre outros aspectos. Neste dia foi lançado o GT Gênero e Sexualidades. Também estamos articulando uma Campanha Estadual contra a LGBTfobia.

4.1.7. GT Gênero e Sexualidades

Neste ano, foi criado o Grupo de Trabalho (GT Gênero e Sexualidades), sendo o objetivo principal Promover debates e ações junto à categoria de psicólogos/os do Estado de Santa Catarina (CRP-12) sobre estas temáticas. Dentre as ações previstas estão:

a) Promover ações conjuntas com movimentos sociais e políticas públicas relacionados às temáticas de gênero e sexualidades;

b) Desenvolver ações e discussões sobre as situações de violação de direitos vivenciadas pela população LGBT e orientar a categoria de Psicólogos/os sobre as questões que envolvem gênero e sexualidades;

c) Construir e divulgar posicionamentos sobre as situações que envolvam violação de Direitos Humanos nas temáticas de gênero e sexualidades;

d) Produzir junto a categoria referências sobre o atendimento aos usuários dos serviços psicológicos no sistema privado e público que envolvam as temáticas de gênero e sexualidades;

e) Debater sobre as possíveis contribuições da Psicologia referente a Despatologização das travestilidades e transexualidades, bem como os processos de exclusão vivenciadas pela população LGBT.

f) Criar ações de enfrentamento a LGBTfobia.

g) Discutir sobre as práticas profissionais de psicólogos/os articulando-se à campanha da despatologização das Identidades de Travestis, Transexuais e as experiências de violação de Direitos Humanos vivenciada por estas pessoas.

h) Divulgar resoluções, notas técnicas produzida no sistema conselhos, políticas públicas e estudos que contribuam para diminuir os processos excludentes e violação de Direitos Humanos presentes no Estado de Santa Catarina.

i) Promover oficinas conjuntas com a Educação, Saúde e Assistência Social sobre Gênero e Sexualidade;

4.1.8. Comissão Pró-Sistema de Prevenção e Combate a Tortura

A existência da tortura, tratamentos ou penas cruéis violam os direitos humanos e constitui um crime contra a humanidade. Para o enfrentamento e prevenção de torturas foi criado, por meio da Lei 12847/2013, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que objetiva a criação de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura no território nacional. Para cumprir a Lei, cabe ao Poder Executivo e Legislativo de cada Estado implementar os Comitês e Mecanismos Estaduais.

Santa Catarina está entre os Estados que não possuem o Sistema em funcionamento. A ausência do sistema de prevenção e combate a tortura em SC reflete o histórico silenciamento que há frente às questões de violência e tortura nas instituições fechadas. O Estado ao não se posicionar perante a essa realidade, corrobora com a

invisibilidade do fenômeno da tortura. Em SC não há um órgão receptor de denúncias, repercutindo numa lacuna ou demora na investigação e intervenção sobre os fatos.

Diante desse cenário, diferentes entidades catarinenses, movimentos sociais, representantes do Judiciário, Legislativo e Executivo, formaram uma Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura. O objetivo principal das entidades e movimentos ligados à defesa de direitos humanos é criar um sistema de prevenção e combate à tortura em Santa Catarina para combater e prevenir situações de violação de direitos e irregularidades evidenciadas em diversas ações e visitas às penitenciárias e presídios do Estado. Entre os órgãos envolvidos nessa mobilização e participam de reuniões frequentes estão: Ministério Público, Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, Defensoria Pública de SC, Associação de Prevenção a Tortura – Brasil (APT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-SC), Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da ALESC, Conselho da Comunidade e Pastoral Carcerária, Grupo de Monitoramento e Fiscalização de Florianópolis (GMF), Instituto Arco-íris, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH/SC), entre outras.

Estas entidades têm realizado diversas reuniões, seminários, encontros, na tentativa de responsabilizar o poder público sobre a importância da criação do Sistema, conforme previsto na lei. Em fevereiro de 2016, o CRP-12 junto com a comissão promoveu o lançamento do livro “Questões fundamentais para prevenção à tortura no Brasil”. O livro organizado pela Coordenação Geral de Combate à Tortura (CGCT) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi lançado em Florianópolis no dia 5 de fevereiro, com a presença de Karolina Alves Pereira de Castro, Coordenadora Geral de Combate à Tortura, e Bárbara Suelen Coloniese, integrante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O lançamento ocorreu no plenarinho da Assembleia Legislativa e a Comissão de Direitos Humanos da ALESC esteve representada pelo assessor Marcel Salomon, que representou o presidente da Comissão, deputado Dirceu Dresh.

A coordenação da mesa foi realizada pela presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, que relatou aos presentes a mobilização realizada pela Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura em 2016. Este lançamento é a primeira atividade marcada para 2016, ano em que se intensificou a mobilização, que já conta com grande número de entidades representativas da sociedade catarinense, que quer ver

o Comitê e o Mecanismo estadual ser mais do que um discurso e se tornar uma realidade em nosso Estado.

No mês de abril, representantes dessa Comissão entregaram uma minuta de projeto de lei para criação do sistema ao secretário de Estado da Casa Civil, Nelson Serpa. Durante a reunião, destacou a importância dos organismos para garantir direitos fundamentais dos cidadãos que estão privados da liberdade por qualquer motivo. Na entrega do projeto de lei foi solicitado agilidade no andamento. Na oportunidade, o secretário confirmou que seria encaminhado o pedido e outras reuniões seriam marcadas caso fosse necessário discutir o aperfeiçoamento do Projeto de Lei a ser entregue à Assembleia Legislativa.

Infelizmente, o projeto demorou a tramitar na Casa Civil. Diante do exposto, no dia 8 de setembro, foi marcada uma nova reunião dos integrantes compõem Comissão com o diretor de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil, Alisson de Bom de Souza. Na reunião foi entregue novamente a minuta do Projeto de Lei para criação desse Sistema Estadual e que já havia sido apresentado no último mês de abril ao secretário da pasta, Nelson Serpa, bem como um dossiê com todas as ações da comissão, relatório das inspeções, clipagens de situações de violação de direitos expostas na mídia, uma moção aprovada na V Conferência de Direitos Humanos. Atualmente, o projeto está em andamento na Casa Civil e pode ser acompanhado via <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/>, processo SCC 00002377/2016.

4.1.9. Roda de conversa sobre Democracia, Políticas Sociais e Direitos Humanos: tecendo redes contra retrocessos

O CRP-12 participou de duas rodas de conversa, uma no dia 29 de novembro e outra no dia 13 de dezembro de 2016 para dialogar sobre Democracia, Políticas Sociais e Direitos Humanos. Também estiveram presentes psicólogas/os da Assistência Social, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP/SC), Associação Brasileira de Psicologia Social (Núcleo Abrapso Florianópolis), Articulação Nacional de psicólogas/os negras/os e pesquisadores/as (ANPSINEP/SC), representantes da Associação de Doulas de Santa Catarina (ADOSC) e da Casa Chico Mendes. O objetivo do encontro, promovido pelo Núcleo Fpolis da ABRAPSO, foi de estabelecer relações entre diferentes atores para o enfrentamento em rede diante dos

retrocessos materializados pela aprovação da PEC 55 e da perda de direitos sociais engendrados pela atual conjuntura nacional.

Durante o encontro foram encaminhados: o fortalecimento desta rede por meio da organização de novas rodas de conversa e ampliação do convite a outros coletivos, movimentos, pessoas, instituições; a necessidade de resistência e reinvenção de formas de luta, apostando na potência do afeto como motor das mobilizações; aproximação com as realidades das periferias e das populações negras; prosseguir no apoio e aprendizado junto aos movimentos de ocupação universitária e secundarista; participação no Lançamento da construção do Plano de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens Negros e Pobres em Santa Catarina, dia 09/12 às 19h no Plenarinho da ALESC.

4.1.10. Conferências de Direitos Humanos

O CRP-12 participou das Conferências de Direitos Humanos no âmbito regional, estadual e nacional. Na Conferência Regional da Grande Florianópolis, realizada no dia 23 de fevereiro de 2016, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC participaram a conselheira presidente da CDH e colaboradores da comissão. A V Conferência Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina, ocorreu dia 4 de março, em Lages, no auditório do CCJ da Universidade do Planalto Catarinense. O evento teve como tema central "Direitos humanos para todas e todos: Democracia, Justiça e Igualdade". Ao fim da conferência foram eleitos 25 delegados que participarão da etapa nacional, em abril, entre eles os colaboradores da CDH Ematuir Teles de Sousa e Gabriela Rabello.

4.1.11. Conclusão

A comissão de direitos humanos, sob coordenação da Conselheira Yara Hornke, contou com a participação de três colaboradores: Ematuir Teles de Sousa, Gabriela Rabello e a Lia Vainer Schucman.

Foram criados no período um GT – Gênero e sexualidade, com a participação das(os) psicólogas(os), Daniel e a Marília, que participam do núcleo MARGENS da UFSC e que nos ajudaram a construir o evento Despatologização das transexualidades e travestilidades: contribuições da Psicologia. Foi instituído o Núcleo da ANPSINEP de SC com a participação de psicólogas do movimento negro. Sobre a

proposta as questões indígenas, a CDH realizou com as comunidades indígenas do Oeste Catarinense, rodas de conversa, a fim de mapear as principais violações de Direitos vivenciadas pela população e articular um evento Estadual, os encontros contaram com a participação de lideranças indígenas e foram planejados conjuntamente com ABRAPSO do Oeste catarinense.

De modo geral consideramos que nesta gestão conseguimos Dar corpo a CDH DO CRP-12, construindo uma relação de parceria com os movimentos sociais, com as organizações políticas, concretizando pautas próprias em relação a alguns seguimentos – movimento negro, população trans, imigrantes e refugiados e movimentos ligados a memória verdade e justiça principalmente acompanhando o trabalho do Coletivo Memória Verdade Justiça e da Clínica do Testemunho.

Ainda que de forma incipiente, conseguimos acompanhar algumas atividades referentes a criança e adolescentes com o desdobramento da participação no Amanhecer Floripa e a conclusão do documentário intitulado “Redução é a Chibata”. Neste ano estreitamos nossa relação com outras comissões especialmente a COF e a COI qualificando a apuração de denúncias de violações de direitos humanos e discutindo as diretrizes para a atuação profissional.

O grande desafio da Comissão de Direitos Humanos desde o início do VIII Plenário foi articular ações conjuntamente com diferentes movimentos sociais e órgãos de garantia e defesa dos Direitos Humanos. Sendo um dos eixos previstos por esta gestão o diálogo constante com a sociedade e os movimentos sociais, avaliamos que durante os 3 anos que atuamos conseguimos avançar neste objetivo, e isso é possível avaliar pelas diversas ações desenvolvidas.

Como podemos perceber, são várias as lutas que exigiram e exigem nossa atenção, certamente em decorrência da extrema desigualdade social característica de nossa sociedade. Seguramente as pautas aqui desenvolvidas não se esgotam, pois a luta em prol da garantia de Direitos deve ser permanentemente cuidada para que não aja retrocessos nas conquistas já alcançadas. Desse modo, é característico desta Comissão posicionar-se de maneira intransigente pela defesa de princípios democráticos comprometidos com a promoção da igualdade, a defesa dos Direitos Humanos, a inclusão social e a laicidade de Estado.

5. CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA – CNP

O Congresso Nacional de Psicologia (CNP) é a instância máxima de deliberações do Sistema Conselhos. No CNP são definidas as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas no triênio subsequente das gestões dos Conselhos Regionais e Conselho Federal de Psicologia. O CNP ocorre a cada três anos e é fruto de um amplo processo democrático onde todos as/os psicólogas/os podem participar para construção coletiva da Psicologia.

São objetivos do CNP:

- Promover a organização e a mobilização das (os) psicólogas (os) do país possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão;
- Definir políticas nacionais referentes ao tema do 9º CNP a serem implementadas e / ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia, na gestão 2016 a 2019.
- Garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão ao mandato do Conselho Federal de Psicologia, na gestão 2016 a 2019.
- Garantir a participação direta das (os) psicólogas (os) no processo de deliberação acerca das ações a serem desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, favorecendo e valorizando seu protagonismo e auto-organização em relação às etapas que precedem o CNP e os COREPs – Congressos Regionais de Psicologia.

O IX CNP teve como tema a “Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”. O tema se desdobra em três eixos:

- Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade;
- Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos;

- Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.

O CNP é composto de etapas a níveis locais, regionais, estadual e nacional, que possibilitam um amplo debate sobre as diretrizes para a gestão do sistema conselhos (Estadual e Nacional). Estas etapas são: eventos preparatórios, pré-congressos, congresso regional de Psicologia (COREP), e Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

5.1. EVENTOS PREPARATÓRIOS

Os eventos preparatórios foram realizados em diversas localidades com a tarefa de suscitar debates e levantar questões para a formulação de propostas para ser apreciadas nos pré-congressos. O CRP-12, de setembro de 2015 a fevereiro de 2016, o CRP-12 realizou 52 eventos preparatórios que segue abaixo descritos:

Data	Evento	Nome da Atividade/Tema	Local
25/set	Saúde Suplementar: Desafios para atuação das(os) Psicólogas(os)	Saúde Suplementar: Desafios para atuação das(os) Psicólogas(os)	CRP-12
09/out	III Congresso Ibero-americano sobre Assédio Moral e Institucional	Participação Política das(os) Psicólogas(os) na Construção da Psicologia	Centro de Cultura e Eventos da UFSC - Sala Laranjeira
15/out	XI Encontro Catarinense de Saúde Mental	Participação Política das(os) Psicólogas(os) na Construção da Psicologia	Auditório da Reitoria - UFSC
16/out	XI Encontro Catarinense de Saúde Mental	A rede de atenção psicossocial em Santa Catarina: o que temos e o que queremos	Auditório da Reitoria - UFSC
28/out	Debate sobre Democratização da Comunicação	Quão democráticos têm sido os meios de comunicação em SC?	Auditório da FECESC - Florianópolis
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Psicologia escolar: desafios e perspectivas de atuação	Sala CFH 334 - UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Conferência Sociedade contemporânea e Produção de Subjetividade	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Minicurso: O casal em terapia.	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Minicurso: Relações raciais e a constituição da identidade negra	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Minicurso: Desafios da Prática Clínica na Pós-Modernidade	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Minicurso: Violência de estado ontem e hoje	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Minicurso: subjetividades nos contextos de saúde	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
11/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Minicurso: Organização política dos psicólogos no controle social e conferências	Centro de Cultura e Eventos da UFSC

12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Conferência Sofrimento e violência	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Conferência: Estado, organização social e direitos humanos.	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Psicologia nos desastres: formação, atuação e políticas sociais em debate.	Sala CFH 323 - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Psicologia e questões raciais: epistemologia e práticas psicológicas	Sala de reuniões - CED - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Atual conjuntura nacional e o impacto nos processos democráticos	Centro de cultura e eventos - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Será possível uma psicologia livre de pensamento colonizado?	Centro de cultura e eventos - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Psicologia e povos indígenas	Sala Harry Laus - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Psicologia, religião e laicidade.	Auditório CFH - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Redução da maioria penal: reflexões importantes	Centro de cultura e eventos - UFSC
12/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Licenciatura em psicologia	Sala Henrique Da Silva Fontes - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	A psicologia enquanto trabalho: processos e condições para o exercício profissional nas políticas públicas	Sala CFH 301 - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	A psicologia organizacional e do trabalho frente à complexidade das organizações na sociedade contemporânea	Centro de cultura e eventos - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Afinal, somos psicólogos!	Auditório do CFH - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Drogas, raça e desigualdade.	Centro de cultura e eventos - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Morte e ressurreição do jornalismo	Mini auditório do CFH - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Psicologia em defesa do SUS: racionalidade do SUS como condição para um sujeito da saúde.	Centro de cultura e eventos - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Por uma ética na Saúde Suplementar	Sala CFH 323 - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Organização dos psicólogos no Brasil	Auditório - CDS - UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Conferência: Moderna, ambiente e sustentabilidade.	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
13/nov	II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão	Conferência: A vida na era da informação, comunicação e tecnologia.	Centro de Cultura e Eventos da UFSC
20/nov	Evento sobre o Dia da Consciência Negra	Consciência negra: o que a psicologia tem a ver com isso?	CRP-12
23/10 e 02/12	Política de Participação e Colaboração de Chapecó	Evento preparatório para o CNP	Subsede Sul - Chapecó
23/10 e 02/12	Política de Participação e Colaboração de Grande Florianópolis	Evento preparatório para o CNP: Participação Social	CRP-12

06/nov e 04/dez	Política de Participação e Colaboração de Itajaí	Evento preparatório para o CNP: Avaliação dos riscos psicossociais nas NR 33 e 35.	Univali - Itajaí
04/dez	Política de Participação e Colaboração de Joinville	Evento preparatório para o CNP: Rede de atenção psicossocial	ACE - Joinville
23/out e 02/dez	Política de Participação e Colaboração de Lages	Evento preparatório para o CNP: Trabalho psicólogo com relação às demandas da justiça; Participação Social.	CDL - Lages
29/out e 04/dez	Política de Participação e Colaboração de Criciúma	Evento preparatório para o CNP: Redução da maioria penal	Royal Criciúma Hotel
04/dez	Política de Participação e Colaboração de Blumenau	Evento preparatório para o CNP: Saúde mental	UNIBAVE - Blumenau
04/dez	Política de Participação e Colaboração de Rio do Sul	Evento preparatório para o CNP e confraternização	UNIDAVI – Rio do Sul
03/nov e 05/dez	Política de Participação e Colaboração de Balneário Camboriú	Evento preparatório para o CNP: Atuação do psicólogo na saúde pública: vivência de quem está atuando nos serviços na região.	AVANTIS – Balneário Camboriú
29/out e 09/dez	Política de Participação e Colaboração de Caçador	Evento preparatório para o CNP: Redução da maioria penal	Casa da Cultura - Caçador
26/out e 10/dez	Política de Participação e Colaboração de Orleans	Evento preparatório para o CNP: Atuação do profissional psicólogo(o) no mercado de trabalho	UNIBAVE - Orleans
22/jan	Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão	Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão – Parte I	CRP-12
28/jan	Ética e prática psicoterápica junto às realidades sociais brasileiras	Ética e prática psicoterápica junto às realidades sociais brasileiras	CRP-12
29/jan	Por uma ética das práticas psicológicas junto à dependência química em Santa Catarina	Por uma ética das práticas psicológicas junto à dependência química em Santa Catarina	CRP-12
12/fev	Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão	Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão – Parte II	CRP-12
19 e 20/fev	Seminário Participação e Controle Social	Seminário Participação e Controle Social	Florianópolis
25/fev	Imigrantes e Refugiados	Imigrantes e Refugiados	Subsede Oeste - Chapecó
27/fev	Seminário Psicologia do Esporte	Perspectivas e Desafios	CRP-12

5.2. PRÉ-CONGRESSOS

Os Pré-Congressos são instâncias que apreciam e aprovam as propostas advindas dos eventos preparatórios, bem como, criam novas propostas a nível estadual e nacional. Nessa instância também são eleitos os delegados para o Congresso Regional – COREP/SC. Os Pré-Congressos organizados pelo CRP-12, aconteceram nos Polos da Política de Participação e Colaboração, conforme datas previstas abaixo. Os Pré-Congressos foram realizados aos sábados, das 08h às 18h.

Data	Local	Tema	Convidado
05/03/2016	Orleans	Políticas Públicas	Maria da Graça M. Gonçalves
05/03/2016	Joinville	Psicologia do Trabalho	Wanderlei Codo
05/03/2016	Chapecó	Direitos Humanos	Cyntia Rejane C Araújo Ciarallo
12/03/2016	Grande Florianópolis	Violência e sofrimento	Pedro Paulo Bicalho
12/03/2016	Lages	Desafios da Política Pública de Assistência Social	Vania Baptista Nery
12/03/2016	Blumenau	Psicologia da Saúde	Ana Lopes
02/04/2016	Itajaí	A vida na Era da Informação, Comunicação e Tecnologia.	Raquel De Barros Pinto
02/04/2016	Caçador	Educação	Celso Francisco Tondin
02/04/2016	São Miguel do Oeste	Psicologia na Relação com a Justiça	Ana Luiza Castro
09/04/2016	Criciúma	Psicologia, Religião e Laicidade.	Luiz Eduardo Valiengo Berni
09/04/2016	Rio do Sul	Gênero	Marivete Gesser
09/04/2016	Balneário Camboriú	Vida moderna, ambiente e sustentabilidade.	Marcos Ferreira

5.3. COREP/SC

Depois de 52 eventos preparatórios, entre mesas-redondas, conferências, oficinas e seminários, o CRP-12 promoveu nos dias 30 de abril e 1º de maio, o IX COREP-SC (Congresso Regional da Psicologia) para discutir as práticas do exercício profissional, eleger os delegados para o 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e definir as propostas a serem implantadas pelo Sistema Conselhos na gestão 2016 a 2019. O evento foi realizado no Morro das Pedras Praia Hotel, em Florianópolis, e reuniu em torno de 100 psicólogos (as) de diferentes regiões do Estado. A mesa de abertura foi composta pelos representantes Igor dos Santos, do CRP-12; Eddie Antunes, da ABEP Nacional; Briana Picolotto, da ABEP-SC; Rosane Lorena Granzotto, do FEPSIC; Nasser Haidar Barbosa, do Centro de Direitos Humanos de Joinville; do SinPsi, Vania Maria Machado e Eduardo Antunes de Matos, do Fórum Municipal de Educação de Lages.

Durante a solenidade de abertura, a presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues apresentou as ações da atual gestão nos anos de 2014 e 2015, destacando as políticas de participação e movimento e as parcerias realizadas. “A grande marca da nossa gestão foi a organização de parceiros e a promoção de diálogos com várias entidades ligadas à

Psicologia”, destacou. A palestra do evento foi ministrada pelo psicólogo Francisco José Machado Viana que trouxe para o debate o tema do 9º CNP, a “Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”. Grupos de Trabalhos – O IX COREP SC debateu as 246 propostas e consolidou em encaminhamentos que foram levados ao 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Além disso, foram eleitos os nove delegados profissionais que foram representar o Estado no evento em Brasília (DF).

Durante o IX COREP, os participantes elegeram os nove delegados profissionais para o IX CNP e um representante dos estudantes de Psicologia. Outros três suplentes profissionais e um estudante também foram escolhidos. Foram eleitos: Delegados titulares: Eduardo Antunes de Matos, Geneia Lucas dos Santos, Jaira Terezinha Rodrigues, Jaqueline Nehring, Maria Cláudia Goulart da Silva, Marília de Souza da Silveira, Paulo Roberto Worst Leite, Rosane Lorena Granzotto e Rosenilda Gonçalves. Suplentes Psicólogas/os: Suziléia Cecchin, Geny Beckert e Ivânia Zulian Fontana Süpptitz. Representante dos estudantes: Wagner Guimarães de Sousa; Suplentes estudantes: Alana dos Santos e Vitor Nascimento.

5.4. IX CNP

O IX CNP foi realizado entre os dias 16 e 19 de junho, em Brasília, e abordou o tema “Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”. O congresso reuniu aproximadamente 270 pessoas, entre delegados(as), estudantes e convidados(as) de todas as regiões do país, que discutiram as 329 proposições advindas dos 23 Congressos Regionais de Psicologia (Coreps). O objetivo foi promover a organização e a mobilização das(os) psicólogas(os) para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, definindo políticas nacionais a serem implementadas e/ ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia entre setembro de 2016 e setembro de 2019 e garantindo a participação direta dos(as) profissionais no processo de deliberação acerca das ações do Sistema Conselhos de Psicologia no próximo triênio. Foi também, espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorreram ao mandato do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para gestão de 2017 a 2019. Foram destaques de pauta: condições de trabalho, democratização do Sistema Conselhos de Psicologia, relação com entidades, transparência, emergências e desastres, criança e adolescente, reforma psiquiátrica e luta

antimanicomial, educação, relações raciais, avaliação psicológica, psicoterapia, relação com a Justiça e ampliação do exercício profissional.

5.5. COMISSÃO ORGANIZADORA DO CNP - COMORG

A Comissão Organizadora do COREP/SC – COMORG, foi composta pelos conselheiros Anderson, Igor, Jaira e Julianna. A Comorg/SC teve como funções acompanhar e construir o regulamento e regimento do COREP/SC, acompanhar, orientar e homologar a realização desses congressos promovidos pelo CRP-12 e pré-congressos livres, sistematizar propostas por afinidade temática, preservando seus méritos na construção do caderno de propostas. Também acompanhou todos os pré-congressos a fim de garantir o cumprimento do regimento e regulamento do CNP.

Tabela de Reuniões da COMORG Regional/ SC

Atividade	Data
Reunião COMORG Regional/ SC	08/jan
Reunião COMORG Regional/ SC	08/jan
Reunião COMORG Regional/ SC	14/jan
Reunião COMORG Regional/ SC	11/fev
Reunião COMORG Regional/ SC	25/fev
Reunião COMORG Regional/ SC	03/mar
Reunião COMORG Regional/ SC	24/mar
Reunião COMORG Regional/ SC	14/abr
Reunião COMORG Regional/ SC	15/abr
Reunião COMORG Regional/ SC	18/abr
Reunião COMORG Regional/ SC	29/abr
Reunião COMORG Regional/ SC	05/mai

O CRP-12 também teve representante na COMORG Nacional, a qual teve como funções aprovar o regulamento dos Congressos Regionais da Psicologia - COREPs, acompanhar, orientar e homologar a realização desses congressos promovidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs, sistematizar propostas a nível nacional por afinidade temática, preservando seus méritos na construção do caderno de propostas.

Tabela de Reuniões da COMORG Nacional com a participação do CRP-12.

Atividade	Data
Reunião Telefônica COMORG Nacional	15/jan

Reunião Telefônica COMORG Nacional	26/fev
Reunião Telefônica COMORG Nacional	22/abr
Reunião Presencial COMORG Nacional	19,20/05

5.6. REVISTA PSICOLOGIA EM MOVIMENTO: EDIÇÃO ESPECIAL CNP

O VIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP/12 organizou uma edição especial da Revista Psicologia em Movimento com textos norteadores para os debates no CNP. A edição contou com 21 textos de pessoas referências no Estado e no Brasil. Foi impressa 12.500 unidades desta edição para ser distribuída a todas(os) as(os) Psicólogas(os) catarinenses.

A revista teve discussões nas áreas: psicologia, religião e laicidade; democratização da comunicação no Brasil; política de álcool e drogas; psicologia nos diferentes pontos de atenção: serviços especializados em saúde; desafios da clínica na pós modernidade; educação: políticas educacionais e violência na escola; gênero; direitos humanos; interdisciplinaridade e construção de referências nas políticas públicas; participação social; violência e subjetividade; avaliação psicológica; desafios da formação em psicologia; especialidades em Psicologia; psicologia do esporte; psicologia na relação com a justiça; psicologia organizacional e do trabalho/ saúde e segurança do trabalhador; movimentos sociais e economia solidária; desafios da política pública de assistência social; psicologia latino americana; entre outros textos que fizeram uma contextualização histórica do CNP.

Também foi realizado a apresentação e embasamento dos eixos e tema do 9ª CNP, bem como uma síntese das informações importantes, como: regimento, regulamento, datas e locais dos pré-congressos e serviu de subsídio para os debates e construções nas etapas que precedem o 9ª Congresso Nacional de Psicologia - CNP, como os Pré-congressos e Congresso Regional.

6 GT CONCURSOS PÚBLICOS

O GT Concursos públicos tem por objetivo analisar os editais de concursos públicos e processos seletivos que disponibilizem vagas para psicólogas(os) e dialogar com os gestores para a qualificação dos certames, bem como promover a criação de novas vagas conforme as previsões legais existentes. Tem por finalidades consolidar

referências técnicas sobre os diferentes campos de atuação da(o) psicóloga(o); Construir orientações gerais sobre disponibilização de vagas; criar e divulgar um canal de denúncias sobre concursos públicos; mapear constantemente a divulgação de concursos públicos e processos seletivos; contribuir para que os espaços de trabalho sejam assegurados; Contribuir para a não precarização do trabalho da(o) psicóloga(o).

Em 2016 está em processo de elaboração relatório a partir do levantamento de dados de 39 editais de concursos públicos e processos seletivos para psicólogos em Santa Catarina. Este levantamento visa a construção de um manual de orientação as empresas responsáveis pelos concursos públicos e para gestores. O intuito é apresentar as atribuições profissionais do profissional de psicologia, bem como, temas pertinentes a profissão para possam ser utilizados na construção das questões do certame.

Agenda de reuniões do GT Concursos Públicos

Atividade	Data
Reunião GT Concursos Públicos	12/jan
Reunião GT Concursos Públicos	19/jan
Reunião GT Concursos Públicos	26/jan
Reunião GT Concursos Públicos	03/fev
Reunião GT Concursos Públicos	08/mar
Reunião GT Concursos Públicos	15/mar
Reunião GT Concursos Públicos	14/abr
Reunião GT Concursos Públicos	19/abr
Reunião GT Concursos Públicos	03/mai
Reunião GT Concursos Públicos	10/mai
Reunião GT Concursos Públicos	17/mai
Reunião GT Concursos Públicos	01/jun
Reunião GT Concursos Públicos	07/jun
Reunião GT Concursos Públicos e TJSC	21/jun
Reunião GT Concursos Públicos	20/jul
Reunião GT Concursos Públicos	03/ago
Reunião GT Concursos Públicos	09/ago
Reunião GT Concursos Públicos	17/ago
Reunião GT Concursos Públicos	06/set
Reunião GT Concursos Públicos	13/set
Reunião GT Concursos Públicos	21/set
Reunião GT Concursos Públicos	28/set
Reunião GT Concursos Públicos	19/out
Reunião GT Concursos Públicos	09/nov

7 GT PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A Psicologia tem como objeto de estudo o homem e a forma como este constitui sua subjetividade. Importa compreender os processos que auxiliam no estabelecimento daquilo que constitui seu existir, por meio dos espaços sociais que o sujeito ocupa e as relações que estabelece. Entender tais espaços, e a forma como intervém nos mesmos, torna-se importante, pois é a partir da ação que o sujeito tem sobre a realidade material em que vive que irá delinear sua história e realizar mudanças em si e no ambiente em que vive. Pensando nisso, se o sujeito constitui sua subjetividade a partir do contexto em que está inserido e das relações que estabelece com outros, é possível considerar o sujeito sem considerar a dimensão participativa? Até por que, parafraseando o poeta: “será que todas as formas de participação valem a pena?”. Ao ver da política do CRP-12, a resposta é sim, desde que seja apensada a essa ideia, outra: “a de que toda forma de participação que visem o coletivo em direção à cidadania valem, sim, a pena”. Neste sentido, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região constitui o GT Participação e Controle Social para refletir sobre como ocorrem os processos participativos nos espaços de controle social e espaços coletivos que visem à cidadania.

O GT Participação e Controle Social visa desenvolver uma política de participação das(os) psicólogas(os) catarinenses em órgãos de controle social e outros espaços coletivos que visem à cidadania. Para isso, busca:

- Refletir a participação social como um elemento constituinte da subjetividade;
- Fomentar a participação de psicólogos em espaços de controle social e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Capacitar os psicólogos para atuação em espaços no controle social e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Identificar e divulgar os espaços de controle social em SC e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Desenvolver articulação com grupos organizados de psicólogos e outros grupos no Estado.

Para atingir os objetivos propostos, é realizado um mapeamento das(os) psicólogas(os) inscritas(os) no CRP - 12ª Região, a fim de identificar a área de atuação, bem como, a participação em espaços de controle social e espaços coletivos que visem à cidadania. Esse levantamento se desdobrou em três ações: a primeira ação consistiu em um Seminário Sobre Participação e Controle Social com vistas a iniciar um diálogo com

psicólogas(os) que façam parte de processos participativos (ver no item abaixo). Na sequência, foi construído uma Plataforma de Controle Social e Processos Participativos, como um meio de interação entre as(os) psicólogas(os) e cidadãos(os) que tenham relação ou interesse na temática. A plataforma está ativa no site do CRP-12 e é alimentada sistematicamente.

Atividade	Data
Reunião GT Participação Social	15/jan
Reunião GT Participação Social para encaminhamentos	18/jan
Reunião Evento sobre Participação e Controle Social	04/fev
Encaminhamentos GT Participação e Controle Social	11/fev
Reunião do GT Participação e Controle Social	11/mar
Reunião GT Participação e Controle Social	19/mai
Reunião GT Participação e Controle Social	24/jun

7.1.1. Seminário de Participação e Controle Social

Este Seminário foi realizado em Florianópolis, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2016, com transmissão online. Desse modo, houve a possibilidade de participação do psicólogo *in loco*, bem como foram organizados espaços de participação coletiva, de modo interativo, distribuídos por todo o Estado. O público-alvo contemplou psicólogas(os), entidades voltadas à temática, cursos superiores de áreas a fins, como Direito e Serviço Social e cidadãos(os) que atuam nos espaços de participação e controle social. O objetivo do Seminário online foi permitir uma organização para acompanhar e contribuir com o debate a partir das diferentes realidades das regiões, promovendo a divulgação, troca de conhecimentos e experiências.

Entre os temas debatidos, destacam-se “Sociedade moderna e processos participativos: possibilidades de participação na sociedade contemporânea?”, que foi o segundo painel do Seminário com as palestrantes Marivete Gesser (UFSC), Marco da Ros (UFSC/UNIVALI) e Adriana Eiko Matsumoto (UFF/RJ). O último painel do evento trouxe iniciativas possíveis com vistas à potencialização em ações de controle social e de participação em processos coletivos. O líder comunitário João Luiz de Oliveira (Gão) mostrou sua luta pela habitação popular na Ponta do Leal, em Florianópolis. Depois foi a vez da estudante Luana Nardi que contou a experiência dos secundaristas em São Paulo que ocuparam as escolas para coibir uma mudança no

sistema de ensino do Governo paulista e por fim a professora Clair Castilhos que abordou os direitos das mulheres e as políticas públicas direcionadas a elas.

8 COMISSÃO DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

8.1. EIXO SAÚDE

CRP 12 tem participado da discussão e construção do campo Saúde, por meio do Eixo Saúde da Comissão de Políticas Públicas. E em um resgate histórico dos últimos anos pode ter como destaque algumas ações realizadas pelo CRP 12. São elas: mobilizações, realizadas em várias cidades do Estado, contra o Projeto de Lei do Ato Médico; eventos de Saúde Mental com usuários, pesquisas vinculadas aos espaços de atuação dos psicólogos e psicólogas no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do CREPOP; Ano Temático de Psicoterapia; Seminários de Atenção Psicossocial e apoio aos Movimentos sociais, como o da Luta Antimanicomial. Além disso, o Grupo de Trabalho em saúde do CRP 12 busca acompanhar/e ou ocupar representações nos espaços de controle social como o Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Entorpecentes, Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador, entre outros.

Em 2016, foram realizadas treze reuniões do Eixo, das quais nem sempre conseguimos contar com todos os integrantes do eixo. Estas reuniões aconteceram ao longo do ano para a organização de atividades específicas, parcerias com outros grupos/entidades e para discussão do andamento das representações da autarquia na área da saúde. Seguem as datas das referidas reuniões:

Atividade	Data
Reunião do Eixo Saúde	29/jan
Reunião do Eixo Saúde	30/jan
Reunião do Eixo Saúde	19/fev
Reunião do Eixo Saúde	15/abr
Reunião do Eixo Saúde	22/abr
Reunião do Eixo Saúde	02/mai

Reunião do Eixo Saúde	04/mai
Reunião do Eixo Saúde	05/mai
Reunião do Eixo Saúde	13/mai
Reunião do Eixo Saúde	13/mai
Reunião do Eixo Saúde	24/jun
Reunião do Eixo Saúde	14/out
Reunião do Eixo Saúde	09/dez

8.1.1. GT Psicoterapia

No ano de 2016, o GT Psicoterapia, vinculado ao eixo saúde, promoveu o Seminário: “ética e prática psicoterápica junto às realidades sociais brasileiras”. A psicoterapia é uma prática de caráter interdisciplinar na sua realização e nos contextos onde esta ocorre. Sendo assim a psicologia, profissão sabidamente com maior grupo profissional que realizam a psicoterapia vem, ao longo dos últimos anos, discutindo a ética na atuação psicoterápica, bem como os parâmetros técnicos e éticos para a graduação e pós-graduação para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

O Seminário teve como objetivos resgatar o acúmulo acerca das discussões ocorridas na profissão ao longo dos últimos anos, tange à ética da prática psicoterápica, relacionadamente à relação da psicoterapia com os contextos das práticas sociais; Também buscou fazer uma reflexão sobre o atual estágio da psicoterapia com suas relações com a estratégica clínica em diferentes contextos de trabalho do psicólogo. Ao final, foi possível lançar propostas de ação do Sistema Conselhos para o próximo triênio, uma vez que tal evento, é de caráter preparatório para o IX Congresso Nacional da Psicologia – CNP.

8.1.2. GT sobre Práticas Integrativas Complementares por psicólogos(as) – PICs

A primeira reunião do GT ocorreu no dia 13/05/16 e teve como foco a atualização acerca do tema e levantamentos dos objetivos e estratégias a serem adotadas nas próximas ações do GT. Foi elencada a necessidade de ouvir alguns psicólogos da região que trabalham com os usos das PICs, mais precisamente no contexto do SUS, a fim de conhecer a práxis desta atuação e trocar conhecimentos.

No dia 24/06/16 aconteceu à segunda reunião do GT sobre Práticas Integrativas Complementares – PICs com a participação de profissionais que atuam com tais práticas na cidade de Florianópolis. Esta reunião constituiu-se, em certa medida, num espaço de formação e troca de ideias entre os integrantes do GT e os participantes convidados, afim de discutir aspectos teórico-epistemológicos acerca da temática, além das principais normativas associadas às PIC's no cenário nacional.

No dia 15/07/16, na terceira reunião do GT, delineou-se um primeiro esboço dos princípios e marcadores essenciais às práticas profissionais de psicólogos nos contextos da Atenção Primária em Saúde que fazem uso das PICs, seguindo diretrizes do SUS, do código de ética profissional do psicólogo, da perspectiva dos direitos dos usuários, bem como a importância de ter o território enquanto balizador dos usos das

PICs e de adotar uma visão ampliada do processo saúde doença. Neste dia, realizou-se também um levantamento de possíveis ações que seriam importantes de serem executadas a partir e através do GT, quais sejam: - desenvolver momentos formativos (mesas-redondas) que possibilitem o diálogo entre profissionais e estudiosos no tema, os quais devem ser abertos à toda categoria; - redação de materiais escritos, o que inclui uma nota técnica visando orientar os profissionais de psicologia sobre o tema. A partir disso, definiu-se que, de forma processual, o GT estaria trabalhando online, por meio do Google Drive, na elaboração de materiais escritos que sustentem seu posicionamento para, com isso, podermos desenvolver as demais atividades em diálogo contínuo com a categoria.

O planejamento das ações do Eixo Saúde para o ano de 2016 teve como um dos objetivos potencializar e qualificar a atuação de psicólogos na área da saúde, visando aprimorar a prática profissional e promover a discussão de conceitos fundamentais em saúde que envolva a subjetividade, na perspectiva dos direitos dos usuários dos serviços. O debate proposto com a formação do GT sobre Práticas Integrativas Complementares – PICs, vem na direção de respaldar e fundamentar a atuação dos psicólogos nos contextos de saúde, visando qualidade técnica e ética alinhada aos princípios e diretrizes do SUS e do código de ética do psicólogo.

A temática da ação de psicólogos no contexto das PIC's foi observada, inicialmente, através de demandas que chegaram até a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12, cujas questões eram, de certa forma, pontuais, e indagavam sobre a possibilidade, ou não, da ação dos profissionais de psicologia nesse campo. A partir disso, a COF observando a complexidade da questão que leva em conta elementos diversos e de diferentes orientações epistemológicas da ciência, pautou este ponto em plenária (abril/2016), sendo que, em meio a discussão estabelecida neste momento, definiu-se pela criação de um GT para discutir o tema com a profundidade necessária. O GT está constituído por membros da COF, do eixo saúde e profissionais da psicologia, o que envolve, portanto, conselheiras/os, colaboradoras/es e demais profissionais.

A formação de GT sobre Práticas Integrativas Complementares – PICs, teve como objetivo de construir elementos que sirvam para fundamentar o posicionamento do CRP12 em relação ao uso das PICs pelos profissionais psicólogos nos contextos de saúde, bem como subsidiar o debate e orientar a prática da categoria nessa área.

As atividades do GT estão em andamento. Os encaminhamentos resultantes das reuniões do grupo abrangem a criação de um grupo de e-mails e Google Drive para

construir um espaço em que os membros do GT possam contribuir ativamente, alimentando com materiais, e principalmente na elaboração de textos e reflexões que subsidiem o debate. O GT também aponta como ações estratégicas chamar profissionais para colaborarem na construção de uma nota técnica, realizar um mapeamento via CREPOP dos profissionais que atuam no SUS e fazem uso das PICs, e levar o tema para APAF, sendo que este último aspecto tem como intuito fortalecer a discussão dentro do sistema conselhos.

8.1.3. V Congresso Brasileiro de Psicologia da Saúde

O CRP-12 apoiou a realização do V Congresso Brasileiro de Psicologia da Saúde e IV Congresso Iberoamericano e Lusobrasileiro de Psicologia da Saúde, realizado na UFSC, nos dias 10 e 11 de outubro. O tema do Congresso foi Psicologia da saúde: Os desafios da formação na perspectiva da integralidade. O CRP-12 participou organizamos uma conferência para o evento intitulada: Atenção Psicossocial ao Sofrimento Psíquico – Articulando os pontos de atenção na construção de um SUS integral, ministrada pela prof^a. Dra. Magda Zurba.

A ação também contou com a participação da equipe técnica do conselho, como atividade de qualificação.

8.1.4. Semana da Luta Antimanicomial

Sempre no mês de maio, o CRP-12 faz parcerias e promove a mobilização em torno do tema da Luta Antimanicomial. Além dos seminários de Atenção Psicossocial que tratam do tema, são realizadas ações que chamam a atenção do assunto. Neste ano, os destaques foram às atividades realizadas em parceria com o Instituto Arco Íris de Florianópolis, Centro de Ciências da Saúde - UFSC; Conselho Regional de Psicologia - 12^a Região; Escola de Saúde Pública de SC; Faculdade CESUSC; Mestrado Profissional em Saúde Mental- MPSM/ UFSC; Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN)- UFSC. Juntos foram realizadas atividades com usuários do CAPS e a comunidade em geral em alusão à Semana da Luta Antimanicomial. Foram realizados debates sobre a história da Saúde

Mental na América Latina; minicursos sobre Terapia de Crise; oficinas de Dança, Origami e Pintura; rodas de conversas para discutir Economia Solidária, Ética e Trabalho.

O psicólogo Alfredo Carlos Moffatt, da Argentina, também participou das atividades da Semana da Luta Antimanicomial e recebeu o título de Honoris Causa da Faculdade CESUSC. A cerimônia teve representantes das entidades de Psicologia, professores e alunos que prestaram homenagens ao profissional, que se declarou feliz e agradecido pelas homenagens. Psicólogo social, psicodramista e arquiteto, um dos fundadores da Escola de Psicologia Argentina, Alfredo Moffatt tem registros em livros, artigos, fotografias e vídeos disponibilizados, gratuitamente.

Outra ação que compõe a semana da luta antimanicomial foi a Mesa redonda “Anticomemoração ao Dia da Luta Antimanicomial em SC” também promovida pelo CRP-12. A mesa teve por objetivo afirmar os direitos alcançados com a Reforma Psiquiátrica e ao mesmo tempo, denunciar a ausência da rede de atenção psicossocial vislumbrada na legislação. Todas as atividades aconteceram entre 16 a 20 de maio, com ampla participação de psicólogas(os), usuários dos serviços, estudantes de psicologia e a sociedade e geral.

8.1.5. III Seminário de Atenção Psicossocial

Está prevista no Eixo 2 do Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016, que versa sobre a Relação com a Sociedade, a importância de um debate acerca da política de assistência às pessoas com sofrimento psíquico, reafirmando a necessidade de atuar de forma protagonista junto à sociedade e criando espaços de troca e articulação. Já o Eixo 1 (Ações com psicólogos/as e a profissão) do referido planejamento aponta como meta criar espaços de troca e proposições que desafiem o pensar e o fazer, com ações políticas e educativas que valorizem o potencial profissional e o reconhecimento da categoria para si mesma e para a sociedade.

O CRP 12 entende que a ideia de rede de atenção psicossocial precisa ser problematizada, pois ao mesmo tempo em que constitui uma complexidade no campo das práticas, é um caminho mais humano e efetivo para o cuidado das pessoas em sofrimento psíquico. Apesar das conquistas o setor saúde, ainda busca-se efetivar sua potência de consideração da dimensão humana nos seus equipamentos, situação que traz

ao debate a necessária articulação entre os serviços, sejam eles os diretamente voltados a pessoas com sofrimento psíquico ou a pessoas acometimentos à sua integridade física. O Direito à atenção psicossocial em saúde passa necessariamente pela discussão, alicerçada não apenas nos aspectos teóricos, mas também nos desafios cotidianos, dos possíveis (e o impossível) na articulação entre pontos de atenção especializados. Neste sentido, o III Seminário de Atenção Psicossocial veio propor este espaço de reflexão e de construção de novas estratégias de atuação pautadas na busca pela efetivação da rede de atenção.

O III Seminário de Atenção Psicossocial teve como objetivos problematizar as potencialidades e fragilidades dos diferentes pontos da rede de atenção psicossocial no contexto de saúde; historicizar processos de reforma que levaram a conquistas humanas no contexto de saúde brasileiro; problematizar o conceito de integralidade que envolve a rede de cuidados em saúde articulado a atenção a pessoas com transtornos psíquicos severos e persistentes.

O evento teve transmissão online, o que potencializou uma maior participação, totalizando 517 participantes presenciais e 5.000 acessos online nos três dias de evento. É válido ressaltar que pessoas de outros estados participaram do Seminário, tanto de forma online (inclusive realizado perguntas e comentários) como presencialmente.

O III Seminário de Atenção Psicossocial, realizado nos dias 11, 12 e 13 de agosto teve como tema “Atenção Psicossocial ao sofrimento psíquico: articulando os pontos de atenção na construção de um SUS integral”. Durante os três dias do evento, muitos assuntos foram colocados em pauta. No primeiro dia, o Eixo 1 abordou a Saúde integral humanizada e com atenção a diferentes tipos de sofrimentos. No segundo dia – no Eixo 2 - foram discutidas a atenção psicossocial que demanda urgência e internação na contramão da lógica manicomial. As políticas de inclusão e de articulação intersetorial de crianças e adolescentes com sofrimento psíquico severo e persistente foram temas do Eixo 3, com a participação de profissionais do CAPSi de Florianópolis, São Paulo e do Rio de Grande de Sul. Nesse Eixo, também foram abordadas as atenções articuladas no CAPS e CAPSad. A situação dos desterritorializados foi a pauta principal no Eixo 4. No último dia do evento, o Eixo 5 falou sobre o atendimento a sofrimentos na atenção primária: promoção da saúde “mental” diante da produção da loucura no cotidiano. A conferência de encerramento falou da ação peripatética da atenção

psicossocial no SUS, com o coordenador municipal de Saúde Mental de São Paulo, Roberto Tykanori Kinoshita.

A partir das avaliações preenchidas pelos participantes do evento verificou-se que 86% das pessoas que avaliaram o evento o consideraram “Ótimo”, 12% consideraram “Bom” e apenas 2% consideraram “Regular”, não apresentando avaliações de “Ruim” ou “Péssimo”. Em relação aos objetivos também podemos afirmar a consecução dos mesmos e de forma geral o evento superou as expectativas dos organizadores.

8.1.6. Fórum dos Conselhos Profissionais da Saúde

O Fórum dos Conselhos Profissionais da Saúde teve início em 2015 devido a grande necessidade de contínuo avanço no processo organizativo entre os conselhos de saúde. O Fórum tem como objetivo fortalecer espaços democráticos de mobilização e articulação entre os conselheiros de saúde, possibilitando discutir questões conjunturais e estruturais para a área da saúde. Além disso, busca sinergias e integração entre conselhos para potencializar ações conjuntas e pautas comuns.

Em 2016 foram realizadas duas reuniões, como segue abaixo:

Atividade	Data
Reunião do Fórum dos Conselhos Profissionais de Saúde	15/jan
Reunião almoço do Fórum dos Conselhos Profissionais de Saúde	18/fev

O Fórum tem sido um importante espaço para dialogar sobre as pautas comuns entre os conselhos profissionais da saúde. Entretanto, houve uma baixa adesão dos demais conselhos profissionais devido a indisponibilidade e compatibilidade de agendas. As reuniões serão retomadas em 2017, com intuito de seguir as discussões em torno da articulação da representação no Conselho Estadual de Saúde, entre outras pautas, como: 1) GT Desinstitucionalização; 2) Inoperância do Conselho Estadual de Saúde de SC; 3) Grupo de Trabalho de Atenção Psicossocial da Comissão de Saúde da ALESC; 4) Acesso a Saúde no Sistema Prisional; 5) Política sobre álcool de outras drogas em SC; 6) condições relacionadas à saúde suplementar e as implicações éticas e técnicas na atuação.

8.1.7. Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde de Santa Catarina – COMESC

Quando estratégias de viabilização não conseguem avançar na mesma proporção das conquistas de direitos, o cenário fica propício para um significativo aumento de demandas por judicialização. Diante disso, o COMESC é um órgão do Conselho Nacional de Justiça, criado para subsidiar os Magistrados, advogados, profissionais da saúde para solucionar demandas decorrentes da judicialização na saúde.

O COMESC foi instalado em 2012, sendo integrado por representantes da Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Contas do Estado, Secretarias de Saúde do Estado e de Florianópolis, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, Defensoria Pública da União e do Estado, Federação Catarinense de Municípios, Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Conselhos Regionais de Classe e outros segmentos do poder público, da sociedade civil e de comunidades interessadas que, voluntariamente, cumulam esta atividade com os seus respectivos trabalhos.

O COMESC realiza reuniões mensais, priorizando temas de interesse regional, e sua composição heterogênea, representada por diferentes segmentos da sociedade, permite diversos pontos de vista sobre a judicialização da saúde. O foco do Comitê é o monitoramento de fatores envolvidos em ações judiciais e a busca pela solução dos conflitos na área da saúde.

Participações do CRP-12 nas reuniões do COMESC

Atividade	Data
Reunião COMESC	01/fev
Reunião COMESC	07/mar
Reunião COMESC	06/jun
Reunião COMESC	04/jul
Reunião COMESC	31/out

Entre os principais resultados alcançados no Comitê pode-se destacar: 1). Constituição por parte do Estado da Câmara Técnica para assessorar as demandas de judicialização. 2). Aprovação de um projeto de formação de gestores, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Saúde/SC; 3). Criação de formulário para requerer medicamento não disponível na Relação Nacional de Medicamento - RENAME do Sistema Único de Saúde - SUS. .

8.1.8. Grupo de Trabalho Interinstitucional Sobre Saúde Suplementar

O GT é constituído por Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP-12), pelo Fórum das Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC), e Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI). Há dois anos, desde sua constituição, o GT, juntamente com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) vem pesquisando e ouvindo os profissionais, representantes de Pessoas Jurídicas, usuários para mapear as principais demandas relacionadas ao trabalho da psicologia na Saúde Suplementar. Estas entidades realizaram em 2015 uma pesquisa com psicólogos (os) que atuam em Saúde Suplementar, a fim de obter dados sobre a relação entre operadoras dos planos, profissionais da psicologia e beneficiário. Os resultados dessa pesquisa possibilitaram criar subsídios para os grupos focais com os profissionais objetivando levantar informações relativas à prática profissional e discutir sobre a atuação neste campo, bem como elucidar questões de ordem ética e técnica do exercício profissional.

Entre as questões relatadas pela categoria destacam-se as dificuldades quanto à exigência de constituição de uma Pessoa Jurídica para o estabelecimento de contrato; limite de profissionais conveniados junto à Operadora; da falta de autonomia em relação ao agendamento das consultas; limite de número de sessões liberadas; excesso de burocracias; dificuldade para lidar com as faltas das (os) beneficiárias (os); demora no tempo de retorno financeiro; e baixos valores pagos pelos procedimentos realizados. Os resultados da pesquisa foram apresentados durante o evento “Saúde Suplementar: Desafios para atuação das(os) Psicólogas(os)”, em setembro de 2015.

De modo geral, os serviços psicológicos conduzidos dentro dos padrões atuais da saúde suplementar, podem ferir a ética profissional e restringir a autonomia do profissional e do (a) beneficiário (a) dos planos de saúde na construção de um processo psicoterápico e de outras demandas psicológicas que visem o resultado buscado por ambos.

Outra ação do GT é a elaboração do Manual Orientativo em Saúde Suplementar no sentido de propor diretrizes ao trabalho da (o) profissional de psicologia que atua nessa área. Este Manual não pretende esgotar as questões relativas a este campo de atuação, mas sim oferecer orientações a respeito dos aspectos éticos, técnicos e administrativos concernentes à relação estabelecida com as Operadoras de Planos de Saúde. Este material está em processo de elaboração e poderá contar com o apoio de um membro da ANS para contribuir com a elaboração.

Reuniões do GT Interinstitucional Sobre Saúde Suplementar

Atividade	Data
Reunião do GT Saúde Suplementar	21/jan
Reunião do GT Saúde Suplementar	18/fev
Reunião do GT Saúde Suplementar	03/mar
Reunião do GT Saúde Suplementar	21/jul
CREPOP – Grupo focal: Saúde Suplementar Joinville	04/ago
CREPOP – Grupo focal: Saúde Suplementar Criciúma	05/ago
CREPOP – Grupo focal: Saúde Suplementar Chapecó	19/ago
CREPOP – Grupo focal: Saúde Suplementar Florianópolis	01/set
Reunião do GT Saúde Suplementar	11/nov
Reunião do GT Saúde Suplementar	02/dez
Reunião ANS regional em Curitiba	15/dez

8.1.9. Grupos focais: Saúde Suplementar

Em parceria com o CREPOP, o GT realizou quatro Grupos Focais em Saúde Suplementar que tiveram o objetivo de levantar informações relativas à prática profissional e discutir sobre a atuação neste campo, bem como elucidar questões de ordem ética e técnica do exercício profissional.

Destas ações, foi possível notar diferentes formas de atuar – profissionais que oferecem desconto para as (os) pacientes que mantem convênio com as Operadoras de Planos de Saúde; Pessoa Física que estabelece contrato direto com Operadoras; Pessoa Jurídica que estabelece contrato direto com Operadoras; profissionais que atendem em clínicas que estabelecem contrato com Operadoras; e profissionais terceirizados pelas Operadoras, que atendem na clínica constituída por essa.

Neste contexto, surgiu a necessidade de um olhar pormenorizado da Comissão de Orientação e Fiscalização sobre a qualidade dos serviços ofertados e, ainda, um direcionamento ao Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina das informações recebidas, tendo em vista a emergência de questões trabalhistas.

No que se refere ao início de contratação junto à Operadora, foram indicadas dificuldades quanto à exigência de constituição de uma Pessoa Jurídica para o estabelecimento de contrato; limite de profissionais conveniados junto à Operadora; excesso de burocracia; demora no tempo de retorno financeiro; e baixos valores pagos pelos procedimentos realizados.

Para a manutenção do convênio junto à Operadora, falou-se da alta burocratização quanto aos procedimentos a serem cumpridos para a efetivação dos

atendimentos, bem como a falta de um padrão entre as Operadoras. Neste sentido, sugeriu-se que a ANS estabelecesse uma padronização administrativa, para melhor efetivação dos procedimentos. Neste âmbito, foi dada a sugestão de que houvesse uma Operadora exclusiva para a categoria de psicólogas(os), a fim de organizar as demandas e os procedimentos de acordo com sua realidade profissional.

Outra questão diz respeito à necessidade do preenchimento de formulários com informações sobre as (os) pacientes, sem que se saiba a finalidade ou quem será o receptor desta documentação, não obedecendo, inclusive, o preconizado na Resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº 007/2003, que trata da elaboração de documentos escritos advindos da avaliação psicológica, no que diz respeito aos modelos de documentos e importância do sigilo quanto aos mesmos.

Outro desafio encontrado é a falta de especificações no rol de procedimentos estabelecidos pela ANS, no que diz respeito ao trabalho realizado pela (o) psicóloga (o), ou seja, nem todos os serviços ofertados estão especificados, ocasionando arbitrariedades no preenchimento da Guia e/ou prejuízo de ordem econômica à (ao) profissional.

Além disso, falou-se da falta de autonomia em relação ao agendamento das consultas, uma vez que isso prejudica a autonomia profissional, atingindo, inclusive, sua vida pessoal. Quanto a isso, sugeriu-se que fosse possibilitado um agendamento direto do paciente com a clínica e/ou com o profissional.

Ademais, verificou-se comum entendimento acerca da necessidade de encaminhamento médico para a realização do atendimento psicológico, por vezes aliado ao diagnóstico dispendido de modo arbitrário pela medicina. Falou-se da necessidade de retirada desta exigência, tendo em vista os danos ocasionados à (ao) beneficiária (o) do convênio, na medida em que lhe priva de sua livre escolha quanto ao atendimento, além do prejuízo à categoria de psicólogas(os), ao inferir que apenas o médico estaria apto a decidir sobre a necessidade de atendimento por estes, postergando a realização do atendimento.

Quanto ao número de sessões liberadas por algumas Operadoras, foi questionado o motivo pelo qual, em alguns casos, há liberação de sessões em um número de quatro em quatro, sendo que a cobertura mínima obrigatória é de 12 consultas/sessões, de acordo com a legislação da ANS. Desta forma, pontuou-se que deveria ser a (o) profissional de psicologia a decidir pelo número de sessões, bem como

a duração de cada atendimento, uma vez que possui conhecimento científico e metodológico apropriado a essa decisão.

Pontuou-se, ainda, a dificuldade para lidar com as faltas das (os) beneficiárias (os) dos planos de saúde, uma vez que não existem especificações sobre os procedimentos nestes casos. Nesse sentido, sugeriu-se que fossem realizados acordos que abordssem a temática, entre beneficiária (o) do Plano de Saúde.

Uma questão apresentada de forma constante foi o valor pago pelas Operadoras de acordo com cada procedimento, que está muito aquém da tabela de honorários prevista ao psicólogo(a), o que pode vir a precarizar a prestação do serviço de Psicologia.

Pensando na melhoria das condições de trabalho neste campo de atuação, sugeriu-se que CRP-12 realizasse maior diálogo com instituições vinculadas à Saúde Suplementar ou Federação de Psicólogos que financiam estudos nessa área. Ademais, foi pontuada a importância da realização de ações de controle social no âmbito da saúde suplementar. Além disso, falou-se da importância de o CRP-12 estabelecer constante diálogo com as Operadoras de Planos de Saúde, a fim de que as mesmas possibilitem condições mínimas de trabalho e o aumento da qualidade no que é oferecido à população.

Acredita-se que a inexistência da oferta de psicoterapia como prerrogativa no campo das políticas públicas esteja sendo coberta pela Saúde Suplementar, sendo importante entender essa realidade para fazer as devidas reflexões e/ou críticas. De toda forma, os princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde, bem como os princípios éticos do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o), devem pautar todo e qualquer atendimento terapêutico.

81.10. Reunião com a ANS

As representantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional Sobre Saúde Suplementar, realizam reunião com Agência Nacional de Saúde (ANS) para dialogar sobre as problemáticas advindas da relação entre profissionais de Psicologia e as Operadoras de Planos de Saúde em SC. A reunião com o Chefe do Núcleo Regional da ANS (PR e SC), Sr. Márcio de Souza França aconteceu no dia 15 de dezembro do corrente ano, faz parte de uma ação que visa estreitar diálogo com ANS e Operadoras de Planos de Saúde buscando qualificar o campo de atuação da Psicologia.

A ANS é responsável pela manutenção da qualidade dos serviços de assistência à saúde, se tornando assim uma instituição de caráter social, tendo as mesmas diretrizes do que seja público no tocante aos direcionamentos constitucionais relativos à saúde. Tendo em vista estas premissas, destaca-se à importância do papel fiscalizador da ANS sobre as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, com as quais as (os) profissionais da Psicologia estabelecem contratos, a fim de identificar situações e relações de trabalho que não sejam correspondentes aos direitos dos usuários de tais serviços, ferindo o código de ética do profissional psicólogo(a) e precarizando o trabalho ofertado a sociedade.

Na reunião foi solicitado a ANS Regional SC e PR que pautasse estas demandas e que emitisse posicionamento, com brevidade quanto às providências tomadas na perspectiva da resolução das problemáticas acima elencadas pelo GT.

8.2. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS

A Comissão de Comunicação Social – CCS tem como objetivo aprimorar os meios de comunicação social do CRP/12 com a categoria e a sociedade, visando garantir canais de comunicação funcionais, dinâmicos, interativos e eficientes. Esta comissão foi instituída pelo VII Plenário no ano de 2011 e é responsável pela produção e administração dos conteúdos de cunho informativo e publicitário, produzidos e veiculados em todos os canais de comunicação do CRP-12, cobertura de eventos da autarquia e de entidades parceiras, bem como pela relação com a mídia aberta.

Com o intuito de dar visibilidade às suas ações e estabelecer diálogo com a categoria e sociedade, atualmente utiliza-se como ferramentas de comunicação os seguintes canais gerenciados pela CCS:

- Boletins Eletrônicos Semanais: constitui-se pela clipagem de notícias semanais da autarquia, com cunho informativo, que objetiva manter o psicólogo atualizado das ações do Sistema Conselhos, bem como aquelas de interesse da categoria.
- Boletins Eletrônicos Especiais: esta forma de comunicação objetiva informar a categoria sobre questões emergências, bem como datas especiais de interesse da sociedade e sistema conselhos, podendo possuir caráter orientativo e de qualificação profissional.

- Boletins Mensais de Eventos: clipagem dos eventos de entidades da psicologia e áreas afins.
- Revista Psicologia e Movimento: Revista quadrimestral do CRP-12, com objetivo de informar, qualificar e registrar o histórico das ações do Sistema Conselhos.
- Site institucional: sitio onde são registradas as notícias do Sistema, além da disponibilização de informações e dados permanentes sobre o CRP-12, comissões, orientação profissional, publicidade, espaço de comunicação com instituições parceiras, entre outros.
- Redes Sociais (facebook e twitter): página do CRP-12 nas redes sociais, com divulgação de notícias e campanhas de interesse do Sistema Conselhos.
- Fale conosco/ouvidoria: espaço de comunicação, em forma de formulário de texto, disponibilizado no site do CRP, com caráter de ouvidoria, bem como de recebimento de dúvidas administrativas e da prática profissional.

Tabela de reuniões da Comissão de Comunicação Social - CCS

Atividade	Data
Reunião da Comissão de Comunicação Social	21/jan
Reunião da Comissão de Comunicação Social – Produção BE Especial Marcus Vinícius	05/fev
Reunião da Comissão de Comunicação Social	18/fev
Reunião Comissão de Comunicação Social – Pauta próxima revista	24/mar
Reunião Comissão de Comunicação Social e AsCom –Revista e materiais Dia do Psicólogo	31/mar
Reunião da Comissão de Comunicação Social	06/mai
Reunião da Comissão de Comunicação Social	13/mai
Reunião da Comissão de Comunicação Social	14/jul
Reunião Comissão de Comunicação Social e Dia do Psicólogo	29/jul
Reunião da Comissão de Comunicação Social	02/set
Reunião da Comissão de Comunicação Social	24/set
Reunião da Comissão de Comunicação Social	30/set
Reunião da Comissão de Comunicação Social	14/out
Reunião da Comissão de Comunicação Social	21/out
Reunião Eixo Educação, Comissão de Comunicação Social e Comissão de Direitos Humanos	24/out
Reunião da Comissão de Comunicação Social	28/out
Reunião da Comissão de Comunicação Social	09/nov
Reunião da Comissão de Comunicação Social	23/nov
Reunião da Comissão de Comunicação Social	30/nov
Reunião da Comissão de Comunicação Social	07/dez
Reunião da Comissão de Comunicação Social	12/dez

8.2.1. Comitê pela Democratização da Comunicação - CDC/SC

O tema da democratização da comunicação constitui um eixo de trabalho da Comissão de Comunicação Social do CRP-12 com o intuito de promover debates sobre o uso da mídia e a produção de subjetividades. A Plenária do Comitê de Democratização da Comunicação em Santa Catarina (CDC-SC) foi realizada no dia 7 de abril, na sede do CRP-12, com representantes das entidades que compõem o Comitê, além de convidados e interessados no tema. Na oportunidade foram realizadas duas palestras, sendo uma com a blogueira Conceição Oliveira, a Maria Frô, e outra com a jornalista Elizabeth Vilela da Costa, jornalista da Federação Internacional de Jornalistas. Após as falas, os presentes debateram as teses que foram levadas para a XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização, realizada em São Paulo, de 21 a 23 de abril de 2016. As propostas foram apresentadas pelos delegados eleitos para representar Santa Catarina. Os delegados eleitos foram Marcos Ferreira, representando a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) e o CRP-12; Aderbal Filho, do Sindicato dos Jornalistas de SC; Adriana Maria A. de Souza, da CUT-SC e Jaira Rodrigues, como delegada da ABEP Nacional. Os observadores eleitos foram Inês Leodete Fortes, presidente da Associação Catarinense de Radiodifusão Comunitário (Abraço- -SC) e um representante do Coletivo de Jornalismo Maruim.

Nesse mesmo ano de 2016, após Plenária, o CRP-12 deixa a coordenação do CDC-SC, para assumir a tesouraria do comitê. Os anos do CRP-12 na gestão foram marcados por uma gestão democrática, de diálogo, promovendo debates na luta por um marco regulatório das comunicações que promova a democratização do uso e de acesso dos meios de comunicação no país.

8.2.2. XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional e Democratização da Comunicação - FNDC

A XIX Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) foi realizada no Espaço Anhanguera, em São Paulo, de 21 a 23 de abril. A plenária é o órgão máximo de representação dos filiados ao Fórum e nesta edição elegeu a nova Coordenação Executiva e o Conselho Deliberativo para o biênio 2016-2018. Na Plenária Nacional foi aprovado um documento que orientará a atuação

do Fórum para o próximo período, focando no combate ao golpe em curso no país. Nesse sentido, a primeira ação da nova Coordenação Executiva foi a realização do Dia Nacional de Luta contra o Golpismo Midiático, no dia 5 de maio, com o tema “Monopólio é golpe”. A mobilização foi realizada em parceria com a Frente Brasil Popular. Ações específicas que também compõem a luta pela democratização da comunicação, como as relativas à internet, banda larga, comunicação pública e radiodifusão comunitária também estão contempladas no Plano de Ação.

Tabela de reuniões do CDC-SC

Atividade	Data
Reunião do CDC-SC e Coordenação do Curso de Jornalismo da UFSC	19/jan
Reunião do CDC-SC	21/jan
Reunião do CDC-SC	26/jan
Reunião do CDC-SC	04/fev
Plenária Regional preparatória à XIX Plenária Nacional do FNDC	07/abr
XIX Plenária do FNDC	21-23/04
Reunião do CDC-SC com o curso de jornalismo da UDESC	03/mai
Reunião do CDC-SC	24/jun
Reunião Planejamento Comitê pela Democratização da Comunicação em SC	22/jul
Reunião do CDC-SC	29/set
Reunião do CDC-SC	06/out

8.2.3. Site CRP-12

Em 2016 o CRP-12 reformulou totalmente o site, ficando muito mais dinâmico, informativo, atualizado e permitindo uma interatividade maior com um menu completo sobre todas as comissões e áreas de atuação do CRP-12. As informações foram atualizadas e incluídas novos itens de informação e orientação.

O site também permitiu a criação de fóruns de discussão destinada a promover debates por meio de mensagens publicadas abordando uma mesma questão. Outra função agregada ao site foram as áreas temáticas, que permitem a categoria se informar sobre diferente temas, como: Dia do Psicólogo; Política de Participação e Colaboração; Psicoterapia; Saúde Indígena; Psicologia na relação com a Justiça; Psicologia nas Emergências e Desastres; Psicologia e Saúde; Psicologia e Assistência Social; Psicologia na Escola; Medicalização da Vida; Avaliação Psicológica; Gênero e Sexualidade; Psicologia do Esporte; Áreas Emergentes, entre outras.

8.2.4. TV Floripa

Visando ampliar os espaços democráticos de comunicação, em 2016, o CRP-12 filiou-se a TV Floripa. A filiação tem por objetivo expandir a comunicação do CRP-12, aproveitando as mídias comunitárias, as quais se aproximam com o projeto político e compromisso social da Psicologia brasileira. Também visa aproximar a categoria dos meios alternativos de comunicação, comparado com a grande mídia, que produzem um jornalismo democrático, mostrando os diferentes pontos de vista que constituem a informação.

Pioneira das emissoras comunitárias em Santa Catarina, fundada em 23/05/1998. A TV Floripa é um veículo de comunicação gerido pela Associação das Entidades do Canal Comunitário de Florianópolis. É regulamentada pela Lei Federal 8.977 - a chamada Lei da TV a Cabo - de 06 de janeiro de 1995, que garante tecnologia de alta qualidade no acesso público à televisão. No Brasil, a sociedade civil organizada tem a disposição 143 canais comunitários nas TVs a cabo, dentre os quais aproximadamente 80 estão no ar. A TV Floripa não tem fins lucrativos e está voltada para maior participação da sociedade na televisão brasileira.

8.3. EIXO EDUCAÇÃO

O Eixo Educação da Comissão de Políticas Públicas (CPP) do CRP-12 tem como objetivo construir espaços coletivos de discussões entre psicólogos (os) e outros profissionais que atuam na educação, consolidando um lugar de referência técnica, científica e metodológica na atenção e compreensão crítica da Psicologia Escolar e Educacional no diálogo com a escola.

A comissão de políticas públicas, eixo educação, compreende a relevância dessa discussão, na medida em que se observa a inserção da psicologia em diversas formas no cenário educacional como, por exemplo, em disciplinas específicas, em temas trabalhados em disciplinas atravessadas pela discussão do processo de constituição do sujeito, aprendizagem e desenvolvimento, relações entre professores e estudantes, funcionamentos escolares, dificuldades no processo de escolarização, entre outros.

Nessa direção, conforme acena o documento produzido no ano da Psicologia na Educação de 2008, há uma necessidade premente de enfatizar a importância da Psicologia – enquanto ciência e profissão – e sua contribuição no que se refere a consolidação da luta pelo direito a uma educação pública, de qualidade e socialmente referendada para todos e todas, ancorada nos princípios dos direitos humanos, no respeito a diversidade e com compromisso social e político. Entende-se que a atuação das (os) psicólogas (os) nesses espaços poderá contribuir para que a escola seja, efetivamente, um espaço democrático de produção e acesso ao saber, sobretudo, a população que tem reiteradamente, aviltada o direito de permanecer e continuar os estudos em contextos formais de ensino.

Atividade	Data
Reunião por Skype: Eixo Educação	18/fev
Reunião do Eixo Educação	02/abr
Reunião do Eixo Educação	17/abr
I Seminário Regional sobre Saúde, Trabalho e Educação	18/jun
Reunião Eixo Educação: organização e demandas do eixo educação	06/out
Reunião de Eixo Educação	14/out
Reunião CCS com Eixo Educação	23/nov
Reunião Eixo Educação	09/dez

8.3.1. Fórum Estadual de Educação – FEE/SC

O Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina – FEE/SC é um espaço de participação da sociedade para formulação e acompanhamento da política educacional catarinense. Composto por 47 representações de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais vinculados à educação, dentre os quais o Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região.



Instalado no dia 22 de novembro de 2012 o FEE/SC já realizou 33 reuniões; organizou e realizou a Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, etapas municipais, intermunicipais e estadual; seminários regionais para acompanhamento dos planos municipais de educação; seminários de fortalecimento dos fóruns municipais de

educação; apoio à Política Estadual de Gestão Escolar, dentre outras ações relacionadas à educação catarinense.

O CRP-12 ingressou no Fórum em 2013 e desde então tem participado de todas as pautas educacionais tratadas no FEE/SC, contribuindo para a consolidação da educação pública, de qualidade e socialmente referendada para todos e todas, ancorada nos princípios dos direitos humanos, no respeito à diversidade e com compromisso social e político, para que a escola seja, efetivamente, um espaço democrático de produção e acesso ao saber, sobretudo, a população que tem reiteradamente, aviltada o direito de permanecer e continuar os estudos em contextos formais de ensino, conforme estabelece o Eixo Educação da Comissão de Políticas Públicas

Tabela de reuniões do Fórum Estadual de Educação

Atividade	Data
19ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Educação/SC	15/mar
12ª Reunião Extraordinária do Fórum Estadual de Educação	19/out
21ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Educação	29/nov

8.4. EIXO PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – POT

As práticas de Psicologia organizacional e do trabalho (POT) ocupam um importante espaço no contexto da profissão e justificam a necessidade de esforços para o desenvolvimento desta área. A pesquisa do Conselho Federal de Psicologia realizada em 1988 colocava a Psicologia organizacional como a segunda maior área de atuação dos profissionais (CFP, 1988). Em 2000, a prática denominada organizacional ou do trabalho foi tida como 3ª área de atuação, com 12,4% de profissionais (WHO & CFP, 2001).

Tal área vem despertando o interesse dos pesquisadores, por sua grande importância na compreensão tanto dos aspectos envolvidos nas organizações, em gestão de pessoas e na saúde do trabalhador, podendo trazer contribuições tanto para a empresa quanto para o trabalhador e a sociedade.

O Brasil é um país com uma imensa diversidade apresentando grandes contradições no mundo do trabalho, temos um cenário que vai desde o trabalho escravo até organizações de altíssimo nível tecnológico, o que inevitavelmente traz grandes questões acerca do trabalho na vida das pessoas, da qualidade de vida dos trabalhadores,

da saúde do trabalhador para atuação da(o) psicóloga(o) organizacional e do trabalho. No que diz respeito às pesquisas e reflexões sobre o tema, a POT muito avançou, porém, há sempre uma defasagem entre aquilo que é produzido pela academia (pesquisas e reflexões) e a prática efetiva. Esta última depende de vários aspectos de poder das organizações, da política e economia do país. As ações ainda são muito pontuais e fragmentadas. Por esta razão entende-se que a POT deve fazer parte como um dos eixos da Comissão de Políticas Públicas do Plenário do CRP 12-SC.

A POT tem como objetivo fomentar discussão sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho visando ações de orientação da atuação, socialização das práticas realizadas pela categoria e produção de conhecimento sobre esta área, assim como, fortalecimento político, técnico e científico das/os psicólogas/os que atuam no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho apontando e marcando as diferentes perspectivas que relacionam saúde e trabalho sob uma perspectiva interdisciplinar.

Atividade	Data
Reunião Psicologia Organizacional do Trabalho – POT	29/jan
Reunião da Comissão de Ética e Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho	27/fev
Reunião da Psicologia Organizacional e do Trabalho	09/mar
Reunião Psicologia Organizacional e do Trabalho	03/abr
Reunião com a UFSC sobre apoio na pesquisa sobre atuação das(os) Psicólogos no campo da Psicologia das Organizações e do Trabalho	21/jul
Reunião do Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho	14/out

8.4.1. Pesquisa sobre atuação das(os) Psicólogas(os) no campo da Psicologia das Organizações e do Trabalho no Sul do Brasil

Em uma parceria entre UFSC, UFPR e PUCRS, com apoio do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) e Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-08) está sendo realizado estudo para caracterizar os tipos de trabalhos que vêm sendo realizados por psicólogas(os) no sul do Brasil. O estudo visa produzir subsídios para os programas de formação de psicólogas(os) nos níveis de graduação e pós-graduação na região.

A pesquisa também proporcionará aos conselhos profissionais de psicologia, que orientam e fiscalizam o exercício profissional, aprofundar o conhecimento sobre as

práticas nessa área, que ocupa um importante espaço na profissão. Estas informações propiciam ampliar as possibilidades de intervenção em prol das condições de trabalho, da orientação e da consolidação de uma identidade enquanto ciência e profissão.

A pesquisa foi lançada dia 26 de setembro e está em fase de coleta de dados e em breve terá dados para que possam subsidiar as universidades e os conselhos profissionais em ações voltadas para esta área.

8.5. EIXO PSICOLOGIA E JUSTIÇA

Partindo do entendimento de que a Interface da Psicologia com a Justiça e Segurança Pública toca diretamente questões que estão longe de terem um consenso social, o que se reflete nas possibilidades de atuação do psicólogo(a) neste contexto. O Eixo Psicologia e Justiça passou a compor a Comissão de Políticas Públicas dada compreensão da mesma permeia atuações de Profissionais ligados às três esferas do governo.

A partir de documento elaborado pelo CREPOP junto à COF do CRP-12, foi possível o estabelecimento de prioridades de ação baseado em levantamento sobre a atuação da(o) psicóloga(o) Catarinenses no contexto de tal interface, algumas demandas distintas, porém surgiram ao longo do ano indicando a necessidade de adequação das atividades propostas.

São objetivos do Eixo Psicologia e Justiça:

- Identificar quem são e onde atuam os profissionais que atuam na interface com a justiça;
- Qualificar os serviços e a atuação profissional;
- Formar um coletivo neste campo de atuação;
- Historicizar referências e posições políticas e epistemológicas construídas pelo Sistema Conselhos;
- Organizar ações voltadas para a qualificação da atuação da(o) psicóloga(o) neste campo;
- Avaliar os serviços e a política de governo;
- Articular a Psicologia na rede e contribuir com a promoção das políticas públicas.

Com base nesses objetivos, o Eixo se encontra periodicamente para planejamento de ações. Foram organizadas ações mais voltadas ao tema da Escuta de Crianças e adolescentes, porém outros temas foram indicados como importantes e que precisam de continuidade no futuro. Iniciaram-se ações que visam à aproximação com as/os profissionais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim como da Polícia Civil de Santa Catarina também.

Tabela de reuniões do Eixo Psicologia e Justiça

Atividade	Data
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	04/fev
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	09/mar
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	08/abr
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	22/abr
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	13/mai
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	02/jun
Reunião Ampliada do Eixo Psicologia e Justiça: Sobre escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	01/ago
Reunião com Tribunal de Justiça	09/ago
Reunião com TJSC: Sobre depoimento especial	19/ago
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	28/out
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	04/nov
Reunião Ampliada do Eixo Psicologia e Justiça: Sobre escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	05/dez
Reunião do Eixo Psicologia e Justiça	09/dez

8.5.1. Reunião ampliada do Eixo Psicologia e Justiça sobre – Escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

O Conselho Regional de Psicologia 12ª Região, de modo coerente com o que está colocado no Código de Ética Profissional do Psicólogo, tem observado com bastante preocupação as propostas de implantação de serviços com finalidade de produção de prova para fins jurídicos por meio de intervenções realizadas por profissionais da Psicologia. Sabe-se que em outros Estados do Brasil, projetos como o Depoimento Sem Dano ou Depoimento Especial tem sido não apenas implantados, mas tornado-se tarefa das(os) psicólogas/os. Tendo em vista a existência de Projetos de Lei Estadual propondo a implantação de práticas semelhantes em Santa Catarina, assim como um movimento por parte do Tribunal de Justiça e do Ministério Público para tanto, esta autarquia viu-se na responsabilidade de, junto aos profissionais ligados ao

Sistema de Justiça, debater o papel e as possíveis contribuições da(o) psicóloga(o) jurídica(o) frente a essa demanda.

Conforme deliberação do VIII CNP buscou-se manter a discussão sobre a atuação da (o) psicóloga (o) na escuta de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos visando à garantia da Resolução CFP n.º 10/2010, tendo em vista as tentativas de implantação de metodologias para tomada de depoimentos de crianças e adolescentes no território deste Regional.

Desta forma, no dia 01 de agosto, o eixo Psicologia e Justiça organizou uma reunião ampliada para dialogar com os profissionais que atuam com escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Foi tomado por base a Nota Técnica lançada pelo Conselho Regional de Psicologia 08ª Região, a fim de problematizar o tema e propor práticas da psicologia pautadas na ética, na técnica e no corpo conceitual próprios desta ciência.

A atividade contou com a participação da Conselheira do CRP-08, Luciana Moraes, a qual participou da elaboração da nota técnica naquele regional, a fim de apresentar o processo lá vivenciado assim como subsidiar o debate a ser realizado na reunião. Devido à preocupação com as propostas de implantação de procedimentos como o Depoimento Sem Dano ou Depoimento Especial, o CRP-12 buscou dar visibilidade à nota técnica sobre o tema emitida pelo CRP-08, além de discutir com os profissionais ligados ao Sistema de Justiça ações que possam enfrentar tal realidade. Contou-se com a participação de aproximadamente 50 profissionais na Sede da Capital e nas subsedes Norte, Sul e Oeste. Foi deliberado que seja dada continuidade a esta ação, propondo um novo encontro do grupo para discutir a nota técnica mais diretamente relacionada com a realidade neste Regional.

Como encaminhamento da primeira reunião ampliada, continuaram-se os debates na segunda reunião ampliada do Eixo Psicologia e Justiça sobre escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, realizada no dia 05 de dezembro de 2016. Esta reunião teve como objetivos dialogar com profissionais que atuam nos sistemas de justiça, visando a construção de posicionamento da psicologia frente às demandas do judiciário.

8.5.2. Projeto de Lei (PL) 114/2014, que institui a ouvida sem dano para crianças vítimas de abuso sexual ou violência.

Outra ação do eixo está relacionada ao PL 114/2014, que institui a ouvida sem dano para crianças vítimas de abuso sexual ou violência nos órgãos de proteção e defesa das crianças e adolescentes. O referido projeto apresenta problemas teóricos e metodológicos. Conforme análise, os depoimentos devem ser tomados por entidade judicial competente, uma vez que há o impedimento da(o) psicóloga(o) para executar função de inquirição. Uma escuta psicológica diferencia-se de uma inquirição por ser uma postura de acolhimento, diferente da postura objetiva exigida de um inquiridor.

Mediante a tramitação do projeto, o Eixo enviou cartas aos Deputados Estaduais de Santa Catarina sobre o PL 114/2014, requerendo a manutenção do veto do Governador do Estado.

Considerações finais:

Podem ser levantados alguns indicativos para ações futuras deste eixo: como a continuidade das ações relacionadas ao tema da escuta de crianças e adolescentes no contexto do sistema de justiça, e o resgate das ações ligadas ao sistema prisional. O diálogo com os outros eixos da Comissão de Políticas Públicas é fundamental não apenas no que tange ao alinhamento de ações, mas fundamentalmente, naquilo que se refere à complementariedade das diversas Políticas Públicas na consolidação da garantia de direitos aos/às cidadãos/cidadãs.

8.6. EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Eixo Assistência Social é responsável pela articulação política entre a Psicologia e a Assistência Social através do Conselho Regional de Psicologia, no âmbito de Santa Catarina. O eixo Assistência Social faz parte da Comissão de Políticas Públicas (CPP) da autarquia. É composto por conselheiros representantes e atuantes, além de colaboradores e outros interessados. Por meio deste grupo são promovidos diálogo com a categoria em eventos, reuniões institucionais, reuniões ampliadas e com conselhos profissionais, para articulação e qualificação profissional.

Seus representantes vêm construindo um histórico de atuação em espaços de representação social, como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS); Fórum Estadual dos Trabalhadores da Política de Assistência Social (FETSUAS-SC); Comissão de Assistência Social da OAB/SC; entre outros

8.6.1. Reuniões do eixo Assistência Social

Ação alinhada à estratégia da plenária de fortalecer os trabalhos de cada comissão e eixo, cujas reuniões periódicas contribuem para organização das atividades anuais. Tem por objetivo Formar um coletivo que discuta, organize e avalie as atividades do Eixo Assistência Social. Atualizar os membros do eixo com as principais ocorrências e discussões no SUAS, no âmbito institucional, das representações e ações.

Tabela de reuniões do Eixo Assistência Social

Atividade	Data
Reunião do Eixo Assistência Social	29/jan
Reunião do Eixo Assistência Social	05/fev
Reunião do Eixo Assistência Social	18/mar
Reunião do Eixo Assistência Social	29/abr
Reunião Ampliada do Eixo Assistência Social	06/mai
VII Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social	11-13/05
Eixo do Eixo Assistência Social	13/jun
Seminário Estadual de Benefícios Eventuais que a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	05/jul
Reunião para elaboração do roteiro do vídeo sobre Assistência Social	08/jul
Reunião Ampliada do Eixo Assistência Social	12/jul
Reunião Núcleo Ampliado dentro do Eixo Assistência Social	28/jul
Reunião do Eixo Assistência Social – CRs Sul	29/jul
Seminário Estadual de Psicologia na Assistência Social	20/ago
Reunião do Eixo Assistência Social	14/out
Reunião do Eixo Assistência Social	09/dez

Foi possível respeitar um cronograma fixo de reuniões, com amplo compartilhamento de informações e discussão das estratégias do Eixo. Mantiveram-se as reuniões entre comissões para discussões importantes do CRP-12, com adaptação das datas de acordo com a disponibilidade dos conselheiros e colaboradores. Além disso, instituiu-se o formato de reuniões ampliadas, no formato de reuniões abertas à categoria, para discussão de dois temas: 1) apresentação e construção do posicionamento do CRP-12 acerca da concessão de benefícios no âmbito do SUAS; 2) referência técnica proposta pelo CFP sobre a atuação de psicólogas(os) no SUAS.

As reuniões ampliadas permitiram a produção de contribuições dentro dos prazos estabelecidos. Contudo, percebeu-se que como estratégia de discussão com a

categoria, necessitem de definição mais apurada de cronograma, considerando que alguns de seus prazos sofrem pressões externas, como no caso da consulta à minuta de referências técnicas do CFP.

Entre os fatores que tenham contribuído para o alcance ou superação das metas estabelecidas, podemos destacar a organização e disponibilidade dos conselheiros e colaboradores do Eixo; estrutura física e funcional do CRP-12; articulação com outras comissões; amplo material produzido no âmbito do CRP-12 e do sistema conselhos por meio do CREPOP; Compartilhamento mais constante de informações do eixo nas reuniões plenárias e outras comissões; Adoção da estratégia de reuniões ampliadas para discussão de temas e posicionamentos por parte do CRP-12; descentralização do eixo, com agenda de reuniões nas subsedes; participação de psicólogas(os) interessadas(os) na atuação do SUAS junto aos conselheiros e colaboradores.

A partir das reuniões foram geradas propostas como planejamento anual do Eixo Ass. Social; Encaminhamentos da Política no estado; Qualificação do levantamento acerca das demandas e excessos do sistema de justiça; Posicionamento do CRP-12 quanto à concessão de benefícios eventuais; Contribuições ao documento de referência técnica do CFP.

8.6.2. Representação em Fóruns, Conselhos e Comissões relacionadas à Assistência Social

As representações visam dar continuidade às representações que já estavam estabelecidas desde o plenário anterior, com vistas a garantia de direitos preconizados no SUAS, e buscar a inserção na representação em novos espaços considerados importantes para tal fim. Essa ação está alinhada ao objetivo do 2º eixo do Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016, que indica a necessidade de atuar de forma protagonista junto à sociedade, buscando alianças com movimentos sociais, intervindo em políticas públicas e sociais, e criando espaços de troca e articulação.

Tem como objetivo contribuir para o controle social, efetivação e fortalecimento da política de Assistência Social no âmbito estadual; Contribuir para a organização da sociedade civil participante de instâncias de controle social; Defender o coletivo dos/as trabalhadores/as, nas instâncias de discussão, deliberação, pactuarão, controle e gestão estadual do SUAS. Ampliar a participação das entidades estaduais representativas de trabalhadores junto à Coordenação Estadual do FETSUAS/SC.

Acompanhar e intervir na elaboração e execução do Programa CapacitaSUAS, com vistas a qualificar a formação política dos trabalhadores e trabalhadoras.

Dentre as representações, foi dada continuidade às já existentes, como o FEPAS, FETSUAS, FNTSUAS, FORTSUAS e CAS/OAB por meio da participação das reuniões, encontros e eventos nas instâncias de representação seguindo o cronograma proposto a cada uma. Foi realizado monitoramento das ações do CEAS, com vistas a retorno a essa representação em 2017. Outra ação foi a participação no Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social. O CRP-12 também participou do GT “benefícios eventuais” do CEAS, para qualificar o olhar da Psicologia acerca da temática. Participou também de reuniões da CONPAS-CFP.

Tabela de reuniões de representações do Eixo Assistência Social

Atividade	Data
Seminário Regional do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social	02-04/jun
Reunião FETSUAS	03/fev
Reunião da Coordenação Executiva do FETSUAS/SC	02/mar
Reunião da Coordenação Executiva do FETSUAS/SC	07/mar
Reunião Check List FNTSUAS	11/mar
Reunião do FETSUAS/SC	14/mar
Reunião ordinária FEPAS	15/mar
Reunião da Coordenação Executiva do FNTSUAS	19/mar
GT Benefícios Eventuais – CEAS	28/mar
Reunião da Coordenação Executiva e Estadual do FETSUAS/SC	04/abr
Reunião da Coordenação Executiva do FNTSUAS – IV Plenária Nacional e Reunião da Coordenação Nacional	14/abr
4º Seminário Nacional do FNTSUAS	15,16/abr
Reunião da Coordenação Executiva e Coordenação Estadual do FETSUAS/FNTSUAS – IV Plenária Nacional e Reunião da Coordenação Nacional	17/abr
Reunião da Coordenação Executiva FETSUAS/SC	02/mai
Reunião FETSUAS	07/mai
Reunião da Coordenação Executiva do FETSUAS/SC	16/mai
Reunião da Coordenação Executiva FETSUAS/SC	06/jun
Reunião da Coordenação Executiva do FNTSUAS e Reunião da Coordenação Nacional FNTSUAS	11,12/jun
Reunião GT Benefícios do CEAS	27/jun
Reunião Ampliada da Coordenação Executiva FETSUAS/SC	04/jul
Reunião da Coordenação Executiva do FNTSUAS	05/jul
5ª Reunião Plena da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social – CONPAS	16/jul
Reunião FEPAS: Comissão Pró frente em defesa do SUAS e da Seguridade Social	19/jul
Reunião FORTSUAS – Região Sul	30/jul

Reunião ordinária da Coordenação Estadual do FETSUAS/SC	01/ago
Reunião FEPAS: Manifesto SUAS e Seguridade Social	02/ago
Reunião da Coordenação Nacional do FNTSUAS	13/ago
Reunião da Coordenação Estadual do FETSUAS/SC	15/ago
Reunião FEPAS	16/ago
Reunião da Coordenação Executiva do FETSUAS/SC	05/set
Reunião FNTSUAS	10/set
Reunião sobre representação CRP-12 FETSUAS/SC e FNTSUAS	27/set
Reunião da Coordenação Estadual do FETSUAS/SC	03/out
Reunião da Coordenação Executiva do FETSUAS/SC	03/out
Reunião da Coordenação Executiva do FNTSUAS	08/out
Plenária Estadual do FETSUAS/SC	21/out
Reunião FORTSUAS	05/nov
Reunião Descentralizada – FNTSUAS	11/nov
Reunião Descentralizada – FNTSUAS	12,13/11
Reunião da Coordenação Executiva do FETSUAS/SC	05/dez
Reunião Plenária Extraordinária do CEAS	06/dez

Com o início de uma nova gestão, revisão das representações atuais e seus respectivos representantes. Criação de uma comunicação fluida sobre as ações de cada representante. Articulação para retorno à representação do CEAS. Isto aponta para a necessidade de maior divisão das tarefas entre membros do eixo Assistência Social para participação nos espaços de representação.

8.6.3. Participação em eventos relacionados à Política de Assistência Social

Ação alinhada à estratégia de discutir junto à categoria questões pertinentes a este campo de atuação, bem como de dialogar com outras categorias temas considerados fundamentais ao desenvolvido da política de Assistência Social. Tem com objetivo representar o Plenário do CRP-12 em eventos relacionados à construção da Política de Assistência Social, atuação dos trabalhadores e contribuições da Psicologia à consolidação da política. Com os eventos promovidos e apoiados pelo CRP-12 foi possível alcançar os resultados propostos com a participação ativa dos conselheiros e colaboradores, dialogando com as(os) psicólogas(os) e outras categorias profissionais participantes.

O CRP-12 participou dos eventos:

- 05/07/16 – Seminário Estadual de Benefícios Eventuais que a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.
- 11 a 13/05/16 – VII Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social.
- 20/08/16 – Abertura do Seminário Estadual de Psicologia na Assistência Social – SINPSI/SC

8.6.4. Organização de eventos da Psicologia na Assistência Social

O CRP-12, como parte da representação realizada no FETSUAS, propõe-se realizar o primeiro encontro Nacional descentralizado do FNTSUAS (4ª Seminário Nacional do FNTSUAS), além de roda de conversa sobre a atuação da psicóloga(o) na assistência social. O objetivo na realização de eventos se baseia no encontro entre profissionais, estudantes, conselheiros e colaboradores, entre outros, para potencialização das ações pertinentes à PNAS. Assim, pretendeu-se também mostrar o protagonismo de SC com a realização do encontro descentralizado do FNTSUAS.

8.6.5. 4ª Seminário Nacional do FNTSUAS

O Seminário foi realizado em Florianópolis, nos dias 15 e 16 de abril de 2016 e contou com a ampla participação da coordenação executiva do FETSUAS/SC. assumida por CRP-12 e CRESS-SC. O evento debateu sobre participação política e controle democrático. Teve como objetivos fortalecer a participação de usuários e trabalhadores no diferentes espaços para fortalecer o poder popular. Foi realizado uma análise do cenário político no que tange a participação popular com enfoque na representação de usuários e trabalhadores do SUAS. O intuito do evento foi garantir ampliar e promover os espaços de controle e participação social.

Os debates significaram um avanço na construção de pautas comuns com usuários. Na abertura do evento, a conselheira do CRP-12, Giulianna Remor, que representa a entidade no FETSUAS estando na secretaria executiva junto com o CRESS, ressaltou a importância da união para enfrentar os desafios. O evento foi realizado no Cefid/Udesc. A primeira mesa de debate falou de participação popular e a importância do empoderamento dos usuários para exigir seus direitos, tendo como

integrantes Luziele Tapajós (UFSC), a usuária Solange Bueno (FNUSUAS - Região Sul) e Enrico Braga, do Conselho Federal de Psicologia que integra o FNTSUAS. Luziele conclamou os participantes a ocuparem os espaços nos conselhos municipais para efetivamente haver o controle social. “Vivemos a casca da democracia, precisamos aprofundar os debates e buscar a participação mais forte do que a simples democracia representativa”, disse ela. A usuária Solange Bueno deu uma aula de cidadania e contou sua experiência na Associação para Integração dos Cegos (ACIC). A secretária executiva do FNTSUAS Aldenora Gonzáles fez uma retrospectiva de como foi a implantação dos Fóruns dos usuários do SUAS. Atualmente, 23 estados brasileiros já contam com FETSUAS colaborando com propostas para o processo de regulamentação, conferências, entre outras ações. Aldenora também enfatizou os grandes desafios na relação entre os usuários e os trabalhadores. Com a participação de mais de cem profissionais da área e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contabilizando ainda mais de 400 acessos à transmissão on-line, o evento foi realizado com extrema qualidade, tendo bom *feedback* de todos os participantes. Os fatores que contribuíram para o alcance das ações foram a organização de conselheiros e colaboradores, articulação com outras entidades e, mais importante, a capacidade de organização do corpo administrativo do CRP-12.

8.6.6. Roda de Conversa sobre Atuação da(o) Psicóloga(o) na Assistência Social

Devido ao conjunto de atividades que estavam ocorrendo no período em que foi planejado a roda de conversa, houve um prejuízo na participação. Devido a isso, foi reavaliada sua execução e tema, em função 1) das necessidades oriundas da qualificação do olhar da Psicologia no GT Benefícios Eventuais do CEAS, o qual o CRP-12 contribuiu ativamente e 2) em função dos eventos preparatórios, pré-congressos e COREP.

Como indicativo de ações futuras, sugere-se a retomada do tema da roda de conversa para realização futura. Propor nos moldes das reuniões ampliadas com temas.

8.6.7. Articulação de ações sobre psicologia nas emergências e desastres, com possível criação de GT.

As ações relacionadas à Psicologia nas Emergências e Desastres têm como base as deliberações do COREP 2013 (Propostas 18 e 19, Eixo do II). O GT em

atividade na gestão 2010-2013 foi desfeito, em função da criação da ABRAPEDE e da participação de representantes estaduais na Associação. Assim, houve necessidade de uma nova composição na realização de atividades relacionadas a esse tema.

O objetivo da articulação em torno do tema, com possível recomposição do GT se dá, essencialmente, em função que a ABARAPEDE – atualmente inativa – não absorveu a função de articular a temática nacionalmente e em SC. Por outro lado, a criação de Comissão Nacional em Emergências e Desastres, por parte do CFP, foi realizada de maneira verticalizada e sem articulação com as representações no Conselhos, visto que em SC foi nomeada uma representante sul deste tema e pouco se fez para atuação conjunta no que compete ao sistema conselhos: o foco foi as atividades e eventos da Comissão Nacional. Assim, pretende-se resgatar um trabalho estadual de maneira articulada, protagonista, propositiva e agregadora, trazendo os profissionais de maneira mais próxima ao CRP-12 em torno do tema.

Os resultados foram alcançados por meio da participação em eventos relativos ao tema. Contudo, a criação do GT não foi realizada até o momento, sendo possível de reavaliação em uma próxima gestão.

- 13 e 14/05/2016 – Curso de Gestão de Riscos e Desastres Socioambientais “Construindo Comunidades mais seguras”, em Itajaí, promovido pelo CFP, com participação do colaborador Marcos Ferreira.
- 10 e 11/07/2016 – I Simpósio sobre Gestão de Riscos e Desastres Naturais – Palestra tema: “População: como agir, reagir e contribuir – um olhar sobre as políticas sociais”, em Chapecó, com participação do conselheiro Igor Schutz dos Santos.
- 02-04/06/2016 - Seminário Regional do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, em Criciúma, com a Participação da Conselheira Rosa Nadir Gerônimo Teixeira.

Tendo em vista que a recriação do GT depende de maior articulação no Estado e a falta de contato das(os) psicólogas(os) que atuam nessa área dificulta ações nessa área. Diante do exposto, sugere-se que as próximas ações sejam de mapeamento de profissionais atuantes em emergências e desastres; identificar conselheiros e colaboradores ligados ao tema; realizar encontros e refundar o GT; promover novos eventos.

9. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)

O trabalho realizado pelo CREPOP se pauta em deliberações do VII e VIII Congresso Nacional de Psicologia, bem como Assembleia das Políticas Administrativas e Finanças, ocorridas em 2013 e 2016. Neste sentido, traz em seu bojo o compromisso, junto à categoria, na construção de Referências Técnicas para o exercício profissional, servindo de aporte ético, normativo e técnico à atuação, e ainda, pautando-se como subsídio à intervenção do Sistema Conselhos junto às políticas públicas e interlocução com os espaços de formação.

São objetivos do CREPOP:

- Identificar oportunidades estratégicas de participação da Psicologia nas políticas públicas;
- Fortalecer a presença da Psicologia nas políticas públicas utilizando ferramentas tecnológicas como forma de divulgação,
- Produção de referências para a atuação das (os) psicólogas (os), por meio da investigação de prática profissional em políticas públicas;
- Promover a articulação com gestoras (es) de políticas públicas, fortalecendo a compreensão da dimensão da atuação das (os) psicólogas (os) nessas políticas;
- Fortalecer os serviços de informação e comunicação, por meio do site do CRP-12, com intuito de privilegiar o processo de disseminação de informação sobre as políticas públicas e atuação da Psicologia;
- Fortalecer o CREPOP como Recurso de Gestão, seja na assessoria e no suporte de informações de como estão as políticas públicas locais, de localização da atuação de serviços com psicólogas (os), seja no subsídio às Plenárias dos Regionais que tem acessado o CREPOP sobre informações qualificadas a respeito da psicologia.

O público alvo do CREPOP são as(os) psicólogas(os) que atuam na área das políticas públicas e aqueles que direcionam seu trabalho por meio de tais políticas. No entanto, o CREPOP passou por dois momentos: de planejamento e execução em 2015 e paralisação em 2016 no que se refere aos encaminhamentos realizados pelos Conselhos Regionais, ou seja, o Conselho Federal de Psicologia, ao questionar a pertinência do CREPOP, deixou que este caminhasse na direção da desarticulação. O resultado foi o sucateamento do CREPOP realizado pela gestão do CFP nesta gestão. Diante disso,

forma realizadas reuniões do coletivo de técnicas(os) do CREPOP e das(os) conselheiras(os), bem como ações estaduais para garantir o funcionamento do CREPOP e andamento das pesquisas nacionais, conforme segue abaixo apresentadas.

9.1. PESQUISA NACIONAL: POLÍTICAS E AÇÕES EM DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

No que tange à pesquisa sobre Políticas e Ações em Direitos Sexuais e Reprodutivos, definida no VII CNP, o Centro se articula no sentido de realizar pesquisas relativas à temática nas seguintes áreas: saúde, assistência social, escolar, organizacional e do trabalho e justiça. A mesma se define e mantém a partir de diretrizes do VIII CNP a respeito da inserção e permanência da discussão de gênero e diversidade sexual, bem como direitos da mulher, que trata sobre as questões da violência contra a mulher e o aborto, bem como os direitos humanos, que trata da articulação junto a movimentos LGBT e dá ênfase ao processo transexualizador.

A pesquisa tem como objetivo delinear o campo de atuação dos profissionais de Psicologia que atuam em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e produzir referências para a atuação das (os) psicólogas (os) nas políticas de Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Com ações em 2016 pode se destacar o lançamento da pesquisa nacional para mapear psicólogas (os) que atuam em políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos em Santa Catarina, ocorrido de dezembro de 2015 a janeiro de 2016; Outra ação foi o treinamento das novas (os) técnicas (o) do CREPOP – Brasília/DF, ocorrida em 27 de janeiro de 2016, para apresentação da metodologia de pesquisa do CREPOP e discussão a respeito da categoria de respondentes da pesquisa em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Em relação à pesquisa de mapeamento, embora o CRP-12 tenha um dos maiores índices de resposta do sistema conselhos, pode-se afirmar que de modo geral a categoria pouco participou do levantamento realizado a respeito da atuação com políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos. Os fatores que possibilitaram SC ter um número significativo de respostas foi o planejamento das ações a partir das demandas e realidade vivenciada pela categoria; eventos relacionados à política de participação e Colaboração, em que a Psicologia era discutida junto à

categoria, com vistas à construção política do fazer profissional; e participação da categoria nos levantamentos realizados.

Existe um planejamento de ação e cronograma. Houve uma etapa de construção de uma nota técnica, para a pesquisa nacional, seguida de uma pesquisa exploratória e relatório de pesquisa. Para que ocorresse a etapa das entrevistas individuais e grupais, seria necessário que o Projeto de Pesquisa fosse aprovado por um Comitê de Ética. Não havendo aprovação, o Conselho Federal decidiu lançar um questionário de mapeamento. Entende-se que o coletivo do CREPOP não foi considerado neste lançamento, de modo que alguns Conselhos Regionais, incluindo o CRP-12, se recusaram a fazer a divulgação e solicitaram por uma reunião do coletivo nacional do CREPOP, a fim de discutir diretrizes. Aguarda-se o agendamento da reunião.

A pesquisa Nacional sobre a atuação de psicólogas (os) com Direitos Sexuais e Reprodutivos ocorreu com atraso, em decorrência da alteração da Equipe do CREPOP Nacional, entre outras questões relativas ao Conselho Federal de Psicologia. A partir de pautas recorrentes a respeito da estruturação do CREPOP – seja na reunião Nacional ou APAF de 2015 – foram sendo retomadas as atividades pendentes. No ano de 2016, a pesquisa Políticas e Ações em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos não ocorreram segundo a metodologia estabelecida pelo CREPOP, uma vez que o Conselho Federal de Psicologia deliberou pela não realização de entrevistas grupais e individuais, utilizando-se apenas de questionário de levantamento de informações. E ainda, a pesquisa sobre A atuação de psicólogas/os junto a povos tradicionais, indígenas e quilombolas não considerou o coletivo nacional do CREPOP.

Como indicativo de ações futuras e complementares, é necessário fazer a divulgação dos dados advindos das pesquisas em andamento, bem como retomada das atividades pendentes relativas ao CREPOP.

9.2. PESQUISAS ESTADUAIS

9.2.1. Pesquisa Mídia e Psicologia: Tecendo Conexões

Para compreender como profissionais da psicologia se relacionam com a mídia, tanto como fonte de informação quanto como objeto e ferramenta de trabalho, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) desenvolveu parceria com

a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a realização da pesquisa “Mídia e Psicologia: tecendo conexões”.

Por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do CRP-12, e do Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS), da UFSC, organizou-se um Grupo de Pesquisa em Comunicação com vistas à construção/solidificação da mídia como tema relevante na psicologia, a partir da efetivação da pesquisa.

Neste sentido, torna-se importante entender como profissionais fazem uso das mídias em seu cotidiano e campo profissional, bem como verificar a presença de discussões sobre a mídia na graduação/formação de psicólogas. Além disso, importa-nos conhecer a relação das (os) profissionais com as mídias do CRP-12 e sua proximidade com a temática da democratização da comunicação.

Embora existam iniciativas no âmbito acadêmico e político, as discussões sobre mídia no âmbito da psicologia ainda são escassas. A mesma pauta-se na deliberação que diz respeito à inserção qualificada da Psicologia nos meios de comunicação, em consonância com os princípios da democratização da comunicação, e ainda, que a categoria promova debates e ações interdisciplinares sobre a democratização da comunicação. Desta forma, pretende-se ter um panorama da relação dos profissionais com esta temática.

A pesquisa será desenvolvida a partir da aplicação de um questionário de pesquisa eletrônico. O link de acesso será encaminhado a partir de 7 de outubro, via boletim eletrônico à categoria de psicólogas (os) catarinenses, mídias do CRP-12 e mídias do NUGEMS. O prazo previsto para a coleta de dados é de um mês. Após a coleta, haverá um período de dois meses para análise dos dados, finalizando com a divulgação dos resultados no primeiro semestre de 2017.

A pesquisa proposta tem como público-alvo psicólogas (os) inscritas (os) no CRP-12 que, segundo informações do referido Conselho, são aproximadamente 12 mil no ano de 2016. Desta forma, contamos com sua participação para embasar discussões críticas sobre mídia no estado de Santa Catarina, contribuindo à formação e atuação profissional.

Os objetivos da pesquisa são:

- Compreender as formas como as (os) profissionais da Psicologia se relacionam com a mídia,

- Entender a imagem das (os) psicólogos e da Psicologia transmitida pela mídia;
- Apreender o reflexo da transmissão midiática de informações ao exercício profissional;
- Contribuir para a construção/solidificação da interface Mídia-Psicologia como um campo ético, político e profissional de atuação de psicólogas (os).

Entre as atividades realizadas em 2016, destaca-se a realização de contrato com duas docentes em psicologia e duas estagiárias de psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a realização da pesquisa, em junho de 2016; o envio do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, em julho de 2016; e a elaboração de Instrumento de Pesquisa, em 30 de agosto de 2016.

Atualmente, a pesquisa tem aproximadamente 500 respondentes, destes 285 responderam todas as etapas da pesquisa. Em 2017 serão realizadas as primeiras análises da pesquisa e a realização dos grupos focais com intuito de dialogar sobre os resultados com as(os) psicólogas(os).

9.2.2. Participação e controle social

Em relação à pesquisa de Participação e Controle Social, a mesma segue deliberações relativas ao Controle Social, que trazem a necessidade de maior articulação junto a órgãos de controle social das áreas da saúde, educação e assistência social, além da manutenção de relações com movimentos sociais, a fim de garantir espaços de discussão crítica e qualificação à participação em tais espaços. O CREPOP participou ativamente da construção da plataforma de controle social, da realização do Seminário Sobre participação e Controle Social em 19 e 20 de fevereiro de 2016, bem como, juntamente com o GT aperfeiçoou o mapeamento por área de atuação para contemplar atuação de Psicólogas(os) em processos participativos.

Também se pode destacar a produção e apresentação de Relatório da Pesquisa de Mapeamento, em 08 de janeiro, 18 de fevereiro e 31 de agosto de 2016; Contato com respondentes da pesquisa que participam de espaços de controle social e/ou espaços coletivos que visem à cidadania, em 08 de fevereiro de 2016, visando alimentar a plataforma de participação e controle social no site do CRP-12.

Verificou-se, a partir da pesquisa de Mapeamento por Área de Atuação, um total de 205 respondentes que afirmaram participar de 55 diferentes de espaços de controle social e um total de 81 respondentes que participam de 80 diferentes espaços

coletivos que visam à cidadania. Além da realização do Seminário de Participação e Controle Social, com ampla participação presencial e online.

A partir da participação dos respondentes na pesquisa de Mapeamento por Área de Atuação, bem como o aceite de psicólogas(os) em divulgar sua experiência nos espaços de controle social no ano de 2016 e acesso de tais profissionais e demais psicólogas(os) à Plataforma.

Como ações futuras, indica-se a capacitação de profissionais para ocuparem espaços de controle social e espaços coletivos que visem à cidadania, constante atualização da Plataforma de Participação e Controle Social, bem como a criação de fóruns na área, no novo site do CRP-12.

9.2.3. Participação no Grupo de Trabalho sobre Transborde da Justiça

A pesquisa de Transborde da Justiça diz respeito à existência e à incidência de demandas do Sistema de Justiça que extrapolam os objetivos dos programas/serviços públicos municipais de saúde e assistência social, executados pelas (os) psicólogas (os) e assistentes sociais. A mesma segue diretrizes do CNP no que tange à atuação das (os) psicólogas (os) junto a políticas públicas que têm sua atuação profissional deslocada para o âmbito da Justiça.

Em 2016, o CREPOP desenvolveu atividades junto com o GT Transborde da Justiça, em especial na elaboração de relatório de levantamento de dados a partir da participação de 470 respondentes na pesquisa de levantamento; e na apresentação de dados qualitativos e quantitativos referentes ao relatório, em 15 de março, na sede do CRP-12 e em 20 de abril de 2016, na sede do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina (CRESS/SC).

Os resultados da pesquisa podem ser consultados na íntegra no site do CRP-12 (www.crp.org.br) ou na 7ª edição da revista institucional Psicologia em movimento, disponível em: <http://www.crp.org.br/ckfinder/userfiles/files/REVISTA7-CRP7.pdf>

9.2.4. Participação no GT Concursos Públicos

A atividade do CREPOP, junto ao Grupo de Trabalho Concursos Públicos, se faz por meio da análise de editais de concursos públicos ocorridos em Santa Catarina.

Compreende-se que a elaboração de referências para a atuação profissional cria indicativos para que o gestor e as agências de concursos elaborem editais com clareza das atribuições profissionais e dos conteúdos programáticos necessários a cada área de atuação, principalmente naquilo que de alguma forma possa cooperar com a valorização da profissão. Estas referências também contribuirão para que os profissionais possam se preparar para o ingresso em cargos públicos com base na ética profissional da psicologia e assim se preparar para ofertar serviços públicos de qualidade.

Entre as atividades realizadas em 2016, destaca-se a elaboração de relatório a partir do levantamento de dados de 39 editais de concursos públicos e processos seletivos para psicólogos(os) em Santa Catarina; e a elaboração de questionário às/aos Conselheiros do CRP-12, para levantar indicativos de conteúdos de editais.

9.2.5. Participação do GT Interinstitucional sobre Saúde Suplementar

As atividades do CREPOP junto ao Grupo de Trabalho Saúde Suplementar tiveram o objetivo de analisar, junto às (aos) psicólogas (os), o tipo de vínculo mantido com a(s) operadora(s) de planos de saúde, a avaliação da (o) profissional a respeito desse vínculo, bem como as dificuldades vivenciadas na atuação profissional. Tais atividades seguem os preceitos do VIII CNP no sentido de estabelecer referências éticas, técnicas e legais para a atuação profissional em Saúde Suplementar, além da promoção de um diálogo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e as Operadoras de Planos de Saúde. Por fim, no que se refere ao mapeamento de psicólogas (os) por área de atuação, conhecer os campos em que a (o) profissional atua permitirá ao CRP-12 congregar informações que fortalecerão o diálogo com a categoria, além de potencializar as ações realizadas.

Com objetivo aprofundar no entendimento sobre a relação estabelecida entre as (os) psicólogas (os) e as Operadoras de Planos de Saúde para poder promover contribuições para o exercício profissional nesse campo e qualificar as relações de trabalho entre as (os) profissionais da Psicologia e as Operadoras de Planos de Saúde, foram realizados em 2016 os grupos focais em Saúde Suplementar. Trata-se de uma etapa cujo objetivo foi levantar informações relativas à prática profissional e discutir sobre a atuação neste campo, bem como elucidar questões de ordem ética e técnica do exercício profissional.

O relatório final tanto da pesquisa, como dos grupos focais resultou em uma reunião com a ANS, em dezembro de 2016, onde foram entregues ANS Regional SC e PR, solicitando que paute estas demandas e que emita posicionamento, com brevidade quanto às providências tomadas na perspectiva da resolução das problemáticas acima elencadas pelo GT.

9.2.6. Mapeamento de psicólogas (os) segundo área de atuação

É uma ação idealizada pelo CRP-12 e gerenciada pelo CREPOP. O Mapeamento é relevante à medida que traz a possibilidade do CRP-12 direcionar suas ações segundo dados relativos a campo de estudo e campo de atuação profissional, potencializando suas estratégias de planejamento, articulação, orientação e pesquisa. Tem por objetivo conhecer os campos de atuação em que as (os) psicólogas (os) catarinenses se concentram; promover a aproximação e o diálogo entre as (os) profissionais e a gestão; fortalecer as ações junto à categoria.

Em 2016, destaca-se a elaboração de relatório de mapeamento em 08 de fevereiro de 2016 e, a partir desta pesquisa, elaboração de relatório com base na área de atuação profissional em 30 de agosto de 2016. A pesquisa lançada existiu um planejamento de ação, seguido por um cronograma, havendo uma etapa de abertura ao levantamento dos dados, bem como sua análise. A partir de 966 respondentes no mapeamento por área de atuação, sendo que deste total, houve 42 respostas informando o campo de estudo e 611 respostas informando o campo de atuação. Vale informar que a área da psicologia clínica foi mais informada pelas(os) profissionais. No caso do questionário de Mapeamento de psicólogas (os) por área de atuação, o mesmo se encontra em aberto, uma vez que é constante a inscrição de novos profissionais.

9.2.7. Vídeo em homenagem a Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Tal ação se faz relevante a partir da história da relevância social e profissional de Marcus Vinícius. O mesmo deixou importante legado em termos de pensamentos e iniciativas, que hoje contribuem para ações mais justas e igualitárias no campo dos direitos humanos, políticas públicas e psicologia.

Tendo em vista seu assassinato em fevereiro do corrente ano, o CRP-12 e o CREPOP realizaram a elaboração de vídeo institucional para homenagem póstuma das

ações realizadas por Marcus Vinícius de Oliveira Silva, nas áreas de saúde mental, atenção psicossocial, direitos humanos, políticas públicas e conjuntura social.

Teve como objetivo, a confecção de um vídeo para demonstrar a militância de Marcus Vinícius de Oliveira Silva enquanto psicólogo, na luta pela Reforma Psiquiátrica e garantia de direitos humanos; e transmitir reflexões do psicólogo no que se refere aos temas de saúde mental, atenção psicossocial, políticas públicas, CREPOP, direitos humanos, desigualdade social. O vídeo teve transmissão no vídeo no VI Congresso da União Latino-americana de Entidades de Psicologia, no VIII Congresso Nacional de Psicologia e no III Seminário de atenção Psicossocial.

9.2.8. Participação no III Seminário De Atenção Psicossocial

A ação se faz relevante a partir da necessidade de discussão, junto à categoria, do tema da atenção psicossocial ao sofrimento psíquico na rede de atenção psicossocial, em direção a um Sistema Único de Saúde integral e articulado em seus pontos. O CREPOP participou da Participação na Comissão Organizadora do Evento, realizado de 11 a 13 de agosto de 2016; atuou na elaboração de Vídeo Institucional de Marcus Vinícius de Oliveira sobre Atenção Psicossocial, utilizado na Conferência de Abertura; e na elaboração do Vídeo Institucional em comemoração aos 10 anos do CREPOP, transmitido nos três dias de evento.

Teve como objetivo historicizar processos de reforma que levaram a conquistas humanas no contexto de saúde brasileiro; Problematicar as potencialidades e fragilidades dos diferentes pontos da rede de atenção psicossocial no contexto de saúde; Potencializar a articulação da rede de cuidados em saúde envolvendo a atenção a pessoas com transtornos psíquicos severos e persistentes à integralidade dos serviços, como veículo de consecução do SUS.

9.2.9. Participação no grupo de trabalho – práticas integrativas e complementares (PICs)

O debate proposto com a formação do GT sobre Práticas Integrativas Complementares – PICs, vem na direção de respaldar e fundamentar a atuação das(os) psicólogas(os) nos contextos de saúde, visando qualidade técnica e ética alinhada aos princípios e diretrizes do SUS e do código de ética profissional do psicólogo. Nesse

sentido o CREPOP pode colaborar na elaboração do Instrumento de Pesquisa sobre o uso de Práticas Integrativas e Suplementares por psicólogas (os) catarinenses.

O trabalho no GT ainda está em andamento. Os encaminhamentos resultantes das reuniões do grupo abrangem a criação de um grupo de e-mails e Google Drive para construir um espaço em que os membros do GT possam contribuir ativamente, alimentando com materiais, e principalmente na elaboração de textos e reflexões que subsidiem o debate. O GT também aponta como ações estratégicas chamar profissionais para colaborarem na construção de uma nota técnica, realizar um mapeamento via CREPOP dos profissionais que atuam no SUS e fazem uso das PICs, e levar o tema para APAF, sendo que este último aspecto tem como intuito fortalecer a discussão dentro do sistema conselhos.

10. INAUGURAÇÃO DAS SUBSEDES SUL E NORTE

O Conselho Regional de Psicologia inaugurou no dia 9 de abril sua subsede Sul, localizada na cidade de Criciúma e no dia 12 de maio inaugurou a Subsede Norte em Joinville. O local tem como principal objetivo levar o CRP-12 para mais perto dos profissionais, promovendo uma gestão regionalizada e participativa. A criação das subsedes se justifica devido ao grande número de psicólogas(os) inscritos, que hoje chegam aos 12 mil; este será um importante espaço para o desenvolvimento da profissão.

Durante a inauguração da Subsede Norte, contou com a participação de mais de 50 profissionais, que puderam acompanhar um debate sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, abordando os 29 anos de luta por uma sociedade sem manicômios. Os convidados/debatedores para o evento foram Nasser Haidar Barbosa, coordenador Saúde Mental de Joinville e Elisa Ferreira, colaboradora do CRP-12. A abertura da Subsede Sul foi realizada com a Palestra do prof. Luiz Eduardo Valiengo Berni, presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP, sobre Psicologia, Religião e Laicidade.

A inauguração das subsedes é vista com entusiasmo pelos representantes das instituições de cada região. Trata-se de uma oportunidade de aproximação entre os profissionais e as instituições, o que permite estreitar laços e parcerias; acaba que todos são beneficiados. A subsede Sul e Norte atenderam aos profissionais da região no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

11. AÇÃO INTEGRAL EM HOMENAGEM AO DIA DA(O) PSICÓLOGA(O)

O dia 27 de agosto é lembrado por toda a categoria como o dia da(o) Psicóloga(o), pois coincide com o mesmo dia da regulamentação da profissão. Em Santa Catarina o Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região e o Fórum das Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC tem realizado parcerias para divulgar amplamente para a categoria e para a sociedade, diversas ações por todo o Estado.

O tema da ação em 2016 foi “Psicologia em Nossa Vida”. O intuito foi demonstrar como a psicologia nos afeta. Entidades e profissionais da Psicologia se envolveram em torno dessa temática e organizaram no mês de agosto, em todas as regiões do Estado atividades culturais e as mais variadas manifestações para celebrar o Dia da(o) Psicóloga(o), comemorado em 27 de agosto, dia da regulamentação da profissão há 54 anos. A ação integrada ocorreu em 33 municípios, com mais de 150 instituições, envolvendo, estudantes, usuários dos serviços, suas famílias e toda a população.

A cada ano mais participantes se envolvem nos diversos municípios, mostrando que temos discussões essenciais acerca do nosso modo de viver nesses espaços. Com isso, tem se dado ampla visibilidade da ação divulgando junto à comunidade a diversidade da Psicologia em suas áreas de atuação e intervenção desenvolvidas ao longo de sua existência como ciência e profissão.

Este dia ficou marcado com intensas atividades nas praças ou calçadas aconteceram diversas atividades, como: Intervenções artísticas, rodas de conversas, mostra de serviços e de pesquisas na área da Psicologia, oficinas formativas, feiras e distribuição de materiais informativos estão entre as diferentes atividades programadas em cada local.

11.1.1. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Araranguá

Em Araranguá, a mobilização foi realizada no calçadão do centro, com a organização dos Articuladores e Colaboradores do Polo da Política de Participação e Colaboração do CRP-12, em parceria com a APAM – Associação dos Psicólogos da Amesc, Associação Irmã Carmen (CASA-LAR), APAE de Araranguá, Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI, Asilo Beneficente São Vicente de Paulo, ESUCRI - Faculdades Escola Superior de Criciúma, Instituição

Futuro Aprendiz AMESC, Casa da Fraternidade, Secretaria Municipal de Saúde. Foram realizadas atividades, como: Distribuição de Material Informativo, Reunião com os Profissionais, Mostra de serviços do Município e Região. Ao final, foi realizado um almoço de confraternização em homenagem as(os) psicólogas(os).

11.1.2. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Balneário Camboriú

A ação conjunta em Comemoração ao dia da(o) Psicóloga(o) foi realizada em parceria com os psicólogas(os) que atuam nas entidades de Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema. A atividade aconteceu no dia 24/08/2016, na Praça Almirante Tamandaré. No dia da ação alunos do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis percorreram a Avenida Atlântica entregando materiais informativos e dialogando com as pessoas sobre o fazer da(o) psicóloga(o). Na tenda Instalada na praça, as(os) Psicólogas(os) do CAPS II realizaram atividade dirigida com os usuários do serviço. Também foram realizadas pinturas, compondo um varal seguido de roda de conversa reflexiva sobre a medicalização da vida, sobre uso e abuso de dependência química na sociedade contemporânea, bem como a participação da família no tratamento para a dependência química.

A ONG Amigos & Tribos que tem militância na área da defesa de direitos do público LGBT, realizou uma roda de conversa com os presentes sobre sexualidade e gênero. Ao final, dois psicólogos que atuam na Ama Litoral, realizaram uma roda de conversa sobre como as(os) psicólogas(os) atuam na AMA, qual público atendido pela instituição e quais os projetos e ações são realizados. Avalia-se que a ação realizada avançou na mobilização, ampliando o número de atividades e de participantes comparado ao ano de 2015.

11.1.3. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Blumenau

A Comemoração alusiva ao Dia da(o) Psicóloga(o), foi uma ação da segunda rodada do polo de política e participação em 2016. No evento estiveram presentes psicólogas(os) e estudantes de psicologia, os quais interagiram com o público, através das atividades propostas pelas entidades, como: Brinquedoteca, Orientação Profissional e Roda de Conversa, através da Unic Clínica de Psicologia; Teste de escala de tabagismo, teste relacionado a transtornos alimentares, Ato Reflexivo - Medo de

dirigir, pela PSYKHÉ Avaliação Psicológica; Distribuição de abraços, informes sobre o Curso e o fazer do profissional de Psicologia em sua diversidade de especialidades, intervenção corpo a corpo através dos estudantes, convidando a população a visitar as tendas, por intermédio da FAMEBLU; Intervenção com varal de poesias e violão pelo Polo de Articulação. Todas as atividades alcançaram êxito, uma vez que a população, alvo da ação interagiu com os participantes nas atividades propostas e o *feedback* se dava positiva e espontaneamente por parte dos mesmos. E não menos importante foi à avaliação positiva por parte dos representantes das entidades participantes e o desejo de dar continuidade a ação desenvolvida, nos anos vindouros.

11.1.4. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Caçador

A mobilização em comemoração ao dia da(o) Psicóloga(o) que aconteceu no município de Caçador contou com a participação de 49 pessoas, entre profissionais, estudantes, usuários dos serviços e público em geral. No entanto, estima-se que este número tenha sido maior, uma vez que nem todas as pessoas que passaram pelo local e obteve acesso aos materiais distribuídos e assinado a lista de presença. Entre as atividades realizadas destacamos apresentações artísticas e culturais, “abraço grátis”, distribuição de material informativo, expressão da “Psicologia em sua vida”. Contou-se também, com a presença e participação de profissionais do município vizinho, Monte Carlo. Avaliou-se o evento como positivo, pois conseguiu atingir os objetivos propostos, trazendo os usuários e profissionais para a praça, demonstrando para a sociedade a importância do trabalho das psicólogas e o fazer da Psicologia.

11.1.5. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Campos Novos

No dia 27 de agosto de 2016, com início às 09h e término às 12h, na Praça Lauro Muller em Campos Novos SC, O Núcleo de Psicologia da Acircan em parceria com o Conselho Regional de Psicologia – CRP/12, bem como com apoio do Colegiado de Psicologia da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – Amplasc, realizou mobilização em comemoração ao dia da(o) psicóloga(o). O Nupsy, contando atualmente com oito integrantes, psicólogas de Campos Novos e cidades da região, juntamente com a equipe da Acircan realizaram distribuição de materiais informativos, brindes como camisetas, sacolas e canetas sendo todos com o tema da

psicologia. Além disso, conforme o assunto deste ano “*Psicologia em nossa vida, como a psicologia nos afeta*”, as integrantes do Nupsy selecionaram imagens que analogicamente poderiam mensurar o que a psicologia significa para os indivíduos, montamos placas com essas imagens e, nos momentos da abordagem sugerimos que as pessoas escolhessem àquela imagem que representasse isso em sua vida para tirar uma foto como registro. Fizeram-se presente neste evento, outros profissionais da área, comunidade em geral, assim como a mídia local.

Durante a semana e também no dia do evento utilizamos diversos meios de divulgação, através da página do Nupsy no *facebook*, coletiva de imprensa, Jornais locais, entrevistas em rádios locais, e no momento da mobilização, contamos com a participação de um membro da comunidade que estava realizando *merchandising* em um comércio nas proximidades de nossa tenda, onde este abriu espaço voluntariamente e realizaram chamadas parabenizando o dia da(o) psicóloga(o), assim como incentivando a população a apreciar o acontecimento. Para finalizar o Núcleo confraternizou com almoço.

Destacamos que os materiais distribuídos no dia do evento em sua maioria chegaram até nosso núcleo através de parceria firmada com CRP-12. Esta parceria está acontecendo há três anos e a cada ano com mais efetividade.

11.1.6. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Chapecó

A ação aconteceu desde o início da manhã do dia 26 de agosto, onde a Psicóloga Responsável pela ação, Roberta Forchesatto, junto com outros profissionais participaram de entrevista na Rádio Chapecó, falando sobre a Psicologia e divulgando a Mobilização da Praça. A proposta foi expressar como a Psicologia nos afeta no cotidiano. Para tanto, realizamos a exposição de artesanato produzido pelos usuários do CAPS; exposição do trabalho do CAPP; entrega de material informativo da Psicologia para a população; Oficina sobre Direitos Humanos; Roda de Conversa com profissionais e população. O curso de Psicologia da Unoesc fez divulgação do SAP (serviço de atendimento à comunidade). Na praça, participaram as entidades: CAPP (Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick, ASUCAPS (Associação de Usuários de Caps), Curso de Psicologia Unochapecó, Curso de Psicologia Unoesc, profissionais de Psicologia e CRP12). Cerca de 50 pessoas entre profissionais, estudantes e usuários do CAPS participaram da ação. Também se destaca a participação

da comunidade em geral, que circulava pelo local e teve acesso aos materiais e informações.

11.1.7 Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Grande Florianópolis

Na Grande Florianópolis a ação foi realizada no Largo da Alfândega, no dia 26 de agosto, das 10h às 16h. A ação integrada em homenagem ao dia da(o) psicóloga(o) contou com a participação de diversas entidades, que juntas, promoveram uma série de atividades, como: apresentação Musical, dança circular, oficina de origami; rodas de conversa; apresentações culturais; oficina de direitos humanos; oficinas expressivas (pintura, argila e modelagem) e distribuição de material informativo. Também foi realizado o “Circuito da Saúde Ambiental”, uma parceria com a CASAN, COMCAP, FLORAM, Prefeitura Municipal de Florianópolis - Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, Programa Floripa se Liga na Rede, Revolução dos Baldinhos, CEPAGRO e Associações dos catadores de materiais recicláveis. A atividade evidenciou o cuidado para com a natureza e possibilidades de vida em um mundo mais sustentável.

O dia de sol em Florianópolis colaborou para o sucesso da Pedalada pela Democratização das Vias Públicas realizada na manhã do dia 27 de agosto. A mobilização foi organizada pelo CRP-12, Sociedade Catarinense de Psicologia do Esporte (Socape), Bike Anjo e Viaciclo. Depois de uma Roda de Conversa sobre mobilidade urbana e Psicologia do Esporte no trapiche da Beira Mar Norte, cerca de trinta ciclistas saíram em direção ao Parque de Coqueiros. A ação possibilitou aliar exercício físico, bem estar e conscientização sobre os benefícios da bicicleta para a saúde e para a cidade.

11.1.8. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Iporã Do Oeste

Em Iporã do Oeste, as atividades aconteceram no dia 25 e 26 de agosto, no ginásio poliesportivo, no centro municipal de saúde, na prefeitura e nas ruas da cidade. Participaram do evento os pacientes do programa Vida Ativa; profissionais e estudantes do município de Iporã do Oeste; público em geral. Foram realizadas mostra dos serviços do profissional da psicologia na Saúde e em outras áreas de atuação e roda de conversa

temática sobre o tema Psicologia em Nossa Vida com os pacientes do grupo Qualidade de Vida e Atividade Física. Desafio da Volta Extra em Homenagem as(os) Psicólogas(os) que atuam no grupo e demais profissionais da categoria, onde os pacientes serão motivados a caminhar uma ou mais voltas além da marcação anterior, como forma de homenagem.

Também foi realizado o convite aos demais profissionais de Psicologia que atuam no município, CRAS, APAE, demais entidades e consultórios particulares, bem como estudantes, para participar de roda de conversa com o tema "Psicologia em Nossa Vida" no Auditório do Centro Municipal de Saúde e realizar distribuição de material informativo na avenida de principal circulação de pessoas na cidade e Prefeitura Municipal, encerrando com acolhida e pronunciamento do Prefeito Municipal.

Objetivo foi abordar assuntos relacionados à Psicologia e a temática da Psicologia em nossa vida, bem como aproximar o público da Psicologia e fortalecer os laços entre os profissionais do município. A pauta foi os diversos locais onde a(o) Psicóloga(o) atua e quais suas principais funções em cada local; a influência da psicologia na vida das pessoas; as dificuldades e as possibilidades do trabalho do da(o) psicóloga(o).

A avaliação do evento foi extremamente positiva e teve uma boa repercussão. Entendemos a importância de se trabalhar mais com esses objetivos e de como isso realmente conseguiu aproximar mais as pessoas. A troca entre os profissionais da área foi muito enriquecedora e produtiva, trazendo o desejo de realizar esses encontros com mais frequência. O evento foi um sucesso, o dia da(o) Psicóloga(o) foi um sucesso! Ao fim, concluímos que no próximo ano iremos realizar novamente um evento, talvez com proporções maiores e com a capacidade de abranger um número ainda maior de pessoas. Estimamos o alcance de em torno de 150 pessoas nesse ano.

11.1.9. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Itajaí

A ação local foi realizada em conjunto com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, no período em que acontecia o IV Congresso Regional de Psicologia. A atividade contou com a organização de um espaço no *hall* de entrada do teatro Adelaide Konder, localizado no interior da universidade, durante o período do Congresso. O objetivo foi divulgar aos estudantes, profissionais de psicologia e comunidade, as atividades desempenhadas pelo Conselho Regional de Psicologia, bem como aproximá-

los de nossa profissão e fazeres, tendo em vista comunicar a importância da mesma em distintos contextos e espaços.

A parceria com a universidade nos proporcionou atingir uma estimativa de 300 pessoas, entre elas estudantes de psicologia e estudantes de demais cursos, profissionais psicólogas(os) e profissionais de outras áreas. Consideramos importante e positiva a articulação estadual por parte do CRP-12, oferecendo-nos, sempre que necessário, apoio e subsídios para realizarmos nossa atividade.

11.1.10. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Joinville

Em Joinville a ação contou com a participação das duas universidades locais (ACE e UNIVILLE), juntamente com o Polo da Política de Participação e Colaboração do CRP-12. Houve atividades artísticas, como “palhaçoterapia”, apresentações culturais e entrega de material informativo. Estudantes de Psicologia montaram um jogo sobre o que é a Psicologia que ajudou na interação com o público. Os serviços escolas das universidades estavam presentes e proporcionaram o acolhimento as pessoas que passavam pelo local.

11.1.11. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Lages

A atividade alusiva ao Dia da(o) Psicóloga(o) proposta, mostrou-se uma ação efetiva no sentido de dar uma maior visibilidade sobre o trabalho do da(o) psicóloga(o) em seus diversos campos de atuação, ao mesmo tempo em que possibilitou a integração das psicólogas que atuam no município de Lages e região, o que contribuiu para a abertura de espaços de diálogo entre estas profissionais. Foi um evento grande, que ocupou bastante espaço na praça, chamando atenção da comunidade.

A organização do evento contou diretamente com a participação de 14 psicólogas representando diferentes serviços e áreas de atuação da psicologia. Estima-se que foi possível atingir um público total de aproximadamente 200 pessoas, incluindo psicólogas, usuários dos serviços, acadêmicos e a comunidade de modo geral.

Participaram da atividade a Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) - Professores e acadêmicos do curso de Psicologia; CRAS I – exposição de materiais e apresentação do grupo de percussão corporal (PERCORAL) das crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; CAPS AD –

participação de profissionais e usuários, apresentações de dança e teatro; Serviço Vida Nova (medidas socioeducativas em meio aberto) exposição de telas dos adolescentes; CRAS Laços Fraternos (SCFV) do município de Capão Alto – exposição de materiais; Setor de Psicologia da DPCAMI – Lages; CREAS I e II; CAPSI; NASF; Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade – exposição pela não violência contra a mulher.

Considerando os resultados alcançados com a ação, aponta-se a relevância de sua continuidade nos próximos anos. A possibilidade de aproximação da categoria para troca de experiências foi significativa para o fortalecimento dos serviços, contribuindo assim para a efetivação da intersetorialidade; além da apresentação de como se efetiva o trabalho da Psicologia nos diferentes contextos.

11.1.12. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Mondai

As(os) Psicólogas(os) de Mondai-SC realizaram na manhã do dia 27, das 9:00 as 11:30 mobilização na praça central. Na praça foram espalhados vários cartazes coloridos e em preto e branco com frases para as pessoas refletirem sobre sua vida. Foi uma manhã alegre, com música, chimarrão, roda de conversa, troca de experiência e informações para a população. Realizamos uma exposição com bonecos, apresentando para a população as diferentes áreas de atuação da(o) Psicóloga(o). Na praça, várias pessoas passaram e receberam orientações sobre a profissão, observaram os cartazes, os bonecos e receberam folders. Algumas pessoas tiraram fotos no espaço e publicaram nas redes sociais. As fotos do evento foram publicadas em grupos: como de associações de psicólogas(os) da região, em rádio, e redes sociais.

Houve grande aceitação da população, conseguimos transmitir nossa mensagem do quanto é importante a nossa profissão de psicólogas(os) e principalmente demonstrar que a Psicologia está em todos os lugares. Passaram pela praça umas 150 pessoas. E nas redes sociais conseguimos atingir grande parte da população.

11.1.13. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Pinhalzinho

Entre 22 e 26 de agosto aconteceu a VII Semana Acadêmica do Curso de Psicologia – Desafios da Psicologia nos dias atuais e II Jornada de Práticas de Estágio de Psicologia. Ao longo da semana acadêmica foram realizadas diversas palestras e

oficinas, incluindo sobre a temática de “Questões de Gênero” trabalhada pelo conselheiro da IX plenária Ematuir Teles de Sousa. No dia da(o) psicóloga(o), acadêmicos do curso de Psicologia da UNOESC foram a escolas da região e falaram com alunos do ensino médio sobre o que é a Psicologia, quem é a(O) psicóloga(o), onde atua e o que faz. Também distribuíram folder informativo e revisto em quadrinhos do CRP. O mesmo ocorreu em ruas da cidade ao abordarem a população.

11.1.14. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Pouso Redondo

Pouso Redondo é uma cidade pequena, com pouca circulação de pessoas nos espaços públicos nos dias de semana, motivo que fez com tivéssemos poucos participantes. Foram realizadas exposição de trabalhos, e aos pouco as pessoas foram se aproximando para observar os cartazes e materiais gráficos. Todas(os) as(os) psicólogas(os) que participaram da organização se fizeram presentes e levaram o cartaz sobre sua prática. Todos avaliaram positivamente pelo fato de ter sido um primeiro movimento da psicologia na cidade. Contamos com a presença de 8 profissionais e duas estudantes de psicologia. O Conselho Tutelar do município se fez presente com duas representantes que participaram da roda de conversa sobre alienação parental. Durante a realização da mobilização também ocorreu uma roda de conversa sobre "o fazer profissional", momento em que surgiram demandas dos profissionais de Pouso Redondo, que foram repassadas para o CRP-12.

11.1.15. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Orleans

Em Orleans, houve a mobilização do Polo da Política de Participação e Colaboração do CRP-12 em parceria com Unibave / Febave - Fundação Educacional Barriga Verde Casa da Cidadania APAE Secretárias Municipais de Educação, de Assistência Social e de Saúde CAPS Geração Luz (ONG) Conselho Tutelar de Orleans Conselho Tutelar de São Ludgero e Região CRAS CREAS CAPS. Foram realizadas atividades, como: Distribuição de Material Informativo, Reunião com os Profissionais, Mostra de serviços do Município e Região. Ao final, foi realizado um almoço de confraternização em homenagem as(os) psicólogas(os).

11.1.16. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Rio Do Sul

As atividades referentes ao dia da(o) Psicóloga(o) na cidade de Rio do Sul foram propostas pelo polo da Política de Participação e Colaboração do CRP-12, em conjunto com o serviços de psicologia das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, e do curso de psicologia da UNIDAVI. Entre as diversas atividades, tivemos oficina de Direitos Humanos com alunos do CEJA- Educação de Jovens e Adultos de manhã e a tarde com adolescentes do CRAS Barragem; oficina de Educação Emocional de manhã e a tarde com crianças dos CRAS Santa Clara e CRAS Progresso; Oficina de Arteterapia a tarde com crianças do CRAS Santa Clara; além de conversa sobre suicídio com projeto de extensão Bem Viver da UNDAVI, distribuição de panfletos com a população durante todo o período.

Houve um ótimo envolvimento das(os) psicólogas(os) que atuam nos serviços públicos nos dois períodos - 25 profissionais participaram das organizações das atividades, incluindo docentes do curso de psicologia da UNIDAVI, além de cerca de 20 estudantes de psicologia das últimas fases do curso. A participação dos grupos de usuários dos CRAS e estudantes do CEJA somou cerca de 20 crianças, 10 adolescentes e 20 adultos, além da participação de vários profissionais de outras áreas de atuação e da população que passava pela praça, que efetivamente parou para participar das atividades de alguma forma.

A proposta da ação foi recebida com entusiasmo e organizada com a participação de todos e com planos de que para o ano que vem passamos ampliar o alcance das ações propostas. A avaliação dos profissionais e participantes foi extremamente positiva. Os profissionais consideraram que essa atividade no município aproximou a categoria, estreitando mais os vínculos e criando um espaço que precisa ser continuamente cultivado.

11.1.17. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em São Miguel Do Oeste

Entre 22 e 26 de agosto aconteceu a VII Semana Acadêmica do Curso de Psicologia – Desafios da Psicologia nos dias atuais e II Jornada de Práticas de Estágio de Psicologia. As atividades alusivas ao dia da(o) Psicóloga(o) foram desenvolvidas durante a semana acadêmica da UNOESC. Durante quatro dias, foram debatidos assuntos como: assédio moral no trabalho, práticas criminais forenses e suas correlações

com a Psicologia, feminicídio, medidas socioeducativas, questões de gênero, reaprendizagem criativa, "o corpo na clínica ou a clínica no corpo" e a psicologia hospitalar. Além das oficinas e palestras, os acadêmicos também participaram da Jornada de Práticas de Estágio. Na Jornada, foram socializadas as ações desenvolvidas nos locais de estágio e debatidas quais são as contribuições do estágio para a formação do acadêmico.

As apresentações culturais também integraram as atividades da Semana Acadêmica do curso de Psicologia. Na Unoesc Pinhalzinho, os alunos da Apae apresentaram o teatro **Anita: heroína de dois mundos** e a turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou uma dança, a partir da música **O Vento**, dos Monarcas. Em São Miguel do Oeste, os jovens que participam de medidas socioeducativas também fizeram uma apresentação cultural.

11.1.18. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Tubarão

Em comemoração ao dia da(o) Psicóloga(o) (27 de agosto), o CAPsi - Centro Acadêmico de Psicologia - junto da coordenação e do corpo docente do curso de Psicologia da Unisul Tubarão, organizaram uma semana inteira de eventos e atividades extracurriculares para os acadêmicos e comunidade. Uma forma de engrandecer conhecimentos e despertar novas reflexões sobre diversas temáticas. Na sexta-feira, foi realizada, em parceria com o CRP-12, a mobilização conjunta em homenagem ao dia da(o) Psicóloga(o). A atividade ocorreu no centro da cidade de Tubarão-SC um evento onde, acadêmicos, professores e a comunidade falaram sobre o trabalho da(o) psicóloga(o) para os tubaranenses. Nesse dia, estavam presentes o grupo de teatro Improviso da Trupe que fizeram cenas dramatizando situações do dia a dia e o trabalho da(o) psicóloga(o) diante delas, o Amigos da Saúde Mental, projeto de extensão da Unisul que estavam vendendo seus trabalhos e os docentes do curso.

11.1.19. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Xanxerê

Xanxerê sediou o I Congresso de Psicologia, Saúde e Ambiente na Unoesc em comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o). Durante o evento, realizado entre os dias 22 de agosto e 1º de setembro, foram discutidas a Psicologia e sua relação com as

peessoas e o ambiente, e a atuação das(os) psicólogas(os) nas questões referentes à agressão sexual e o aborto.

11.1.20. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Ipuacu

Os das(os) psicólogas(os) de Ipuacu e região promoveram uma roda de conversa com lideranças indígenas, na Aldeia Sede na "Terra Indígena Xapecó". Os profissionais também organizaram rodas de conversas, cartazes, oficinas, roda de capoeira e distribuição de informativos sobre os afazeres da Psicologia.

11.1.21. Ação Conjunta em Comemoração ao Dia da(o) Psicóloga(o) em Xaxim

A I Semana acadêmica de Psicologia, sob o tema “Psicologia nos Diferentes Espaços de Atuação”, contaram com a participação de professores, alunos, comunidade acadêmica em geral e comunidade local, além de profissionais da área da Psicologia. O evento teve por finalidade proporcionar a comunidade acadêmica, instituições sociais e comunitárias momentos de reflexão, formação, experiências, aprofundamento de conhecimentos através de palestras, e momentos vivenciais e culturais com profissionais da área da Psicologia, bem como comemorar os 54 anos de história da Psicologia no Brasil.

Para a professora e coordenadora Maria Lucia o evento “Foi um grande evento, pois contamos com a participação de todos os professores, estudantes e egressos e de palestrantes renomados que engrandeceram as nossas noites de encontro e nos proporcionaram grandes trocas de conhecimentos”.

12. ULAPSI

As atividades do CRP-12 no contexto da América Latina nos três anos de gestão do VIII Plenário configuraram-se em um crescente compromisso com as discussões da Psicologia dentro das especificidades de contexto dos países latino-americanos. Desde a participação do CRP-12 no V Congresso da Ulapsi (2014), passando pela assunção da representação das entidades brasileiras filiadas à Ulapsi em 2015, até o protagonismo na organização das atividades de nosso país no VI Congresso

da Ulapsi (2016) e a organização das ações das entidades brasileiras, esta autarquia contribuiu de forma significativa com a discussão da Psicologia Latino-americana.

Esta atuação protagonista tem suas bases nas metas do Planejamento Estratégico da Gestão 2013-2016 (Eixo 01) que alicerça os objetivos de participar e potencializar a organização das entidades brasileiras nas discussões e ações da Ulapsi, contribuindo com o projeto de discussão de uma Psicologia Latino-americana relevante. Para a consecução destes objetivos, desde 2015, quando o CRP-12 foi indicado como entidade que ocuparia a representação de Conselheiro Titular da Ulapsi no Brasil, teve papel fundamental na articulação das entidades brasileiras, que conta com número significativo de representantes de entidades nas reuniões telefônicas (doze reuniões entre as entidades de setembro de 2015 até dezembro de 2016) para discutir e definir as ações prioritárias, além de atuar na comissão organizadora das atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) da Ulapsi em toda a América Latina. Percebe-se que a organização das entidades brasileiras e sua participação nas atividades da Ulapsi retomou sua trajetória exitosa, neste sentido, a representação do CRP-12 aqui relatada participou ativamente neste processo.

12.1.1. Representação Titular do Brasil no Conselho Deliberativo da União Latino-Americana de Psicologia - ULAPSI.

O Eixo 1 do Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016 prevê em seus objetivos e metas a relevância da categoria conhecer uma Psicologia latino-americana, que discuta as especificidades sociais dos países de nosso continente. O referido planejamento também constata que os temas e discussões pela Ulapsi devem estar mais presente no cotidiano dos das(os) psicólogas(os) catarinenses, explicitando a necessidade de investir neste projeto, pois a Psicologia pauta seu trabalho, além dos preceitos técnicos, éticos e científicos, na especificidade do contexto social que está inserida. Tendo como referência os objetivos, citados no Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016 fica evidente a importância desta representação para as entidades filiadas à Ulapsi, que inclui o CRP-12.

A participação do CRP-12 na Ulapsi visa representar o Brasil no Conselho Deliberativo da Ulapsi de forma ética; contribuir com a organização das entidades brasileiras nas atividades propostas pela Ulapsi; participar das atividades e discussões da Ulapsi de maneira sistemática junto aos representantes dos outros países da América

Latina; comunicar os debates e atividades propostas pelo Conselho Deliberativo e Executivo da Ulapsi e articular a participação das entidades brasileiras nas referidas atividades e discussões; contribuir com o projeto de discussão de uma Psicologia latino-americana; comunicar ao Plenário do CRP/12 as ações e atividades que envolvem esta representação.

As ações do ano de 2016 tiveram com foco o VI Congresso da Ulapsi, na cidade de Buenos Aires (Argentina) e em decorrência deste evento as reuniões das entidades brasileiras que antecederam a realização do congresso citado tiveram principal atividade a organização da participação das entidades brasileiras no evento. Em decorrência de tal compromisso assumido pelas entidades brasileiras, o resultado foi uma participação significativa no congresso, pois o Brasil esteve presente em 23 mesas redondas e simpósios, evidenciando um lastro de compromisso com a Ulapsi.

No VI Congresso da Ulapsi também aconteceu (como atividade pré-congresso), a reunião do Conselho Deliberativo e a Assembleia Geral da Ulapsi, momentos de avanço nas discussões e no projeto Ulapsi, onde novamente o Brasil marcou presença significativa, tanto por meio da Conselheira Titular da Ulapsi Brasil (representante do CRP-12), como na participação de várias entidades brasileiras na Assembleia Geral.

As ações da representante do CRP/12 (Conselheira Titular do Brasil) nas atividades do Conselho Deliberativo da Ulapsi se mostram relevantes, visto que sua representante participa da Comissão dos Grupos de Trabalho (GTs) que apresentará Plano de Trabalho para o próximo biênio, além da participação das discussões e outras atividades do Conselho.

O protagonismo do CRP/12 na articulação das entidades brasileiras na Ulapsi alcançou os objetivos propostos, visto o processo de mobilização desencadeado com a atual representação do Brasil na Ulapsi e as atividades intensas do Brasil no VI Congresso da Ulapsi.

Tabela de reuniões da Ulapsi

Atividade	Data
Reunião Telefônica da ULAPSI Brasil	18/fev
Reunião para planejamento das mesas do CRP12 no Congresso da ULAPSI 2016	17/mar
Reunião de Fechamento atividades ULAPSI	28/abr
Reunião telefônica ULAPSI Brasil	19/mai

Assembleia Geral das Entidades – ULAPSI e Reunião das Entidades Brasileira no VI Congresso da Ulapsi	07/jun
VI Congresso da ULAPSI - Argentina	08-11/jun
Reunião Telefônica ULAPSI Brasil	30/jun
Reunião Telefônica ULAPSI Brasil	14/jul
Telereunião ULAPSI	09/ago
Reunião telefônica Entidades Brasileiras da ULAPSI	01/set
Reunião Telefônica ULAPSI Brasil	03/out
Reunião Telefônica ULAPSI Brasil	03/nov
Reunião Telefônica ULAPSI Brasil	08/dez

12.1.2. Participação de conselheiros do CRP-12 no VI Congresso da Ulapsi

Com vistas à discussão das especificidades sociais dos países de nosso continente, as discussões levantadas pela Ulapsi em seus eventos devem aproximar-se do cotidiano dos das(os) psicólogas(os) catarinenses, o que implica na necessidade de investir neste projeto. Os objetivos citados no Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016 revelam e justificam a presença de conselheiros do CRP-12 no Congresso da Ulapsi. Diante do exposto, o CRP-12 participou da construção das atividades e discussões da Ulapsi junto aos representantes dos outros países da América Latina, contribuindo com o projeto de discussão de uma Psicologia latino-americana.

No VI Congresso da Ulapsi, na cidade de Buenos Aires (Argentina) as conselheiras do CRP-12, Inea Arioli, Jaira Rodrigues e Yara Hornke, e o colaborador Marcos Ferreira participaram de sete Mesas de Debate Internacional, que seguem relacionadas a seguir: 1) Mesa de Debate Internacional - Procesos psicosociales y movimientos migratórios (Conselheira Yara Hornke); 2) Mesa de Debate Internacional - Movimientos sociopolíticos en países latinoamericanos y su impacto en el ejercicio de la psicología (Conselheira Inea Giovana da Silva Arioli); 3) Mesa de Debate Internacional - Experiências latino-americanas de articulação de profissionais da Psicologia (conselheiras Jaira Terezinha da Silva da Rodrigues e Inea Giovana da Silva Arioli); 4) Mesa de Debate Internacional - As diversas e variadas formas de violência de Estado, inscritas na história latino-americana e o enfrentamento às violações de direitos (Conselheira Yara Hornke); 5) Mesa de Debate Internacional – Desafios da Atenção em Saúde Mental a partir da Reforma Psiquiátrica (conselheiras Jaira Terezinha da Silva da Rodrigues e Inea Giovana da Silva Arioli); “Colonialismo Cultural: Um Combate Permanente na Psicologia?” Colaborador Marcos Ribeiro Ferreira; e 6) Mesa de Debate Internacional – Mídia e subjetividade (conselheira Jaira Terezinha da Silva da

Rodrigues). Os debates realizados nas referidas mesas foram de suma importância para a Psicologia e contribuíram para o avanço das discussões no contexto da América Latina e neste sentido, configuram-se na evidência da consecução dos objetivos propostos para a participação desta autarquia no evento, a saber, contribuir e participar das discussões de uma Psicologia comprometida com a realidade da América Latina.

O último evento onde a Ulpasi marcou presença no ano de 2016 foi no dia 12 de dezembro, quando a colaboradora do CRP-12, Inea Arioli, participou da Audiência Pública em comemoração ao dia dos Direitos Humanos realizada no Congresso Nacional em Brasília, representando o CRP-12 e as entidades brasileiras da Ulpasi. Na audiência vários atores de reconhecidos movimentos sociais e de minorias de nosso país tiveram a oportunidade de falar e explicitar as violações de direitos fundamentais que vivenciam. A Psicologia também esteve representada na fala de um psicólogo e uma psicóloga: Rogério Gianinni e Ana Bock e de várias entidades da Psicologia brasileira que estavam presentes. As falas dos dois psicólogos se destacaram, Rogério (Conselheiro Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP, gestão 2016-2019) ressaltou o momento sombrio que o país enfrenta na atual conjuntura, questionando se o Estado que vivemos é realmente de direitos e ressaltou a importância de psicólogos como Marcus Vinícius de Oliveira, militante dos direitos humanos e um dos ícones de uma Psicologia realizada com compromisso com a sociedade. Ana Bock dedicou toda a sua fala para homenagear Marcos Matraga, ressaltando sua lúcida compreensão das consequências das desigualdades sociais na produção de subjetividade. Este foi um importante evento onde o CRP-12 foi representado, visto a parceria constante de Marcos Matraga em vários eventos do CRP-12 e seu comprometimento com a Psicologia latino-americana.

13. GT PSICOLOGIA DO ESPORTE

O CRP12 criou em 2013 o GT Psicologia do Esporte, com o intuito de acolher propostas de aprimoramento profissional, em parceria com instituições afins, para que possam incentivar a realização de eventos, seminários, encontros, simpósios na área de Psicologia do Esporte, de modo a dar visibilidade a área e desenvolver a atuação da(o) psicóloga(o) do esporte nos diversos campos de trabalho, e, ainda, esclarecer as(os) psicólogas(os) e à sociedade os princípios éticos norteadores da profissão.

Atividade do GT Psicologia do Esporte em 2016	Data
Evento Preparatório: Seminário Psicologia do Esporte: Perspectivas e Desafios	27/fev
Reunião GT Psicologia do Esporte	03/mai
Reunião GT Psicologia do Esporte	07/jun
Reunião GT Psicologia do Esporte	22/jun
Reunião de Planejamento ações Dia do Psicólogo – GT Psicologia do Esporte	12/jul
Reunião GT Psicologia do Esporte – Ações Dia da Psicologia	19/jul
Reunião GT Psicologia do Esporte e SESC	27/jul
Reunião GT Psicologia do Esporte com SOCAP – Andréia Pesca	09/ago
Reunião GT Psicologia do Esporte com Via Ciclo e Bike Anjo	16/ago
Reunião GT Psicologia do Esporte com SOCAP	19/ago
Reunião GT Psicologia do Esporte: Organização Dia da(o) psicóloga(o)	24/ago
Reunião GT Psicologia do Esporte	06/set

13.1.1. Simpósio Psicologia do Esporte: Perspectivas e Desafios

No ano de 2016, o Grupo de Trabalho lançou como evento preparatório do CNP o I Simpósio de Psicologia de Esporte. O evento realizado no dia 27 de fevereiro, foi promovido pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP-12, pela Associação Catarinense de Psicologia do Esporte - SOCAPE e pelo Núcleo de Avaliação Psicológica no esporte da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O Objetivo foi debater a inserção, ações e possibilidade da(o) psicóloga(o) no cenário esportivo. Contou com a presença de profissionais e pesquisadores referências estaduais e Nacionais, com Káthia Rubio, Andrea Pesca, entre outros. Foi realizada uma análise sobre a área abordando o cenário Catarinense, Brasileiro e Mundial. Tratando das tendências de Pesquisa em Psicologia do Esporte e do Exercício. Ao final do encontro foi possível reunir as(os) psicólogas(os) presentes para discutir a temática e elaborar propostas para enviar ao Congresso Regional de Psicologia – COREP e para o Congresso Nacional de Psicologia – CNP

13.1.2. Pedalada pela Democratização das Vias Públicas

Outra importante ação do GT foi realizada no dia 27 de agosto na Beira Mar Norte. Numa promoção do CRP-12, Sociedade Catarinense de Psicologia do Esporte (Socape), Bike Anjo e ViaCiclo foi realizada a Pedalada pela Democratização das Vias

Públicas. A ação teve como objetivo debater sobre mobilidade urbana, saúde, entre outros diversos benefícios do uso da bicicleta. Para isso, além da pedalada, foi planejado uma roda de conversa para debater estes temas. Depois da Roda de Conversa no trapiche da Beira Mar Norte, cerca de trinta ciclistas saiu em direção ao Parque de Coqueiros. Muitos ciclistas que passavam aderiram ao movimento e vestiram a camisa do Dia da(o) Psicóloga(o). A RIC TV fez a cobertura do evento e acompanhou os ciclistas até a ponte Colombo Salles.

14. FÓRUM DAS ENTIDADES DA PSICOLOGIA CATARINENSE – FEPSIC

O Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) é o espaço de articulação das entidades que trabalham com a formação e a profissão de psicóloga(o) em Santa Catarina. O objetivo do Fórum é organizar as instituições catarinenses em torno de finalidades comuns que deem visibilidade à diversidade existente.

O FEPSIC foi criado no dia 17 de abril de 2009, por iniciativa do CRP-12, por ocasião da presença do presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Cota Verona, para ministrar a conferência “Contribuições do Sistema Conselhos de Psicologia para o Avanço da Profissão no Brasil”.

As entidades que podem participar do FEPSIC são: Pessoa Jurídica inscrita no CRP-12 que ofereça regularmente cursos de formação e especialização e que realize atendimento psicológico à comunidade por meio de clínica escola ou social; entidade associativa de psicóloga(o) sem fins comerciais; ou entidade regional que faça parte de entidade nacional.

O CRP-12 está na articulação do FEPSIC e em conjunto, realização a Ação Integrada em Homenagem ao Dia da(o) Psicóloga(o). Foi o maior encontro já realizado dos últimos anos. A ação integrada ocorreu em 33 municípios, com mais de 150 instituições, envolvendo, estudantes, usuários dos serviços, suas famílias e toda a população.

O Fórum também desenvolveu em 2016 a jornada Estadual da Psicologia em defesa da democracia. No dia 08 de outubro, juntamente com o CRP-12, FEPSIC promoveu uma série de debates em todos os Polos da Política de Participação e Colaboração com objetivo de debate sobre os seguintes pontos: 1) Como as entidades da Psicologia compreendem o processo democrático e a atual conjuntura nacional? 2)

Quais as implicações da atual conjuntura para a profissão? 3) Como a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento destes processos que rompem com a democracia?

A avaliação da jornada da Psicologia em defesa da democracia ressalta os seguintes pontos: a) dificuldade de reflexão com a categoria sobre o tema e como essas ações são vistas como uma atitude partidária do Conselho; b) cerceamento e repressão dos direitos individuais, da livre expressão e da higienização da sociedade; c) potência da mídia em produzir discursos falseados, e; d) desmontes das políticas públicas e os reflexos o exercício profissional. Frente a essas questões, circulou entendimentos de que a Psicologia pode ofertar análises críticas na direção da defesa da democracia, que enquanto profissionais temos o papel de promover diálogos com os sujeitos atendidos e com a sociedade, e que, ao produzir conhecimentos e práticas profissionais precisamos enfrentar os discursos sobre a neutralidade e ação apolítica, ainda mais em contextos de violação de direitos.

Outra importante ação desenvolvida no FEPSIC é a Organização do III Congresso de Psicologia Ciência e Profissão. O Congresso está previsto para ser realizado em abril ou maio de 2018 e contará com mostra de práticas da Psicologia catarinense, com vídeos e painéis (substituindo os pôsteres). Ampliar espaço para oficinas como uma modalidade de inscrição. Ampliar as conferências e substituir as apresentações orais por rodas de conversas mediadas. As rodas de conversa teriam como foco os processos de trabalho e deverão explorar a interdisciplinariedade, a intersetorialidade e as conexões das redes.

Reuniões do FEPSIC	Data
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	11/mar
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	15/abr
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	13/mai
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	08/jul
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	26/ago
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	23/set
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	21/out
Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC	25/nov

15. COLAÇÃO DE GRAU

A colação de grau é uma cerimônia tradicional acadêmica de caráter obrigatório para a outorga do grau aos alunos de ensino superior que concluíram seus estudos. O CRP-12 participa das cerimônias prestigiando o rito, mas também proporcionando aos formados orientações sobre atuação e exercício profissional. Em 2016 o CRP-12 participou das seguintes cerimônias de Colação de Grau.

Cerimônia de Colação de Grau	Data
Colação de Grau FURB	22/jan
Colação de Grau – UNOESC Xanxerê	05/fev
Colação de Grau – UNIVILLE	12/fev
Colação de Grau – FAMEBLU/UNIASSELVI	19/fev
Cerimônia de Colação de Grau – UNC Concórdia	20/fev
Cerimônia de Colação de Grau – Univali	20/fev
Cerimônia de Colação de Grau – UNIDAVI	27/fev
Cerimônia de Colação de Grau – UNOESC São Miguel do Oeste	19/mar
Colação de Grau CESUSC	02/abr
Cerimônia de Colação de Grau da UNIVALI	22/jul
Cerimônia de Colação de Grau – FAMEBLU	05/ago
Colação de Grau ESUCRI	13/ago
Colação de Grau Faculdade CESUSC	27/ago
Cerimônia de Colação de Grau Faculdade AVANTIS	10/set
Cerimônia de Colação de Grau UNISUL	10/set
Cerimônia de Colação de Grau – ESUCRI	10/dez
Cerimônia de Colação de Grau – Univali	17/dez

16. CERIMÔNIAS DE ENTREGA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL - CIP

A Carteira de Identidade Profissional da(o) Psicóloga(o) – CIP é um documento que comprova que o Profissional está inscrito no órgão de classe e portanto, apto a atuar como Psicóloga(o). As cerimônias são realizadas pelas(os) conselheiras(os) do CRP-12. Durante a entrega da CIP, é realizada uma capacitação sobre as atribuições do Conselho, as responsabilidades do profissional no exercício da profissão, principais resoluções e normativas do sistema conselhos, entre outras informações pertinentes a atuação profissional.

Em 2016 o CRP-12 realizou 705 entregas de carteiras, num total de 31 cerimônias de entrega de CIP, em todas as regiões do Estado, como segue abaixo:

Cerimônia de Entrega de Carteiras - CIP	Data
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	14/jan
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	27/jan

Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	11/fev
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó	24/fev
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville	04/mar
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Blumenau	10/mar
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Tubarão	01/abr
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	14/abr
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Rio do Sul	18/abr
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Lages	19/mai
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Criciúma	25/mai
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	15/jun
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó	17/jun
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville	20/jun
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Itajaí	02/jul
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Caçador	08/jul
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville	11/jul
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Campos Novos	03/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Araranguá	06/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	10/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville	17/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras – Caçador	23/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras – Blumenau	25/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras – Itajaí	27/ago
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó	02/set
Cerimônia de Entrega de Carteiras – Orleans	10/set
Cerimônia de Entrega de Carteiras – Joinville	14/set
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	02/dez
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville	02/dez
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis	08/dez
Cerimônia de Entrega de Carteiras em Criciúma	13/dez

17. POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO - PPC

A Política de Participação e Colaboração é uma ação baseada na gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da Psicologia. Visa constituir grupos em diferentes regiões do Estado de SC, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio. Suas principais áreas de atuação é o controle social (Conferências, Conselhos, sociedade civil organizada), na política profissional (Associações, formação, gestão e sindicato) e na multiplicação dos debates e ações realizadas (com outros profissionais, instituições e sociedade civil). Promovendo a operacionalização das políticas e ações do Sistema Conselhos de Psicologia sob a coordenação e diretrizes políticas do VIII Plenário. A gestão do IX

Plenário seguirá com o projeto, ampliando e qualificando este espaço de interlocuções com a categoria, possibilitando pensar as realidades de cada região, promovendo o diálogo sobre as demandas das diferentes áreas de atuação, bem como, o acompanhamento das atividades promovidas pelo CRP-12.

O objetivo da PPC é constituir grupos em diferentes regiões do estado de SC, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio, para discussão e operacionalização das políticas e ações do Sistema Conselhos de Psicologia sob a coordenação e diretrizes políticas do Plenário do CRP-12; Formar uma rede de interlocuções com a categoria para qualificar política e tecnicamente Psicólogas(os) colaboradoras(es) participantes, ampliando o diálogo sobre as demandas das diferentes áreas de atuação da Psicologia no Estado de SC.

A PPC tem um calendário específico que consiste na intercalação de encontros bimestrais nos polos regionais e encontros somente de articuladores na sede do CRP-12. A programação proposta para o encontro regional é : 1) acolhimento e apresentação, 2) leitura da pauta é memória da reunião anterior, 3) debate temático escolhido pela região, 4) troca de experiências, 5) organização da agenda e escolha do próximo tema, 6) avaliação, 7) encerramento/confraternização com coffee break.

O projeto da política de participação e colaboração possui um método de operacionalização. Faz parte do método a realização de encontros intercalados entre articuladores e encontros regionais, duração de 2 horas, mesma semana, mesmos horários, roteiro de pauta comum, lista de presença, relatórios, organização de material subsídio, certificação de participação (75% de presença a ser entrega no último encontro do ano).

Tendo como referência um calendário e formato de reunião padrão, cada grupo terá autogestão na organização da pauta e autogestão do grupo, podendo o Articulador coordenar o grupo de forma colegiada. Bimestralmente será realizada no CRP/12 reunião com Articuladores para qualificação e preparação do próximo encontro, conforme calendário abaixo. Em 2016 foram realizadas as reuniões conforme segue abaixo:

Reunião de Articuladores Regionais	Data
Reunião Articuladores Regionais da PPC	22/jan
Reunião Articuladores Regionais da PPC	15/abr
Reunião Articuladores Regionais da PPC	13/mai
Reunião Articuladores Regionais da PPC	15/jul
Reunião Articuladores Regionais da PPC	16/set

Reunião Articuladores Regionais da PPC	18/out
Reunião Articuladores Regionais da PPC	18/nov

As reuniões dos polos ocorreram de forma sistemática, segundo calendário anual de reuniões bimestrais. A pauta da reunião será dividida em dois momentos. Primeiramente, atendendo pauta previamente levantada junto as(os) psicólogas(os) da região por meio de contato direto das(dos) psicólogas(os) com o psicólogo articulador ou em email próprio criado para a região. O segundo momento será reservado para o desenvolvimento de pauta definida pelo CRP, relativa à profissão e sua dimensão nacional. Nessas reuniões, além de serem dimensionadas as possibilidades de criação de novos polos, poderão ser identificados psicólogas(os) de referências em temáticas específicas relativas à profissão, a serem desenvolvidas no próprio polo, atendendo sua pauta, ou ainda atendendo a demandas do CRP.

Em 2016 foram realizadas quatro encontros regionais, sendo que o primeiro encontro não teve um tema específico, sendo um encontro de apresentação da PPC e planejamento das atividades anuais, em especial, o dia da(o) Psicóloga(o).

Tabela de reuniões do Primeiro Encontro nos Polos Regionais

Data	Horário	Cidade	Local	Tema
27/06	19h-21h	Orleans	UNIBAVE	Apresentação da PPC
28/06	19h-21h	Lages	CDL Lages	Apresentação da PPC
29/06	19h-21h	Chapecó	Subsede Oeste	Apresentação da PPC
29/06	19h-21h	Criciúma	Subsede Sul	Apresentação da PPC
30/06	19h-21h	Florianópolis	CRP -12	Apresentação da PPC
30/06	19h-21h	Blumenau	Uniasselvi/ Fameblu	Apresentação da PPC
30/06	19h-21h	Joinville	Subsede Norte	Apresentação da PPC
30/06	19h-21h	Rio do Sul	UNIDAVI	Apresentação da PPC
30/06	19h-21h	Baln. Camboriú	AVANTIS	Apresentação da PPC
30/06	19h-21h	Caçador	UNIARP	Apresentação da PPC
01/07	19h-21h	Itajaí	UNIVALI	Apresentação da PPC
01/07	19h-21h	São Miguel do Oeste	UNOESC	Apresentação da PPC

O Segundo encontro regional foi em agosto, sendo realizado em todos os polos da PPC a ação integrada em homenagem aos dia da(o) Psicóloga(o). Devido ao processo eleitoral para o Sistema Conselhos, a ação foi antecipada para o dia 26 de agosto de 2016. A indicação foi para fosse realizada a em horários de grande circulação de pessoas, preferencialmente, entre 10h e 16h. Para a ação integrada, os articuladores e os colaboradores dos polos convidaram para mobilização os usuários, familiares,

profissionais dos serviços de todas as políticas públicas (CRAS, CREAS, CAPS, escolas, centro POP, Serviços da Saúde em todas suas complexidades, entre outros), associações, universidades, núcleos formadores, ONGs, movimentos sociais organizados e todas as outras instituições e pessoas que se relacionam com a Psicologia.

No dia da mobilização, foram organizadas atividades, como: mostra dos serviços (trabalhos realizados nos CAPS, CRAS, CREAS, nas Escolas, associações, etc.); manifestações artísticas (teatro, danças, manifestações culturais regionais, como: folclore, cirandas, carimbo, capoeiras, maracatu, etc.); shows musicais; sarau de poesias; show de talentos; atividades lúdicas e recreativas; oficinas expressivas (oficina de pintura, varal temático, oficinas de argila, modelagem, etc.); rodas de conversas temáticas; espaços de escuta/ acolhimento; mostra de atividades dos cursos de Psicologia. Paralelo a essas ações, foi realizada entrega de folders, material informativo, divulgação de serviços de Psicologia, entre outras atividades de interesse local.

Como nos anos anteriores, para a ação integrada no dia 26/08, o CRP-12 auxiliou com materiais, como:

- Camisetas para profissionais e estudantes organizadores da ação;
- Cartazes de campanhas institucionais;
- Faixas de divulgação do dia da(o) Psicóloga(o);
- Folder da Psicologia em todos os lugares;
- Release para a imprensa local e estadual;
- Revista (História em Quadrinhos) sobre atuação da Psicologia em diferentes contextos;
- Vídeos Institucionais.

O terceiro encontro da PPC foi a Jornada Estadual da Psicologia em Defesa da Democracia e da Igualdade Social. O objetivo do debate foi problematizar como as entidades da Psicologia compreendem o processo democrático e a atual conjuntura nacional? Quais as implicações da atual conjuntura para a profissão? e como a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento destes processos que rompem com a democracia?

O quarto encontro aconteceu entre final de novembro e início de dezembro. Este encontro, cada polo debateu uma temática. Outra ação foi discussão sobre ideias para colocar em prática as propostas oriundas do IX CNP, ou seja, formas de operacionalizar cada diretriz do caderno de deliberações ao longo dos três anos de

gestão. Assim, o IX Plenário do CRP-12 objetiva democratizar a participação no processo de planejamento e ampliar a participação na construção da Psicologia Catarinense. Também foram entregues os certificados dos participantes que obtiveram frequência satisfatória.

Tabela de reuniões do 4º encontro regional da PPC

Data	Hora	Cidade	Tema	Local / Instituição
28/nov	19h	Baln. Camboriú	Atuação da(o) psicóloga(o) no SUAS	Faculdade Avantis
28/nov	19h	Blumenau	Assedio moral nas empresas relacionado a questão de gênero e ético raciais	Uniasselvi/Fameblu
29/nov	19h30	Orleans	Atuação da(o) psicóloga(o) na educação	Unibave
30/nov	19h	Rio do Sul	Práticas Psicológicas na atualidade: como promover a paz social?	IFC
01/dez	19h	Caçador	A atuação das(os) psicólogas(os) no SUAS e as implicações do transborde da justiça	UNIARP
06/dez	19h	Florianópolis	Como a psicologia pode contribuir para processos democráticos e formas de controle social?	Sede CRP -12
06/dez	19h	Lages	Psicologia transviada: relação dos profissionais psis com a população LGBT	CDL
07/dez	19h	Chapecó	Direitos Humanos	Subsede Oeste
07/dez	19h	Criciúma	Atuação da(o) psicóloga(o) na educação	Subsede Sul
08/dez	19h	Joinville	Psicologia e Democracia	Subsede Norte
07/dez	19h	São Miguel do Oeste	Inserção da(o) psicóloga(o) nos diferentes espaços	UNOESC
05/dez	19h	Itajaí	Avaliação Psicológica	Univali

18. PSICOLOGIA, LAICIDADE E AS RELAÇÕES COM A RELIGIÃO E A ESPIRITUALIDADE

O tema laicidade tem sido recorrente entre os profissionais já que produz várias discussões sobre as relações religiosas e como essas estão inseridas no cotidiano da Psicologia. Um de 2016 sobre o tema foi o lançamento da Coleção Psicologia,

Laicidade e as Relações e a Espiritualidade. O CRP-12 participou em São Paulo, dia 30 de junho de 2016, do lançamento da Coleção produzida pelo CRP-SP/DIVERSPIS. O projeto nasceu após os seminários realizados em 2015, com a participação de diversos profissionais. Entre eles, Mauricio Ossamu Bando, da ABEM, e a conselheira do CRP-12, Jaira Rodrigues.

A Coleção possui três volumes: 1 – Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas, que reúne os trabalhos apresentados no primeiro e segundo seminários; 2 – Na Fronteira da Psicologia com os Saberes Tradicionais: Práticas e Técnicas, que reúne os trabalhos do terceiro seminário; 3 – Psicologia, Espiritualidade e Epistemologias Não-Hegemônicas, que reúne os trabalhos do quarto seminário.

O evento contou ainda com uma mesa redonda “Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade: retrospectiva de uma ação”. Mais informações sobre a Coleção no site do CRP-SP: www.crpssp.org/site/.

19. COMISSÃO DE ANÁLISE DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – CATE

A [Resolução CFP 03/16](#) que altera a [Resolução CFP 013/2007](#) que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. É importante esclarecer que as especialidades regulamentadas são profissionais, isto é, são especialidades no campo do exercício profissional da(o) psicóloga(o). Claro que há um número maior de especialidades, mas foram regulamentadas algumas que se configuraram como mais definidas e consensuais. O registro profissional de especialista é fornecido pelo Conselho Regional no qual a(o) psicóloga(o) tem sua inscrição principal. Cabe à Plenária do CRP a aprovação da concessão do título profissional de especialista.

Atualmente, as especialidades em Psicologia são:

- [I - Psicólogo especialista em Psicologia Escolar/Educacional](#)
- [II - Psicólogo especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho](#)
- [III - Psicólogo especialista em Psicologia de Trânsito](#)
- [IV - Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica](#)
- [IX - Psicólogo especialista em Psicomotricidade](#)

- [V - Psicólogo especialista em Psicologia do Esporte](#)
- [VI - Psicólogo especialista em Psicologia Clínica](#)
- [VII - Psicólogo especialista em Psicologia Hospitalar](#)
- [VIII - Psicólogo especialista em Psicopedagogia](#)
- [X - Psicólogo especialista em Psicologia Social](#)
- [XI - Psicólogo especialista em Neuropsicologia](#)
- [XII - Psicologia em Saúde](#)

Novas especialidades poderão ser regulamentadas, pelo CFP, sempre que sua produção teórica, técnica e institucionalização social assim as justifiquem.

Atividades da CATE em 2016	Data
Encaminhamentos Financeiros e CATE	13/mai
Reunião da Comissão de Análise de Título de Especialista	24/jun
Reunião da Comissão de Análise de Título de Especialista	30/set
Reunião e Análise Título	19/ago

20. REUNIÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

As reuniões administrativas e financeiras estão relacionadas a resoluções de problemas voltados a assuntos financeiros e de ordem administrativa. Participam das reuniões o Conselheiro Tesoureiro, juntamente com a Gerência Geral do CRP-12. Em algumas reuniões também participam os demais setores envolvidos, como setor contábil e setor jurídico.

Atividade	Data
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	06/jan
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	12/jan
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	19/jan
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	26/jan
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	03/fev
Reunião Administrativa e Financeira e GT Concursos Públicos	23/fev
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	08/mar
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	15/mar
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	16/mar
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	12/abr
Atividades Administrativas	13/abr
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	10/mai
Encaminhamentos Financeiros e CATE	13/mai
Atividades Administrativas	17/jun

Atividade Administrativa Subsede	22/ago
Atividade administrativa Subsede Oeste	05 e 06/set
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	07/out
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	11/out
Reunião Administrativa e Assuntos Financeiros	14/dez

21. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO – CACI

A Comissão de Auditoria e Controle Interno, órgão assessor do Conselho Regional, de caráter consultivo e fiscal, é composta por três psicólogos inscritos na região, sendo presidida por um deles, eleito pelos seus pares. Compete à Comissão de Auditoria e Controle Interno, de acordo com o Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, emitir parecer, para consideração e julgamento, a respeito dos balanços, dos processos administrativos e de receita e despesas do Conselho Regional, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:

- I – Recebimento das rendas integrantes da receita;
- II – Regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou reconhecimento de legados, doações e subvenções;
- III – Regularidade e processamento de aquisição, alienação e baixas de bens patrimoniais;
- IV – Regularidade dos procedimentos de contratação e compra e dos documentos comprobatórios dos pagamentos efetuados.

Segue abaixo a lista de reuniões realizadas pela CACI:

Atividade	Data
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	18/jan
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	01/fev
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	26/fev
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	14/mar
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	11/abr
Reunião Extraordinária da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	28/abr
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	16/mai
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	13/jun
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	04/jul
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	01/ago

Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	15/ago
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	29/ago
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	12/set
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	26/set
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	10/out
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	07/nov
Reunião da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI	13/dez

22. GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO CRP-12

22.1.1. Avaliação de Desempenho

A partir da homologação do Plano de Cargos e Salários – PCS, em 2015, a ascensão salarial passa ocorrer de duas maneiras: a) aumento de experiência: a cada dois anos de exercício do cargo, o colaborador é enquadrado automaticamente no nível seguinte; b) destaque por bom desempenho: a cada dois anos o colaborador possui a oportunidade de progredir no cargo, isso deverá ser efetivado quando a média de suas últimas quatro avaliações. Neste sentido, a avaliação de desempenho tem sido realizada pelo CRP-12, tanto para progressão salarial, como um momento de trocas e avaliação entre Gestão e Trabalhadores da autarquia. Ao final de cada avaliação, tanto trabalhador, quanto entidade pactua um plano de ação para melhorias.

Atividade relacionadas a Avaliação de Desempenho em 2016	Data
Avaliação de Desempenho – Cargos Comissionados	14/jan
Avaliação de Desempenho – Cargos de Confiança	28/jan
Avaliação de Desempenho – Cargos de Confiança	04/fev
Reunião para Finalização da Avaliação de desempenho	14/jun
Reunião para Finalização da Avaliação de desempenho	14/jun
Reunião Avaliação de Desempenho – Equipe Técnica	22/jun
Avaliação de desempenho	28/jun
Avaliação de desempenho	29/jun
Avaliação de desempenho	05/jul
Avaliação de desempenho	06/jul
Avaliação de desempenho	07/jul
Devolutiva Avaliação de Desempenho	23/ago
Devolutiva Avaliação de Desempenho	24/ago
Devolutiva Avaliação de Desempenho	25/ago
Reunião de Diretoria – avaliações de desempenho	30/ago
Devolutiva Avaliação de Desempenho	01/set

Finalização das devolutivas de avaliação de desempenho	06/out
--	--------

22.1.2. Reunião da Diretoria com os Funcionários

Com objetivo de aproximar a Gestão da equipe de trabalhadores do CRP-12 para dialogar sobre as pautas comuns, um espaço de escuta qualificada que visa qualificar os processos de trabalho e tornar a comunicação mais fluída, desde o início da gestão, o CRP-12 realiza reuniões mensais com os trabalhadores. Entre os pontos abordados, destacam-se: Planejamentos para o CRP-12; discussão sobre melhorias institucionais; acordos institucionais; Avaliação Institucional; Retornos sobre PCS; Manual de Padronização de Procedimentos; Elaboração de Manual de Conduta; entre outros pontos apresentados, tanto pelos trabalhadores, como pelos gestores.

Em 2016 foram realizadas as reuniões, conforme segue abaixo:

Atividade	Data
Reunião da Diretoria com os Funcionários	01/abr
Reunião da Diretoria com os Funcionários	24/mai
Reunião da Diretoria com os Funcionários	05/jul
Reunião da Diretoria com os Funcionários	18/ago
Reunião da Diretoria com os Funcionários	02/set
Reunião da Diretoria com os Funcionários	26/out
Reunião da Diretoria com os Funcionários	25/nov
Reunião da Diretoria com os Funcionários	16/dez

22.1.3. GT Avaliação Institucional

Por deliberação da reunião de diretoria com os funcionários e acatado pela Diretoria do CRP-12, o GT avaliação institucional foi transformado em um grupo permanente que visa dialogar e apresentar propostas para melhoria do ambiente de trabalho. Uma das ações do GT foi a contratação de uma assessoria para realizar a avaliação institucional em 2016. O GT também realizou duas reuniões com objetivo de fazer o levantamento das ações que foram realizadas a partir da pesquisa de avaliação institucional, feita em 2015. Os resultados foram apresentados na reunião de Diretoria com os Funcionários.

Reuniões do GT Avaliação Institucional em 2016	Data
Reunião GT Avaliação Institucional	28/jul

22.1.4. Avaliação Institucional 2016

Conforme deliberado a partir das avaliações da aplicação da primeira avaliação institucional, no ano de 2016 foi realizado através de uma assessoria a pesquisa de clima organizacional. A pesquisa contou com a aplicação de um instrumento personalizada e entrevistas individuais. Posteriormente, os resultados foram apresentados para a Plenária do CRP-12 e trabalhadores. Os resultados estão sobre análise e serão abordados no planejamento estratégico da próxima gestão.

Atividade	Data
Aplicação da Avaliação Institucional	18/ago
Entrevistas Avaliação Institucional	01/set
Entrevistas Avaliação Institucional	02/set
Sinergia: Devolutiva avaliação institucional	16/dez

22.1.5. Confraternização: Aniversariante do Mês

Mensalmente, ocorre a confraternização entre conselheiras(os) e trabalhadores do CRP-12, sempre as vésperas de plenária para viabilizar a participação de pessoas de outras regiões do Estado.

Atividade	Data
Confraternização: aniversariantes do mês	18/mar
Confraternização: aniversariantes do mês	15/abr
Confraternização: aniversariantes do mês	13/mai
Confraternização: aniversariantes do mês	15/jul
Confraternização: aniversariantes do mês	19/ago
Confraternização: aniversariantes do mês	16/set
Confraternização: aniversariantes do mês	14/out
Confraternização: aniversariantes do mês	18/nov
Confraternização: aniversariantes do mês	09/dez

22.1.6. Capacitações

O CRP-12 tem investido na capacitação dos funcionários para que cada vez mais possamos realizar as ações de forma mais eficiente e qualificada. Em 2016, entre participação em seminário e congresso, também foi possível a participação do Psicólogo

Aluizio Brito, da gestão do CFP (2010-2013). Ex-presidente da COE do CFP, propiciou uma roda de conversa sobre as principais demandas recebidas e estratégias de intervenção para a equipe técnica dos conselhos profissionais. Além dessa atividade, também ocorreu à participação no curso do CFP sobre a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – CCAP.

Abaixo, segue atividades de qualificação propiciadas em 2016 para os trabalhadores do CRP-12:

Atividades de qualificação em 2016	Data
Qualificação Equipe Técnica com participação Aluizio Brito	12 e 13/fev
Encontro CRs Sul – Capacitação Setor Técnico	09/mai
Encontro CRs Sul – Capacitação Comunicação	12/mai
III Seminário de Atenção Psicossocial	11 a 13/ago
Curso CFP: “Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – CCAP – Itinerante – Região Sul”	01/set
V Congresso Brasileiro de Psicologia da Saúde – IV Congresso Lusobrasileiro e IV Congresso Iberoamericano de Psicologia da Saúde	10 e 11/out

23. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

O orçamento do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região segue os parâmetros instituídos pela Lei Federal 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos. Conforme resolução CFP 010/2016, que Aprova o regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região, fica de responsabilidade da diretoria do Conselho, a formulação da proposta orçamentária anual. Proposta esta que vai ser apreciada em Plenário e por fim na Assembleia Geral do Conselho Regional.

Art. 7º - Compete à Assembleia Geral do Conselho Regional:

- I – Eleger os membros efetivos do Conselho Regional e respectivos suplentes;
- II – Aprovar a aquisição e alienação de bens imóveis.
- III – Propor ao Conselho Federal, anualmente, a tabela de anuidade, taxas, emolumentos e multas, bem como quaisquer outras contribuições; de acordo com os parâmetros estabelecidos pela APAF;

A Assembleia do Conselho Regional se reúne no mínimo uma vez a cada ano sendo convocadas (os) todas (os) as Psicólogas (os) com inscrição no Conselho Regional de Psicologia - Santa Catarina e em pleno gozo de seus direitos.

Com o advento da lei complementar 101/00, a gestão dos recursos públicos ganhou novos rumos na medida em que a formulação orçamentária deve contemplar os elementos fundamentais daquela Lei, dos quais destacamos: Gestão dos recursos públicos de maneira equilibrada, sustentada e transparente.

[LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.](#)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no [Capítulo II do Título VI da Constituição.](#)

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a *ação planejada e transparente*, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o *equilíbrio das contas públicas*, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, *geração de despesas com pessoal*, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

23.1.1. Dos Gastos

Desta forma na elaboração do orçamento anual, inicialmente o Conselho promove através de cálculos matemáticos, a precificação de todo seu custeio.

23.1.2. Custeio

São despesas específicas e utilizadas para manter em funcionamento a estrutura do Conselho no intuito de garantir a continuidade das atividades de orientação e fiscalização. Do orçamento praticado pelo CRP-12, quase 50% é despesas com profissionais, dentre eles psicólogas(os) para atendimento de orientação e ética, o

restante do valor refere-se a despesas com Sede as 03 Subsedes (projeto de interiorização no Sul, Norte e Oeste) e os projetos políticos;

Portanto, pode-se concluir que estes gastos com a manutenção da estrutura, possuem um perfil de inflexibilidade para baixo, ou seja, ao menos que se diminua a estrutura da casa, tais despesas permanecem fixas ao longo do tempo.

Outro fator relevante, que devemos observar, é que anualmente as despesas de custeio sofrem a influência da variação de preços do mercado, dada pela inflação, vezes que são constituídas de despesas como salários, aluguel, água, luz, telefone, contratos com terceirizados etc.

Com o montante de despesas de custeio estabelecido, o Conselho, volta suas atenções ao Planejamento Estratégico Anual.

Tal planejamento anual é fruto do desdobramento de um planejamento maior (plurianual), este último estabelecido através do Congresso Nacional de Psicologia, cujo objetivo é:

Promover a organização e a mobilização das (os) psicólogas (os) para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, definindo políticas nacionais a serem implementadas e/ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia garantindo a participação direta dos (as) profissionais no processo de deliberação acerca das ações do Sistema Conselhos de Psicologia no próximo triênio.

Nesta etapa, são planejadas à luz das políticas nacionais, as atividades que a psicologia catarinense irá realizar no próximo ano.

No que se refere os projetos políticos, vale destacar as ações de fiscalização, os eventos (quase todos gratuitos e on-line), atividades nas regiões e a Política de Participação e Colaboração (espaço para participação e planejamento conjunto com as categoria de nossas ações); Atividades estas que demandam seu financiamento através do orçamento anual do Conselho.

Sendo assim, os gastos do Conselho são calculados através do estabelecimento do nível de custeio somados aos custos das atividades políticas para o desenvolvimento da Psicologia Catarinense.

23.1.3. Da Arrecadação – Anuidade

O sistema Conselhos de Psicologia realiza através de uma gestão democrática anualmente duas reuniões das Assembleias de Políticas Administrativas e Financeiras, APAF, que reúne representantes de todos os regionais e do Conselho Federal de Psicologia.

Nesta Assembleia são definidos os valores máximos e mínimos da anuidade que poderão ser cobrados nacionalmente;

Com base neste parâmetro o CRP-12 realiza o cálculo da anuidade em Santa Catarina de tal forma que a receita corrente líquida possa financiar o custo de manutenção da Casa mais os gastos em projetos políticos.

A receita corrente líquida do Conselho para fins de cálculo orçamentário é obtida em atendimento à outra diretriz oriunda da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois não se gasta acima do que se arrecada, sendo assim para fins de planejamento o estabelecimento da receita disponível é fator fundamental no equilíbrio das contas do Conselho.

O Conselho possui uma base de profissionais inscritos, onde são projetados para o ano seguinte novas inscrições e cancelamentos, deste número tem-se a base total dos profissionais que irão contribuir com a anuidade, formando assim receita total.

Da receita total são deduzidos a inadimplência corrente e os repasses feitos ao Conselho Federal de Psicologia, repasse este na ordem de 25% da receita arrecadada em cumprimento à Lei 5.766/71 para fins de financiamento de suas atividades em âmbito nacional.

O que se busca, é uma receita corrente líquida suficiente para fazer frente aos gastos acima citados, custeio e projetos políticos.

Com esta metodologia e entendendo a situação vivenciada pelos profissionais e a atual conjuntura o CRP-12 pode praticar reajustes em sua anuidade abaixo dos índices inflacionários, pois, como dito, a remuneração da anuidade visa somente atender às necessidades de recursos que as ações do Conselho demandam, a ver:

Toda questão financeira do Conselho é auditada pelo Conselho Federal de Psicologia anualmente e também temos uma Comissão de Auditoria e Interna. Os demonstrativos de resultados estão disponíveis no portal da transparência, disponível em: <http://www.crp.org.br/transparencia>.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Monitoramento da execução e resultados dos planos ocorre na prestação de contas anual, informações descritas e detalhadas no relatório de gestão, além da apresentação desses nas assembleias dos psicólogos. Também através das reuniões semanais/ mensais entre as comissões, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão.

4. 3 Desempenho Orçamentário

4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual das responsabilidades da unidade

CRP/SC

Conselho Regional de Psicologia 12a Região

CNPJ: 37.115.508/0001-45

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos

Todos os centros de custos

Centro de Custo	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
Sede	4.659.844,16	3.438.477,64	3.438.477,64	3.438.477,64	3.438.477,64	3.438.477,64	3.438.477,64	1.221.366,52	0,00	0,00
Plenário	147.841,06	146.016,85	146.016,85	146.016,85	146.016,85	146.016,85	146.016,85	1.824,21	0,00	0,00
Diretoria	46.889,85	46.370,50	46.370,50	46.370,50	46.370,50	46.370,50	46.370,50	519,35	0,00	0,00
COF - Comissão de Orientação e Fiscalização	77.331,15	75.960,16	75.960,16	75.960,16	75.960,16	75.960,16	75.960,16	1.370,99	0,00	0,00
COE - Comissão de Ética	19.880,77	18.979,09	18.979,09	18.979,09	18.979,09	18.979,09	18.979,09	901,68	0,00	0,00
CPP - Comissão de Políticas Públicas	56.953,21	54.616,26	54.616,26	54.616,26	54.616,26	54.616,26	54.616,26	2.336,95	0,00	0,00
CDH - Comissão de Direitos Humanos	21.573,42	20.742,43	20.742,43	20.742,43	20.742,43	20.742,43	20.742,43	830,99	0,00	0,00
CATE - Comissão de Análise de Título de Especialista	2.036,35	2.036,35	2.036,35	2.036,35	2.036,35	2.036,35	2.036,35	0,00	0,00	0,00
CREPOP - Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas	19.672,28	18.511,18	18.511,18	18.511,18	18.511,18	18.511,18	18.511,18	1.161,10	0,00	0,00
CPJ - Comissão de Psicologia e Justiça	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	0,00	0,00	0,00
CCS - Comissão de Comunicação Social	877,50	877,50	877,50	877,50	877,50	877,50	877,50	0,00	0,00	0,00
VIII Congresso Nacional de Psicologia	2.258,75	2.258,75	2.258,75	2.258,75	2.258,75	2.258,75	2.258,75	0,00	0,00	0,00
CRE - Comissão Regional Eleitoral	52.555,88	52.490,18	52.490,18	52.490,18	52.490,18	52.490,18	52.490,18	65,70	0,00	0,00
Escritório Setorial Oeste	44.235,10	43.259,11	43.259,11	43.259,11	43.259,11	43.259,11	43.259,11	975,99	0,00	0,00
Projetos Políticos	288.664,75	284.803,55	284.803,55	284.803,55	284.803,55	284.803,55	284.803,55	3.861,20	0,00	0,00
Evento Preparatório: Ética e prática psicoterápica junto às realidades sociais brasileiras	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Evento Preparatório: Por uma ética das práticas psicológicas junto à dependência química em SC	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Evento Preparatório: Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão	10.924,05	10.924,05	10.924,05	10.924,05	10.924,05	10.924,05	10.924,05	0,00	0,00	0,00
Evento Preparatório: Imigrantes e Refugiados	6.710,17	6.710,17	6.710,17	6.710,17	6.710,17	6.710,17	6.710,17	0,00	0,00	0,00
Evento Preparatório: Seminário Psicologia do Esporte: Perspectivas e Desafios	6.767,38	6.767,38	6.767,38	6.767,38	6.767,38	6.767,38	6.767,38	0,56	0,00	0,00
ULAPSI 2016	30.085,14	30.085,14	30.085,14	30.085,14	30.085,14	30.085,14	30.085,14	0,00	0,00	0,00
Capacitação e Participação em Plenária dos Colaboradores	49.751,06	47.988,43	47.988,43	47.988,43	47.988,43	47.988,43	47.988,43	1.762,63	0,00	0,00
Dia do Psicólogo - 27 de Agosto	48.851,05	47.733,20	47.733,20	47.733,20	47.733,20	47.733,20	47.733,20	1.117,85	0,00	0,00
Evento Preparatório: Seminário Participação e Controle Social	23.976,44	23.796,44	23.796,44	23.796,44	23.796,44	23.796,44	23.796,44	180,00	0,00	0,00
Despatologização das Transexualidades e Travestilidades: Contribuições da Psicologia	7.063,53	7.063,53	7.063,53	7.063,53	7.063,53	7.063,53	7.063,53	0,00	0,00	0,00
Semana da Luta Antimanicomial	8.922,50	8.922,50	8.922,50	8.922,50	8.922,50	8.922,50	8.922,50	0,00	0,00	0,00
Apoios Institucionais	11.656,33	11.656,33	11.656,33	11.656,33	11.656,33	11.656,33	11.656,33	0,00	0,00	0,00
Criação do Núcleo da ANPSINEP em Santa Catarina	2.497,14	2.497,14	2.497,14	2.497,14	2.497,14	2.497,14	2.497,14	0,00	0,00	0,00
III Seminário de Atenção Psicossocial	68.336,29	67.971,13	67.971,13	67.971,13	67.971,13	67.971,13	67.971,13	365,16	0,00	0,00
Política de Participação e Colaboração	7.818,20	7.383,20	7.383,20	7.383,20	7.383,20	7.383,20	7.383,20	435,00	0,00	0,00
FETSUAS	3.104,91	3.104,91	3.104,91	3.104,91	3.104,91	3.104,91	3.104,91	0,00	0,00	0,00
COREP 2016	180.983,76	180.983,06	180.983,06	180.983,06	180.983,06	180.983,06	180.983,06	0,70	0,00	0,00
Subsede Norte	87.038,90	81.596,55	81.596,55	81.596,55	81.596,55	81.596,55	81.596,55	5.442,35	0,00	0,00
CACI - Comissão de Auditoria e Controle Interno	8.457,86	8.457,86	8.457,86	8.457,86	8.457,86	8.457,86	8.457,86	0,00	0,00	0,00
Subsede Sul	79.339,10	76.860,65	76.860,65	76.860,65	76.860,65	76.860,65	76.860,65	2.478,45	0,00	0,00
Total	5.796.613,85	4.553.477,67	4.553.477,67	4.553.477,67	4.553.477,67	4.553.477,67	4.553.477,67	1.243.136,18	0,00	0,00

4.3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Não se Aplica.

4.3.3 Informações sobre a realização das receitasConselho Regional de Psicologia 12a Região
CNPJ: 37.115.508/0001-45

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Comparativo da Receita

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
CRP/SC				
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016				
Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
RECEITA REALIZADA	5.796.613,85	4.564.681,78	4.564.681,78	1.231.932,07
RECEITA CORRENTE	5.796.613,85	4.564.481,78	4.564.481,78	1.232.132,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.236.316,81	3.869.143,11	3.869.143,11	1.367.173,70
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.121.579,19	3.774.583,88	3.774.583,88	1.346.995,31
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	4.908.992,52	3.515.458,44	3.515.458,44	1.393.534,08
Nível Superior	4.908.992,52	3.515.458,44	3.515.458,44	1.393.534,08
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	212.586,67	259.125,44	259.125,44	-46.538,77
Nível Superior	212.586,67	259.125,44	259.125,44	-46.538,77
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	68.426,45	43.931,18	43.931,18	24.495,27
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	68.426,45	43.931,18	43.931,18	24.495,27
Faixa 1	68.426,45	43.931,18	43.931,18	24.495,27
FUNDO DE SEÇÕES	46.311,17	50.628,05	50.628,05	-4.316,88
Fundo de Seções	46.311,17	50.628,05	50.628,05	-4.316,88
RECEITA DE SERVIÇOS	93.985,62	79.746,33	79.746,33	14.239,29
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	89.154,97	68.188,98	68.188,98	20.965,99
Profissionais - Pessoas Físicas	86.853,98	65.935,59	65.935,59	20.918,39
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	2.300,99	2.253,39	2.253,39	47,60
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.830,65	6.673,44	6.673,44	-1.842,79
Profissionais - Pessoas Físicas	4.830,65	6.673,44	6.673,44	-1.842,79
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	2.300,99	2.253,39	2.253,39	47,60
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.830,65	6.673,44	6.673,44	-1.842,79
Profissionais - Pessoas Físicas	4.830,65	6.673,44	6.673,44	-1.842,79
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	4.883,91	4.883,91	-4.883,91
Custas Processuais	0,00	5,32	5,32	-5,32
Fotocópias	0,00	0,20	0,20	-0,20
Mala Direta	0,00	4.878,39	4.878,39	-4.878,39

FINANCEIRAS	375.105,64	432.967,67	432.967,67	-57.862,03
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	103.496,00	126.272,67	126.272,67	-22.776,67
Pessoas Físicas	103.496,00	126.272,67	126.272,67	-22.776,67
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	271.609,64	306.695,00	306.695,00	-35.085,36
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	271.609,64	306.695,00	306.695,00	-35.085,36
Fundos de Investimentos Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	271.609,64	299.297,84	299.297,84	-27.688,20
Poupança	0,00	7.397,16	7.397,16	-7.397,16
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	71.487,69	71.487,69	-71.487,69
Transferências Intragovernamentais	0,00	58.349,14	58.349,14	-58.349,14
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	13.138,55	13.138,55	-13.138,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.205,78	111.136,98	111.136,98	-19.931,20
DÍVIDA ATIVA	91.205,78	111.136,98	111.136,98	-19.931,20
Dívida Ativa Administrativa	45.602,89	46.073,00	46.073,00	-470,11
Dívida Ativa Judicial	45.602,89	65.063,98	65.063,98	-19.461,09
RECEITA DE CAPITAL	0,00	200,00	200,00	-200,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	200,00	200,00	-200,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	200,00	200,00	-200,00
Móveis e Utensílios de Escritórios	0,00	200,00	200,00	-200,00
Total	5.796.613,85	4.564.681,78	4.564.681,78	1.231.932,07

4.3.4 Informações sobre a realização das despesas

Conselho Regional de Psicologia 12a Região
CNPJ: 37.115.508/0001-45

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Comparativo da Despesa Paga

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	5.796.613,85	4.553.477,67	4.553.477,67	1.243.136,18
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	4.542.162,72	4.479.556,75	4.479.556,75	62.605,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.371.854,14	1.371.919,62	1.371.919,62	1.934,52
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.075.845,31	1.074.394,34	1.074.394,34	1.450,97
Salários	834.343,13	834.343,13	834.343,13	0,00
Gratificação de Função	38.787,49	38.787,49	38.787,49	0,00
Gratificação de Natal 13º Salário	80.572,39	80.345,04	80.345,04	227,35
Abono Pecuniário de Férias	2.992,65	2.992,65	2.992,65	0,00
1/3 de Férias - CF/88	29.791,81	28.568,19	28.568,19	1.223,62
Horas Extras	5.012,42	5.012,42	5.012,42	0,00
Salário de Férias	84.345,42	84.345,42	84.345,42	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	298.008,83	297.525,28	297.525,28	483,55
INSS Patronal	181.139,66	181.139,66	181.139,66	0,00
FGTS	85.267,88	85.237,88	85.237,88	30,00
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	10.734,84	10.355,14	10.355,14	379,70
Outros Encargos Patronais	20.866,45	20.792,60	20.792,60	73,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	195,99	195,99	195,99	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	195,99	195,99	195,99	0,00
Juros e Encargos A	195,99	195,99	195,99	0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	195,99	195,99	195,99	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	195,99	195,99	195,99	0,00
Juros e Encargos A	195,99	195,99	195,99	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.168.112,59	3.107.441,14	3.107.441,14	60.671,45
BENEFÍCIOS A PESSOAL	332.454,69	322.602,89	322.602,89	9.851,80
Vale Transporte	8.823,71	7.959,67	7.959,67	864,04
Programa de Alimentação ao Trabalhador - Pat	190.020,12	189.778,29	189.778,29	241,83
Plano de Saúde	126.073,33	118.453,16	118.453,16	7.620,17
Plano Odontológico	7.537,53	6.411,77	6.411,77	1.125,76
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	16.659,09	16.637,09	16.637,09	22,00
Auxílio Creche	16.659,09	16.637,09	16.637,09	22,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	779.607,26	763.512,43	763.512,43	16.094,83
MATERIAL DE CONSUMO	136.750,12	132.657,83	132.657,83	4.092,29
Materials de Expediente	33.627,86	30.326,72	30.326,72	3.301,14
Impressos, Formulários e Papéis	176,00	176,00	176,00	0,00
Carteiras de Identificação Profissional	2.320,90	2.320,90	2.320,90	0,00
Bandelras, Flâmulas e Placas	1.120,00	1.120,00	1.120,00	0,00
Aquisição de Softwares de Base	3.752,94	3.752,94	3.752,94	0,00
Materials Elétricos e de Telefonia	3.750,00	3.750,00	3.750,00	0,00
Gêneros de Alimentação	77.812,37	77.021,22	77.021,22	791,15
Materials de Higiene, Limpeza e Conservação	4.958,05	4.958,05	4.958,05	0,00
Materials de Distribuição Gratuita /Livros	9.232,00	9.232,00	9.232,00	0,00
DESPESAS COM VEÍCULOS	751,91	751,91	751,91	0,00
Combustíveis e Lubrificantes	751,91	751,91	751,91	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	205,00	205,00	205,00	0,00
Outros Materials de Consumo	205,00	205,00	205,00	0,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	34.792,98	32.937,60	32.937,60	1.855,38
Serviços de Informática	3.536,21	3.536,21	3.536,21	0,00
Remuneração de Estagiários	21.089,17	19.233,79	19.233,79	1.855,38
Serviços de Representações	600,00	600,00	600,00	0,00
Demais Serviços Profissionais	9.567,60	9.567,60	9.567,60	0,00
DIÁRIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	287.510,02	286.562,19	286.562,19	947,83
Diárias a Conselheiros	81.919,94	81.612,44	81.612,44	307,50
Diárias a Colaboradores	44.231,38	44.208,00	44.208,00	23,38
Ajudas de Custos a Conselheiros	159.149,95	158.964,25	158.964,25	185,70
Ajudas de Custos a Colaboradores	2.208,75	1.777,50	1.777,50	431,25
PASSAGENS	154.065,18	150.882,68	150.882,68	3.182,50
Funcionários	18.350,74	18.183,88	18.183,88	166,86
Conselheiros	45.699,45	44.192,55	44.192,55	1.506,90
Colaboradores	90.014,99	88.506,25	88.506,25	1.508,74
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	101.102,58	98.542,66	98.542,66	2.559,92
Funcionários	14.374,79	14.374,79	14.374,79	0,00
Conselheiros	58.058,12	56.907,09	56.907,09	1.151,03
Colaboradores	28.669,67	27.260,78	27.260,78	1.408,89
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	64.429,47	60.972,56	60.972,56	3.456,91
Funcionários	5.739,22	5.709,95	5.709,95	29,27
Conselheiros	34.831,30	32.096,89	32.096,89	2.734,41
Colaboradores	22.702,92	22.069,19	22.069,19	633,73
Pedágios	472,70	472,70	472,70	0,00

Estacionamento	683,33	623,83	623,83	59,50
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	755.536,04	749.225,59	749.225,59	6.310,45
Serviço de Assessoria e Consultoria	99.051,82	99.051,82	99.051,82	0,00
Serviços de Informática	44.020,53	43.697,53	43.697,53	323,00
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	44.867,25	44.867,25	44.867,25	0,00
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	7.126,93	7.116,77	7.116,77	10,16
Serviços de Medicina do Trabalho	1.960,00	980,00	980,00	980,00
Serviços de Intermediação de Estágios	3.434,94	3.167,96	3.167,96	266,98
Serviços Fotográficos e Vídeos	24.630,00	24.630,00	24.630,00	0,00
Serviços de Representações	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00
Seguros de Bens Imóveis	1.903,10	1.903,10	1.903,10	0,00
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	84.337,10	83.244,88	83.244,88	1.092,22
Locação de Bens Imóveis	59.526,52	59.331,31	59.331,31	195,21
Condomínios	8.451,05	8.451,04	8.451,04	0,01
Manutenção e Conservação Bens Móveis	2.350,00	2.350,00	2.350,00	0,00
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	19.655,95	19.555,95	19.555,95	100,00
Serviços de Energia Elétrica	21.834,91	20.839,57	20.839,57	995,34
Serviços de Água e Esgoto	1.583,96	1.481,04	1.481,04	102,92
Postagem de Correspondência Institucional	114.083,51	113.328,17	113.328,17	755,34
Serviços de Telecomunicações	46.549,30	45.647,12	45.647,12	902,18
Serviços de Internet	15.681,54	15.490,30	15.490,30	191,24
Assinaturas	1.065,00	1.065,00	1.065,00	0,00
Confecção de Revistas	28.800,00	28.800,00	28.800,00	0,00
Impressos Gráficos	52.748,91	52.582,65	52.582,65	166,26
Cópias e Microfilmagem de Documentos	560,00	560,00	560,00	0,00
Inscrições	5.510,08	5.510,08	5.510,08	0,00
Serviços de publicação de Editais e matérias	11.390,37	11.210,37	11.210,37	180,00
Locação de espaço para eventos	21.409,20	21.409,20	21.409,20	0,00
Apoio a eventos de Psicologia extra CRP	12.330,00	12.330,00	12.330,00	0,00
Impressão de Jornais	18.274,07	18.224,48	18.224,48	49,59
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.105.849,72	1.087.218,33	1.087.218,33	18.631,39
TRIBUTOS	1.009,62	1.009,62	1.009,62	0,00
Impostos e Taxas	1.009,62	1.009,62	1.009,62	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.104.840,10	1.086.208,71	1.086.208,71	18.631,39
Cota Parte	843.350,69	828.786,30	828.786,30	14.564,39
Cota Revista	210.861,85	207.196,57	207.196,57	3.665,28
Fundo de Seções	50.627,56	50.225,84	50.225,84	401,72
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	88.605,85	79.241,79	79.241,79	9.364,06
Sentenças Judiciais	7.262,09	7.262,09	7.262,09	0,00
Despesas Múduas de Pronto Pagamento	81.343,76	71.979,70	71.979,70	9.364,06
SERVIÇOS BANCÁRIOS	72.075,86	71.678,94	71.678,94	396,92
Despesas Com Cobrança	72.075,86	71.678,94	71.678,94	396,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.324,08	17.324,08	17.324,08	0,00
SUBVENÇÕES SOCIAIS	17.324,08	17.324,08	17.324,08	0,00
Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades - RES. 1032	300,00	300,00	300,00	0,00
Auxílios Diversos	17.024,08	17.024,08	17.024,08	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.254.451,13	73.920,92	73.920,92	1.180.530,21

INVESTIMENTOS	42.782,62	42.782,62	42.782,62	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	42.782,62	42.782,62	42.782,62	0,00
Móveis e Utensílios	10.695,92	10.695,92	10.695,92	0,00
Máquinas e Equipamentos	25.827,70	25.827,70	25.827,70	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	6.259,00	6.259,00	6.259,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	31.329,10	31.138,30	31.138,30	190,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	31.329,10	31.138,30	31.138,30	190,80
Móveis e Utensílios	23.466,10	23.275,30	23.275,30	190,80
Máquinas e Equipamentos	2.873,00	2.873,00	2.873,00	0,00
Instalações	4.541,00	4.541,00	4.541,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	449,00	449,00	449,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.180.339,41	0,00	0,00	1.180.339,41
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.180.339,41	0,00	0,00	1.180.339,41
Inadimplência do Ano Corrente	1.180.339,41	0,00	0,00	1.180.339,41
Total:	5.796.613,85	4.553.477,67	4.553.477,67	1.243.136,18

4.4 Desempenho Operacional

Não se Aplica.

4.5 Gestão de multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Não se aplica.

5. Governança

5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da entidade está descrita no Regimento da autarquia e demonstrado no organograma da entidade conforme item 3.4 deste relatório.

O Conselho é formado pelos seguintes órgãos:

I Assembleia

I Plenário

II Diretoria

III Comissões

São órgãos auxiliares e consultivos do CRP-12 as Comissões permanentes de Orientação e ética (COE) e de Orientação e Fiscalização (COF)

Quando necessário, poderão ser constituído comissões e grupos de trabalho para fins específicos para auxiliar a Diretoria e ou Plenário.

As assessorias e a gerência estão ligadas diretamente a Diretoria do CRP-12.

→	Gerencia Geral
→	Gerência Técnica
→	Assessoria Contábil
→	Assessoria Jurídica
→	Gabinete da Diretoria

A Comissão de Auditoria e Controle Interno, órgão assessor do Conselho Regional, de caráter consultivo e fiscal, é composta por três psicólogos inscritos na região, sendo presidida por um deles, eleito pelos seus pares.

§ 1º - Não poderão participar desta Comissão membros do Conselho Regional;

§ 2º - Ficam impedidos de integrar a Comissão de Auditoria e Controle Interno os ex-membros da Diretoria, cujas contas relativas às gestões ainda não tenham sido aprovadas pelo Plenário ou tenham sido aprovadas parcialmente, com restrições.

Compete à Comissão de Auditoria e Controle Interno, de acordo com o Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, emitir parecer, para consideração e julgamento, a respeito dos balanços, dos processos administrativos e de receita e despesas do Conselho Regional, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:

I – Recebimento das rendas integrantes da receita;

II – Regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou reconhecimento de legados, doações e subvenções;

III – Regularidade e processamento de aquisição, alienação e baixas de bens patrimoniais;

IV – Regularidade dos procedimentos de contratação e compra e dos documentos comprobatórios dos pagamentos efetuados.

O Plenário do Conselho Regional de Psicologia – Santa Catarina é um órgão de deliberação do Conselho Regional, constituída pelos nove membros efetivos no exercício do mandato.

Art. 16 - Compete, privativamente, ao Plenário, o exercício das atribuições previstas nos itens: II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XVII, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXVII, do Art. 3º deste Regimento Interno, e ainda:

I – Autorizar a criação de Assessoria, Comissões e Grupos de Trabalho e aprovar a designação de seus membros;

II – Aceitar ou declarar impedimento de Conselheiros e de membros da Diretoria;

III – Designar Conselheiro Efetivo para exercer, temporária e precariamente, função e atividades próprias de membro da Diretoria, na hipótese de ocorrência de licença, impedimento, ausência ou renúncia de membro da Diretoria, após as substituições previstas neste Regimento;

Parágrafo único – As deliberações sobre as matérias que tratam os itens III, VII, IX, XI, XIII, XVII, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, do Art. 3º deste Regimento, serão tomadas com a aprovação de 2/3 (dois terços) do Plenário.

5.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

COMPETE À DIRETORIA:

I – Organizar e dirigir os trabalhos administrativos do Conselho Regional, aprovando a contratação de pessoal necessário ao serviço, assim como a promoção, punição e dispensa dos servidores contratados, fixando-lhe vencimentos e atribuições, respeitados os limites orçamentários aprovados pelo Plenário.

II – Aprovar a contratação de Assessoria, assim como a sua dispensa, fixando-lhes a remuneração respectiva, de acordo com os limites orçamentários;

III – Zelar pelo cumprimento das obrigações sociais do Conselho;

IV – Decidir, “ad-referendum” do Plenário, os casos de urgência.

Comissão de Ética do Conselho Regional, órgão especial de assessoramento ao Plenário e à Diretoria em matéria ética e julgamento de processos éticos, é constituído de, no mínimo, 3 (três) conselheiros efetivos ou suplentes, sendo sua presidência privativa de conselheiro efetivo.

A Comissão de Orientação e Fiscalização será constituída com, no mínimo 3 (três) membros, indicados pelo Plenário, presidida por um conselheiro efetivo, podendo os demais membros serem conselheiros efetivos, suplentes ou psicólogos convidados.

Em suas atividades, as Comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética, terão como referência, respectivamente, o disposto no Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF, e no Código de Processamento Disciplinar - CPD.

Título do Cargo: Gerente Geral

Área: Administrativo---Financeira

Descrição sumária

Gerenciar todas as atividades administrativas e financeiras da entidade. Por meio da gestão de pessoas e processos, contato com fornecedores, aplicações financeiras, orçamentos, planejamento estratégico, suporte para informações à diretoria e também atendimento ao público.

Título do Cargo: Assessor Jurídico

Área: Administrativa

Descrição sumária

Prestar assessoramento jurídico ao Conselho Regional de Psicologia, por meio da Assessoria jurídica em: Questões judiciais, trabalhistas dos empregados do CRP---12, Diretoria e Plenário do CRP---12, as Comissões e órgãos internos do CRP---12 e também em representação do CRP--12 em reuniões que envolvem questões jurídicas.

Título do Cargo: Técnico CREPOP

Área: Técnica

Descrição sumária

Atuar na execução de pesquisas, coordenar e organizar as ações e atividades relacionadas às pesquisas do CREPOP nesta unidade local, conforme a agenda do CREPOP Nacional. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, em cada conselho regional. Atuar na execução de pesquisas, organizar as atividades locais de modo a viabilizar as etapas da pesquisa conforme cronograma nacional.

Título do Cargo: Secretário da Diretoria

Descrição sumária

Assessorar a Diretoria, organizando as reuniões semanais e reuniões plenárias (mensais). Nas reuniões plenárias, quando escalado para participar, atender às solicitações na reunião. Cuidar, se for solicitado, de assuntos relacionados as comissões e grupos de trabalho, e assuntos administrativos ligados a gerência.

Título do Cargo: Orientador Fiscal

Descrições do Cargo e maiores informações sobre o mesmo seguem anexo à este relatório com denominação de MUORF - Manual Unificado de Orientação e Fiscalização. Documento fornecido pelo CRP - 12ª Região.

Título do Cargo: Assistente Técnico

Área: Administrativa

Descrição sumária

Auxiliar na tramitação processual, seja esta de um processo ético, ordinário ou de um requerimento do título de especialista. Auxiliar também na tomada de decisões pelas Comissões

de Ética, Análise do Título de Especialista e Diretoria.

Título do Cargo: Auxiliar de Tesouraria

Área: Financeira

Fazer provisão dos pagamentos a serem efetuados, semanalmente, no sistema utilizado pelo CRP---12, montar os processos referentes aos pagamentos, emitir os devidos cheques, repassá-los ao Gerente Geral para repassá-los à Diretoria onde serão feitas as devidas assinaturas que sejam providenciadas. Ir aos bancos para efetuar os pagamentos. Lançar os pagamentos no sistema e arquivá-los. Gerar guias de retenção de impostos. Efetuar compra de vale transporte dos funcionários, colher a assinatura dos mesmos na lista de controle de recebimentos. Fazer solicitação de compras de passagens rodoviárias de colaboradores, juntamente com o Supervisor de Compras.

Título do Cargo: Auxiliar de Cobrança e Dívida Ativa

Proceder com a arrecadação de valores (anuidades, multas, taxas, etc.) do CRP 1. Realizar baixa e controle de pagamentos de psicólogos através de arquivos do Banco do Brasil, visitar o site do banco para pegar os pagamentos dos psicólogos, trazer para o sistema do Conselho e controlar através da emissão de relatórios (tirados do sistema) que serão enviados para a análise contábil. É a atividade mais importante para que as outras atividades sejam realizadas.

2. Gerar as anuidades e multas de processo ético: criar o débito através do SISCAP para gerar o boleto e assim, cobrar do psicólogo; as multas são para todos os psicólogos.
3. Fazer a exclusão ou estorno de débitos: utiliza-se o SISCAP para estornar ou excluir débitos (os débitos são as anuidades que devem ser pagas anualmente).
4. Emitir boletos de anuidades e de multas de processo ético: emitir boletos através do SISCAP para enviá-los aos psicólogos.
5. Renegociar os débitos, inclusive com o procedimento inicial de dívida ativa (caso não pague a anuidade de tal ano, depois de dois anos é cobrada a taxa até tal data, isso se chama dívida ativa. Se não pagar a taxa, o setor jurídico entra com processo na justiça.): renegociar débitos através do sistema para gerar boletos e enviar aos psicólogos.
6. Realizar procedimentos iniciais para ressarcimento de valores, quando devidos: constatar através de um relatório algum erro no pagamento do boleto do psicólogo, deste modo ressarcir o profissional quando necessário.

Título do Cargo: Auxiliar Setor Projetos

Área: Administrativa

Descrição sumária

Organizar eventos, cuidar do site, comunicação e material visual, e administrar softwares e equipamentos do CRP---12.

Título do Cargo: Recepcionista

Área: Administrativa

Descrição sumária

Recepcionar os psicólogos e outras pessoas que chegam no CRP---12, assim como oferecer apoio à secretaria também.

Título do Cargo: Auxiliar Administrativo da Secretaria

Área: Administrativo

Descrição sumária

Confeccionar carteiras dos psicólogos e orientar o psicólogo para realização da inscrição no CRP--12.

Orientar os profissionais pessoalmente, por e---mail ou telefone, quanto aos procedimentos para a inscrição no CRP---12 para que o processo ocorra de forma correta.

Sendo esta atividade considerada a mais importante pois determina o andamento correto do restante das documentações.

Cadastrar os dados do profissional no SISCAF.

Título do Cargo: Auxiliar de Compras, licitação contratos e patrimônio

Área: Administrativa

Descrição sumária

Administrar os bens da sede (compras, estoque, manutenção...) e o setor comercial (compras, contratações de serviços nos eventos...) no CRP.

5.3 Atuação da unidade de auditoria interna

Compete à Comissão de Auditoria e Controle Interno, de acordo com o Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, emitir parecer, para consideração e julgamento, a respeito dos balanços, dos processos administrativos e de receita e despesas do Conselho Regional, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:

- I – Recebimento das rendas integrantes da receita;
- II – Regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou reconhecimento de legados, doações e subvenções;
- III – Regularidade e processamento de aquisição, alienação e baixas de bens patrimoniais;
- IV – Regularidade dos procedimentos de contratação e compra e dos documentos comprobatórios dos pagamentos efetuados.

5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não se aplica.

5.5 Gestão de riscos e controles internos

Não se aplica.

5.6 Política de remuneração dos administradores e membros colegiados

A remuneração dos diretores segue resolução CRP12/001/2015, estabelecendo limites e condições.

Abaixo os valores recebidos pela administração no ano de 2016.

Alessandra Guilherme Santos	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 1.394,45
Alexandre Donizete Aleixo	Conselheiro - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 3.442,50
Aline Batista Bernardi	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 1.978,01
Ana Maria Lopes	Vice-Presidente	Até 31/12/2016	R\$ 6.390,00
Anderson Luís Schuck	Tesoureiro/Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 16.240,57
Ematuir Sousa Teles	Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 8.490,24
Fabício Antônio Raupp	Tesoureiro/Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 11.559,62
Gabriela Rabello	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 8.414,00
Genny Beckert	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 2.092,50
Giuliana de R.C.L. Remor	Tesoureira/Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 22.507,42
Helena Berton Eidt	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 2.677,50
Igor Schutz dos Santos	Presidente/Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 8.410,77
Inea Giovana da Silva Arioli	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 20.685,91
Jaira Terezinha da Silva Rodrigues	Presidente	Até 31/12/2016	R\$ 26.026,78
Joice Danusa Justo	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 7.717,97
Joseane de Oliveira Luz	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 4.259,99
Juliana Lima Medeiros	Conselheira/Vice Presidente	Até 31/12/2016	R\$ 9.155,76
Juliane Cristine Koerber Reis	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 1.033,23
Junior Césas Goulart	Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 6.739,87
Lisandra Antunes de Oliveira	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 1.749,50
Marcos Henrique Antunes	Conselheiro/Secretario	Até 31/12/2016	R\$ 5.895,00
Maribel Batista Sebastião	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 9.570,92
Marivete Gesser	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 675,00
Nasser Haider Barbosa	Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 1.113,41
Pamela Silva dos Santos	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 1.440,00
Paulo Roberto W. Leite	Conselheiro - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 6.373,50
Roberta Forchesatto	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 5.714,64
Rodrigo Gomes Ferreira	Conselheiro	Até 31/12/2016	R\$ 5.684,00
Rosa Nadir Teixeira Jeronimo	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 929,61
Simone Vieira de Souza	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 5.499,78
Suzileia Cecchin	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 3.980,73
Tatiane Cristine da Silva	Conselheira - Suplente	Até 31/12/2016	R\$ 5.897,31
Thais Wachholz	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 6.192,97
Yara Maria M. de Faria Hornke	Conselheira	Até 31/12/2016	R\$ 15.363,27

5.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A empresa de auditoria independente é contratada pelo Conselho Federal de Psicologia, este regional não participa da escolha.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

FUNCIONÁRIO	CARGO	ADMISSÃO	DEMISSÃO
ADRIELE FIGUEIREDO COSTA	Auxiliar Administrativo	05/04/2016	
ALFRAN MARCELO RIBAS FREITAS	Assessor Jurídico	05/02/2015	
ALINE KICHEL	Auxiliar Administrativo	10/06/2015	
AMANDA PERTIFE	Estagiária	02/05/2016	
ANA CAROLINA DE CASTRO SILVA	Auxiliar Administrativo	26/08/2013	
ANDRÉIA L ZIMMERMANN	Auxiliar Administrativo	16/08/1999	
ANDRESSA P ROCHA	Auxiliar Administrativo	04/05/2005	
BRENDA RAMALHO	Estagiária	01/09/2016	
DANIELA BORTOLI	Assessora Contábil	16/06/2014	
FÁBIO VIEIRA DA SILVA	Auxiliar Administrativo	12/06/2000	
FLÁVIA E HAUT	Assistente Técnica	24/02/2000	
GILMARA JOANOL ARNDT	Estagiária	02/05/2016	
IRAMAIA RANAÍ GALLERANI	CREPOP	20/07/2015	
KENIA MARA DE S. ARAUJO	Auxiliar Administrativo	11/10/2011	
LEONARDO SOARES DE AMORIM	Gerente Geral	02/07/2009	
LETICIA JUST GUERRA	Ass. Técnica (Fiscal)	10/06/2015	
LUCILA DE CASTRO NEVES	Ass. Técnica (Fiscal)	01/07/2004	
MICHELE GABARDO MACHADO	Ass. Técnica (Fiscal)	10/06/2015	07/11/2016
NELSON RIBEIRO ARAUJO	Auxiliar Administrativo	10/06/2015	
PRISCILA DE ABREU	Ass. Técnica (Fiscal)	11/02/2016	
SIDIANE KAYSER DOS SANTOS	Auxiliar Administrativo	19/06/2015	
ROGÉRIO SCHMIDT	Recepcionista	05/01/2009	
RUDINEI BELTRAME	Gerente Técnico	15/04/2015	
SEDIANA PADILHA	Auxiliar Administrativo	05/04/2016	
SORAIA L C PEREIRA	Auxiliar Administrativo	05/10/2004	
VÂNIA MARIA MACHADO	Ass. Técnica (Fiscal)	01/03/2005	
VIRGINIA NAIDE SILVA	Auxiliar Administrativo	26/10/2015	

Processo de ingresso de funcionários da entidade
Concurso Público para os funcionários de carreira. Por meio de Portaria, para as assessorias e gerências.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Comparativo da Despesa Paga

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	5.796.613,85	4.553.477,67	4.553.477,67	1.243.136,18
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	4.542.162,72	4.479.556,75	4.479.556,75	62.605,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.373.854,14	1.371.919,62	1.371.919,62	1.934,52
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.075.845,31	1.074.394,34	1.074.394,34	1.450,97
Salários	834.343,13	834.343,13	834.343,13	0,00
Gratificação de Função	38.787,49	38.787,49	38.787,49	0,00
Gratificação de Natal 13º Salário	80.572,39	80.345,04	80.345,04	227,35
Abono Pecuniário de Férias	2.992,65	2.992,65	2.992,65	0,00
1/3 de Férias - CF/88	29.791,81	28.568,19	28.568,19	1.223,62
Horas Extras	5.012,42	5.012,42	5.012,42	0,00
Salário de Férias	84.345,42	84.345,42	84.345,42	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	298.008,83	297.525,28	297.525,28	483,55
INSS Patronal	181.139,66	181.139,66	181.139,66	0,00
FGTS	85.267,88	85.237,88	85.237,88	30,00
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	10.734,84	10.355,14	10.355,14	379,70
Outros Encargos Patronais	20.866,45	20.792,60	20.792,60	73,85

6.1.3 Gestão de risco relacionadas ao pessoal
--

NÃO SE APLICA

6.1.4 Contratação de mão de obra temporária
--

NÃO SE APLICA

6.2 Gestão da tecnologia da informação

6.2.1 Principais sistemas de informação
--

SISCAF para cadastro e cobrança de psicólogos;
SISCONT para financeiro, contábil e orçamento;
SISPAT para controle do patrimônio e depreciação;
SENIOR para folha de pagamento;

PORTAL TRANSPARÊNCIA

<https://transparencia.cfp.org.br/crp12/>

O Portal da Transparência do CRP 12 tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta atende à [Lei nº 12.527/2011](#) [Esse link abrirá em uma nova janela.](#), denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pelo [Decreto nº 7724/2012](#) [Esse link abrirá em uma nova janela.](#), que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Com essa medida, o CRP 12 reafirma o compromisso firmado com a sociedade e o corpo de psicólogos de dar publicidade e transparência às suas ações.

Caso não encontre a informação desejada, realize um pedido de acesso à informação no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) localizado na [Ouvidoria do CRP 12](#) ou através do [Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão \(e-SIC\)](#) [Esse link abrirá em uma nova janela.](#)

Sistema Conselhos de Psicologia

Portais da Transparência

Acessibilidade

Alto contraste

A- A+

Ir para o conteúdo 1

Ir para o menu 2

Ir para a busca 3

Ir para o rodapé 4

Portal da Transparência



INSTITUCIONAL ~

LEGISLAÇÃO ~

PLANEJAMENTO ~

FINANÇAS ~

LICITAÇÕES E CONTRATOS ~

GESTÃO DE PESSOAS ~

PSICÓLOGIA ~

INFORMAÇÃO AO CIDADÃO ~

APRESENTAÇÃO

GESTÕES

COMISSÕES

ATAS DAS REUNIÕES

ELEIÇÕES

AGENDA

ao Cidadão

do CRP 12 tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

Informação ao Cidadão

CIDADÃO

Faça aqui seu pedido

6. Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1 Desempenho financeiro no exercício

As receitas do CRP 12 são oriundas da arrecadação com anuidades de Pessoa Física e Jurídicas que prestam serviços na área de Psicologia, bem com as taxas cobradas pelos serviços prestados, tais como a inscrição, Emissão de 2ª via de carteira profissional, taxa de transferência e reativação de registro.

	2016		
	Orçado	Arrecadado	Percentual
Anuidades PF	R\$ 5.121.579,19	R\$ 3.774.583,88	-26,30%
Anuidades PJ	R\$ 68.426,45	R\$ 43.931,18	-35,80%
Fundo de Seção PF e PJ	R\$ 46.311,17	R\$ 50.628,05	9,32%
Inscrições	R\$ 89.154,97	R\$ 68.188,98	-23,52%
Expedições de Carteiras	R\$ 4.830,65	R\$ 6.673,44	38,15%
Juros e Multa s/anuidades	R\$ 103.496,00	R\$ 126.272,67	22,01%
Dívida Ativa Adm	R\$ 45.602,89	R\$ 46.073,00	1,03%
Dívida Ativa Executiva	R\$ 45.602,89	R\$ 65.063,98	42,68%
Rendimentos de Títulos de aplicação	R\$ 271.609,64	R\$ 299.297,84	10,19%
Rendimentos Caderneta de poupança	R\$ -	R\$ 7.397,16	
Demais Receitas	R\$ -	R\$ 76.571,60	

Forma de partilha da receita entre CFP e Regional. Do montante arrecadado referente à anuidade e serviços prestado pelo Conselho (CRP 12), 25% refere-se a valores repassados ou ainda a repassar ao Conselho Federal de Psicologia.

Nomenclatura	Valor
Cota Parte	R\$ 828.786,30
Cota revista	R\$ 207.196,57
Fundo de Seção	R\$ 50.225,84
Total	R\$ 1.086.208,71

a) Comparação entre os dois últimos exercícios;

Desempenho CRP 12	Valores		Percentual
	2015	2016	
Disponibilidade Financeira	R\$ 2.009.627,93	R\$ 1.861.735,52	-7,36%
Superávit Orçamentário	R\$ 424.476,26	R\$ 11.204,11	-97,36%

b) Programação orçamentária das despesas correntes e de capital;

Orçamento CRP12	Valores		
	2016		
	Orçado	Executado	Percentual
Despesas Correntes	R\$ 4.542.162,72	R\$ 4.479.556,75	-1,38%
Despesas de Capital	R\$ 1.254.451,13	R\$ 73.920,92	-94,11%
Total	R\$ 5.796.613,85	R\$ 4.553.477,67	-95,49%

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Este Conselho profissional, esta se adequando as depreciações e a conclusão deverá ocorrer em 2016, em 2017 já está integrado o sistema de controle de patrimônio.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

As despesas são lançadas em seus devidos centros de custos, no momento em que se efetiva a despesa e são subdivididos por setores, conforme demonstrado abaixo:

CRP/SC

Conselho Regional de Psicologia 12a Região

CNPJ: 37.115.508/0001-45

Relação de Centro de Custos c/ Sub-Área - Exercício 2016

Código	Centro de Custo
01	Sede
02	Plenário
03	Diretoria
04	COF - Comissão de Orientação e Fiscalização
05	COE - Comissão de Ética
06	CPP - Comissão de Políticas Públicas
07	CDH - Comissão de Direitos Humanos
08	CATE - Comissão de Análise de Título de Especialista
09	CREPOP - Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas
10	CPJ - Comissão de Psicologia e Justiça
11	CPOT - Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho
12	CCS - Comissão de Comunicação Social
13	VIII Congresso Nacional de Psicologia
14	CRE - Comissão Regional Eleitoral
15	Escritório Setorial Oeste
16	Projetos Políticos
16.01	Evento Preparatório: Ética e prática psicoterápica junto às realidades sociais brasileiras
16.02	Evento Preparatório: Por uma ética das práticas psicológicas junto à dependência química em SC
16.03	Evento Preparatório: Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão
16.04	Evento Preparatório: Imigrantes e Refugiados
16.05	Evento Preparatório: Seminário Psicologia do Esporte: Perspectivas e Desafios
16.07	ULAPSI 2016
16.09	Capacitação e Participação em Plenária dos Colaboradores
16.10	Dia do Psicólogo - 27 de Agosto
16.11	Evento Preparatório: Seminário Participação e Controle Social
16.12	Despatologização das Transexualidades e Travestilidades: Contribuições da Psicologia
16.13	Semana da Luta Antimanicomial
16.14	Apoios Institucionais
16.15	Criação do Núcleo da ANPSINEP em Santa Catarina
16.16	III Seminário de Atenção Psicossocial
16.17	Política de Participação e Colaboração

16.18	FETSUAS
17	COREP 2016
18	Subsede Norte
19	CACI - Comissão de Auditoria e Controle Interno
20	Subsede Sul
21	Aquisição e Construção Bens Imóveis - Em Andamento

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Balancete

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1 - ATIVO	6.477.046,65D	15.383.690,50	15.445.468,29	6.415.268,86D
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	4.539.047,46D	15.309.769,58	14.675.996,31	5.172.820,73D
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.009.627,93D	7.886.482,78	8.034.375,19	1.861.735,52D
1.1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.009.627,93D	7.886.482,78	8.034.375,19	1.861.735,52D
1.1.1.1.1 - DISPONIVEL	18.132,39D	6.299.787,78	6.274.918,75	43.001,42D
1.1.1.1.1.01 - BANCOS-C/MOVIMENTO	18.132,39D	6.299.787,78	6.274.918,75	43.001,42D
1.1.1.1.1.01.01 - Banco do Brasil - Ag. 3077 - c/c 361.532-4	16.366,99D	6.278.493,98	6.268.668,60	26.192,37D
1.1.1.1.1.01.02 - CAIXA - 112-7	689,10D	21.293,80	5.173,85	16.809,05D
1.1.1.1.1.01.03 - Banco do Brasil - Ag. 3077 - c/c 365.497-4 - Eventos	1.076,30D	0,00	1.076,30	0,00
1.1.1.1.2 - DISPONIVEL APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.991.495,54D	1.586.695,00	1.759.456,44	1.818.734,10D
1.1.1.1.2.01 - BANCOS CADERNETAS DE POUPANÇA	1.991.495,54D	1.586.695,00	1.759.456,44	1.818.734,10D
1.1.1.1.2.01.01 - Caixa Economica Federal - 21.480-2	81.640,97D	6.815,48	0,00	88.456,45D
1.1.1.1.2.01.02 - BESC S/A - 028.851-7	25.730,38D	581,68	26.312,06	0,00
1.1.1.1.2.01.04 - BAnc do Brasil - 361.532-4 - Fundo de Investimento	1.856.085,02D	1.575.854,29	1.733.144,38	1.698.794,93D
1.1.1.1.2.01.05 - Fundo de Investimento - Caixa Econômica Federal	28.039,17D	3.443,55	0,00	31.482,72D
1.1.2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.507.240,59D	7.043.741,43	6.342.276,89	3.208.705,13D
1.1.2.2 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	0,00	5.412.446,71	5.412.446,71	0,00
1.1.2.2.1 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	0,00	5.412.446,71	5.412.446,71	0,00
1.1.2.2.1.01 - Anuidades do Exercício Pessoa Física	0,00	4.919.130,52	4.919.130,52	0,00
1.1.2.2.1.02 - Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica	0,00	69.489,16	69.489,16	0,00

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.1.2.2.1.03 - Anuidades de Exercícios Anteriores	0,00	264.173,84	264.173,84	0,00
1.1.2.2.1.04 - Fundo de Seções	0,00	50.628,05	50.628,05	0,00
1.1.2.2.1.05 - Taxa de Transferência e Reativação	0,00	13.233,05	13.233,05	0,00
1.1.2.2.1.06 - Emolumentos com Inscrição Pessoa Física	0,00	86.853,98	86.853,98	0,00
1.1.2.2.1.07 - Substituição ou 2ª vias de carteiras profissionais	0,00	6.637,12	6.637,12	0,00
1.1.2.2.1.08 - Emolumentos com Inscrição Pessoa Jurídica	0,00	2.300,99	2.300,99	0,00
1.1.2.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	2.507.240,59D	1.631.294,72	929.830,18	3.208.705,13D
1.1.2.3.1 - DECORRENTE DE ANUIDADES	2.507.240,59D	1.505.022,05	803.557,51	3.208.705,13D
1.1.2.3.1.01 - Dívida Ativa Administrativa	2.507.240,59D	1.440.304,67	738.840,13	3.208.705,13D
1.1.2.3.1.02 - Dívida Ativa Executiva	0,00	64.717,38	64.717,38	0,00
1.1.2.3.2 - Juros e Multa	0,00	126.272,67	126.272,67	0,00
1.1.2.3.2.01 - Juros e Multa Anuidades	0,00	126.272,67	126.272,67	0,00
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	22.178,94D	353.606,17	299.344,23	76.440,88D
1.1.3.1 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	12.574,98D	294.659,02	282.456,91	24.777,09D
1.1.3.1.1 - ADIANTAMENTO DE VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIOS	0,00	35.690,00	35.690,00	0,00
1.1.3.1.1.01 - Andréia L. Zimmermann	0,00	13.700,00	13.700,00	0,00
1.1.3.1.1.08 - Soraia L. C. Pereira	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
1.1.3.1.1.12 - Andressa P. R. Schnorr	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00
1.1.3.1.1.18 - Kenia Mara de Souza Araujo	0,00	3.650,00	3.650,00	0,00
1.1.3.1.1.22 - Iramaia Ranai Galerani	0,00	9.090,00	9.090,00	0,00
1.1.3.1.1.23 - Sediana Padilha	0,00	250,00	250,00	0,00
1.1.3.1.3 - ADIANTAMENTO 13º SALÁRIO	0,00	31.308,23	31.308,23	0,00
1.1.3.1.3.01 - Adiantamento de 13º salário	0,00	31.308,23	31.308,23	0,00
1.1.3.1.4 - ADIANTAMENTO DE FERIAS	12.394,98D	80.496,43	72.614,32	20.277,09D
1.1.3.1.4.01 - Adiantamento de férias	12.394,98D	80.496,43	72.614,32	20.277,09D
1.1.3.1.5 - ADIANTAMENTO PARA TERCEIROS	0,00	47.757,29	43.257,29	4.500,00D



Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.1.3.1.5.01 - Adiantamento para terceiros	0,00	43.257,29	43.257,29	0,00
1.1.3.1.5.02 - Avaliação de bens imóveis - CEF	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00D
1.1.3.1.6 - ADIANTAMENTO PARA CONSELHEIROS	180,00D	28.732,50	28.912,50	0,00
1.1.3.1.6.01 - Adiantamento para conselheiros	180,00D	28.732,50	28.912,50	0,00
1.1.3.1.7 - SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	70.674,57	70.674,57	0,00
1.1.3.1.7.01 - Responsável por Suprimento	0,00	55.668,57	55.668,57	0,00
1.1.3.1.7.01.03 - Lucila de Castro Neves	0,00	1.269,40	1.269,40	0,00
1.1.3.1.7.01.04 - Vania Maria Machado	0,00	259,20	259,20	0,00
1.1.3.1.7.01.06 - Michele Gabardo Machado	0,00	3.296,71	3.296,71	0,00
1.1.3.1.7.01.07 - Letícia Just Guerra	0,00	543,86	543,86	0,00
1.1.3.1.7.01.08 - Virginia Naide Silva	0,00	23.500,00	23.500,00	0,00
1.1.3.1.7.01.09 - Priscila de Abreu	0,00	2.329,40	2.329,40	0,00
1.1.3.1.7.01.10 - Iramaia Ranai Galerani	0,00	842,40	842,40	0,00
1.1.3.1.7.01.11 - Sediana Padilha	0,00	8.729,60	8.729,60	0,00
1.1.3.1.7.01.12 - Adriele Figueiredo Costa	0,00	6.100,00	6.100,00	0,00
1.1.3.1.7.01.13 - Sidiane Kayser Schwinzer	0,00	759,20	759,20	0,00
1.1.3.1.7.01.14 - Janaina Scapinello	0,00	5.288,80	5.288,80	0,00
1.1.3.1.7.01.15 - Daniela Bortoli	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00
1.1.3.1.7.03 - Aline Kichel	0,00	7.006,00	7.006,00	0,00
1.1.3.1.7.04 - Leonardo Soares de Amorim	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00
1.1.3.3 - CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	9.603,96D	58.947,15	16.887,32	51.663,79D
1.1.3.3.2 - DEVEDORES DA ENTIDADE	9.603,96D	26.783,36	12.387,32	24.000,00D
1.1.3.3.2.05 - Horas faltas com desconto	0,00	2.081,99	2.081,99	0,00
1.1.3.3.2.06 - Vip Class Turismo	9.603,96D	701,37	10.305,33	0,00
1.1.3.3.2.07 - Duda Imóveis Ltda	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00D
1.1.3.3.3 - ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS	0,00	32.163,79	4.500,00	27.663,79D



Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.1.3.3.01 - Conselho Federal de Psicologia	0,00	27.663,79	0,00	27.663,79D
1.1.3.3.3.14 - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	0,00	4.500,00	4.500,00	0,00
1.1.9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	25.939,20	0,00	25.939,20D
1.1.9.9 - DEMAIS VPD A APROPRIAR	0,00	25.939,20	0,00	25.939,20D
1.1.9.9.2 - DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	25.939,20	0,00	25.939,20D
1.1.9.9.2.01 - Despesas Antecipadas	0,00	25.939,20	0,00	25.939,20D
1.2 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.937.999,19D	73.920,92	769.471,98	1.242.448,13D
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	594.822,46D	0,00	438.647,62	156.174,84D
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	588.232,46D	0,00	438.647,62	149.584,84D
1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	588.232,46D	0,00	438.647,62	149.584,84D
1.2.1.1.3.01 - DECORRENTE DE ANUIDADES	588.232,46D	0,00	438.647,62	149.584,84D
1.2.1.1.3.01.02 - Créditos de Dívida Ativa Executiva a receber a longo prazo	588.232,46D	0,00	438.647,62	149.584,84D
1.2.1.2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	6.590,00D	0,00	0,00	6.590,00D
1.2.1.2.9 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	6.590,00D	0,00	0,00	6.590,00D
1.2.1.2.9.01 - Depósitos Judiciais	6.590,00D	0,00	0,00	6.590,00D
1.2.3 - IMOBILIZADO	1.343.176,73D	73.920,92	330.824,36	1.086.273,29D
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	506.265,86D	73.920,92	200,00	579.986,78D
1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	506.265,86D	73.920,92	200,00	579.986,78D
1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	264.116,30D	33.971,22	200,00	297.887,52D
1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	126.013,56D	28.700,70	0,00	154.714,26D
1.2.3.1.1.03 - Instalações	0,00	4.541,00	0,00	4.541,00D
1.2.3.1.1.04 - Utensílios de Copa e Cozinha	279,99D	0,00	0,00	279,99D
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Processamento de Dados	58.102,33D	6.708,00	0,00	64.810,33D
1.2.3.1.1.07 - Sistemas de Processamento de Dados	56.574,83D	0,00	0,00	56.574,83D
1.2.3.1.1.08 - Biblioteca	1.178,85D	0,00	0,00	1.178,85D
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	836.910,87D	0,00	0,00	836.910,87D



Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.2.3.2.1 - BENS IMOVEIS	836.910,87D	0,00	0,00	836.910,87D
1.2.3.2.1.05 - Instalações	836.910,87D	0,00	0,00	836.910,87D
1.2.3.8 - (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	0,00	0,00	330.624,36	330.624,36C
1.2.3.8.1 - (-)DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	0,00	0,00	330.624,36	330.624,36C
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	0,00	0,00	330.624,36	330.624,36C
1.2.3.8.1.01.01 - (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	0,00	0,00	330.624,36	330.624,36C
2 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.477.046,65C	14.603.887,46	14.542.109,67	6.415.268,86C
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	456.432,89C	6.993.513,87	6.915.978,85	378.897,87C
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	1.013.332,24	1.013.465,24	133,00C
2.1.1.1 - PESSOAL A PAGAR	0,00	1.009.797,37	1.009.797,37	0,00
2.1.1.1.1 - PESSOAL A PAGAR	0,00	1.009.797,37	1.009.797,37	0,00
2.1.1.1.1.01 - Salários a Pagar	0,00	1.009.797,37	1.009.797,37	0,00
2.1.1.3 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	3.534,87	3.667,87	133,00C
2.1.1.3.1 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	3.534,87	3.667,87	133,00C
2.1.1.3.1.02 - Mensalidade SEAUF	0,00	3.534,87	3.667,87	133,00C
2.1.2 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	76.590,25	76.590,25	0,00
2.1.2.1 - PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	76.590,25	76.590,25	0,00
2.1.2.1.1 - SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	76.590,25	76.590,25	0,00
2.1.2.1.1.01 - Despesas de Suprimento a Comprovar	0,00	76.590,25	76.590,25	0,00
2.1.3 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.544,56C	4.954.270,92	4.804.257,71	30.531,35C
2.1.3.1 - FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.544,56C	4.954.270,92	4.804.257,71	30.531,35C
2.1.3.1.1 - FORNECEDORES NACIONAIS	4.609,05C	4.778.335,41	4.773.726,36	0,00
2.1.3.1.1.01 - Fornecedores Diversos	4.609,05C	4.778.335,41	4.773.726,36	0,00
2.1.3.1.2 - RESTOS A PAGAR	175.935,51C	175.935,51	30.531,35	30.531,35C
2.1.3.1.2.03 - Restos a pagar - 2015	175.935,51C	175.935,51	0,00	0,00
2.1.3.1.2.04 - Restos a pagar - 2016	0,00	0,00	30.531,35	30.531,35C



Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
2.1.4 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	24.078,51C	464.721,28	487.674,20	47.031,43C
2.1.4.1 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	23.655,79C	457.531,33	480.766,25	46.890,71C
2.1.4.1.1 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	23.655,79C	457.531,33	480.766,25	46.890,71C
2.1.4.1.1.01 - OBRIGAÇÕES FISCAIS COM A UNIÃO	23.299,52C	420.027,03	442.445,40	45.717,89C
2.1.4.1.1.01.01 - INSS a recolher	21.813,83C	291.681,24	295.036,07	25.168,66C
2.1.4.1.1.01.02 - FGTS a recolher	0,00	72.993,47	83.057,24	10.063,77C
2.1.4.1.1.01.03 - PASEP a recolher	1.485,69C	9.978,87	10.086,38	1.593,20C
2.1.4.1.1.01.04 - IRRF a recolher	0,00	45.373,45	54.265,71	8.892,26C
2.1.4.1.1.02 - IN SRF 539 - 6147	0,00	926,56	926,58	0,02C
2.1.4.1.1.02.01 - CÓDIGO 6147	0,00	926,56	926,58	0,02C
2.1.4.1.1.05 - IN SRF 539 - 6190	13,78C	31.885,76	32.339,88	467,90C
2.1.4.1.1.05.03 - CÓDIGO 6190	13,78C	31.854,56	32.308,68	467,90C
2.1.4.1.1.05.04 - Retenção INSS s/Serviços 3,50%	0,00	31,20	31,20	0,00
2.1.4.1.1.10 - Retenção INSS s/ Serviços	342,49C	4.691,98	5.054,39	704,90C
2.1.4.3 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	422,72C	7.189,95	6.907,95	140,72C
2.1.4.3.1 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	422,72C	7.189,95	6.907,95	140,72C
2.1.4.3.1.01 - ISS a recolher	422,72C	7.189,95	6.860,95	93,72C
2.1.4.3.1.02 - ISS - Criciúma	0,00	0,00	47,00	47,00C
2.1.5 - OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	74.516,56C	108.026,21	52.171,89	18.662,24C
2.1.5.6 - OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	74.516,56C	108.026,21	52.171,89	18.662,24C
2.1.5.6.1 - OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	10.367,81C	43.877,46	52.171,89	18.662,24C
2.1.5.6.1.02 - Cota Parte a Repassar	4,55C	3.734,04	10.977,14	7.247,65C
2.1.5.6.1.03 - Cota Revista a Repassar	1,21C	933,51	2.744,22	1.811,92C
2.1.5.6.1.04 - Fundo de Seções a Repassar	960,59C	37.767,97	37.970,53	1.163,15C
2.1.5.6.1.06 - I Congresso Catarinense de Psicologia C. Profissão	9.401,46C	1.441,94	480,00	8.439,52C
2.1.5.6.3 - PROCESSO 5011250-752010.4.04.7200/SC	64.148,75C	64.148,75	0,00	0,00



Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
2.1.5.6.3.01 - JANICE LUIZA DA COSTA	64.148,75C	64.148,75	0,00	0,00
2.1.7 - PROVISÕES A CURTO PRAZO	173.783,78C	198.192,82	306.948,89	282.539,85C
2.1.7.1 - PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	136.644,40C	158.116,68	193.356,98	171.884,70C
2.1.7.1.1 - PROVISÕES FÉRIAS A CURTO PRAZO	136.644,40C	58.701,68	93.941,98	171.884,70C
2.1.7.1.1.01 - Férias	78.248,98C	30.065,17	50.223,51	98.407,32C
2.1.7.1.1.03 - INSS - Férias	26.083,02C	14.142,85	16.925,99	28.866,16C
2.1.7.1.1.04 - FGTS - Férias	8.316,03C	3.971,37	6.152,01	10.496,67C
2.1.7.1.1.05 - PIS/PASEP - Férias	1.043,31C	500,59	769,35	1.312,07C
2.1.7.1.1.06 - 1/3 sobre Férias	22.953,06C	10.021,70	19.871,12	32.802,48C
2.1.7.1.2 - PROVISÕES 13º A CURTO PRAZO	0,00	99.415,00	99.415,00	0,00
2.1.7.1.2.01 - INSS	0,00	15.671,51	15.671,51	0,00
2.1.7.1.2.02 - FGTS - 13º SALÁRIO	0,00	8.325,33	8.325,33	0,00
2.1.7.1.2.03 - PIS/PASEP - 13º SALÁRIO	0,00	778,84	778,84	0,00
2.1.7.1.2.04 - 13º SALÁRIO	0,00	74.639,32	74.639,32	0,00
2.1.7.9 - OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	37.139,38C	40.076,14	113.591,91	110.655,15C
2.1.7.9.1 - RECEITAS A REALIZAR	37.139,38C	40.076,14	113.591,91	110.655,15C
2.1.7.9.1.01 - Receitas a Realizar	37.139,38C	40.076,14	113.591,91	110.655,15C
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.509,48C	178.380,15	174.870,67	0,00
2.1.8.9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.509,48C	178.380,15	174.870,67	0,00
2.1.8.9.1 - CREDORES DA ENTIDADES - TERCEIROS	3.509,48C	178.380,15	174.870,67	0,00
2.1.8.9.1.01 - Cheques a Compensar	3.509,48C	178.380,15	174.870,67	0,00
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.020.613,76C	7.610.373,59	7.626.130,82	6.036.370,99C
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	6.020.613,76C	7.610.373,59	7.626.130,82	6.036.370,99C
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	6.020.613,76C	7.610.373,59	7.626.130,82	6.036.370,99C
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	6.020.613,76C	7.610.373,59	7.626.130,82	6.036.370,99C
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	1.811.919,04C	6.291.475,79	5.814.211,78	1.334.655,03C



Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.208.694,72C	1.318.897,80	1.811.919,04	4.701.715,96C
2.3.7.1.1.02.01 - SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.208.694,72C	1.318.897,80	1.811.919,04	4.701.715,96C
TOTAIS	0,00	29.987.577,96	29.987.577,96	0,00

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CRP-12/01706
528.732.939-34

Anderson Luis Schuck
Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/10082
060.962.179-31

Daniela Bortoli
Assessora Contábil
CRC-SC/035665
045.559.359-00



Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	4.564.681,78	4.039.326,67	Despesa Orçamentária	4.553.477,67	3.614.850,41
RECEITA REALIZADA	4.564.681,78	4.039.326,67	CREDITO EMPENHADO – PAGO	4.553.477,67	
RECEITA CORRENTE	4.564.481,78	4.039.326,67	DESPEZA CORRENTE	4.479.556,75	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.869.143,11	3.455.612,10	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.074.394,34	
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.774.583,88	3.369.182,92	ENCARGOS PATRONAIS	297.525,28	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.515.458,44	3.156.602,75	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	195,99	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	259.125,44	212.580,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.107.441,14	
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	43.931,18	40.131,38	DESPEZA DE CAPITAL	73.920,92	
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	43.931,18	40.131,38	INVESTIMENTOS	42.782,62	
FUNDO DE SEÇÕES	50.628,05	46.297,80	INVERSÕES FINANCEIRAS	31.138,30	
RECEITA DE SERVICOS	79.746,33	71.923,58	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		3.614.850,41
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	68.188,98	62.797,09	DESPEZA CORRENTE		3.445.706,08
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	6.673,44	5.005,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.139.826,71
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	4.883,91	4.121,10	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
FINANCEIRAS	432.967,67	371.929,34	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.305.879,37
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	126.272,67	98.749,58	DESPEZA DE CAPITAL		169.144,33
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	306.695,00	273.179,76	INVESTIMENTOS		169.144,33
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	306.695,00	273.179,76	INVERSÕES FINANCEIRAS		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERENCIAS CORRENTES	71.487,69	46.248,43			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.136,98	93.613,22			
DÍVIDA ATIVA	111.136,98	90.211,63			
MULTAS DE INFRAÇÕES		75,13			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.116,46			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		210,00			
RECEITA DE CAPITAL	200,00				
ALIENACAO DE BENS	200,00				
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	200,00				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	2.294.331,90	5.808.250,98	Pagamentos Extraorçamentários	2.453.428,42	5.506.731,83
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.294.331,90		Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.453.428,42	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.009.627,93	1.283.632,52	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	1.861.735,52	2.009.627,93
Caixa e Equivalente de Caixa	2.009.627,93		Caixa e Equivalente de Caixa	1.861.735,52	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	8.868.641,61	11.131.210,17		8.868.641,61	11.131.210,17

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CRP-12/01706
528.732.939-34

Fabício Antônio Raupp
Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/08012
027.811.559-42

Daniela Bortoli
Assessora Contábil
CRC-SC/035665
045.559.359-00



Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	5.796.613,85	5.796.613,85	4.564.481,78	-1.232.132,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.236.316,81	5.236.316,81	3.869.143,11	-1.367.173,70
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.121.579,19	5.121.579,19	3.774.583,88	-1.346.995,31
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	4.908.992,52	4.908.992,52	3.515.458,44	-1.393.534,08
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	212.586,67	212.586,67	259.125,44	46.538,77
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	68.426,45	68.426,45	43.931,18	-24.495,27
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	68.426,45	68.426,45	43.931,18	-24.495,27
FUNDO DE SEÇÕES	46.311,17	46.311,17	50.628,05	4.316,88
RECEITA DE SERVIÇOS	93.985,62	93.985,62	79.746,33	-14.239,29
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	89.154,97	89.154,97	68.188,98	-20.965,99
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.830,65	4.830,65	6.673,44	1.842,79
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	4.883,91	4.883,91
FINANCEIRAS	375.105,64	375.105,64	432.967,67	57.862,03
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	103.496,00	103.496,00	126.272,67	22.776,67
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	271.609,64	271.609,64	306.695,00	35.085,36
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	271.609,64	271.609,64	306.695,00	35.085,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	71.487,69	71.487,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.205,78	91.205,78	111.136,98	19.931,20
DÍVIDA ATIVA	91.205,78	91.205,78	111.136,98	19.931,20



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA DE CAPITAL			0,00	0,00	200,00	200,00
ALIENACAO DE BENS			0,00	0,00	200,00	200,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS			0,00	0,00	200,00	200,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			5.796.613,85	5.796.613,85	4.564.681,78	-1.231.932,07
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			5.796.613,85	5.796.613,85	4.564.681,78	-1.231.932,07
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	4.164.269,71	4.542.162,72	4.479.556,75	4.479.556,75	4.479.556,75	62.605,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.366.055,86	1.373.854,14	1.371.919,62	1.371.919,62	1.371.919,62	1.934,52
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.042.790,73	1.075.845,31	1.074.394,34	1.074.394,34	1.074.394,34	1.450,97
ENCARGOS PATRONAIS	323.265,13	298.008,83	297.525,28	297.525,28	297.525,28	483,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	195,99	195,99	195,99	195,99	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	195,99	195,99	195,99	195,99	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.798.213,85	3.168.112,59	3.107.441,14	3.107.441,14	3.107.441,14	60.671,45
BENEFÍCIOS A PESSOAL	289.648,80	332.454,69	322.602,89	322.602,89	322.602,89	9.851,80
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	25.965,00	16.659,09	16.637,09	16.637,09	16.637,09	22,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	488.493,56	779.607,26	763.512,43	763.512,43	763.512,43	16.094,83
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	634.858,28	755.536,04	749.225,59	749.225,59	749.225,59	6.310,45
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.087.408,40	1.105.849,72	1.087.218,33	1.087.218,33	1.087.218,33	18.631,39
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	167.338,84	88.605,85	79.241,79	79.241,79	79.241,79	9.364,06
SERVIÇOS BANCÁRIOS	104.500,97	72.075,86	71.678,94	71.678,94	71.678,94	396,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	17.324,08	17.324,08	17.324,08	17.324,08	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.632.344,14	1.254.451,13	73.920,92	73.920,92	73.920,92	1.180.530,21
INVESTIMENTOS	100.040,00	42.782,62	42.782,62	42.782,62	42.782,62	0,00



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	100.040,00	42.782,62	42.782,62	42.782,62	42.782,62	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	48.000,00	31.329,10	31.138,30	31.138,30	31.138,30	190,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	48.000,00	31.329,10	31.138,30	31.138,30	31.138,30	190,80
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.484.304,14	1.180.339,41	0,00	0,00	0,00	1.180.339,41
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.484.304,14	1.180.339,41	0,00	0,00	0,00	1.180.339,41
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.796.613,85	5.796.613,85	4.553.477,67	4.553.477,67	4.553.477,67	1.243.136,18
SUPERÁVIT	0,00	0,00	11.204,11	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.796.613,85	5.796.613,85	4.564.681,78	4.553.477,67	4.553.477,67	1.231.932,07

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CRP-12/01706
528.732.939-34

Anderson Luis Schuck
Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/10082
060.962.179-31

Daniela Bortoli
Assessora Contábil
CRC-SC/035665
045.559.359-00



Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	5.172.820,73	4.539.047,46	PASSIVO CIRCULANTE	378.897,87	449.842,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.861.735,52	2.009.627,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	133,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.208.705,13	2.507.240,59	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	76.440,88	22.178,94	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	30.531,35	180.544,56
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	47.031,43	24.078,51
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	18.662,24	67.926,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	25.939,20	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	282.539,85	173.783,78
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.242.448,13	1.936.115,27	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	3.509,48
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	156.174,84	588.232,46	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	149.584,84	588.232,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	6.590,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	1.086.273,29	1.347.882,81	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	579.986,78	506.265,86	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	836.910,87	836.910,87	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	330.624,36	4.706,08		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	378.897,87	449.842,89

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	6.036.370,99	6.025.319,84
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.036.370,99	6.025.319,84
TOTAL	6.415.268,86	6.475.162,73	TOTAL	6.415.268,86	6.475.162,73
ATIVO FINANCEIRO	1.959.615,60	2.031.806,87	PASSIVO FINANCEIRO	378.897,87	449.842,89
ATIVO PERMANENTE	4.455.653,26	4.443.355,86	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				6.036.370,99	6.025.319,84

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	1.580.717,73	1.581.963,98

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CRP-12/01706
528.732.939-34

Fabício Antônio Raupp
Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/08012
027.811.559-42

Daniela Bortoli
Assessora Contábil
CRC-SC/035665
045.559.359-00

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	4.564.481,78	4.039.326,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.869.143,11	3.455.612,10
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.774.583,88	3.369.182,92
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.515.458,44	3.156.602,75
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	259.125,44	212.580,17
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	43.931,18	40.131,38
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	43.931,18	40.131,38
FUNDO DE SEÇÕES	50.628,05	46.297,80
RECEITA DE SERVIÇOS	79.746,33	71.923,58
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	68.188,98	62.797,09
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	6.673,44	5.005,39
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	4.883,91	4.121,10
FINANCEIRAS	432.967,67	371.929,34
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	126.272,67	98.749,58
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	306.695,00	273.179,76
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	306.695,00	273.179,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.487,69	46.248,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.136,98	93.613,22
DÍVIDA ATIVA	111.136,98	90.211,63
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	75,13
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.116,46
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	210,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	5.808.250,98
OUTROS INGRESSOS	2.294.331,90	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	4.479.556,75	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.074.394,34	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	297.525,28	0,00
JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	195,99	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.107.441,14	0,00
DESPESA DE CAPITAL	73.920,92	0,00
INVESTIMENTOS	42.782,62	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	31.138,30	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	5.506.731,83
OUTROS DESEMBOLSOS	2.453.428,42	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-74.171,49	4.340.845,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENACAO DE BENS	200,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	200,00	0,00



	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	0,00	3.445.706,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.139.826,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.305.879,37
Crédito Empenhado Pago		
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	169.144,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	200,00	-169.144,33
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-73.971,49	4.171.701,49

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.009.627,93	1.283.632,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.935.656,44	2.009.627,93

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

 Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
 Conselheira Presidente
 CRP-12/01706
 528.732.939-34

 Fabrício Antônio Raupp
 Conselheiro Tesoureiro
 CRP-12/08012
 027.811.559-42

 Daniela Bortoli
 Assessora Contábil
 CRC-SC/035665
 045.559.359-00



Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	5.814.211,78	5.257.625,12	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	4.479.556,75	3.445.706,08
CONTRIBUIÇÕES	5.236.316,81	4.639.037,94	PESSOAL E ENCARGOS	1.694.522,51	1.357.745,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.236.316,81	4.639.037,94	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.068.775,26	869.832,06
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.236.316,81	4.639.037,94	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.068.775,26	869.832,06
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	98.869,53	86.105,49	ENCARGOS PATRONAIS	303.144,36	269.994,65
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	98.869,53	86.105,49	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	303.144,36	269.994,65
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	98.869,53	86.105,49	BENEFÍCIOS A PESSOAL	322.602,89	217.918,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	410.191,00	371.823,50	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	322.602,89	217.918,99
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	242,04	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	16.637,09	15.693,02
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	242,04	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	16.637,09	15.693,02
JUROS E ENCARGOS DE MORA	103.496,00	98.401,70	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	16.637,09	15.693,02
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	103.496,00	98.401,70	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.512.738,02	935.044,68
OUTRAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	306.695,00	273.179,76	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	133.614,74	95.462,23
MULTAS SOBRE ANUIDADES	306.695,00	273.179,76	CONSUMO DE MATERIAL	133.614,74	95.462,23
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	68.751,14	46.429,40	SERVIÇOS	1.379.123,28	839.582,45
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	58.349,14	35.262,82	DIARIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	286.562,19	176.262,06
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	58.349,14	35.262,82	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	343.335,50	199.750,90
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	10.402,00	11.166,58	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	749.225,59	463.569,49
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	10.402,00	11.166,58	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	71.874,93	83.729,58
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	83,30	114.228,79	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	71.678,94	83.729,58
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	210,00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	71.678,94	83.729,58
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	210,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	195,99	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	83,30	114.018,79	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	195,99	0,00
INDENIZAÇÕES	0,00	3.116,46	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	17.324,08	10.235,27
DÍVIDA ATIVA	83,30	110.902,33	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	17.324,08	10.235,27
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	17.324,08	10.235,27

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			TRIBUTÁRIAS	1.087.218,33	976.669,68
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.009,62	1.391,11
			IMPOSTOS	1.009,62	1.391,11
			CONTRIBUIÇÕES	1.086.208,71	975.278,57
			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.086.208,71	975.278,57
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	79.241,79	66.588,15
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	79.241,79	66.588,15
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	79.241,79	66.588,15
Total das Variações Ativas :	5.814.211,78	5.257.625,12	Total das Variações Passivas :	4.479.556,75	3.445.706,08
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.334.655,03	1.811.919,04
Total	5.814.211,78	5.257.625,12	Total	5.814.211,78	5.257.625,12

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

 Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
 Conselheira Presidente
 CRP-12/01706
 528.732.939-34

 Fabrício Antônio Raupp
 Conselheiro Tesoureiro
 CRP-12/08012
 027.811.559-42

 Daniela Bortoli
 Assessora Contábil
 CRC-SC/035665
 045.559.359-00



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANO DE 2016

1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia 12ª Região Santa Catarina (CRP-12) é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei Federal nº 5766, de 20 de dezembro de 1971. Tem sede no foro da Cidade de Florianópolis e jurisdição em todo o Estado.

O CRP-12 faz parte de um sistema formado pelo Conselho Federal de Psicologia e outros 17 Conselhos Regionais distribuídos por Estados e/ou regiões. Tem como funções primordiais orientar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de psicólogo no nosso Estado, zelando pela fiel observância dos princípios éticos e disciplinares da classe.

A fim de cumprir esta função: esta autarquia permite, aos graduados em Psicologia, o exercício profissional. Para tanto, expede a Carteira de Identidade Profissional de psicólogo. Mantendo o cadastro dos inscritos; realiza orientações a psicólogos e a comunidade sobre o exercício profissional de psicólogo, servindo de tribunal às possíveis infrações éticas relativas ao exercício profissional; e participa juntamente com o sistema conselhos de psicologia, da elaboração do conjunto de legislações da profissão.

O CRP-12 não é órgão corporativo de defesa profissional tampouco promotor de formação profissional, papéis estes dos sindicatos e das instituições formadoras, respectivamente, mas um defensor da sociedade por meio da legislação profissional e da organização da categoria na direção da ética profissional. É somente por meio do oferecimento de um quadro profissional claro e destacado que uma profissão poderá ter retornos da comunidade a qual a profissão se destina.

Entretanto, uma vez que é função dessa autarquia o zelo pelo exercício profissional ético, a mesma realiza discussões com a categoria acerca de como podem ser aumentadas as suas atuações em direção à melhoria da vida das pessoas. Para tanto, desenvolve ações que promovam a integração de profissionais na construção de uma política que seja correspondente às necessidades da população.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do CRP – 12 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC T. 16.1 a 16.11, também as normas que estão disponíveis nos Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 5ª edição, publicados no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional.

3. APURAÇÃO DE RESULTADOS

A elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2016, utilizou-se o Regime de Competência para a contabilização das despesas e Caixa para contabilização das receitas, para apuração do Resultado do Exercício.

4. ATIVO CIRCULANTE

Contas Bancos com Movimentos, valores disponíveis junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal até a data de 31/12/2016.

Banco do Brasil - 361532-4	R\$	26.192,37
Caixa Econômica Federal - 112-7	R\$	16.809,05

Disponível Aplicação Financeira, valores disponíveis junto a Caixa Econômica Federal sendo uma Conta Poupança e uma investimento, junto ao Banco do Brasil uma conta investimento na data de 31/12/2016.

Caixa Econômica Federal - 21480-2	R\$	88.456,45
Banco do Brasil - 361532-4	R\$	1.698.794,93
Caixa Econômica Federal - Aplicação	R\$	31.482,72

Créditos em Curto Prazo são os valores apurados em 2016 e que será recebido pela instituição referente a anuidades, fundo de seções, taxa de transferências, inscrições, substituições de carteira de profissionais, valores de dívida ativa e juros e multa Anuidades. Os valores que não foram recebidos foram lançados na conta Dívida Ativa Administrativa.

Conta de adiantamento de férias refere-se aos valores antecipados a títulos de férias dos funcionários, valores esses em que serão contabilizados no mês de janeiro/2017.

A conta Avaliação de bens imóveis – CEF refere-se ao valor que foi pago junto a CEF, para confecção de laudo para aquisição do terreno ao lado, o processo de aquisição não foi finalizado no ano de 2016.

Créditos a receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos são valores que serão ressarcidos ao Conselho Regional de Psicologia:

Em março de 2016, com a abertura de duas novas subsedes, nas cidades de Joinville e Criciúma, foi necessário fazer a locação de duas salas comerciais para as instalações. Ocorre que em Criciúma, não tínhamos a opção de seguro fiança e nem poderia ser um dos diretores os fiadores, portanto foi necessário fazer um depósito caução, que será corrigido pelos índices da poupança e devolvido ao final do contrato.

Entidades Públicas Devedoras refere-se aos valores de Cota Parte, Cota Revista e Fundo de seções, que foram recebidos em 2016, mas que se referem ao ano de 2017.

Despesas antecipadas são as tarifas de emissão e postagem junto ao Banco do Brasil, dos carnês de anuidades de 2017, que foi emitido e enviado em 2016, mas que se refere ao ano de 2017.

5. ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Créditos de Dívida Ativa Executiva são aos valores que estão no departamento jurídico para as devidas execuções.

Depósitos Judiciais trata-se de valor de R\$ 6.590,00 que foi depositado judicialmente para Rosiani Bion de Almeida, devido a processo trabalhista que tramita no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Bens Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, utensílios de copa e cozinha, equipamentos de processamento de dados, biblioteca e a sede do CRP12.

As aquisições foram feitas no decorrer do ano, o que resultou nos saldos apresentados no balanço de dezembro/16, todas obedecendo à legislação vigente. No ano de 2016, foi implantado o sistema que controla o patrimônio. Ao fazer os lançamentos, a diferença dos valores foi apurada como depreciação acumulada, uma vez que nunca tinha sido reconhecida. Para o ano de 2017, o

sistema de patrimônio é integrado ao da contabilidade, onde serão reconhecidas as depreciações mensalmente.

6. PASSIVO CIRCULANTE

Os salários dos colaboradores e demais benefícios foram quitados no ano de 2016, não restando saldo para quitar em 2017. Restou apenas o repasse para o Sindicato, que foi pago em 2017.

Restos a Pagar, são os saldos apurados em 2016 e que deverão ser quitados no ano de 2017.

RESTOS A PAGAR 2016		
FAVORECIDO	VALOR	NF/FATURA/CUPOM
Uniodonto	R\$ 842,40	595329
Khronos Segurança Privada	R\$ 162,17	497693
Khronos Segurança Privada	R\$ 107,03	497354
CASAN	R\$ 123,94	dez/16
Ahgora Sistemas	R\$ 200,71	60945
Tecno 10 Informática	R\$ 550,00	84
Tecno 10 Informática	R\$ 621,00	4477
Somos Tecnologia	R\$ 203,37	9235
Celesc	R\$ 1.365,70	dez/16
Duda Imóveis	R\$ 2.218,89	dez/16
Ed. Comercial Advil Business	R\$ 326,30	dez/16
Câmara de Dirigentes Lojistas	R\$ 12.194,59	dez/16
Imobiliária Nostra Casa	R\$ 1.169,40	dez/16
Anagê Imóveis	R\$ 2.897,03	dez/16
CIEE/SC	R\$ 291,00	dez/16
Celesc (Subsede Norte)	R\$ 79,78	nov/16
Celesc (Subsede Norte)	R\$ 74,12	dez/16
Faturas NET	R\$ 1.618,61	dez/16
Vivo (GVT)	R\$ 1.686,09	dez/16
Vivo	R\$ 58,77	dez/16
PH Recursos Humanos	R\$ 2.948,60	dez/16
Sompo Seguros	R\$ 791,85	dez/16
Total	R\$ 30.531,35	

Obrigações Fiscais com a União refere-se ao INSS/FGTS/PIS/PASEP e IRRF do mês de dezembro/16.

INSS a recolher	R\$ 25.168,66
FGTS a recolher	R\$ 10.063,77
PASEP a recolher	R\$ 1.593,20
IRRF a recolher	R\$ 8.892,26

Retenções de código 6190, no valor de R\$ 467,90 será recolhido no ano de 2017, assim como a retenção de INSS sobre serviços, no valor de R\$ 704,90 e refere-se à retenção sobre a nota fiscal de prestação de serviços de limpeza.

As contas IN SRF e Obrigações Fiscais junto ao Município referem-se aos impostos retidos nas notas emitidas em 2016 e que tem vencimento em 2017 e Imposto Sobre Serviços, conforme legislação vigente no Município de Florianópolis/Criciúma possui vencimento no mês subsequente ao que foi prestado o serviço.

Obrigações de Repartições a outros Entes são os valores apurados no período analisado e que serão repassados no próximo ano calendário a Cota Parte, Cota Revista Fundo de Seções a repassar, serão repassadas em 2017 ao Conselho Federal de Psicologia.

Cota Parte	R\$ 7.247,65
Cota Revista	R\$ 1.811,92
Fundo de Seção	R\$ 1.163,15

Congresso Catarinense de Psicologia, esse valor foi o resultado das inscrições do Congresso Catarinense que ocorreu no mês de novembro de 2015, esse valor fica disponível para o próximo congresso.

Provisões em Curto Prazo refere-se às provisões de férias dos funcionários da entidade, valores apurados até 31/12/2016.

Salário de férias	R\$ 98.407,32
INSS	R\$ 28.866,16
FGTS	R\$ 10.496,67
PIS/PASEP	R\$ 1.312,07
1/3 de férias	R\$ 32.802,48

Receitas a realizar, são as receitas referentes ao ano de 2017 e que foram recebidas no ano de 2016.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Estão apurados de acordo com os valores apresentados no decorrer do ano corrente, conforme poderá ser verificada nos relatórios encaminhados, como balancete, balanço orçamentário,

demonstração do fluxo de caixa e balanço financeiro, todos obedecendo à legislação vigente, bem como apresentados com transparência em todas as transações realizadas no período.

8. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Estão apurados de acordo com os valores apresentados no decorrer do ano corrente, conforme poderá ser verificada nos relatórios encaminhados, como balancete, balanço orçamentário, demonstração do fluxo de caixa e balanço financeiro, todos obedecendo à legislação vigente, bem como apresentados com transparência em todas as transações realizadas no período.

Foi realizado ajuste nas contas a receber, onde o relatório contábil não estava fechado com o relatório emitido pelo financeiro, dessa forma os valores estão conciliados e a partir do ano de 2016, os valores a serem ajustados, caso haja necessidade, serão lançados em perdas dentro do exercício corrente.

Também foram realizados os ajustes no patrimônio, onde em 2016 foi implantado o sistema que controla o patrimônio. Devido a os bens móveis não terem sido depreciados, foi apurada uma diferença e devidamente ajustado na conta de exercícios anteriores.

Daniela Bortoli

Assessora Contábil
CRC-SC/3566509
045.559.359-00

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

Conselheira Presidente
CRP-12/01706
528.732.939-34

Fabício Antonio Raupp

Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/08012
027.811.559-42

9.0. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de controle

9.1. Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU

O Conselho Regional de Psicologia 12^a Região procura atender todas as determinações e recomendações emanadas pelo TCU que se aplicam as suas rotinas Administrativa, financeira e contábil, inclusive as preconizadas na cartilha do TCU.

9.2. Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno

Não há Controladoria interna no Conselho Regional de Psicologia 12^a Região.

9.3. Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário:

Processo administrativo 01/2014 realizado para apurar a responsabilidade sobre a ocorrência de multa e juros pelo atraso no recolhimento de guia de FGTS. Processo finalizado em dezembro/2015 com total restituição ao Conselho.

Instaurar o processo administrativo 001/2015 para apuração dos responsáveis pelo descumprimento judicial que culminou no pagamento de multa pecuniária em desfavor ao CRP-12, cuja composição passa a ser a seguinte:

NOME	CARGO
Tatiane Cristine da Silva CRP-12/08607	Presidente
Anderson Luis Schuck CRP-12/10082	Membro efetivo
Lucila de Castro Neves	Membro efetivo

Durante o exercício de 2015, o juiz determinou que este Conselho, fizesse a retirada do valor já depositado, determinando que o valor fosse recolhido como precatório, o valor foi retirado e já estava corrigida, esta disponível aguardando a determinação para que seja novamente recolhido durante o ano de 2016. O valor foi recolhido em 2016 e o processo administrativo ainda esta em processo de apuração dos fatos.